Luísa Maria Domingues Cruz Alves

ESTATUTO SÓCIO-PROFISSIONAL DO PROFESSOR PRIMÁRIO NA 1.ª REPÚBLICA À LUZ DE *A FEDERAÇÃO ESCOLAR*



2.ª Fase — Ano II.º — Porto, 22 de Julho de 1922 — Número 585

A FEDERAÇÃO ESCOLAR

Prof. JOSÉ GONÇALVES PENA — Prof. ANTONIO AUGUSTO MARTINS

Redacção e Administração — Director: FRANCISCO JOSÉ CARDOSO

Assinatura

ALERTA, PROFESSORES PRIMÁRIOS

Mais uma vez a classe do professorado primário foi iludida na sua boa fé e expoliada nos seus mais sagrados direitos.

A proposta de lei do snr. Ministro das Finanças, sobre subvenções, contém uma disposição pela qual nós ficamos excluídos do subsídio que ao restante funcionalismo público, aliás com muita justiça, foi concedido.

Professores primários! Todos de pé e todos unidos, na defesa do pão dos nossos filhos!

Urge que um protesto em forma chegue até ao Parlamento, mostrando aos representantes do povo quanto essa injustiça irá magoar os nossos brios.

Que o Conselho Central da União, todos os ardentes conselhios, toda a imprensa pedagógica, se deem as mãos, nesta hora de luta e da mais intensa fé, para que nos não seja negada a situação material a que temos direito.

Alerta, professores primários!

Viva a União da Classe!

AS SUBVENÇÕES

A minha quinzena!

TRIBUNA LIVRE

PROJECTO DE LEI

F.L.U.P.

2005

Luísa Maria Domingues Cruz Alves

ESTATUTO SÓCIO-PROFISSIONAL DO PROFESSOR PRIMÁRIO NA 1.ª REPÚBLICA À LUZ DE *A FEDERAÇÃO ESCOLAR*

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 86792
Data 2005 / 11 / 16

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

APRESENTADO À F.L.U.P.

043 M
A 48 e
ex 2

Porto

2005

JNDO GERAL
LUP-BIBLIOTECA ()
907041

Agradecimentos:

Cumpre-me agradecer a todos quanto directa ou indirectamente vieram em meu auxílio na elaboração deste trabalho.

Ao Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves pela atitude de simpatia, generosa disponibilidade e incentivo que sempre deu à concretização do projecto que realizei.

À minha família pela compreensão e carinho.

Índice geral:

	Pág.
I- Metodologia do trabalho	5-7
1.1. Caracterização da fonte principal – *A Federação Escolar*	7-10
1.1.1. Objectivos	11-15
1.1.2. Relação com outros jornais	15-17
1.1.3. Os autores	17-18
1.1.4. Leitores e assinantes	18-19
1.1.5. A sobrevivência financeira	19-20
1.1.6. Imagem do professor no jornal	20-23
II- Contextualização	24
1. Ensino primário na 1.ª República	25-27
2. Reformas da República – as esperanças	27-34
3. As desilusões	34-39
III- *A Federação Escolar* na 1.ª República	
Análise de *A Federação Escolar*	
1.1. Questões pedagógicas	40-53
1.2. Formação do professor	
1.2.1. Formação inicial	54-59
1.2.2. Formação contínua	59-60
1.2.2.1. Congressos Pedagógicos	60-66
1.2.2.2.Outras iniciativas de formação contínua	66-70
1.2.2.3.Formação no exterior	70-72
1.3. Condições de exercício da actividade docente	
1.3.1. Condições materiais e higiénicas das escolas	73-79

1.3.2. A saúde dos professores e assistência social 79-81

2.3.2.1.Montepio do Professorado Primário 81-82

2.3.2.2.Instituto do Professorado Primário 82-83

2.3.2.3.Lutuosa do Professorado Primário 83-84

1.3.3. Caracterização dos alunos 84-90

1.4. A carreira profissional do professor primário

1.4.1. As categorias profissionais 91-101

1.4.2. As promoções de classe 101-107

1.4.3. As transferências e permutas 107-109

1.4.4. Acesso dos professores a outros cargos 109-117

1.4.5. Os vencimentos 117-139

1.4.6. As aposentações 139-146

1.5. Movimento Associativo dos Professores Primários Portugueses

1.5.1. Premissas de uma organização associativa: Liga Nacional do Professorado Primário 147-150

1.5.2. O Sindicato dos Professores Primários em Portugal (1911-1916) 151-164

1.5.3. Associação Geral do Professorado Primário Português (1916 – 1918) 164-166

1.5.4. A União do Professorado Primário Português (1918-1927) 166-193

1.5.5. Os Professores Primários e os contactos internacionais 193-196

IV- Conclusões 197-199

V- Fontes e Bibliografia 199-204

Anexos:

- Ficha hemerográfica 205-208
- Índice onomástico 209-223
- Índice temático 224-264

I Metodologia do trabalho

O primeiro tema por nós escolhido cingia-se ao Movimento Associativo dos Professores Primários durante a 1.ª República, impondo-se-nos por isso, logo à partida, uma análise da imprensa de educação e ensino[1]. Assim, começamos por analisar o jornal *A Federação Escolar* e ao notarmos a sua riqueza, resolvemos analisar o conteúdo do mesmo estendendo o tema ao estatuto sócio-profissional do professor primário na 1.ª República. Assim sendo, o grande objectivo que motivou as estratégias do nosso trabalho na área de História da Educação foi o de conhecer esse estatuto à luz da imprensa de educação e ensino, pelo que nos propusemos obedecer, a uma orientação que levantasse, sobre os alicerces da pesquisa hemerográfica de um jornal de educação e ensino – obra fundamental – a construção de uma análise de conteúdo, que nos auxiliasse num maior conhecimento do mesmo estatuto.

Escolhemos este tema por profissionalmente nos dizer respeito e logo, nos interessar conhecer a evolução do estatuto sócio-profissional do professor primário. Assim, uma investigação deste teor, permitir-nos-á, pensamos, concluir sobre o actual estatuto, no que concerne a regalias, problemas e lutas dos professores em geral, dado o nivelamento recente dos diversos níveis.

A via que seguimos na elaboração do dito estudo está sumariada no corpo do índice geral. Demos-lhe cumprimento, privilegiando a leitura e interpretação dos inúmeros artigos publicados no jornal procurando entre outras coisas, reflectir sobre as condições de vida e de trabalho do professor primário no passado. Deste modo,

1.º Escolhemos: uma época da História da Educação: a que se delimita entre as datas históricas de 1910 (implantação da I República) e 1926 (início do Estado Novo); um tema: estatuto sócio-profissional do professor primário; um jornal de educação e ensino: *A Federação Escolar*.

2.º Formulamos a seguinte pergunta de partida: Qual o estatuto sócio-profissional do professor primário à luz de *A Federação Escolar*?

3.º Realizamos: leituras exploratórias de obras e legislação que caracterizam a 1.ª República relativamente à política, educação e sociedade.

---

[1] Imprensa de educação e ensino – designação usada por CARVALHO, Luís Miguel. *A imprensa de educação e ensino na História da Educação: um olhar sobre teses de doutoramento (1990-2004) e um mapa para outros trajectos*, no III Congresso de História de Educação

4.º Relativamente à ideia que tínhamos de que durante a 1.ª República o ensino e estatuto sócio-profissional do professor primário tinham melhorado em muito comparativamente com a Monarquia, fizemos uma ruptura de conhecimentos rompendo com os preconceitos e as falsas evidências, que nos davam a ilusão de compreendermos o assunto em questão. A ideia que tínhamos do regime monárquico talvez se justificasse por uma transmissão e um inculcar de uma ideologia republicana, baseada numa noção de subdesenvolvimento em consequência de um certo absolutismo monárquico ou, no mínimo a uma certa incapacidade monárquica para desenvolver o país.

A implantação de um novo regime deveria trazer grandes alterações na resolução dos problemas nacionais e nomeadamente no domínio da educação.

A leitura das inúmeras obras e em especial da imprensa de educação e ensino permitiram não só percebermos a situação geral do país, mas sobretudo, a situação dos professores e da educação em Portugal.

O regime republicano revelara-se igualmente incapaz de pôr em prática o que prometera pelas circunstâncias que apresentámos ao longo do trabalho e isso traduziu-se, como já dissemos, numa ruptura relativamente aos nossos próprios preconceitos.

5.º Caracterizamos: o jornal sobre o qual directamente se debruçou a nossa reflexão: estrutura do jornal (secções e rubricas), financiamentos, tiragem, preço, distribuição, duração, direcção, etc.

6.º Elaboramos e interpretamos: as fichas de leitura resultantes da análise dos inúmeros artigos aí publicados.

7.º Cruzamos: as leituras dos vários artigos que nos permitiram chegar a questões principais que assumiram a categoria de referências capitulares tais como:

- Ambiente Pedagógico: procuramos apurar os métodos pedagógicos que o jornal defende assim como o modo como se processou a formação contínua dos professores;
- Formação Inicial do Professor: averiguamos das posições do jornal sobre a formação inicial dos alunos nas Escolas Normais e o seu início de carreira como professores primários;
- Condições de exercício da actividade docente: Examinamos questões como as condições físicas e materiais das escolas, a saúde dos professores e a assistência social a que estes tinham direito;
- A carreira profissional do professor primário: Debruçamo-nos sobre a carreira profissional do professor no que se refere às categorias profissionais,

promoções, transferências e permutas, acesso a outros cargos, vencimentos e aposentações;

- Movimento Associativo dos Professores Primários Portugueses: Relatamos a relação do jornal com os vários movimentos de associação dos professores (A Liga Nacional do Professorado Primário, o Sindicato dos Professores Primários em Portugal, a Associação Geral do Professorado Primário Português e a União do Professorado Primário Português), bem como os contactos internacionais dos professores primários portugueses.

8.º Finalmente, procedemos: à análise de conteúdo do jornal, procurando uma interpretação isenta, e logo mais rica, dos factos contrastando as diversas versões opinativas no sentido de apurar conceitos mais autênticos a fim de uma melhor definição do estatuto sócio profissional do professor primário na I República, o que reforçou a ruptura de que falámos no 4.º ponto.

O que nos importou sobretudo foi não nos limitarmos a uma leitura de leituras, mas ir mais além, partindo embora da matéria que encontramos nas páginas do jornal, desenvolver aí o núcleo da análise, e assim chegar a um estudo temático de síntese.

1.1. Caracterização da fonte principal – *A Federação Escolar*

Em 4 de Julho de 1821, com a rubrica e guarda de D. João VI, estabeleceu-se pela 1.ª vez em Portugal a Liberdade de Imprensa. Segundo José Tengarrinha logo no art.º 1.º do decreto, estabelece-se que «toda a pessoa (...) pode imprimir, publicar, comparar e vender nos Estados Portugueses quaisquer livros ou escritos sem prévia censura»[2]. Abria-se assim a Liberdade de Imprensa precisamente no momento em que o país era colocado perante graves problemas nascendo deste modo a imprensa de opinião. Surgiram então, artigos mordazes criticando o poder vigente, «com conteúdo vivo e dinamismo revolucionário»[3]. Perante este facto, os governantes começavam-se a aperceber da força real que os jornais tinham e o dito decreto, nunca chegou a ser posto em prática em toda a sua extensão, até a lei de 22 de Dezembro de 1834 instaurar definitivamente a liberdade de imprensa em Portugal. No entanto, com a revolta de Maria da Fonte, em Abril de 1846 e a consequente guerra civil, o governo decidiu suspender os jornais através do decreto de 7 de Outubro, com excepção do Diário do

[2] TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Portugália Editora, 1965, p.77

[3] Ibidem

Governo e das publicações científicas e literárias, medida que provocou a proliferação de inúmeros jornais clandestinos. O cúmulo das medidas repressivas contra a imprensa chegou com a promulgação da designada "Lei das Rolhas", em 3 de Agosto de 1850, na qual se fixavam multas e penas de prisão para jornalistas e segundo a qual o governo podia encerrar qualquer jornal se visse indícios de que as suas informações alteravam a ordem pública. No dizer de José Tengarrinha, «logo de todo o país se levantaram energéticas acusações contra o projecto de lei que tentava reduzir a imprensa a um dócil instrumento ao serviço do Governo»[4].

Porém, com a Regeneração, os ânimos exaltados da agitada vida política portuguesa apaziguam-se e os jornais mudam, ou seja, devido à suspensão da "Lei das Rolhas" em 22 de Maio de 1851 e à nova mentalidade constitucional, a actividade jornalística foi facilitada pelo governo que publicou decretos legislativos muito tolerantes. Este ambiente permissivo das autoridades prolonga-se até 1890, altura em começou o reinado de D. Carlos e em 29 de Março de 1890 saiu o decreto que reiniciou a série de providências repressivas contra a imprensa periódica, suprimindo-se algumas das suas mais importantes regalias. Segundo José Tengarrinha, este decreto «constituiu, efectivamente, um marco na nossa imprensa. Exprime eloquentemente o estado de degradação a que chegaria o regime, na necessidade de recorrer a meios cada vez mais violentos de supressão das liberdades públicas»[5].

No dizer de José Tengarrinha, «cremos ser naquele vinténio 1865 e 1885 que se estabelecem no nosso país as condições propícias à transformação industrial da imprensa. Não queremos dizer com isto que em 1885 estava completa a evolução – mas naquele período é que ela se inicia, continuando até aos nossos dias»[6]. Este ambiente político, foi no geral favorável à modernização da imprensa e à sua maior divulgação nacional. Resumindo o dizer de José Tengarrinha: Constituiu-se a Liga ou Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa, constituída por nomes como Garrett e pela primeira vez a imprensa, unida, se levanta em defesa dos seus direitos; movimentos reivindicativos dos tipógrafos; os caminhos-de-ferro aumentaram e entrou em funcionamento o telégrafo, melhorando o correio diário e acelerando a difusão e a rapidez de circulação das informações e dos jornais; começaram a participar nos jornais os mais prestigiados intelectuais portugueses, levando a que as publicações melhorassem a sua redacção e adquirissem um estilo cada vez mais individualizado;

[4] TENGARRINHA, José- ob. cit., p.137
[5] Idem, p.228
[6] Idem, p.187

apareceram as agências noticiosas; o preço de venda dos jornais baixou, devido às receitas de publicidade; modernizaram-se as técnicas de impressão; a imprensa estendeu-se às províncias, aumentando a formação cultural das populações rurais que acabam por consumir mais jornais[7].

Na segunda metade do séc. XIX, merece ainda uma referência especial a imprensa republicana, muito divulgada e combativa em Portugal. A partir de 1869, depois do triunfo da Revolução da Gloriosa em Espanha e com a proclamação de uma Espanha republicana em Fevereiro de 1878, muitos intelectuais portugueses foram contagiados pelo movimento republicano, que rapidamente promoveu uma autêntica actividade jornalística de propaganda republicana. A partir de 1906, as publicações republicanas insistiam cada vez mais com a necessidade da instauração da República, o que veio a acontecer em 5 de Outubro de 1910.

Com a chegada da primeira República Portuguesa, no dia 28 de Outubro de 1910 passou a vigorar uma nova Lei de Imprensa que proibia a censura por parte de qualquer autoridade da qual José Tengarrinha destaca: «Regula-se (...) o direito de expressão de pensamento pela imprensa, cujo exercício é livre, independente de caução, censura ou autorização prévia (...)»[8]. Apenas os anos da Primeira Guerra Mundial, na qual Portugal participou ao lado dos aliados, alteraram o quadro legislativo sobre o direito à informação, impondo a censura "por motivos de guerra".

Não seria de estranhar que a imprensa de educação e ensino acompanhasse este movimento geral de mais tolerância e quando chegamos à 1.ª República o seu nível de difusão e de qualidade é já claramente reconhecido.

Referindo-se aos jornais pedagógicos editados durante a I República, António Nóvoa escreve o seguinte: «(...) é importante assinalar a importância do período de 1907-1936, (...) uma fase de grande dinâmica editorial, marcada todavia pela instabilidade, na medida em que as publicações tendem a ter uma vida efémera»[9] e mais adiante: referindo-se aos anos de 1911 a 1931 e especificamente à imprensa de educação e ensino: «Estamos perante publicações de periodicidade quinzenal ou semanal e de duração efémera, que reflectem a importância que a I República concede aos professores e à escola primária. A dignificação do estatuto docente é a pedra-de-toque destes jornais; defendem a educação como arma de progresso social. As ideias de

[7] TENGARRINHA, José- ob. cit. pp. 187-222
[8] Idem, p.244
[9] NÓVOA, António. *A imprensa de Educação e Ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993, p. XLVII

escola popular, de educação nacional e de instrução pública são mobilizadas em prol de uma política de valorização do professor»[10].

A nosso ver, esta proliferação de jornais pedagógicos tinha a ver com a premente necessidade dos professores exprimirem a sua revolta causada pelo estado da escola, do ensino e da carreira do professor primário.

Também no dizer de Pedro Foyos[11] foi «uma época de oiro no jornalismo Português» e «foi o tempo da concorrência (...) de inaudita ferocidade (...) de um buliçoso jornalismo político repleto de prosas mordazes (...) de artigos de fundo em regra vigorosos e quilométricos (...)».

Os jornais editados depois do 5 de Outubro de 1910, foram naturalmente condicionados pelo espírito republicano. Muitos nasceram com a República, já moldados aos novos tempos, mas outros, que tinham nascido na 2.ª metade do séc. XIX, haviam assistido com um certo distanciamento ou participado claramente, na agonia da Monarquia. Destes, os mais activos trouxeram consigo novos ideais e fortes convicções, afirmando-se como portadores de desejos de mudanças políticas e sociais profundas.

É o caso de *A Federação Escolar*, jornal que desde 26 de Setembro de 1886 até Agosto de 1937 e apesar dos períodos menos bons e das interrupções, prestou grandes serviços em prol do professorado primário e da instrução nacional. Segundo António Nóvoa[12] desempenhou um papel preponderante no associativismo docente e na luta pela melhoria da situação da escola e dos professores.

A tentação por parte dos governos de controlar e censurar a imprensa em geral e a imprensa de educação e ensino em particular, como podemos ver pela sua história, sempre foi grande pois tanto ontem como hoje é através desta que os professores (formadores de consciências) expõem as suas opiniões, se mantêm actualizados, se mobilizam por uma causa e reivindicação, que apontam os seus problemas e frustrações e transmitem a sua imagem sócio-profissional.

Embora juntemos em anexo a ficha hemerográfica do jornal, pareceu-nos importante tratar vários pontos em pormenor tendo em vista a sua caracterização, como sejam: os objectivos, as relações com outros jornais, autores, leitores e assinantes, sobrevivência financeira e a imagem do professor primário.

---

[10] NÓVOA, António- ob. cit., p. XLVII
[11] FOYOS, Pedro - *Grandes repórteres Portugueses da I República. Lisboa*, Edição de foto-jornal, 1986, p. 45
[12] NÓVOA, António- ob. cit., p. XLIX

1.1.1.Objectivos

A redacção do periódico *A Federação Escolar* no seu primeiro número dá-nos conta do objectivo para que fora criado: «Seremos mais um apóstolo que pregará ao país e particularmente à classe do professorado, o evangelho de liberdade e de doutrina que tem por objectivo a emancipação da humanidade por meio da instrução e do trabalho. Apóstolos do ensino e mártires dele, pugnaremos sempre pelos seus progressos e pela justiça que assiste àqueles que lhes são devotados e que dele fazem a sua principal e única preocupação.»

E a finalizar: «Assim pois, A Federação Escolar será o órgão do professorado primário. Tratará de todas as questões respeitantes à sua classe, chamando para elas a atenção dos governos e dos povos»[13]. Por aqui podemos já concluir que o jornal reclamava a melhoria nos direitos da classe docente.

A 1 de Janeiro de 1910, o jornal continuava a manter os objectivos para que tinha sido criado: «(...) Dirigindo um jornal que defende as regalias duma classe que tem sobre si tremendas responsabilidades e deve primar por uma linha de conduta absolutamente honesta, (...)».[14]

No número de 15 de Janeiro de 1910 o jornal admite que, se mais não tem conseguido mais reclamações ao Governo, é devido à inconstância deste último: «Os que, a par e a passo, têm acompanhado este belo jornal, sabem de sobejo que ele nem uma só vez se tem afastado do programa traçado e, se com a sua voz autoritária, sempre em defesa dos oprimidos e no levantamento da instrução, mais não tem conseguido, é porque infelizmente neste período tem sido tal a inconstância dos governos, que lhes não tem ficado tempo para se ocuparem dos assuntos da instrução, os mais importantes de todos e que, bem dirigidos e funcionando regularmente, deveriam ter salutar influência em todos os ramos da administração pública»[15].

Voltam-se a focar os objectivos do jornal a 31 Dezembro de 1910, depositando-se esperanças no novo regime da República: «(...) Seguindo as tradições gloriosas deste jornal, temos pugnando sempre por uma situação mais desafogada para o magistério primário. (...) Em suma, um só lema nos tem norteado (...): contribuir para a libertação desta miséria degradante a que nos votaram os governos do extinto regime que, buscava desgostar-nos proporcionando-nos desenganos dolorosos e conseguir a transformação do estado tristemente vergonhoso da escola primária portuguesa. (...) A República

[13] NÓVOA, António- ob. cit. p. 445
[14] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro 1910, "Verdades", p.1
[15] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "O aniversário de "A Federação Escolar"", p.1

mostrou já os cuidados e as considerações que lhe merecemos, derrogando medidas vexatórias e prejudiciais aos nossos interesses. Mas essas regalias não são nada, comparadas com aquelas a que temos direito até que nos garantam uma situação desafogada, o pão que nos falta, o pão que falta aos nossos filhos»[16].

A 16 de Janeiro 1911 define-se o tipo de escola que o jornal defende: «(...) Nós defendemos a verdade. Pugnamos pela justiça. Queremos a classe liberta da miséria. Queremos a escola despojada de preconceitos que são a negação duma personalidade liberta. Queremos a escola refundida – a escola da vida»[17].

Mas, a 2 Março 1912, depois de algum tempo parada, nota-se já algum desencanto com a República embora se procurem razões para um novo impulso: «(...) Ressurge num período em que todos os esforços são necessários para que, sob a égide da República, o professor deixe de ser o réprobo e a cediça escola portuguesa se transmude na escola nova, arejada, racional, sã, atraente, extinguindo-se uma única condição- que esses esforços obedeçam a fins honestos. Perante os que nos conhecem escusamos de traçar programa. O nosso passado é garantia da nossa norma futura. Aos mais novos diremos que "A Federação Escolar", jornal de tradições gloriosas, vai continuar a trabalhar pela consecução destes fins: - A emancipação económica do professorado. A elevação da sua personalidade radical e progressiva da escola popular.(...)»[18].

No mesmo número informa-se que *A Federação Escolar* sempre esteve na vanguarda de todos os jornais pedagógicos: «O semanário A Federação Escolar principiou a sua publicação a 26 de Setembro de 1886. O seu programa indicava qual a divisa que se propôs seguir e, devemos declará-lo francamente, tem sido incansável em propugnar pela conquista dos direitos do professorado primário, achando-se sempre na vanguarda de todos os jornais pedagógicos, a fim de se realizarem os empreendimentos planeados e levados a bom termo pela nossa classe no já período de 12 anos da sua publicação, interrompida somente por motivo de doença do seu principal redactor, e benemérito professor que todos conhecemos e respeitamos, Francisco José Cardoso. No primeiro número publicou o seu programa de que, entre muitas considerações de elevado valor fazemos notar a seguinte: «Assim pois, a Federação Escolar será órgão do professorado primário. Tratará todas as questões respeitantes à sua classe, à instrução

[16] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Falando de nós", p.1
[17] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 105, 16 de Janeiro de 1911, "Mais um ano", p.1
[18] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano IV, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Explicação necessário", p.1

popular e aos progressos da Pedagogia, chamando para eles a atenção dos governos e do povo(...)»[19].

A 1 de Março de 1914 afirma-se que para além da melhoria da condição económica do professor o semanário tem como objectivo o seu aperfeiçoamento e a sua altivez de carácter: *A Federação Escolar* «(...)– afirma que saberá continuar a traduzir o anseio do magistério primário, anseio que significa: - independência económica, aperfeiçoamento profissional e altivez de carácter»[20].

A 5 de Março de 1921 faz-se o balanço do que tem sido o jornal: (...) Volve-se o olhar, audosamente, para o que tem sido este modesto paladino das nossas reivindicações colectivas, (...) e só temos razão para nos envaidecer, e um bem justificado orgulho se apodera de nós, verificando que a semente lançada não caiu em terreno estéril. Com efeito, alguma coisa se tem conseguido de bom, mercê das campanhas sustentadas nas colunas do nosso jornal em favor das aspirações do professorado primário. Todos os da velha guarda o afirmam(...)»[21].

A 3 Março de 1923 admite-se que o jornal apesar das dificuldades tem conseguido alguns objectivos a que se propôs: «(...) Na fase corrente, como na primeira e na segunda, em qualquer altura da sua fecunda existência, jamais ela deixou de ter como alvo os sagrados interesses da Escola e da nossa nobre classe, ainda mesmo nos momentos em que, aos olhos de muitos, ela parecesse, porventura trilhar caminho errado. (...) e o que é certo é que conseguimos ver atenuados, em parte, os males da classe. (...)»[22].

Continuando um certo auto-elogio, a 10 de Março de 1926 declara-se que o jornal é o mais antigo do professorado primário: «A Federação Escolar é o mais antigo dos jornais de classe(...). A Federação Escolar foi sempre o baluarte ostensivo, altaneiro e forte das reivindicações da Grande Família Professoral. Em qualquer das suas fases, ela honrou a classe que se acarinha e sustenta. E, se numa ou noutra, se mostrou rabugenta e discordante da maioria, nem por isso deixou de ser defensora acérrima do prestígio do Professor. (...)»[23].

Também os colaboradores lhe tecem rasgados elogios. Tanto assim que a 26 de Setembro de 1926, na comemoração do 40.º ano de existência, Arlindo Pinto Cerqueira Gomes Osório escreve: «Completa hoje 40 anos de feliz existência "A Federação

[19] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano IV, n.º 52, 2 de Março de 1912, "A Federação Escolar", p.3
[20] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 105, 1 de Março de 1914, "O nosso aniversário", p.1
[21] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "Dez anos", p.1
[22] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 567, 3 de Março de 1923, "Mais um ano", p.1
[23] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 724, 10 de Março de 1926, "Os nossos aniversários", p.1

Escolar", o jornal mais combativo e o que, mercê da sua acção persistente e consciente, mais tem contribuído para o certo bem estar que hoje, felizmente, a grande família professoral já vai desfrutando. Quarenta anos de lutas titânicas – por vezes recompensadas com ingratidões – em prol duma classe que, tem incontestável direito a mais e melhores dias, é o tempo mais que suficiente para se aquilatar do valor da "Federação" devendo, por isso, a sua assinatura constituir para nós uma obrigação, quase. Magnificamente dirigida e com a colaboração dos mais valiosos elementos da Classe nas suas óptimas secções, doutrinária, combativa, consultiva e oficial, a sua leitura exerce no nosso organismo, efeitos altamente salutares só comparáveis aos da Bíblia para os cristãos ou aos do Alcorão para os maometanos. As prepotências, desmandos, vexames, iniquidades e mais desvarios, praticados a todo o momento pelos senhores do alto, jamais deixaram de ser nas suas colunas duramente escalpelizados, asperamente fustigados e imparcialmente apreciados. Com um passado assaz glorioso, é de prever que o futuro seja melhor, por isso eu faço ardentes e sinceros votos para que a sua existência singre através de um mar de rosas e por largos anos para proveito da Classe.(...)»[24].

O jornal entrava também em causas humanitárias tanto a nível nacional como internacional. Por exemplo, a 3 de Janeiro de 1915 José Correia de Barros escreve sobre uma subscrição que o jornal lança para ajudar os professores belgas atingidos pela guerra e seus horrores: «(...) É deveras altruísta a subscrição aberta no seu importante jornal em favor desses pobres professores que o egoísmo de um só homem lançou na tremenda tempestade que se desencadeou sobre a velha Europa. Acudir-lhes nesta hora amarga da sua vida com uma pequena migalha, é uma acção altamente meritória que em nada pode ferir as susceptibilidades de quem as recebe.. Bem haja, pois, a Federação Escolar" que tanto a propósito sabe empregar a sua acção caridosa(...)»[25].

A 1 de Setembro de 1926[26] é publicada a notícia de que *A Federação Escolar* contribuiu com um donativo e ofereceu papel para a impressão dos estatutos da Lutuosa do Professorado Primário[27].

[24] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Mais um aniversário", p.4
[25] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 149, 3 de Janeiro de 1915, "Apelo em favor dos professores belgas", p.1
[26] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 749, 1 de Setembro de 1926, "Lutuosa", p. 1
[27] Instituição que tinha como objectivo, mediante o pagamento de quotas dos sócios, contribuir com pensões para os órfãos e viúvas dos professores primários.

Além disso, lançou subscrições a favor das famílias dos professores mobilizados a 24 de Março de 1917[28] e a favor dos órfãos filhos de professores a 28 de Dezembro de 1918[29].

Em resumo, poder-se-á concluir que *A Federação Escolar* tinha como principal objectivo a luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos professores assim como o seu aperfeiçoamento. Por isso, o jornal ia travando algumas batalhas, em prol do professor primário, umas ganhas outras perdidas. Talvez que a lealdade aos seus objectivos e a persistência na sua luta tenham feito dele o jornal mais lido e mais antigo da classe. O facto de ter uma vertente também muito humana é um factor que o ajuda a caracterizar como interveniente nas causas sociais e não como mero espectador.

Podemos também notar relativamente à ideologia do jornal que esta se mantém ao longo dos 16 anos analisados, pois sempre que mudava o director do jornal (ver ficha hemerográfica em anexo) este normalmente já pertencia ao corpo redactorial apenas mudando o cargo. Por exemplo, o jornal deixa de apoiar o Sindicato dos Professores Primários de Portugal, e a certa altura a União do Professorado Primário Português, por razões que explica, mas nunca deixou de defender a união dos professores como a única maneira de reivindicar melhorias de vida e de trabalho dos professores primários.

1.1.2. Relação com outros jornais

A Federação Escolar manteve sempre uma boa relação e expô-lo nas suas páginas, com o *Diário de Notícias* e vice-versa. A de 1 Janeiro de 1910 pode ler-se acerca do *Diário de Notícias*: «Comemorou, há dias, este nosso brilhante colega o seu 45.º aniversário. (...) Digamos mais: o "Diário de Notícias" foi salvo erro, o único jornal que se colocou ao nosso lado quando exímios patriotas das escolas móveis pelo método João de Deus nos insultaram»[30].

Os elogios continuaram a 5 Janeiro de 1913: «Passou no último Domingo o 48.º aniversário deste nosso prezado colega da capital. É o "Diário de Notícias" o mais importante jornal português e aquele que a todos se impõe, pela sua conduta imparcial, pela variedade de assuntos de que trata, pela sua larga informação e pela honestidade de

[28] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano VI, n.º 261, 24 de Março de 1917, "Subscrição em favor das famílias dos professores mobilizados", p.1
[29] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 354, 28 de Dezembro de 1918 , "Subscrição a favor dos órfãos, filhos de professores", p.1
[30] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "Diário de Notícias", p.2

processos. Saudámo-lo, com o desejo que continue a progredir e a melhorar mais, se é possível»[31].

Sinal dos elogios recíprocos é o que se pode ler a 29 de Janeiro de 1910 quando se publica uma notícia transcrita do *Diário de Notícias*: «A Federação Escolar (...)emprega os seus melhores esforços em levantar a instrução e em melhorar o bem-estar do professorado»[32].

Outros jornais porém, mantêm uma relação conflituosa com *A Federação Escolar* e vice-versa o que só contribuía para a desunião da classe. Exemplos disso são: o jornal a *Educação Nacional*, o jornal *Escola Primária*, o *Professor Primário* (jornal da União do Professorado Primário Português) e alguma imprensa espanhola.

Existem vários artigos que comprovam isso mesmo, nomeadamente os de 23 de Março de 1912[33], 20 de Abril de 1912[34] e 26 de Maio de 1917[35], onde se verificam causas para os conflitos relacionadas com o movimento associativo e das quais falaremos mais adiante.

O único conflito com significado político é o que se refere à antiga ambição do iberismo a 26 Maio de 1917, num desentendimento com a imprensa espanhola: «Certa imprensa da nação vizinha, disfarçando manhosamente os seus planos sob a fórmula União Ibérica, alude com frequência à anexação de Portugal ao território espanhol. (...) E essa propaganda, embora seja um dever de todos nós é uma obrigação para os professores primários, atendendo a que estes, pelo seu contacto com a população portuguesa, bem podem despertar nesta o ódio que devemos tributar aqueles que parecem sentir saudades dos 60 anos que terminaram em 1640»[36].

Parece-nos pois, que o jornal teria mais facilidade em se relacionar com jornais não de educação e ensino do que com a imprensa de características idênticas, o que poderá

---

[31] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 45, 5 de Janeiro de 1913, "Diário de Notícias", p.3

[32] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 55, 29 de Janeiro de 1910, ""A Federação Escolar" e a imprensa", p.2

[33] A 23 Março 1912, pode ler-se em *A Federação Escolar* um ataque ao jornal *Escola Primária*: «O director da "Federação Escolar", posto que quisesse responder ao ataque chulo e injusto – contendo o máximo de baixeza – que na "Escola Primária" lhe é dirigido, não o faz. Respeita assim o que lhe é imposto, não só pela afeição pessoal de amigos e colegas do jornal, como ainda por outros laços mais fortes – que o prendem a companheiros de uma acção que é necessária não esquecer – laços resultantes de deveres que sempre presentes – nós e o Sr. Director da "Escola Primária". Entendamo-nos e sejamos homens»

[34] A 20 de Abril 1912, entre outros ataques que mais adiante descreveremos pode ler-se: «O director da "Federação" tem atacado por diversas vezes a "Educação Nacional", mas sempre fundamentado com factos o ataque e fazendo-o às claras (...)».

[35] Mais adiante pode ler-se que o Congresso esteve inicialmente marcado para Coimbra e verifica-se o início das hostilidades entre *A Federação Escolar* e o jornal da União: «Pelo artigo do nosso ilustre colega Saturino Neves e pelo que diz sobre o assunto o órgão do C. C. da União, sabemos que vai ser convocada a classe para uma reunião, que deve efectuar-se em Coimbra, nos dias 3 e 4 do próximo mês de Janeiro. Oficialmente, porém, nada nos consta, por isso que os dirigentes do movimento não se dignam informar-nos de coisa alguma[35], apesar de saberem que "A Federação Escolar" é o jornal de classe que maior número de assinantes conta. Apontamos o facto para que se aprecie a lealdade do C. C. da União – e não porque nos magoe a sua atitude, tanto mais que não ofende quem quer... e não é costume nosso esgrimir com moinhos de vento ou coisa parecida».

[36] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 271, 26 de Maio de 1917, "Propaganda necessária", p.1

ser sinal da concorrência entre os jornais pedagógicos da época, e das preocupações com a sobrevivência económica, pois cada um dependia dos seus leitores e da sua difusão.

1.1.3. Os autores

Além do corpo redactorial de *A Federação Escolar*, esta vive sobretudo dos artigos de professores primários que escreviam e esta publicava[37]. O corpo redactorial, como se pode ver pela ficha hemerográfica, foi constituído de 1910 a 1926 pelos seguintes professores: Artur Melo, Augusto Alves de Oliveira, Isolino Caramalho, José de Carvalho, Amadeu José dos Santos, Francisco José Cardoso Júnior, Alfredo Moreira, Aires de Araújo Carvalho e José Gonçalves Pena.

A 15 Janeiro de 1910 confirma-se que os professores colaboradores são muitas centenas e de ambos os sexos: «(...) em redor da "Federação" se congregam muitas centenas de professores de ambos os sexos, que não deixaram sucumbir, certos como estamos que não desviaremos um ápice (no original) da linha de conduta traçada»[38].

A 31 de Dezembro de 1910 pode ler-se o nome de alguns desses colaboradores: «(...) À Federação não tem faltado o auxílio do professorado primário, não diremos de todo o professorado primário (...) – mas de milhares de camaradas nossos dum e doutro sexo. (...). Nunca nos faltaram incitamentos e felicitações pela nossa conduta, nunca nos faltou a coadjuvação intelectual de camaradas dos mais distintos: António Joaquim Gonçalves, José Lopes Coelho, João Baptista de Lemos, António da Costa Oliveira, Fortunato Correia Pinto, Manuel José António, Ulisses Machado, José Alves de Sousa, José Vitorino de Almeida, Manuel d'Almeida Andrade, Carlos Pereira da Costa, António Mendes, António Lopes de Amaral, Alfredo Moreira, José Bartolomeu, Rita dos Martires, António José de Oliveira, Gil d'Oliveira Mendonça, Manuel Antunes Amor, Viriato de Almeida, Sousa Vairinho, Alfredo Filipe de Matos, Luís António de Almeida, António Fernandes, Joaquim Barata de Mendonça, Acácio Parreira, Adriano Filipe de Andrade, João Moreno, Adolfo Marinho, Cândido Umbelino Branco, são nomes escolhidos ao acaso, de camaradas que têm nobilitado a "Federação" com os seus

[37] Estes colaboradores escreviam de vários sítios. Por exemplo: Silves, Ponte de Lima, S. Teotónio, Bragança, Paredes de Coura, Vila Pouca de Aguiar, Almeida, Rio de Moinhos, Penafiel, Gondomar, Marco de Canavezes, Valongo, Coimbra, Porto, Lisboa, Abrantes, Vila Real, Torres Vedras, Ponta Delgada, Matosinhos, Vila Nova de Cerveira, Cinfães, Mirandela, Amadora, Avintes, Alijá, Elvas, Guimarães, Sandim, Ermesinde, Pombal, Elvas, Setúbal, Faro, Vila Real de Santo António e Funchal.
[38] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "O nosso aniversário", p.1

escritos e todos continuarão a auxiliar-nos nesta tarefa inglória a que nos impusemos (...)»[39].

Também a 26 de Setembro de 1926[40] enumeram-se dezenas de outros colaboradores de *A Federação Escolar*, cujos nomes neste momento nos abstemos de transcrever por constarem da ficha onomástica.

A 17 de Maio de 1914 escreve-se que, independentemente de o jornal concordar ou não, se publicam todos os artigos: «Neste jornal que é de professores, vão os professores registando os seus conceitos. Questão aberta, todos os que queiram fazer, podem sintetizar as suas esperanças e os seus receios sobre o assunto. As opiniões, por mais opostas que pareçam, são igualmente respeitáveis, (...)»[41].

São muitos os colaboradores que escrevem as suas opiniões as quais são publicadas independentemente de o jornal não concordar. Teremos oportunidade de confirmar isso na questão da centralização ou descentralização do ensino, na questão do ensino militar na escola primária e na questão da união do movimento associativo dos professores ao movimento operário. Aí poderemos confirmar o carácter plural de *A Federação Escolar*.

1.1.4. Leitores e Assinantes

Ao longo dos vários anos, *A Federação Escolar* dá-nos uma ideia do número de assinantes do jornal. Por exemplo, a 6 de Abril de 1918 lê-se: «Julgando interpretar o sentir da maioria dos professores primários portugueses, enviamos há dias para Lisboa o seguinte telegrama "Ex.mo Presidente da República: A "Federação Escolar" órgão do professorado primário pede a V. Ex. em nome dos seus 3500 assinantes que seja reconhecida na nova lei eleitoral a representação no senado da classe dos professores primários (...)»[42].

Num artigo de 25 de Janeiro de 1919 fala-se da distribuição: «(...) o nosso editorial de hoje terá por objectivo levar a todos os recantos do país um pouco da fé que nos invade o espírito (...)»[43]. Assim como a 21 de Janeiro de 1922: «Temos recebido nos últimos dias inúmeras cartas e postais, de todos os pontos do país, felicitando-nos pela

[39] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Falando de nós", p.1
[40] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Felicitações", p.5
[41] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 116, 17 de Maio de 1914, "Descentralização", p.1
[42] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 52, 6 de Abril de 1918, "Lei eleitoral", p.1
[43] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 358, 25 de Janeiro de 1919, "União! União!", p.1

campanha encetada nas colunas deste jornal a favor da conservação das Juntas Escolares e da situação material dos professores da província. (...)»[44].

Podemos comprovar que *A Federação Escolar* cobria grande parte do território nacional pois os artigos dos colaboradores, além da assinatura, publicavam o local de onde escreviam e temos localidades, desde o Minho ao Algarve incluindo as ilhas, como já referimos anteriormente.

Estes artigos vêm demonstrar que o jornal tinha uma grande tiragem pois não só os seus assinantes eram muitos como o jornal parecia chegar a todo o lado. A maior parte dos assinantes eram, como não poderia deixar de ser, os seus destinatários, os professores primários.

1.1.5. A sobrevivência financeira

Ao contrário de muitos jornais da época, *A Federação Escolar* não subsistia apenas da publicidade (como podemos ler na ficha hemerográfica), dado que esta era inconstante havendo até grandes períodos em que era inexistente. Tratando-se de um jornal bastante barato, sobrevivia principalmente da sua venda, dada a sua já significativa tiragem bem como de algumas doações como poderemos comprovar pelo artigo de 8 de Janeiro de 1910: «"A Federação Escolar", vivendo unicamente do favor dos seus assinantes (...) – Nada lucramos com a feitura do jornal»[45]. No mesmo número agradece-se a doação de vales.[46]

As despesas porém iam aumentando e o jornal vê-se na necessidade de alertar os leitores evitando a todo o custo a subida do preço, o que demonstra enormes preocupações de ordem social. É o que poderemos ler a 23 de Novembro de 1918[47].

Inúmeras contingências, nomeadamente o aumento do preço da mão-de-obra e do papel conduziram no entanto a alguns ajustamentos como se pode comprovar no quadro da ficha hemerográfica.

Apesar dos aumentos de preço pode ler-se a 19 de Maio de 1923 que *A Federação Escolar* é o jornal de classe mais barato que actualmente se publica.[48]

---

[44] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º.º, n.º 509, 21 de Janeiro de 1922, "Cautela!", p.1
[45] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Aviso", p. 2
[46] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 344, 23 de Novembro de 1918, "Aviso", p.2
[47] A 23 Novembro de 1918: «Aos nossos assinantes. A cobrança por correio foi sempre muito dispendiosa e nunca os seus resultados corresponderam, por múltiplas coisas, à elevada despesa e grande trabalho a que obrigava. Ultimamente, com a publicação do decreto n.º 4912 de 23 de Outubro último, o seu custo é elevado ao quádruplo (...) Se houvéssemos de continuar a cobrar pelo correio, teríamos de elevar o preço de assinatura anual a 1$60. Para evitar esse aumento, resolvemos não cobrar pelo correio, pois aos nossos estimados assinantes fica-lhes muito mais económico enviar-nos a importância da assinatura directamente, em papel moeda, vale do correio ou ordens postais».

O facto de sobreviver pelos seus próprios meios faz dele um jornal independente do poder político e económico o que tornando-o mais credível como órgão informativo e defensor da classe.

1.1.6. Imagem do professor no jornal

O artigo escrito pelo professor M. Carmona publicado a 5 de Fevereiro de 1921 demonstra bem a imagem negativa que o professor primário tinha e que *A Federação Escolar* veiculava:

«Há pouco tempo, de instrução primária
O triste professor, roto e a lutar,
Era considerado um pobre pária
Que para viver tem de mendigar.

A casa de escola era uma espelunca
Como ainda hoje é, sem luz, sem ar...
O mestre não cortava a barba nunca,
Pois não tinha dinheiro p'ra a cortar.

Quando o viam passar, triste e calado
Encolhido no seu fato remendado,
Todos, todos se riam do pobre home:
Mesmo os que ele ensinara com amor
Se riam ao passar o professor
Com a cara encovada pela fome. (...)»[49]

O jornal atribui a culpa desta imagem ao fraco vencimento que o professor recebe, ao governo e às leis confusas que se publicam.

A 3 de Dezembro de 1910, transmite-se a ideia que, se o professor não é um melhor profissional, é devido ao fraco vencimento que recebe: «(...) o professor recebe 450 réis diários. Desse dinheiro tem de sustentar família, vestir-se a si e aos seus, instruir-se,

[48] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 578, 19 de Maio de 1923, "À classe", p.1
[49] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 459, 5 de Fevereiro de 1921, "Aos "amigos" do professor", p. 1

estudar, acompanhar a par e passo a evolução pedagógica – se quiser conceituar-se. Do contrário terá de embrutecer, cristalizar bestialmente. Faltam-lhe estímulo, garantias, prestígio e protecção. Tem sido abandonado por parte dos poderes, os únicos que têm o dever moral e indeclinável de pugnar e velar por ele»[50].

A 23 de Março 1913 o prof. Viriato d'Almeida vai ao ponto de comparar a profissão do professor primário com outras no que toca a vencimentos: «O prof. primário do nosso país ganha menos que o carpinteiro ou o trolha, ganha às vezes menos que o jornaleiro de lavoura(...). Como há-de gastar dinheiro no seu aperfeiçoamento se dele carece para as despesas de subsistência!»[51].

Outros artigos batem na mesma tecla. São eles os de 15 de Dezembro de 1912[52], o 13 de Maio de 1922[53], o de 28 de Abril de 1923[54] e o de 18 de Novembro de 1925[55].

Apesar desta imagem negativa que era urgente melhorar, o jornal apregoava a missão nobre e difícil do professor. A 10 de Dezembro de 1910, por exemplo, o prof. J. Alves de Sousa escreve: «(...) Demonstremos mais que se o professorado pede mais uma migalha para enganar as angustias do estômago, é para melhor e mais activamente se poder dedicar à augusta missão – a de formar cidadãos dignos da República descendentes desses ilustre varões que devassaram o mar, dando... mundos novos ao mundo!»[56].

Para além da nobre missão de ensinar enaltece-se o papel cívico e social do professor. A 9 de Agosto de 1914 sobre a guerra e a missão do professor pode ler-se: «O professorado primário neste momento histórico, tem ensejo de revelar o seu alto valor cívico e de impor-se à consideração do Estado e da sociedade (...). Na sua grande missão social, cumpre-lhe atenuar os exageros da gente tímida que em qualquer facto ou boato vê hipotéticos perigos para a segurança da família e dos bens. Deve dar o exemplo da mais inteligente serenidade durante os acontecimentos (...)»[57].

---

[50] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 3 de Dezembro de 1910, "Fortifiquemos a raça e regeneremos a escola", p.2
[51] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 56, 23 de Março de 1913, "O melhor caminho", p.1
[52] A 15 de Dezembro de 1912 o prof. António Mendes escreve como a legislação se atropela, atribuindo funções ao professor que não são compatíveis funções: «(...) Suponha-se que o professor que também é ajudante no registo civil, foi nomeado para o serviço de exames, (...) É preciso que as leis não colidam (...)».
[53] A 13 de Maio 1922, já desiludidos com a República: «Temos de confessar, dolorosamente, que em matéria de assistência moral o professorado não deve mais à República do que à Monarquia (...)».
[54] A 28 de Abril 1923 mais uma vez se escreve como o governo trata mal a classe do professorado primário: «(...) Mas o nosso coração sangra de dor e o desânimo como que quer invadir-nos ao vermos os nossos sacrifícios, a nossa dedicação, o nosso muito amor à missão divina de que nos investimos com a alma cheia de fé e entusiasmo, correspondia, da parte do Estado, que representa o país com desconsiderações e até ofensas as mais imerecidas. (...)».
[55] A 18 de Novembro 1925 o professor Ilídio dos Santos Moreira escreve: « É de tal forma ingrata a missão do professor primário, é tão grande a indiferença cínica e covarde a que votam a nossa prestimosa classe, que o coração, em pulsações frementes de lídima revolta, maldiz a hora em que escolhíamos a humilde carreira a que nos dedicamos».
[56] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Para a frente!", p.1
[57] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 128, 9 de Agosto de 1914, "Missão histórica do professorado", p.1

A 7 de Fevereiro de 1920 o professor Manuel de Melo define o professor primário como uma das classes pensantes: « (...) Pois saiba o professor primário, como uma das classes pensantes do país, como uma das forças organizadas mais experimentadas em sacrifícios de toda a ordem, dar o exemplo da concretização das ideias (...)»[58].

Este artigo vem acentuar a importância do trabalho intelectual na condução da vida da Nação para o que seria necessário e urgente melhorar a imagem tão negativa dos professores: por isso a união é talvez a primeira das condições e o primeiro dos apelos. São exemplo disso os artigos de 7 de Dezembro de 1913[59] e 20 de Abril de 1918[60].

No fim da I República a imagem do professor parece finalmente ter melhorado um pouco.

A 28 de Janeiro 1925 escreve-se que a imagem do professorado primário tem mudado: «Assim, lançando-se a vista por sobre o que era a classe até há aproximadamente 14 anos, verifica-se que nesses tempos, o professor primário era apreciado por estes modos de ver: Os estúpidos maus e os ignorantes maus, engravatados ou lapuzes, pedantes ou charros, faziam-lhes troça; os grandes estadistas, altos burocratas, homens do dinheiro e da influência, tinham por ele indiferença; os plumitivos, conforme o género de literatura que se propunham explorar, assim se serviam dele como motivo de evangélica bondade e emotiva ternura ou como caricatura de saloia sabedoria; e apenas os simples, os bons, sentiam por ele uma simpatia filha da adoração. (...) Mas os anos rodaram. E os paladinos das novas instituições, nos primeiros momentos em que podiam arder, a plena chama, as ideias elevadas, e as desilusões não tinham ainda turbado os espíritos, realizaram em muito, a dignificação do professor primário, melhorando-lhe um pouco a desgraçada situação sob o ponto de vista material e moral. (...) Disto, como magnífico ponto de partida, resultou que o professor, criando ânimos novos, começou de afirmar-se no campo das acções e das ideias, (...)»[61].

---

[58] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 52, 7 de Fevereiro de 1920, "Ideias concretas", p.1

[59] A 7 de Dezembro de 1913 o prof. J. Alves de Sousa escreve sobre a importância do professor primário se unir para elevar o seu conceito: «(...) eu venho desde há muito clamando a necessidade de o professor primário se unir no fito exclusivo de se elevar no conceito público, não só material, mas, muito principalmente, moral e intelectual. A obra de desenvolvimento material do professor há-de ser a legitima consequência do seu desenvolvimento moral – o professor primário há-de primeiro que tudo impor-se pelo seu carácter e pelo seu saber, tornando-se indispensável pela sua acção no meio social».

[60] A 20 de Abril 1918 pode ler-se como o professor é menosprezado devido ao seu fraco espírito associativo: «É preciso dignificar o professor primário. (...) A dignificação do professor depende, sobretudo, da sua solidariedade, da sua organização associativa, do seu aperfeiçoamento profissional. Infelizmente o professorado, por virtude de circunstâncias inúmeras, possui um, rudimentar espírito associativo. Dessa deficiência tem resultado o desdém, o menosprezo com que, desde tempos longínquos, o Estado o tem tratado».

[61] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 666, 28 de Janeiro de 1925, "Coisas de ontem e coisas de hoje", p.1

Concluindo: se por um lado o jornal admite a miserável situação do professor, apresentando como principais causas a desunião e os fracos vencimentos, procura por outro acentuar a missão nobre, cívica e estratégica da classe na condução das ideias e logo, da vida da Nação, pressionando os governos e procurando assim dar cumprimento a um dos seus principais objectivos, a dignificação da classe docente.

II Contextualização

Segundo Joaquim Pintassilgo: «a última década do séc. XIX e a primeira década do séc. XX correspondem a um período em que a ideia monárquica vai perdendo gradualmente a sua legitimidade e as próprias instituições monárquicas vão mergulhando numa crise cada vez mais irreversível».[62]

Os finais do séc. XIX corriam ao ritmo do aumento da distância entre os portugueses e a Monarquia. Dos escritos da geração de 70 - Antero de Quental, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão este com as suas "farpas" – aos escândalos com os adiamentos à casa real; da humilhação sofrida com o Ultimatum Inglês (1890) às críticas veiculadas por inúmeras publicações (jornais, revistas, almanaques, ...; da irreverência académica e estudantil ao aumento da intervenção da Carbonária e da Maçonaria, tudo pareciam apontar para a irreversibilidade da queda da Monarquia e sua substituição por um regime que recuperasse a identidade nacional e o orgulho de ser português. Tão irreversível que a 5 de Outubro de 1910, uma revolta vitoriosa, simultaneamente civil e militar e com uma grande participação das associações secretas, saiu vitoriosa e culminou com a proclamação da República Portuguesa.

Nestas mesmas águas navegava o jornal *A Federação Escolar* que era a favor da República e tanto assim que a 8 de Janeiro de 1910 faz-se o balanço do que foi mais um ano com a Monarquia a governar: «(...) Se estivesse na índole do nosso jornal fazer o balanço das transformações económicas e sociais por que durante o ano de 1909 passou este desditoso país (...) ver-se-ia que demos mais um passo para o precipício onde tudo isto há-de despenhar-se, a não ser que um braço assaz potente possa suster o descalabro (...)».[63]

Também 8 de Outubro de 1910, três dias depois de ser instaurada a República, pode ler-se: «A Monarquia levou à ruína do país, mas temos hoje em Portugal "o governo do povo pelo povo" (...) a Federação Escolar em nome dos professores que a acompanham, saúda com entusiasmo o governo da República Portuguesa (...) saúda-o com uma bela esperança (...)»[64].

A consciência de uma alteração radical trazia consigo a expectativa de substanciais alterações na área educativa.

---

[62]PINTASSILGO, Joaquim – *República e formação de cidadãos*. Lisboa, Edições Colibri, p. 47
[63] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Ano Novo", p.1
[64] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 8 de Outubro de 1910, "O professor primário ante a República", p.1

1. Ensino Primário na 1.ª República

As intenções da Monarquia relativamente a este nível de ensino não chegam a convencer os intelectuais portugueses como refere A. H. Oliveira Marques: «apesar do empenho demonstrado pelos governos monárquicos em aumentar a rede escolar, grande parte da opinião pública identificava Monarquia e obscurantismo, acusando as autoridades de estarem interessadas em manter na ignorância as massas populares e acusava a Monarquia de vexar e humilhar os professores, abandonando-os na miséria atroz em que viviam»[65].

Porém, os republicanos acreditavam que bastava a proclamação da República para conduzir à salvação de Portugal e bem-estar de todos, retirando o país da situação de decadência em que se encontrava iniciando um período de grandeza nacional. A República provocou, em consequência deste investimento afectivo, imensas expectativas, nomeadamente no ensino primário, que era visto como veículo de salvação e republicanização da sociedade.

Continuando a citar Joaquim Pintassilgo: «acredita-se sinceramente no poder da educação para transformar os indivíduos e as sociedades. E a escola, em particular a escola primária, parece ser o local indicado para operar a regeneração moral e espiritual, formar cidadãos e, assim, consolidar a recém instaurada República (...)»[66] .

A valorização da escola primária no discurso pedagógico – e, em particular, tendo como veículo a imprensa de educação e ensino – torna-se uma constante. A escola primária surge assim como uma componente fundamental do projecto regenerador subjacente ao republicanismo e parte integrante da utopia educativa.

Podemos encontrar imensos artigos em *A Federação Escolar* veiculando a esperança que se colocava na República e em contrapartida, atribuindo as culpas do atraso do ensino primário à Monarquia. A 15 de Outubro de 1910, por exemplo, associa-se a Monarquia às trevas e ao obscurantismo: «E basta, santos propagadores das trevas, mascarados de cabouqueiros de ideias generosas. Basta, que o professorado tem, finalmente, diante de si um futuro glorioso (...). Sejamos sinceros e justos. Se alguma

[65]MARQUES, A.H. de Oliveira. História de Portugal, vol. III – Das revoluções liberais aos nossos dias. Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 61

[66] PINTASSILGO, Joaquim,- ob. cit., p. 61

classe havia que ao regime baqueado só devesse ódio e má vontade, essa classe era a do professorado primário (...)»[67].

Também a 24 de Dezembro de 1910 se descreve a Monarquia como uma noite tenebrosa: «Após uma noite tenebrosa, tão longa como séculos, onde a alma dorida da Pátria se afundava por falta de luz e calor, rompeu enfim a aurora redentora da esperança»[68].

Mais uma vez a 28 de Janeiro de 1911 se denuncia o facto de à Monarquia convir a ignorância do povo: «A monarquia nunca ensinou por amor. Ao povo fornecia quando muito uma falsificada instrução, que o mantinha tão arredado da vida como cada um de nós arredado das estrelas. Levá-la a iniciar um ignorante nos segredos purificadores do alfabeto, o mesmo era que arrancar-lhe um dente. É que essa monarquia não ignorava que em cada homem livre que soubesse ler não podia contar senão com um inimigo (...) o povo não sabia ler. O povo era um escravo que mãos interesseiras de caciques e orações perversas de padres guiavam conforme lhes aprazia, mas sempre pela estrada escura que levava aos séculos idos, aos tempos em que a opressão moral esmagava com a ferocidade desvairada do tigre»[69].

Em contrapartida depositam-se enormes esperanças na República. No mesmo número de Janeiro do professor Alfredo Moreira é um bom exemplo disso: «Nunca o professor primário teve tantas esperanças numa sólida, radical e sã reforma de ensino como actualmente (...). A Monarquia anunciava a reforma de ensino, para sufocar as reclamações do professorado, a quem a miséria ia invadindo a choupana, a quem a fome ia minando a existência (...)»[70].

A 6 de Julho de 1913 e em oposição ao obscurantismo da Monarquia associa-se a República às luzes e ao despontar de uma nova esperança: «(...) Finalmente! Um novo período de grandeza desponta para esta querida Pátria, que depois de largos anos de decadência, retomará o lugar a que a sua gloriosa história lhe dá direito»[71].

A esperança dos professores aumenta quando é criado o Ministério de Instrução como pode ler-se a 13 de Julho de 1913: «Está satisfeita uma das mais vivas aspirações do professorado. O Sr. Dr. Afonso Costa, havendo mais uma vez os seus compromissos de estadista, promoveu a criação do Ministério de Instrução Pública (...)»[72].

---

[67] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 92, 15 de Outubro de 1910, "O nosso dever", p.1
[68] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "*Post noctem sol elucet*", p.1
[69] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 22 de Outubro de 1910, "O professor primário", p.1
[70] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 22 de Outubro de 1910, "Reforma de Instrução primária", p.1
[71] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 71, 6 de Julho de 1913, "Uma pátria que renasce", p.1
[72] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 72, 13 de Julho de 1913, "O ministério da instrução", p.1

No entanto, a instabilidade política nem sempre permitiu o êxito das reformas projectadas e as medidas conjunturais que alguns governos tomaram em prol do ensino não puderam vingar por causa da queda dos respectivos titulares como veremos a seguir.

2. Reformas da República – As esperanças

O programa republicano incluía uma reforma de instrução que insistia sobretudo no ensino primário, não só por ser aquele que está na base da hierarquia escolar mas também por ser, através dele que se projectava alcançar a dita transformação mental do nosso país.

Uma das mais abrangentes e por isso, das mais importantes é a reforma de 29 de Março de 1911 que persistiu até 1919, embora alterada em alguns pormenores e regulamentada por sucessivos diplomas. A necessidade de revisão de toda a legislação, que preocupou os dirigentes republicanos após a experiência Sidonista, conduziu ao decreto n.º 5787-A, de 10 de Maio de 1919 da autoria do ministro Leonardo Coimbra que procurou reorganizar a instrução primária. O resumo das duas reformas encontra-se no seguinte quadro:

	29 de Março de 1911[73]	
Papel do professor	"Grande obreiro da civilização" "Beneméritos trabalhadores" "Exige-se que o professor seja competente e cumpra rigorosamente os seus deveres"	Não se define, mas tenta-se melhorar o seu estatuto sócio-profissional, valorizando a profissão
Escolas	"As câmaras municipais poderão comprar ou arrendar edifícios públicos ou particulares, desde que esses edifício sejam adaptáveis a esse fim" "Em cada uma das freguesia do continente haverá, pelo menos, uma escola primária para cada sexo. Quando não haja população escolar	"Compete às Juntas Escolares: promover a construção de edifícios escolares, arrendar, na falta de edifícios próprios, casas para escolas, adquirir o mobiliário escolar e o material

[73] Publicado em *A Federação Escolar* a 1 de Abril de 1911.
[74] Publicado em *A Federação Escolar* a 4 de Outubro de 1919.

	suficiente haverá uma escola mista" "Todas as escolas de instrução primária devem ser instaladas em edifícios próprios; sendo necessário que possuam o mobiliário e material didáctico indispensável"	de ensino"
Ensino/Pedagogia	"São dispensadas as crianças doentes ou com qualquer defeito orgânico ou mental. Serão criadas escolas especiais para tratamento e educação das criança cegas, surdas, atrasadas mentais ou escolares" "Ensino graduado, concêntrico e metódico, mantendo, numa harmonia constante, o desenvolvimento orgânico e fisiológico, e o desenvolvimento intelectual e moral" "Prático, utilitário e intuitivo, dispensa-se o mais possível o livro" "Obrigatório excursões, visitas e passeios pedagógicos, a fim de colher e coleccionar espécies para o estudo dos fenómenos naturais" "Ensino laico"	"O ensino primário tende a habilitar o homem para a luta da vida e a formar a consciência do cidadão" "Ensino activo, partindo sempre da convivência do aluno com as realidades físicas e sociais" "Os alunos devem possuir mais do que um livro para apoio"
Educação	"O homem vale, sobretudo, pela educação que possui" "Educar uma sociedade é fazê--la progredir" "Só se pode fazer progredir e desenvolver uma sociedade, fazendo com que a acção contínua, incessante e persistente de educação, atinja o ser humano, sob o tríplice aspecto: psíquico, intelectual e moral" "Essencialmente prática a criança vai ser reintegrada na Natureza"	"A moral das escolas só terá por base os preceitos que regulam a justiça entre os homens e a dignidade dos cidadãos"
Programas	"Leitura, Escrita, contos de história pátria e lendas tradicionais, geografia de Portugal, geometria geral,	"Desenvolvimento da oralidade e escrita, conhecimento da terra portuguesa, preparação da criança para a vida individual e colectiva, cálculo, geometria

	moral prática, educação social, económica e cívica, aritmética, desenho e modelação, canto coral, trabalhos manuais, ginástica, história geral e pátria, ciências naturais, jogos". No ensino primário superior: introdução da língua francesa e inglesa, exercícios militares e natação."	e sistema métrico, conhecimento dos fenómenos naturais, modelação, desenho, caligrafia, canto coral e poesias, higiene individual, ginástica e jogos educativos nacionais, trabalhos manuais e agrícolas" "O ensino primário superior destina-se a completar a educação geral e dar-lhe uma preparação técnica de carácter regional. Este inclui outras disciplinas como francês e inglês, ciências físico-químicas naturais, geografia, história, instrução moral e cívica".
Administração do ensino	"Fica a cargo das Câmaras Municipais que ficam independentes nas suas funções com uma grande autonomia, mas ligadas ao Estado" "Para os efeitos da assistência à população escolar haverá, na sede de cada concelho, um conselho de assistência escolar, composto por cinco membros".	"A administração das escolas de ensino primário e assistência aos respectivos alunos competirá dentro de cada concelho, a uma Junta Escolar"
Graus de ensino	"Abrange três graus: elementar (7 aos 10), complementar (10 aos 12) e superior (12 aos 15)[75]" "Ensino primário gratuito" "Ensino Primário Elementar é obrigatório" "Sistema de coeducação nas escolas primárias superiores" "A passagem dos alunos, de uma para outra classe, tem como critério a habilitação destes nas matérias dos respectivos programas (exames), e o grau de desenvolvimento psíquico e mental, de harmonia com a idade".	"O ensino primário abrange: primário geral (7 aos 12) com coeducação e obrigatório e primário superior (12 aos 15)" "Ensino primário gratuito" "As passagens de classe dos alunos das escolas do ensino primário geral serão feitas pelos respectivos professores". "Os alunos da 3.ª classe das escolas primárias superiores serão sujeitos a exame final".
Estatuto do professor	"Aumento das remunerações para tornar mais sólida, mais respeitável e mais bela, a sua acção moral, dentro das escolas"	"Aumento das remunerações"

[75] Durou seis anos lectivos, de 1919/20 a 1924/25 e não foi além de 52 escolas, segundo MARQUES, A.H. Oliveira- ob. cit., p. 46

	"40 alunos por professor" "Para o exercício oficial do magistério primário de qualquer das categorias em que se divide este ensino é necessário possuir título de habilitações legal conferido pelas escolas normais" "Os professores das escolas de ensino primário superior serão nomeados pelo Governo de entre os indivíduos habilitados com o curso da escola normal superior, ou de entre os professores de instrução primária, mediante concurso por provas públicas" "Fica extinta a categoria de professores ajudantes" "Concessão de dispensa de serviço (2 meses) sem perda de vencimento e às professoras durante o último período de gravidez e pós-parto" "Simplificação dos processos de provimento" "Abolidos os feriados santos"	"Os vencimentos, gratificações, subsídios e abonos dos professores de ensino primário são isentos de quaisquer contribuições ou impostos" "Os professores de ensino primário ficam sujeitos ao desconto de 3% nos seus vencimentos para efeito de aposentação" "São feriados os domingos, os dias de feriado nacional, a segunda e a terça-feira de Carnaval e a Quinta e sexta-feira imediatamente anteriores ao dia de Páscoa" "O governo promoverá a realização de conferências e Congressos pedagógicos"
Escolas Normais	"Elevará cada vez mais o nível intelectual do professorado tornando-o apto para a sua missão social" "Corresponderão às exigências da pedagogia moderna" "No território da República, haverá três escolas normais primárias com sede em Lisboa, Porto e Coimbra" "O regime das escolas normais primárias é o da coeducação dos sexos"	"A habilitação dos professores para o exercício do magistério primário em todos os graus far-se-á unicamente nas escolas normais primárias de Lisboa, Porto e Coimbra" A sua formação de três anos inclui disciplinas que corresponderão à pedagogia moderna" "Cursos de aperfeiçoamento para os professores habilitados pelas antigas escolas de ensino normal"
Ensino particular	"O Estado admite escolas particulares sob a condição de ser exercido por indivíduos com competência legal, mas sujeitos à fiscalização das entidades próprias oficiais". "Será proibido o exercício do magistério primário particular aos cidadãos que ensinarem doutrinas contrárias às leis do Estado, à liberdade do cidadão e à moral social"	"É livre a instituição de qualquer escola ou curso particular de ensino primário geral, ficando porém essas escolas ou cursos sujeitos à fiscalização oficial" "Será proibido o exercício do magistério primário particular aos indivíduos que ensinarem doutrinas contrárias às leis do Estado, à liberdade dos cidadão e à moral social"

Pela leitura horizontal do quadro, poder-se-á constatar que, da reforma de 1911 para a de 1919, poucas alterações foram introduzidas. As mais significativas porém prendem-se com a divisão e administração do ensino primário. Se as duas reformas pouco diferem a nível pedagógico (o ensino deve ser prático e contemplar disciplinas ligadas à Natureza e às expressões), ambas legislam no sentido de se formar uma nova imagem do professor de instrução primária procurando melhorar o seu estatuto sócio-profissional.

Tratava-se de documentos muito completos que, a serem minimamente executados, nos colocariam ao nível dos países mais avançados no domínio da instrução, mostrando bem, não só como os seus redactores tinham plena consciência das necessidades daquele grau de ensino mas também como estavam a par da pedagogia mais progressiva da época. Não estariam era a par da realidade das escolas, do ensino em Portugal e da situação do país.

Aquando das suas publicações, os professores depositaram nelas grandes esperanças, como podemos ver em vários artigos de *A Federação Escolar*: a 15 de Abril 1911 o prof. José Vitorino da Silva tece rasgados elogios à reforma de 29 de Março de 1911: «Está publicada a nova reforma da instrução primária a que o Governo da República ligou o seu nome, a obra mais grandiosa e benéfica da sua gerência, documento notável que honra não só o ilustre ministro do interior como todo o governo que com ele é solidário desse diploma que tem o cunho essencial duma boa lei»[76]; a propósito da de 10 de Maio de 1919 pode ler-se a 8 de Março de 1919: «Tomou o actual ministro da instrução a iniciativa de incumbir algumas pessoas entendidas de estudar e estabelecer as bases sobre que deve assentar a justa organização da tabela dos vencimentos dos professores primários. O facto é de per si incontroversa afirmativa da honesta e reflectida boa vontade de encontrar reparações a um velho delito nacional que a República atenuou, mas não suprimiu (...)»[77].

Como já dissemos anteriormente, estas são reformas utópicas, já que a sua implementação era impossível sem se atender à situação real do país e da classe docente.

Este fracasso das reformas é comprovado pelos constantes artigos do professorado que podemos ler em *A Federação Escolar*. A 10 de Junho de 1911, três meses depois de ser publicada, começam a surgir as críticas à reforma de 29 de Março de 1911: «Há para

[76] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 118, 15 de Abril de 1911, "Breves reflexões", p.1
[77] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 362, 8 de Março de 1919, "O professorado primário e a República", p.1

aí alguém que suponha que a publicação da última reforma de instrução proveu a todas as faltas, todas as lacunas e fez em nosso favor tudo quanto era preciso que se fizesse, no ponto de vista material e no ponto de vista do nosso aperfeiçoamento profissional? Não o cremos (...)»[78].

Mas nem só as lacunas que se prendem ao estatuto do professor e à sua formação são criticadas. A 6 de Abril de 1912 o professor G. O. Mendonça denuncia o facto de esta ainda não ter entrado em vigor e a pedagogia não ter mudado: «(...) Temos República há 18 meses e nas nossas escolas ainda se faz o ensino pelos mesmos livros da tempo da Monarquia (...). A última reforma, a qual ninguém sabe quando entrará em vigor, aumentou um pouco os ordenados dos professores, mas sabe-se já que para nos pagarem os míseros cobres, o governo lançou logo mais uns tantos por cento sobre o exausto contribuinte[79]».

A descrença ia-se acentuando. Por exemplo a 20 de Abril de 1912 o professor Carlos P. da Costa escreve: «(...) Passados 18 meses de República, ainda não fomos iluminados pelos raios rutilantes desse sol novo, que em 1907 almejávamos, e que em 5 de Outubro de 1910 despontou. Em assuntos de instrução pouco temos avançado. Reformou-se a instrução primária, é verdade, mas de automóvel, de forma que a máquina desarranjou-se por falta de gasolina e nós tivemos de ficar a meio da viagem (...)»[80].

A 19 de Abril de 1919 já se pede uma nova reforma por a primeira ter falhado: «A escola do povo em Portugal, carecia, como ainda carece, duma reforma, e bem que sabemos que, de facto, alguma coisa se fez. Foi a chamada lei de 29 de Março. Para nós um desastre, visto que, sendo sem dúvida, na generalidade boa, a deixaram incompleta e tolhida por falta de um regulamento apropriado. (...) Oxalá os actuais reformadores tomem isto como uma severa e útil lição (...)»[81].

Prorrogada a de 1911 eis que também a de 10 de Maio de 1919 é duramente criticada como pode constatar-se pelo artigo de 13 de Setembro de 1919: «São já volvidos três estirados meses depois que ela foi publicada, e, até hoje, não houve quem, com vagar, se referisse à nova reforma do ensino primário. Será ela isenta de erros, para que toda a gente com ela concorde? Parece que não, melhor o fosse (...)»[82].

---

[78] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 126, 22 de Outubro de 1910, "Vamos amigos!", p.1
[79] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "Para onde vamos?", p.1
[80] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Às apalpadelas", p.1
[81] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 368, 19 de Abril de 1919, "Por nós, pela Escola e pela República!", p.1
[82] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 389, 13 de Setembro de 1919, "A nova reforma", p.1

A 27 de Setembro de 1919 novas críticas: «O regulamento, o tão almejado regulamento, encravou e com ele a nova reforma de ensino, já publicada. Com esta, é já a segunda tentativa da República para levantar a instrução popular, facultando-lhe uma lei que pusesse alguma ordem neste pavoroso caos ou barafunda irritante que desde sempre assombrou a nossa escola primária aniquilando-ª Mas nada feito: o caos e a barafunda continuam cada vez mais temerosos, cada vez piores! (...)»[83].

A 6 de Novembro de 1920 resume-se aquilo que foram as duas reformas: «(...) Duas reformas de ensino não modificaram a orientação pedagógica, dando ao ensino a feição nova que é mister imprimir-lhe, não só quanto aos processos educativos, mas também quanto ao seu fim social(...)»[84]. Ou seja, apesar das enormes expectativas, as reformas não cumpriram os objectivos a que se propunham. Por isso e numa nova tentativa, o ministro João Camoesas pretendeu em 1923[85] remodelar todo o ensino, apresentando ao Parlamento um projecto inovador. Porém, a agitação política levou o ministro à saída do governo o que impediria a sua concretização ficando na história como um projecto adiado.

Também nesta proposta de reforma a cultura física, artística e social têm um papel muito vasto e importante, bem como a redução do ensino teórico e o aumento do ensino prático. Fazia também parte das inovações o ensino ser em regime de coeducação. O ensino primário, obrigatório, gratuito e com a duração de 6 anos (7-12 anos) ficava subdividido em 2 escalões: 7-9 anos e 10-12 anos, tendo também acesso ao ensino as crianças anormais.

Este projecto de reforma agradava aos professores, tanto assim que o Congresso realizado nos dias 8 a 10 de Agosto de 1924 em Braga[86] acabou por abordar o projecto de "Bases da Nova Reforma" de João Camoesas, tecendo-se-lhe muitos elogios.

Também a 14 de Julho de 1923 se pode ler a propósito desta proposta de lei: «É grato afirmar que encontramos na obra do Sr. Dr. João Camoesas pontos de vista que revelam, da parte de S. Ex.a, grandes faculdades de estudo, sólidos conhecimentos sobre a engrenagem do ensino e, sobretudo, uma grande largueza de vistas que apenas tem o defeito de se não compadecer com os recursos financeiros do momento. Temos a impressão de que a obra de S. Ex.a, num país em que a instrução fosse o principal

[83] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 391, 27 de Setembro de 1919, "Cada vez pior!", p.1
[84] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 446, 22 6 de Novembro de 1920, "Insistindo", p.1
[85] Proposta de lei publicada no Diário do Governo a 2 de Julho de 1923
[86] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 638, de 16 de Julho de 1924

cuidado dos legisladores e dos cidadãos seria, depois de retocada nalguns dos seus pontos, por ventura o início dum ciclo novo na organização do ensino»[87].

3. As Desilusões

No dizer de Joaquim Pintassilgo «está fora de qualquer dúvida que a 1.ª República foi incapaz de operar uma transformação estrutural da sociedade portuguesa, em particular nos domínios económico e social. Do ponto de vista social, a República, que havia sido implantada com o apoio das chamadas "classes médias" urbanas, contou de início com uma posição de expectativa favorável por parte das classes populares. O afastamento acabará, no entanto, por se verificar. As reformas republicanas não lograrão resolver a "questão social" e, a breve trecho, as greves tornar-se-ão uma constante, a par do fortalecimento dos sindicatos e das organizações anarquistas e anarco-sindicalistas»[88].

Para *A Federação Escolar*, três causas importantes estão na origem desta incapacidade das reformas principalmente no ensino primário. As primeiras prendem-se com factores internos ao país: a instabilidade política e a crise económica e a segunda com um factor externo, a 1.ª Guerra Mundial.

A instabilidade política já durante a Monarquia havia prejudicado o ensino primário como podemos ler a 1 de Janeiro de 1910: «Mais um novo ministro vem sobrecarregar a pasta por onde correm os assuntos da instrução. Se há ramo de serviço público que se ressinta com a instabilidade dos ministros é, sem dúvida, o da instrução pública (...)»[89].

Já em plena República, a 18 de Setembro de 1920, João Gomes de Oliveira escreve como todo o país, incluindo o ensino primário sofrem com a mesma instabilidade: «As sucessivas mutações governativas que o país tem experimentado são sempre acompanhadas da indispensável substituição de homens, novos ministros, novas e numerosas comissões (...). Acentuamos contudo ainda uma vez, o que não é demais, que uma das principais causas, senão a principal, que tem levado a instrução ao descalabro em que ela se encontra é a demasiada interferência da política nos seus serviços, é a leviandade e a irreflexão com que muitas vezes são tratados os mais graves problemas em matéria de educação (...)»[90].

---

[87] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 586, 14 de Julho de 1923, "A reforma do ensino", p.1
[88] PINTASSILGO, Joaquim- ob. cit., p. 53
[89] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "A instrução e a instabilidade dos ministros", p.1
[90] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 439, 18 de Setembro de 1920, "A República e a Educação popular II", p.1

As críticas continuam a 3 de Fevereiro de 1923: «O novo Ministro da Instrução que, certamente, como os seus antecessores, não aquecerá o lugar, o que, a meu ver, tem sido o pior dos males (...). É sempre assim. Ministro novo, trata logo de mostrar bons desejos de fazer alguma coisa em favor da nossa malfadada instrução; porém, em pouco tempo, ou deixa a pasta ou esbarra com o já conhecido bordão de falta de verba (...)»[91]. É precisamente este outro dos problemas da educação republicana, referido em *A Federação Escolar*: a crise económica.

A 23 de Novembro de 1913 podemos ler uma das únicas notícias que anunciam o equilíbrio financeiro no governo de Afonso Costa em 1913/14: «(...) O equilíbrio financeiro já foi realizado e o saldo de contas públicas serão aproveitadas criteriosa e patrioticamente. O ano de 1913 foi consagrado pelos poderes do Estado a pôr a casa em ordem. O de 1914 será dedicado a votar os créditos e as receitas necessárias para que a casa seja habitada por um povo vivo – um povo digno interna e externamente da República que fizemos (...)»[92]. A partir desta data porém, só se encontram notícias descrevendo a crise financeira em que se o país se encontra, como a 11 de Junho de 1921: «No meio da grave crise financeira em que se tem debatido a nacionalidade, e que a cada passo tem ameaçado subverter-se, ressalta bem vivida e tremenda uma outra crise (...) a do carácter. (...) O país luta ainda com um déficit esmagador e com uma situação económica agravante (...)»[93].

A crise financeira e a instabilidade política que levavam a investimentos a curto prazo com finalidades eleitorais (quando em contrapartida noutros domínios se faziam gastos supérfluos), originou orçamentos baixos para a educação. Tanto assim que a 22 de Junho de 1913 denuncia-se a falta de investimento do governo nesta área: «Para a solução do problema da instrução popular do nosso país muito se tem legislado, dito e alvitrado, mas, até hoje, ainda se não quis e se não soube lançar mão na verdadeira fórmula que o há-de tornar solúvel. Ainda não se quis, a sua solução custa dinheiro, e os governos não querem dispor dele; não se soube porque, na fórmula até hoje adoptada, não se tem seguido o que a ciência pedagógica prescreve, e daí, os erros que se nos deparam diante dos olhos em matéria de instrução (...)»[94].

A 11 de Setembro de 1920 denunciam-se a má gestão do dinheiro público: «(...) Em Portugal não há quem governe nem quem saiba governar; há porém, muito quem

[91] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 563, 3 de Fevereiro de 1923, "Mais um!", p.1
[92] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 91, 23 de Novembro de 1913, "Hino à vida", p.1
[93] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, 10.º, n.º 477, 11 de Junho de 1921, "Crise de carácter", p.1
[94] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 69, 22 de Junho de 1913, "Edifícios Escolares", p.1

desgoverne e quem com esse desgoverno lucre. Os negócios públicos andam a monte; o dinheiro público desbarata-se em coisas inúteis ou problemáticas. Uma parte da nação vegeta, definha-se, arrasta-se , enquanto a outra parte, talvez a maior, talvez a menor, vive no desafogo da roubalheira, da exploração, do parasitismo sem nome nem limite (...)»[95]. Este artigo demonstra bem, como era mal gerido o dinheiro público.

A 27 de Maio de 1922 escreve-se que a educação sofre mais um golpe, com um corte no orçamento: «Antes de mais nada, fixemos a nossa atenção na súmula de despesas ordinárias: por ela se vê que a verba destinada à instrução primária sofreu um corte de 1.596.460$00 (...) Pois compreende-se lá que queiram fazer economias no Ministério da Instrução, quando tudo indica a necessidade de se aumentarem as verbas que tenham por fim desenvolver a educação do povo? (...) Ah! Mas o sorvedoiro do Ministério da Guerra continua a sugar-nos o sangue(...) Fazem-se cortes por um lado e por outro mantêm-se despesas supérfluas (...)»[96].

Por fim, também a instabilidade política, segundo *A Federação Escolar* causava uma amálgama de leis que eram ditadas ao acaso e por vezes até se atropelavam. A 8 de Junho de 1913 o professor Franco Martins denunciando esta situação escreve: «O primeiro dever de um estado, diz Lutero, é ocupar-se e tratar da instrução do povo. Parece, porém que os nossos homens públicos, talvez à falta nítida de compreensão do pensamento do grande reformador, ou levados pela onda optimista duma nova era, estão apostados a legislar, a torto e a direito, sobre instrução, o problema moderno que exige mais aturado estudo (...). Em Portugal a instrução, a passos de caranguejo, tem caminhado sob um chuveiro de decretos, portarias e ordens ministeriais (...)»[97]. Assim como escreve a 28 de Setembro de 1913 o prof. F. Santos: «(...) É uma amálgama de leis, decretos e portarias que nem o diabo entende e que parte dos nossos colegas sem tempo para folhear jornais, sem dinheiro para os pagar, e longe possam encontrar o D.G., têm por vezes a felicidade de não chegar a conhecer. (...)»[98].

A terceira causa apontada pelo jornal para a degradação do ensino público e da sociedade portuguesa foi a 1.ª guerra mundial. Esta, provocou a mobilização de homens que eram o ganha pão das famílias e provocou a subida dos preços dos géneros alimentícios e outros bens, aumentando assim a carestia de vida. A este propósito podemos ler a 25 de Agosto de 1917: «O momento que atravessamos é de sérias

[95] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 438, 11 de Setembro de 1920, "A caminho do abismo", p.1
[96] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 522, 27 de Maio de 1922, "O orçamento", p.1
[97] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 67, 8 de Junho de 1913, "No país das leis", p.1
[98] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 84, 28 de Setembro de 1913, "Os últimos decretos", p.1

responsabilidades para a vida íntima da Família Portuguesa. As consequências da guerra estão sentido sob uma forma assustadora (...) tendendo a agravar-se de dia para dia (...)»[99].

A 15 de Setembro 1917[100] é publicada uma tabela onde se podem comparar os preços de géneros alimentícios de 1915 com 1917 e confirmar a inflação então verificada.

Géneros	Preços por kg	
	1915	1917
Carne	$24	$50
Arroz	$16	$26
Bacalhau	$30	$70
Batata	$03	$09
Pão	$04	$14

Também a 28 de Janeiro de 1922 se descreve a situação: «(...) A vida encareceu para todos. Pobres e ricos, capitalistas e proletários, grandes industriais e humildes funcionários do Estado, nos populosos meios urbanos e nas insignificantes povoações rurais, em toda a parte se sofrem as dolorosas consequências da guerra, não havendo medidas de salvação pública que lhes possam opor um dique (...)»[101].

Todos este factores apontados por *A Federação Escolar* contribuíram para uma desilusão na República. Daí começarem a ser publicados no jornal inúmeros artigos de desânimo e descrédito na mesma. Já a 29 de Setembro de 1912 Manuel de Melo escrevia: «(...) A República então é uma mentira, é uma palavra vã, é um regime de hipócritas e de parasitas. Que é da Igualdade? Que é da soberania popular? Que é da Liberdade de espíritos? (...) E estamos a dois anos da República! Que será daqui a um ano, daqui a outros dois anos? Haverá clamores, irrealizáveis ambições? (...)»[102].

Tal como este, muitos outros artigos espelham essa mesma desilusão: 6 de Outubro [103]e 29 de Dezembro de 1912[104], 16 de Fevereiro de 1913[105], 19 de Março de 1916[106] e

[99] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 284, 25 de Agosto de 1917, "Situação grave", p.1
[100] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 287, 15 de Setembro de 1917, "Situação má", p.1
[101] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 510, 28 de Janeiro de 1922, "Quem quer, vai...", p.1
[102] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 31, 29 de Setembro de 1912, " República", p.1
[103] «(...) Infelizmente, não se iniciou na escola a grande revolução que é urgente fazer-se. E tem ido tão longe os desacertos no ponto de vista das questões de instrução, que chegamos a supor que regressamos aos ominosos tempos que passaram (...)».
[104] O professor Carlos Pereira da Costa escreve: «Como estamos em fim de ano, não julguem os leitores que vou fazer um balanço da obra dos governos, que têm passado pelas cadeiras do poder, o histórico 5 de Outubro, no que toca a instrução primária. Não, vou apenas mostrar que fora o governo provisório, os governos da República pouco têm feito em benefício do ensino popular(...)».
[105] «A situação da escola primária portuguesa é hoje pior, bem pior, do que era à data da proclamação da República (...)».

13 de Maio de 1922. Neste último por exemplo, chega-se a comparar os dois regimes: «Temos de confessar dolorosamente que em matéria de assistência moral o professorado não deve mais à República do que à Monarquia. Uma onda de entusiasmo vinha dos arraiais do ensino primário saudou o evento da nova ideia, que há muito desejávamos e por que lutamos, mas bem depressa as nossas ilusões sobre os destinos da Escola Portuguesa e dos seus obreiros se converteram em desilusão(...)»[107].

Conforme ia crescendo a descrença na República, ia sendo criado um movimento nos professores que defendiam que a educação só ia para a frente se fossem eleitos deputados professores. Essa era a opinião de *A Federação Escolar* e alguns dos seus colaboradores. Assim a 2 de Maio de 1915 o professor Manuel Gomes Correia escreve: « (...) Enquanto não se unir e solidarizar, em todo o país, para que tenha no seio da representação nacional deputados, professores primários, legitimamente seus, nunca os altos poderes do Estado nos atenderão, como força política respeitável»[108].

A 23 de Fevereiro de 1918 mais uma notícia que apoia a eleição de professores para deputados: «(...) Só mandando ao parlamento alguém que de facto nos represente, nós teremos algumas esperanças a alimentar... seja qual for: monárquico ou republicano, socialista ou independente, é sempre um colega que sofre connosco, que vive a mesma vida, que compartilha das nossas alegrias e desenganos. É preciso que no parlamento algumas vozes se façam ouvir, em defesa da escola do povo. Evidentemente, só os profissionais podem com mais desinteresse, com mais entusiasmo e mais competência tratar no parlamento as questões que interessam à escola e à educação popular (...) (...)»[109].

Havia, no entanto, professores que não concordavam com este ponto de vista. A 9 de Maio de 1915 o professor Augusto Alves de Oliveira escreve que primeiro será preciso a união do professorado primário: «Entendo que a ideia, generosa aliás, de elegermos deputados propriamente nossos e cuja propaganda alguns colegas distintos, vem fazendo com calor e sinceridade nos jornais da classe – triste é ter de o dizer – não passa de uma bela utopia. Há entre nós o costume ou defeito, de se principiar as coisas pelo fim. É convicção minha que, antes de mais nada, deveríamos tratar a sério, isto é,

---

[106] «Quando o professorado primário, após a implantação do novo regime, viu realizada uma das suas mais antigas aspirações – a criação do Ministério da Instrução, exultou e deixou-se embalar na leda ilusão de que a instrução primária ia entrar no seu período áureo, de que a escola viria a ser de facto a pedra angular do progresso e o professor o primeiro funcionário do estado. Tinha-se iludido mais uma vez porque o novo Ministério em nada veio melhorar a nossa anterior situação material e moral (...) Os ministros sucedendo-se como chuva miudinha apenas têm feito obra de demolição (...)».

[107] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 525, 13 de Maio de 1922, "Nós e a República", p.1

[108] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 166, 2 de Maio de 1915, "Deputados, professores primários", p.1

[109] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 310, 23 de Fevereiro de 1918, "Deputados, professores primários", p.1

denodado e lealmente, da nossa união. União primeiro que tudo! Porque, meus amigos, se a união dos professores é coisa difícil – impossível não direi – a ideia, (...) de levarmos ao parlamento deputados professores, é simplesmente inexequível»[110].

Também a 11 de Março de 1925 Manuel de Melo escreve: (...) O lugar do professor primário é na escola, a sua política é a escola, o papel primacial é educar as gerações vindouras, espalhando aos quatro ventos os altos princípios do Bem, da Verdade, da Justiça, do Amor e da dignidade humana. O contrário de tudo isto é a negação da sua própria razão de ser; e a razão de ser do professor primário é encaminhar um povo para um ideal de Verdade e de Consciência»[111].

Em jeito de conclusão podemos afirmar que a ideologia republicana foi profundamente marcada pela crença no papel indispensável da educação e do ensino para a construção do "homem novo" e de uma nova sociedade. Em termos de inovação educativa, dentro do sistema oficial, assistiu-se ao elaborar de novas propostas reformadoras, de uma nova concepção face ao papel da escola e da construção de um pensamento pedagógico inovador e cientificamente fundamentado. A não concretização das imensas expectativas criadas conduziram, a uma enorme frustração e desencanto, situação que terá contribuído para a crise do regime.

É bom não esquecer, no entanto, que o contexto internacional – um contexto de crise e de guerra - foi francamente desfavorável à República e que dezasseis anos são muito pouco tempo para transformações profundas na sociedade. Para além disso, a permanente instabilidade política e social dificultaria a concretização de qualquer projecto coerente de reforma.

Mesmo assim, no dizer de Cândida Proença, «apesar do relativo fraco crescimento quantitativo, a República veio introduzir em Portugal, inegáveis mudanças qualitativas que se traduziram numa nova ideia de escola e em formas de pensar a educação e a formação para a cidadania»[112].

---

[110] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 167, 9 de Maio de 1915, "Deputados, não. União, sim", p.1
[111] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "O professor na política", p.1
[112] PROENÇA, Maria Cândida (coord). *O sistema de ensino em Portugal séculos (XIX-XX)*. Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 55 - 56

III- *A Federação Escolar* na 1.ª República

Análise de *A Federação Escolar*

1.1. Ambiente Pedagógico

1.1.1. Questões Pedagógicas

Segundo Maria Cândida Proença: «O pensamento pedagógico republicano, tinha como base a pedagogia positivista, este, já defendido durante o período monárquico por Emilío Garcia, Teixeira Bastos, Rodrigues de Freitas, José Augusto Coelho, Teófilo Braga e Júlio Matos»[113]. Os positivistas portugueses criticavam o carácter demasiado enciclopédico e teológico da nossa educação, por considerarem que exercia uma acção nefasta sobre o desenvolvimento das inteligências.

Nota-se também uma nítida influência comtiana nas propostas pedagógicas dos positivistas portugueses. Como Augusto Comte, aplicavam à educação a lei dos três estados – religioso, metafísico e positivo – e, neste sentido consideravam fundamental que se extirpasse da educação tudo o que tinha a ver com as duas primeiras etapas. Daí, uma das primeiras medidas tomadas pelos republicanos foi laicizar a educação, para que esta contribuísse para o desenvolvimento intelectual do educando, libertando-o de falsos dogmas. Por outro lado a doutrina metafísica na escola seria também contraproducente porque ainda no dizer de Maria Cândida Proença «dando livre curso aos frutos da imaginação produziria na ordem intelectual e moral, política e económica, em teoria e na prática uma confusa e desordenada multiplicidade de opiniões e sistemas incoerentes e contraditórias, que, lançando a incerteza nos espíritos e a perturbação nas consciências, originaria a mais espantosa anarquia no meio social, deixando sob as ruínas da teologia, o cepticismo nas inteligências e a desolação nos corações». Cabe aqui fazer uma breve introdução do positivismo a fim de percebermos as preocupações destes pedagogos. Segundo A. Comte, o espírito da humanidade desenvolver-se-á segundo três estados: teológico, metafísico e positivo ou científico. Assim este último seria o estado final e perfeito em que os fenómenos teriam como explicação científica e as causas seriam de ordem natural. Por aqui se compreende o porquê de os republicanos quererem abolir a religião das escolas e introduzir as ciências naturais. Segundo esta visão positivista, era a ciência que deveria conduzir a sociedade e logo a educação em vez das ilusões teológicas e metafísicas.

[113] PRONÇA, Maria Cândida- ob. cit., p. 52

Para os positivistas o ensino teria, pois, que ser conduzido cientificamente, conferindo aos alunos as bases necessárias para actuar no mundo sensível, aplicando, de modo eficaz, a ciência, ao mesmo tempo que se deveria incutir nos educandos a perspectiva de um ideal realizável a longo prazo. Ora, só a ciência positiva corresponderia a estas finalidades e, por isso, o ensino deveria procurar a realização e vulgarização do saber positivo. Num ensino orientado por estes pressupostos, o aluno começaria por aprender as ciências que lhe poderiam fornecer os conhecimentos básicos das leis que regulam a existência do mundo exterior e incluídos já nos programas do ensino primário: ciências naturais, ciências físico-químicas, geografia, história e o contacto com a natureza para recolha de espécies para o estudo. Este conhecimento geral e teórico, precederia a aprendizagem concreta e prática de uma profissão ou ofício, condição indispensável à boa organização da vida colectiva.

Muitos pedagogos como Bernardino Machado e José de Magalhães, bem como os jornais pedagógicos, defendiam que o ensino deveria mudar, acreditando até que, bastaria mudar o sistema político para tal suceder, como já referimos no capítulo anterior. Assiste-se a um optimismo educativo, de raiz iluminista, tendencialmente utópico.

A Federação Escolar era um desses jornais pedagógicos sensibilizados para com o avanço da pedagogia, tanto assim que, durante o período analisado por nós (1910 a 1926) encontramos inúmeros artigos que defendem alterações significativas na pedagogia em Portugal. Em vésperas da implantação da República (1 de Outubro de 1910) publica inclusivamente um artigo da Mesa do Directório do Sindicato dos Professores Primários Portugueses no qual consta uma lista de reclamações do professorado primário português exigindo entre outros: a criação de um Ministério de Instrução Pública; a obrigatoriedade do ensino com mais atractivos como livros, utensílios e excursões pedagógicas; a realização de conferências pedagógicas anuais como meio de desenvolvimento da instrução e de uma mudança e actualização dos programas do ensino primário[114]. Também a 16 de Março de 1912 escreve-se: «A Revolução estará feita na escola quando uma remodelação profunda nela se operar. E para tal se dar, preciso é que velhos métodos e processos desçam ao túmulo, para darem lugar a outros que firmados em bases científicas, desde muito são preconizados como os mais próprios, os indispensáveis para a realização da obra a que visa o ensino primário- preciso é que o professor se modifique, se aperfeiçoe, apossando-se desses

[114] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 90, 1 de Outubro de 1910, "Reclamações do professorado primário português", p.3

conhecimentos, hoje ao alcance de todos, pelos quais poderá pôr em prática esses preceitos da pedagogia moderna». [115]

Quando se implantou a República e o Governo Provisório chegou ao poder, também este demonstrou ter preocupações pedagógicas. Porém, antes de reformularem o ensino, os legisladores abriram "guerra" àquilo que pensavam impedir o avanço dos ideais revolucionários - a presença de ordens religiosas no ensino e o ensino da religião nas escolas do Estado. Assim, logo no dia 8 de Outubro de 1910[116] saiu no Diário de Governo: Artigo 1.º «Continua a vigorar como lei da República Portuguesa a de 3 de Setembro de 1759, promulgada sob o regime absoluto, e pela qual os jesuítas foram havidos por desnaturalizados e proscritos, e se mandou que efectivamente fossem expulsos de todo o país e seus domínios "para nele não poderem entrar"». No artigo 2.º declara-se que se mantém em vigor a lei de 28 de Agosto de 1767 que determinou a saída imediata dos jesuítas do país. A consequência exprime-se no artigo 5.º: « serão expulsos do território da República todos os membros da chamada Companhia de Jesus». O artigo 6.º, refere-se a outras organizações religiosas: «Os membros das demais companhias, congregações, conventos, colégios, missões ou outras casas de religiosos pertencentes a ordens regulares serão também expulsos do território da República; se forem estrangeiros ou naturalizados, e, se forem portugueses, serão compelidos a viver vida secular ou pelo menos a não viver em comunidade religiosa». A 22 de Outubro de 1910 decreta-se a extinção do ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e normais primárias. O decreto tem por fim «satisfazer ao espírito liberal e às aspirações dos sentimentos republicanos da Nação Portuguesa (...)considerando que o ensino dos dogmas é incompatível com o pensamento pedagógico que deve regular a instrução educativa das escolas primárias». O ensino moral que passará a ministrar-se nessas escolas «será feito sem auxílio de livro, intuitivamente, pelo exemplo da compostura, bondade, tenacidade e método de trabalho do professor e pela explicação de factos de valor cívico e moral». Paralelamente aposta-se no ensino da educação cívica, ministrado de modo análogo «por prelecções do professor, que se deverá inspirar sempre nos sentimentos da Pátria, amor do lar, do trabalho e da liberdade»[117].

Estas medidas são de tal forma revolucionárias que *A Federação Escolar* apoia-as incondicionalmente, tendo publicado a 22 de Outubro de 1910 um artigo onde afirma

---

[115] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Para a frente!", p.1
[116] CARVALHO, Rómulo. *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 659
[117] Idem, p. 660

que: «a extinção do ensino da moral religiosa católica na escola não viola a consciência de ninguém, visto que fica aos pais o direito de a ministrar na igreja e na família»[118]. Ainda no mesmo número é publicado um outro artigo assinado pelo professor Manuel José António onde se lê: «A gloriosa implantação da República Portuguesa trouxe consigo (...) a expulsão do território nacional dessa legião negra, negra exterior e interiormente, que há séculos se organizou sob a rubrica sarcástica, imprudente, de Companhia de Jesus»[119].

Mas, ao contrário do que se possa pensar a questão da extinção da doutrina cristã nas escolas não é bem aceite por todos os professores primários dando origem a outros artigos, como escreve a 7 de Janeiro de 1911 o professor Gonçalves: «Parece que houve colegas que se sobressaltaram com a extinção da doutrina cristã na escola oficial como se daí dependesse a destruição da realidade dominante ou a supressão da ideia de Deus no coração do povo! A meu ver esse acto prova apenas respeito pelo sentimento íntimo e pela liberdade do indivíduo, e uma medida de ordem e paz social. Deus não foi expulso da escola; esta apenas deixou de ser sectarista para se transformar num Panteão, em que se dará de Deus uma noção mais alta, mais sublime (...) tão geral que caiba em todos os sistemas e se adapte a todas as concepções (...) o dever do professor católico ou não católico, é respeitando a crença dos seus alunos combater os abusos que cometam à sombra da religião, qualquer que seja, extirpar os preconceitos, o fanatismo e as superstições que a desvirtuam ou transformam numa seita vilmente explorada por entidades que põem acima da sua pureza ideal um sentimento de cobiça torpe e de predomínio absoluto, inadmissível e improgressivo»[120]. A este artigo não encontramos resposta.

O que *A Federação Escolar* entendia pelo Ensino Moral que se passara a ministrar nas escolas em vez do ensino religioso católico era «ensinar, emocionar e dirigir.(...) Tem por fim fornecer ao espírito algumas ideias claras do dever e do direito, da justiça e da injustiça, da solidariedade, da dignidade e do respeito por si próprio (...) O fim da escola é formar pessoas de bem e não racionadores e casuístas». Este ensino mais abrangente dispensava o uso de manuais pois, tal como o mesmo artigo continua: «é infinitamente preferível partir da própria acção, boa ou má, dum acto concreto, sendo

[118] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 93, 22 de Outubro de 1910, "Doutrina nas escolas primárias", p. 2
[119] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 93, 22 de Outubro de 1910, "Uma medida acertada", p. 2
[120] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 104, 7 de Janeiro de 1911, "O ensino da doutrina cristã", p. 1

possível, real, e seguir-lhe as consequências até que se toque com o dedo o seu resultado benéfico ou maléfico»[121].

Esta educação moral incluía ainda uma parte de educação cívica. Temos notícias no jornal que dão conta da realização no estrangeiro de Congressos Internacionais de Educação Moral onde se reuniam os delegados dos vários países com o objectivo de elevar o nível moral e cívico das gerações novas[122]. Não temos registo que confirme a participação de Portugal nesse congresso.

Porém estes decretos publicados pelo Governo Provisório não tiveram os resultados esperados, entre outras razões por não se ter fiscalizado o ensino, conforme se constata a 1 de Novembro de 1914: «Por toda a parte pululam as escolas primárias particulares, cuja maior parte as dirigem reaccionários confessos ou autênticos emissários da seita negra. Quantas regidas por padres ou irmãzinhas disfarçadas ou, o que ainda é pior, por jesuítas de casaca! (...) Ao estado incumbe verificar se, de facto, essas casas transgridem as leis que a todos igualmente regem ou se a sua plataforma de reclame e combate continua sendo a mentira e o embuste. Seja como for, as escolas e os colégios de tabuleta religiosa constitui o mais grave perigo para a República e até para nós que teremos amanhã de fechar as nossas escolas por falta de alunos»[123].

Também a 17 de Janeiro de 1920 o professor Dias Agudo volta a chamar a atenção para este facto: «O espírito jesuítico, autoritário e rotineiro, que durante tantas gerações abastardou consciência e ruiu impérios para fundar um só império e criar uma só consciência, arrasta-se ainda através do ensino, não obstante todas as calamidades de que tem sido vítima por parte da ciência actual e das novas ideias da liberdade humana»[124].

Podemos concluir então que as organizações religiosas voltam a Portugal e ao ensino (se é que alguma vez saíram) sob a forma de colégios privados perante a passividade e a falta de fiscalização por parte do governo.

Logo depois de proclamada a República é publicada no Diário de Governo e veiculada pela própria *A Federação Escolar* a reforma de instrução primária de 29 de Março de 1911[125]. Esta reforma caracterizada como muito ambiciosa, mas sobretudo desligada da realidade, como já tivemos oportunidade de referir, introduz algumas modificações pedagógicas, que demonstram bem a preocupação republicana com a

[121] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 155, 14 de Fevereiro de 1915 , "A educação moral", p. 1
[122] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Segundo Congresso Internacional de Educação Moral", p. 3
[123] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 140, 1 de Novembro de 1914, "Um outro rumo", p. 1
[124] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "", p.1
[125] Decreto de 29 de Março de 1911

escola primária. Logo no relatório justificativo que antecede a reforma volta-se a focar a questão do ensino da religião católica: «A religião foi banida da escola. Quem quiser que a dê à criança, no recanto do lar, porque o Estado, respeitando a liberdade de todos, nada tem com isso. A moral das escolas, depois que a República se fundou, só tem por base os preceitos que regulam a justiça entre os homens e a dignidade dos cidadãos. Varreu-se da pedagogia nacional todo o turbilhão de mistérios, de milagres e de fantasmas que regulavam, até então, o destino mental das crianças. A escola vai ser neutra. Nem a favor de Deus, nem contra Deus. Dela se banirão todas as religiões, menos a religião do dever, que será o culto eterno desta nova igreja cívica do povo.».

Outra mudança pedagógica é nos graus do ensino primário que a partir de então passa a abranger o elementar (3 anos), o complementar (2 anos) e o superior (3 anos), sendo que para os alunos transitarem de um grau para o outro tinham de fazer exame. No capítulo IV artigo 26.º diz-se que: «em cada uma das freguesias do continente da República e das ilhas adjacentes haverá, pelo menos, uma escola primária desta categoria para cada sexo. Quando, porém, em virtude da exígua densidade da população escolar, não puder fundar-se uma escola para cada sexo criar-se-á uma escola mista» e, no artigo 30.º, diz-se que haverá um professor por cada grupo de 40 alunos. No capítulo V (artigo 46.º) especifica-se que: «para tratamento e educação das crianças cegas, surdas-mudas, atrasadas mentais ou escolares serão criadas escolas especiais».

As mudanças verificam-se igualmente a nível de prática pedagógica, de métodos e de objectivos. Recuando ao capítulo III, artigo 12.º: «Todo o ensino primário deve ser essencialmente prático, utilitário e quanto possível intuitivo». No artigo 13.º «(...) o fim da escola primária consiste em habilitar o homem para a luta da vida, ministrando uma educação que tenda substancialmente a esse fim». No artigo 14.º «(...) deve dispensar-se o mais possível o livro.». No artigo 15.º: «Em ambos estes graus de ensino são obrigatórias as lições de cousas, como meio de comunicação física, intelectual, moral e estética» e por fim, no artigo 17.º: «São obrigatórias em todos os graus de ensino, as excursões, visitas e passeios pedagógicos, a fim de colher e coleccionar espécimes para o estudo dos fenómenos naturais, no intuito de esclarecer e precisar as noções ministradas na escola».

O conteúdo do relatório justificativo da reforma aponta ainda para: «A educação exerce-se, como que automaticamente, durante toda a vida», deixando antever já preocupações que apontam para a formação de adultos.

A nível pedagógico *A Federação Escolar* envolveu-se em muitas questões, uma das quais os Exames exigidos para passar de grau de ensino dentro do ensino primário. A 15 de Fevereiro de 1914 é publicado um artigo do professor F.M. Freire onde defende que os exames não deveriam ser para todos os alunos, mas para aqueles que quisessem seguir estudos «(...) aos outros apenas se lhe passaria o documento ou atestado comprovativo de saber ler, escrever e contar para fins eleitorais ou qualquer emprego com poucas habilitações». O mesmo professor levanta algumas questões: «Pois para que serve o exame a uma criança que, dias depois de o fazer, vai pegar numa enxada, deixando esquecer tudo, incluindo as coisas mais rudimentares? Porque há-de o professor ter um trabalho insano, esforçando-se por meter à pressa a matéria de exame na cabeça do aluno, que às 2 por 3 esquece?» [126]. Mais, o professor Freire é de opinião que os trabalhos manuais não seriam trabalhados devido ao escasso tempo que resta da preparação para o exame. A escassez de tempo não prejudicava exclusivamente os trabalhos manuais, mas também os cânticos, a arte, o desenho e a educação moral, não deixando o professor pôr em prática os métodos e processos preconizados pela moderna pedagogia[127]. No artigo de 7 de Junho de 1914[128] criticam-se também os exames, porque o professor é avaliado pelo número de alunos que leva a exame e não pelos seus conhecimentos pedagógicos.

E quanto aos examinadores? Mais tarde, a 19 de Agosto de 1916 escreve-se que: «o serviço de exames de instrução primária é dirigida pelos aficcionados do Ministério.(...) É lá que são fixados os dias e horas para as chamadas dos examinados em todos os grandes centros, em todas as terras sertanejas. É lá que se autorizam os júris a duplicar ou se proíbe essa duplicação. É lá que se admitem ou excluem os candidatos em circunstâncias anormais. (...) Está claro que um serviço assim dirigido incompetentemente e de longe, certamente por quem nunca examinou, não preparou alunos ou desconhece conveniências locais, deve fatalmente resultar tumultuário». O jornal sugere inclusivamente que a nomeação dos examinadores «devia revestir sempre um critério elevado para que somente recaísse nos idóneos de todo o círculo, anualmente revezados(...) E mais uma vez critica os examinadores: «É por isso que muitas vezes os professores melhores, que mais trabalham e mais produzem, são

[126] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 103, 15 de Fevereiro de 1914, "Questões de ensino", p.1
[127] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 103, 15 de Fevereiro de 1914, "Questões de ensino", p.1
[128] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 119, 7 de Junho de 1914, "Exames", p.2

obrigados a ver os seus discípulos julgados por colegas profissionalmente inferiores, que menos trabalham e produzem»[129].

Quanto ao Método de Leitura Inicial *A Federação Escolar* depois de desacatos[130] com a "Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus", deixou de apoiar a "Cartilha Maternal" passando a apoiar a "Cartilha Moderna" do professor Manuel Antunes Amor. O director do jornal, Francisco Cardoso Júnior escreve um artigo dirigido a Manuel Antunes Amor a 5 de Novembro de 1910 onde se pode ler: «Abaixo a escola antiga! Viva a escola nova! A obra que eu sonhava de há muito, desde que abandonei os bancos da escola normal (...) realizou-a o meu ilustre colega, vinculando para sempre o seu nome nos fastos (no original) da instrução nacional. (...) talvez sem o querer, o meu caro colega seguiu para a apresentação do alfabeto a concepção de Castilho. O Froeber (no original) português cuja obra caiu no olvido mais lamentável (...) O colega deu-nos um livro que revoluciona a pedagogia»[131].

Esse apoio foi demonstrado muitas outras vezes no jornal, assim como descrições de acções de formação realizadas pelo professor Manuel Antunes Amor com o título "O ensino racional da leitura", onde explicava o seu método de leitura inicial.

Outra questão pedagógica discutida nas páginas de *A Federação Escolar* era a Educação Moral e Cívica, Física, Artística e Trabalhos Manuais. Da 1.ª já falamos pois veio substituir o ensino religioso. A Educação Física por sua vez, é defendida por este jornal que a 31 de Julho de 1920 cita o professor da Escola Normal do Porto, João Gomes de Oliveira: «a preparação do homem para a vida só poderá assentar em bases seguras se nos ocuparmos, primeiro que tudo, da educação física da criança, a fim de que mais facilmente consiga a máxima expansão da sua actividade intelectual e o triunfo das qualidades morais de que carecerá durante a sua existência». Este professor coloca assim a Educação Física na base de todas as aprendizagens e remete a responsabilidade de a legislar ao governo: «É preciso que desde já liguem à educação física toda a atenção aqueles a quem incube dirigir superiormente as coisas da instrução, mostrando assim que estão à altura das suas funções e compreendem onde se encontram

[129] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 231, 19 de Agosto de 1916, "Exames", p.1

[130] Pode ler-se no jornal a 1 de Janeiro de 1910: «Pelo que os jornais da classe e a imprensa diária vem noticiando, nota-se que lavra entre a classe do professorado primário um descontentamento geral, pelo facto que veio a público na circular emanada da Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus, datada de 20 de Outubro último (...) Há quem asserve que afirmação de tão má fé espalhada por todo o país, só teve em mira fazer realçar as vantagens do método e isto porque em muitas escolas oficiais, de ensino primário, depois da descortesia havida no último congresso pedagógico para com o professorado, muitas o haviam banido da sua escola (...)».

[131] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 95, 5 de Novembro de 1910, "Carta aberta ao distinto professor Manuel Antunes Amor", p.1

as grandes perspectivas do futuro da nossa raça»[132]. Ligado tanto à Educação Física como à Educação Moral e Cívica tentou-se introduzir nas escolas a instrução militar preparatória. Assim a 15 de Outubro[133] sai no Diário de Governo um decreto do Ministério da Guerra nomeando uma comissão para elaborar um projecto de regulamento da instrução militar preparatória. Num relatório justificativo que antecede o documento pode ler-se: «convém incutir e radiar (no original) nos ânimos o espírito militar desde a primeira adolescência» continuando «A instrução militar, a familiarização com os instrumentos elementares da defesa pública deve fazer parte integrante da educação cívica, tem que começar na escola primária. Deve ser para todos o abecedário da linguagem das suas futuras relações sociais. E esta mesma instrução deve pois acompanhar sempre os educandos, por uma forma progressiva e metódica, na sua passagem sucessiva pelas escolas».

Esta medida reflecte preocupações políticas e "nacionalistas" tentando-se incutir nas crianças um espírito que mais parece ainda de reacção inconsciente à humilhação causada pelo distante Ultimato Inglês.

O regulamento para a instrução militar preparatória ficou ultimado e foi publicado no Diário do Governo e mais tarde em *A Federação Escolar*[134]. Segundo o documento a instrução militar preparatória dividia-se em dois graus: o 1.º grau dos 7 aos 16 anos, com obrigatoriedade a partir dos 10 anos, e o 2.º grau dos 17 anos até à idade do recrutamento militar, com carácter obrigatório. No 1.º grau o ensino seria ministrado, pelos próprios professores, e consistia em Educação Cívica, Ginástica e Canto Coral. No 2.º grau, para os jovens a partir dos 17 anos, os cursos funcionariam nos quartéis e os instrutores seriam militares. Esta questão tornou-se muito polémica, espelhando-se em *A Federação Escolar* que apresenta artigos de apoio e contra esta instrução militar preparatória. Quem escreve contra a instrução militar preparatória é o Professor Viriato d'Almeida que se confronta directamente com o professor Augusto de Vasconcelos o qual defende a instrução militar preparatória. Tal como este, o professor A. A. Gil Figueira defende a instrução militar preparatória e, a 5 de Novembro de 1910, escreve: «Assim, a Itália, o Japão e a Suíça, que pelas suas manifestas condições de vitalidade, hoje se impõem no conceito mundial, não descuraram a instrução militar preparatória e a prática de tiro nas escolas primárias, como factor principal, para progressivamente e

[132] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 432, 31 de Julho de 1920, "Educação Física", p.1
[133] CARVALHO, Rómulo- ob. cit., p. 655
[134] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 95, 5 de Novembro de 1910, "A instrução militar nas escolas", p.2

sem perda de energia atingirem o princípio de Nação Armada»[135]. Posição idêntica manifesta o professor Luís Leitão que a 19 de Novembro de 1910 escreve que só compreende a instrução militar preparatória na escola com o intuito de preparar o cidadão para a defesa do território e não para atacar outros povos, e completa: «Achamos portanto que antes de mais nada os apologistas da introdução das práticas militares nas escolas devem promover que Portugal inscreva na sua constituição, que vai dentro em pouco ser elaborada, a negação do direito de agredir e só depois incitar as crianças a que se militarizem. Desta forma poder-se-á dizer-lhes que a instrução militar não lhes é dada porque seja meritório perseguir, violentar e matar homens que não falam a nossa língua, mas sim porque é necessário defender o que é nosso das pretensões e ataques de estranhos»[136]. Embora *A Federação Escolar* não tenha tomado qualquer partido, parece-nos oportuno apresentar aqui os argumentos em torno da instrução militar preparatória no que esta questão traz de importante para a definição da política educativa. O professor Viriato d'Almeida continua a discussão a 15 de Dezembro de 1912 escrevendo que a criação dos batalhões infantis vem desvirtuar a função da escola primária, pois «a riqueza e a razão de existir duma nacionalidade não se encontram na sua força armada. (...) A riqueza dum país consiste na sua produção abundante e suficiente para cobrir as necessidades do seu consumo. A sua razão de existir afirma-se pelo valor moral, intelectual e físico do seu povo, pela sua capacidade para o trabalho(...)»[137]. A 22 de Dezembro de 1912 o Professor Augusto de Vasconcelos responde que é função da Pátria preparar a defesa e garantir a independência, «sobretudo quando há mais que um abutre a espreitar a presa»[138] assim como é função do pai preparar o filho para a luta da vida. Em 5 de Janeiro de 1913 o Professor Augusto de Vasconcelos continua a discutir o tema e dirigindo-se a Viriato d'Almeida escreve que, «se é perigoso ensinar a manejar armas, também é perigoso deixar as meninas brincarem com bonecas porque podem despertar nela o desejo de ser mãe. Embora já não hajam descobrimentos há a necessidade de protegermos as nossas colónias. Amo a Paz e odeio a Guerra, mas penso que nunca devemos descuidar a defesa pois a paz é uma utopia»[139]. Mais uma vez o Professor Viriato d'Almeida responde ao Professor Augusto de Vasconcelos a 12 de Janeiro de 1913 escrevendo que não se pode comparar uma boneca com uma arma: «quando num batalhão infantil se distribui uma espingarda

[135] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 95, 5 de Novembro de 1910 "Instrução militar nas escolas", p.2
[136] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 97, 19 de Novembro de 1910, "Instrução militar nas escolas", p.1
[137] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 42, 15 de Dezembro de 1912, "Batalhões Infantis", p.1/2
[138] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 43, 22 de Dezembro de 1912, "Batalhões infantis", p.1
[139] A *Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 45, 5 de Janeiro de 1913, "Batalhões infantis", p.2

a uma criança, não se lhe dá como um simples brinquedo, mas como um objecto indispensável com o qual é preciso aprender a lidar e tem de se lhe dizer para que serve, procurando por todos os modos desenvolver na criança sentimentos militaristas, o culto da arma e o amor da farda». Continua a escrever que «compreendo tão bem como o colega o quanto carecemos do exército no actual momento. Acho porém anti-pedagógico a militarização da criança. Robusteça-se física e moralmente a criança e militarize-se o homem»[140]. Este professor defende a militarização não na criança mas mais tarde no homem. A 26 de Janeiro de 1913 o Professor Augusto de Vasconcelos continua a escrever que este tipo de exercícios militares é recomendável sob o ponto de vista higiénico; sob o ponto de vista escolar os batalhões infantis não prejudicam os horários nem os programas, porque a lei não os impõe, mas faculta-os; sob o ponto de vista social ensinar o manejo da arma é ministrar conhecimentos úteis- é a função da escola. Acrescenta que tudo pode ser mau, quando mal ensinado, ou aplicado. De seguida dá o exemplo de um batalhão infantil organizado no Porto "Recreatório do Carmo" onde os alunos nunca tinham ouvido falar em guerra, mas em defesa individual, a defesa do lar e defesa da Pátria[141]. Por fim, o Professor Viriato d'Almeida escreve a 9 de Fevereiro de 1913: «A escola deve ser a continuação do lar alegre como um ninho, carinhoso como uma mãe(...) Portanto, a escola não pode de maneira alguma sujeitar a criança à disciplina autoritária e impositiva do regime militar». [142]

A instrução militar preparatória encontrou muitos obstáculos para continuar. Em primeiro lugar porque as crianças não tinham robustez física forte, os professores não tinham formação nesse sentido e sobretudo porque... faltavam as verbas.

Quanto à Educação Artística, Landislau Piçarra escreve em 20 de Maio de 1911 um artigo onde defende que todos os indivíduos já nascem com tendências artísticas, sendo a arte uma aptidão inata cuja função da escola é desenvolvê-la e aperfeiçoá-la. Mas, para se ensinar a Arte é preciso que outras necessidades estejam satisfeitas como sejam os alunos ordenados e limpos, e que a sala tenha condições[143]. A 7 de Fevereiro de 1915, pode ler-se que não se deve começar por colocar obras de arte nas paredes pois os alunos não as compreendem. Primeiro é necessário aprenderem o alfabeto da arte[144].

O ensino dos Trabalhos Manuais na escola primária também é apoiada por *A Federação Escolar*. A 13 de Abril de 1913 o Professor Manuel José António escreve

[140] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 46, 12 de Janeiro de 1913, "Batalhões Infantis", p.1/2
[141] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 48, 26 de Janeiro de 1913, "Batalhões Infantis", p.1/2
[142] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 50, 9 de Fevereiro de 1913, "Batalhões Infantis", p.1/2
[143] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 123, 20 de Maio de 1911, "A arte e a escola", p.1
[144] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 154, 7 de Fevereiro de 1915, "A arte na escola", p.1

criticando um jornal pedagógico que categorizou os trabalhos manuais como uma «coisa de alto valor pirotécnico», sendo o mais importante aprender a ler, escrever e contar. Afirma que em todos os países civilizados já foram introduzidos os trabalhos manuais educativos no ensino, menos em Portugal[145]. O mesmo autor escreve a 24 de Agosto de 1913 que «é incontestável que há 2 ou 3 anos a esta parte temos progredido muito quanto à introdução dos trabalhos manuais educativos na escola primária. A campanha lenta mas metódica, iniciada decisivamente na ocasião em que se pensava no Congresso de Coimbra, (..) a realização do curso prático no Porto (...), a publicação do Guia Prático de trabalhos manuais educativos (...). E como consequência de tudo isso, já no findo ano lectivo foram numerosas as escolas em que o ensino manual foi conscientemente ministrado. Ainda muitos professores nos têm assegurado, uns verbalmente outros por escrito, que logo em Outubro próximo começarão a exercitar os seus alunos na nova disciplina»[146].

Outra questão a que *A Federação Escolar* dá muita importância é a da Coeducação. A 15 de Maio de 1920 pode ler-se: «Temos recebido várias cartas e artigos, tratando da coeducação dos sexos e da fusão das escolas, uns defendendo e outros atacando. Para que ninguém tenha dúvidas a respeito da nossa atitude, desde já declaramos que somos ao lado dos defensores. Isto não impede, porém que publiquemos as opiniões dos que não concordam com as novas ideias educativas, tanto mais que da discussão nasce a luz e temos, além disso, um grande respeito pela liberdade de pensamento»[147]. Em 23 de Março de 1912 é dada grande ênfase à defesa da coeducação nas páginas do jornal. É transcrita neste uma conferência realizada por Henrique Sant'Ana e promovida pela delegação concelhia do Sindicato dos Professores Primários de Portugal em Estarreja e que o próprio jornal apoia. Henrique Sant'Ana diz que «quase todas as freguesias possuem uma escola privada de cada sexo, parecendo-lhe que tal organização nada de bom pode produzir, quer sob o ponto de vista moral, quer sob o da instrução em si». Pergunta se no momento actual não haverá necessidade de preparar igualmente para o grande combate da vida, os indivíduos de ambos os sexos. E se eles terão amanhã de encontrar-se lado a lado no atelier, no escritório, no balcão, etc., porque os separam hoje, com tanto cuidado na escola primária? [148] A 8 de Outubro de 1910 é publicado em *A Federação Escolar* um estudo do pedagogo escandinavo Rasmussen que fez

[145] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 59, 13 de Abril de 1913, "Trabalhos Manuais", p.1
[146] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 78, 24 de Agosto de 1913, "Trabalhos Manuais", p.1
[147] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Coeducação e fusão de escolas", p.1
[148] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 4, 23 de Março de 1912, "O problema da educação", p.1

inquéritos às crianças de uma escola mista sobre o regime de coeducação. Das respostas recebidas mais de três quartos foram a favor da coeducação. Os rapazes dizem que com as raparigas adquirem maneiras mais distintas e doces, as meninas dizem que com os rapazes adquirem mais liberdade e os professores acham que é mais fácil manter a ordem pois as personalidades dos meninos e das meninas complementam-se e a vida mental é mais sã. [149] A 26 de Maio de 1912 é publicada uma tradução pastoral de um arcebispo francês num jornal francês. Este pastor escreve: «Vêm-se em várias escolas que, desprezando as próprias leis escolares e, sobretudo o pudor simplesmente normal de que deve cercar-se a criança, transformam as suas escolas em escolas mistas (...) vergonha mistura, lado a lado, muitas vezes face a face, nos mesmos bancos, se pensarem no que pode produzir em imaginações nascentes esta perigosa aproximação»[150].

O jornal procura assim dar destaque à discussão destas questões de cariz pedagógico, procurando contribuir para a definição futura da política educativa, veiculando estes argumentos de diferentes sentidos.

Outro assunto pedagógico legislado e defendido em *A Federação Escolar* são as Excursões, as Festas e os Passeios Escolares. As excursões são descritas a 1 de Abril de 1922 pelo inspector Augusto Gomes de Oliveira como «(...)um poderoso meio auxiliar da regeneração do homem, sob o ponto de vista físico, intelectual e genético» e mais à frente escreve que «As excursões, digressões e passeios escolares, os jogos ao ar livre e outros meios educativos e de preparação da mocidade para a luta pela existência(...) são uma regressão aos tempos da velha Grécia, em que os mestres não tinham bancos nem cátedra, ensinando em todos os lugares, em todas as ocasiões, onde e quando as lições eram mais oportunas»[151]. Apesar da importância atribuída, a única excursão na escola primária que *A Federação Escolar* anuncia é a 6 de Abril de 1912: «promovido pelo Sindicato dos Professores Primários de Portugal em Estarreja os alunos da escola primária deste concelho foram visitar o Porto, sendo descrita mais tarde como uma "festa de crianças"» [152].

As festas escolares são entendidas, a 30 de Junho de 1912, pelo Professor Aires de Carvalho como sendo uma maneira de abrir a escola à comunidade e de alegrar a escola

[149] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 8 de Outubro de 1910, "Mundo em fora", p.1/2
[150] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 14, 26 de Maio de 1912, "A Coeducação", p.1
[151] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 519, 1 de Abril de 1922, "Excursões escolares", p.1
[152] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 13 de Abril de 1912, "Uma excursão ao Porto", p.1

que se assemelha a uma prisão[153]. Porém, a única Festa Escolar que aparece noticiada em *A Federação Escolar* é a das "Aves e da Árvore" que se realiza por todo o país em Março. Esta festa é encarada como um combate a todos os maus instintos para com a Natureza. A 20 de Abril de 1913 o Professor Viriato de Almeida escreve sobre a Festa das aves. [154]

Os Passeios Escolares são defendidos, a 24 de Janeiro de 1915, como sendo pedagogicamente muito ricos: respeito pela Natureza e saber apreciá-la, interrompem a longa sedentaridade do alunos tão nociva ao desenvolvimento físico e penetra ar vivificador do campo nos pulmões[155]. A 16 de Maio de 1915 pode ler-se que os professores terão uma hesitação, mas depois de a vencerem «(...)logo reconhecerão a necessidade de furtar as crianças às casas infectadas, ao mobiliário defeituoso, ao meio esterilizador, para as expor ao ar e à luz, onde melhor possam assimilar o ensino e criar a harmonia entre as energias físicas e intelectuais o dever e a liberdade»[156]

[153] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 18, 30 de Junho de 1913, "As Festas Escolares", p.1
[154] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 60, 20 de Abril de 1913, "A Festa das Aves", p.1
[155] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 152, 24 de Janeiro de 1915, "Passeios Escolares", p.1
[156] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 168, 16 de Maio de 1915, "Passeios Escolares", p.1

1.2. Formação do Professor

1.2.1 Formação Inicial

Todos os professores primários antes de ingressarem no ensino tinham de ter uma formação profissional que poderia ser obtida nas escola normais ou em cursos de habilitação para o magistério, os quais funcionavam nas sedes de distrito. Até 1918, funcionaram escolas normais em Lisboa, Porto e Coimbra, além de rudimentares escolas de habilitação para o magistério primário em quase todas as capitais de distrito. A reforma de 1911 pôs fim a estas últimas, porque no dizer de A. Marques «não só a formação por elas dada se mostrava muito deficiente mas também porque o número de professores primários anualmente diplomados superava as possibilidades de colocação»[157]. Criou, assim, escolas normais somente nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Só a partir do ano lectivo de 1918-19 puderam as novas concepções republicanas para o ensino normal entrar em vigor, o que atrasou irremediavelmente a formação base dos professores primários em que tantas esperanças estavam depositadas como "obreiros da civilização"[158].

A Federação Escolar criticava o tipo de ensino ministrado nas escolas normais ao ponto de ter publicado o artigo de José de Magalhães a 21 de Maio de 1910 denunciando o lado excessivamente teórico dos alunos das escolas normais: «Os estabelecimentos de ensino normal primário oferecem, em Portugal, esta curiosa anomalia – que sendo destinados a formar professores, a ensinar a arte de ensinar, é, todavia, este ensino o que nos seus cursos ocupa o lugar mais acanhado; quase todo o tempo que lá passam os alunos mestres é empregue em aprender português, história, geografia, física, etc., coisas que são certamente preparatórias para a *ars docent* , mas não a constituem. (...) Posto isto, não me parece haver dúvida em que o ensino da arte de ensinar, como o da arte de curar, como o da arte de navegar, deve ter por centro o campo mesmo em que na vida se exerce essa arte»[159].

Na mesma ordem de ideias, publica-se a 15 de Outubro de 1910 o discurso de abertura do ano lectivo nas Escolas Normais do Porto de Bento Carqueja que classifica de «bela elocução(no original)» onde se pode ler: «No momento actual, em que as questões educativas se agitam vivamente entre nós e começam a interessar a opinião pública e as regiões educativas (...) parece-me propício o ensejo para soltar um brando

[157] MARQUES, A.H. Oliveira- ob. cit., p. 531
[158] Decreto de 29 de Março de 1911
[159] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II.°, n.° 72, 21 de Maio de 1910, "Escolas Normais", p.1

clamoroso (no original) em prol da remodelação do nosso ensino normal, orientando-o no sentido de o tornar mais completo, mais perfeito, mais consentâneo com o alto objectivo que ele se propõe atingir – preparar bons professores primários.(...) O verdadeiro professor primário, tal qual ele deve ser em toda a sua complexa integridade física, psíquica, pedagógica e social, é a mais poderosa alavanca impulsionadora do progresso de um povo». Em seguida descreve como deveria ser o programa de formação para professores primários e aí inclui disciplinas de pedagogia, higiene escolar, tratamento do papel das excursões escolares ou das disciplinas práticas. Continua depois o discurso fazendo uma severa crítica: «O meu propósito é evidenciar o retrocesso que representa o actual regime de ensino normal. (...) O moderno ensino normal, para corresponder aos seus fins normais, deve perder o carácter demasiadamente doutrinário e tomar uma orientação acentuadamente prática, aplicável e utilitária»[160].

O primeiro governo da República mostra uma intenção e preocupação em modificar o ensino normal. Na reforma de 29 de Março de 1911[161], concebida pelo Governo provisório pode ler-se na IV parte, Capítulo I e art. 109.º «(...) haverá: Curso Geral comum aos dois sexos; Curso especial para cada sexo e cursos complementares, de entre os quais se destacam o curso de lição de coisas, o curso colonial (...), curso destinado aos professores para as escolas de anormais e cursos destinados aos professores para as escolas de anormais físicos. No art. 110.º descreve-se o programa para o curso geral (4 anos) que inclui disciplinas de pedagogia, metodologia e metodologia do ensino primário e disciplinas práticas como desenho e modelação, canto coral, educação física e generalidade de educação militar. No art.º 111.º descreve-se o programa para o curso especial para a preparação do professorado feminino que inclui disciplinas como: jardinagem, trabalhos manuais e economia doméstica, frequência de uma maternidade nos últimos meses e no art. 112.º o programa para o sexo masculino que inclui matérias como: Trabalhos manuais e agrícolas, exercícios militares e natação. No art.º 3.º pode ler-se «Todo o ensino terá um carácter essencialmente prático.» E no art.º 114.º «(...) haverá, anexas às escolas normais (...)»: escola infantil; primária de sexo masculino e feminino; escolas para o ensino de cegos e surdos-mudos, escolas de aperfeiçoamento para instáveis, ginásio e parque de jogos, oficinas, museus e bibliotecas, ... No capítulo II, relativo aos alunos, pode ler-se no art.º 120.º «Aos candidatos à matricula nas escolas normais são exigidas as seguintes condições: idade

[160] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 92, 15 de Outubro de 1910, "Oração inaugural", p.2
[161] Decreto de 29 de Março de 1911

mínima de 15 aos, máxima de 25 anos; diploma de aprovação no curso das escolas primárias superiores ou na classe correspondente aos liceus e aprovação no concurso de admissão à Escola normal, quando as conveniências do recrutamento exigirem o referido concurso.»

Apesar destas intenções, o certo é que *A Federação Escolar* continua a alertar para o facto de o ensino nas escolas normais não ser o mais correcto. A 16 de Março de 1912 pode ler-se que «A revolução operada na sociedade portuguesa , tem de atingir a escola. (...) E esta modificação, este aperfeiçoamento, é empresa fácil – organizem-se nos devidos termos as Escolas Normais, de modo a que deixem de ser umas sucursais dos liceus para se transformarem em verdadeiros institutos técnicos (...)»[162]. Também a 13 de Outubro de 1912 o prof. Carlos P. da Costa escreve: «A disciplina basilar de ensino normal – a pedagogia – que deve ser essencialmente prática é ensinada duma maneira quase abstracta. As lições práticas rareiam, e a escola anexa, que precisa ser um laboratório prático e orientado, onde os alunos mestres devem moldar o seu espírito para a boa execução do seu futuro trabalho profissional, é um campo por arrotear, onde o aluno procede livremente, sem orientação científica, guiando-se geralmente pela vocação e pelo instinto. Era este o sistema educativo das nossas escolas normais há meia dúzia de anos, e sei que ainda não mudou»[163].

A 30 de Março de 1913 *A Federação Escolar* transcreve uma frase do pedagogo espanhol Cossio por a considerar importante: «Não gasteis em material de ensino, enquanto não tiverdes gasto sem limite com os mestres que eles pedem e devem ser a fonte viva de todo o material educativo»[164].

A formação destes futuros professores eram complementada com a formação contínua, da qual falaremos adiante, fora das escolas normais e para os professores em geral. Além disso, por vezes tinham formação complementar na própria escola normal, mas também esta era esporádica.

Uma das poucas excepções prende-se com a fundação da "Sociedade Literária com Caixa Económica" na Escola Normal de Bragança[165] anunciada por Amadeu Fabião a 12 de Novembro de 1910 e cujo produto seria empregue, uma parte em benefício dos alunos mais necessitados, outra parte em livros pedagógicos e outra ainda em excursões.

---

[162] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Para a frente!", p.1
[163] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 33, 13 de Outubro de 1913, "Em frente!", p.1
[164] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 57, 30 de Março de 1913, "A propósito de uma crónica", p.1
[165] Julgamos não ser Escola Normal mas sim Escola de Preparação do Magistério Primário de Bragança.

Aí se noticia igualmente uma conferência no salão da mesma escola pelo Dr. Francisco Martins sobre "Profilaxia das doenças infecciosas escolares" [166].

Da Escola Normal de Faro[167], João Rodrigues Aragão (director) publica a 4 de Fevereiro de 1911 um artigo que anuncia a realização de conferências semanais, que incluíam temas relacionados com a geografia[168].

A 11 de Março do mesmo ano, anunciam-se Palestras Pedagógicas na Escola Normal do Porto sobre questões de saúde escolar[169].

A 3 de Agosto de 1913 noticia-se a inauguração de uma exposição de trabalhos manuais na Escola Normal do Porto. Esta exposição foi inaugurada pelo Ministro da Instrução e os trabalhos manuais foram realizados pelas crianças das escolas anexas[170].

Também segundo a reforma de 29 de Março de 1911[171] era dever dos inspectores de círculo ajudar na formação dos professores que iniciavam a sua carreira, o que do ponto de vista de *A Federação Escolar* não acontecia, como veremos de seguida. No capítulo V, parte I e art. 150.º do referido diploma pode ler-se: «Aos inspectores de círculo incumbe: (...) 5.º Orientar e aconselhar pedagogicamente os professores, tanto no que respeita aos métodos de ensino, como aos processos de educação moral».

O incumprimento desta obrigação leva *A Federação Escolar* a tecer várias críticas aos inspectores. Por exemplo a 30 de Março de 1912 põem-se em dúvida a formação dos inspectores: «Ora a maioria dos inspectores nomeados pelo decreto de 29 de Março de 1911 (...) foram nomeados com o simples exame de admissão, tendo tido estes inspectores notas baixíssimas. E o Sr. Ministro do Interior compreende bem que não pode existir hoje um professor de instrução primária absolutamente ignorante das ciências físico-químicas e histórico-naturais, porquanto em todos os textos de leitura encontrará um motivo para transmitir à criança conhecimentos que devem ser ministrados dia-a-dia, conhecimentos da própria natureza humana, do meio físico e social. Tais conhecimentos não são possuídos pela maioria dos inspectores primários (...)»[172].

A 20 de Outubro de 1912 o Prof. Manuel Botelho escreve: «Ora a grande obra a efectuar deve ser completa. Transformar as escolas normais, dando-lhes uma feição

---

[166] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 96, 12 de Novembro de 1910, "Uma obra simpática", p.2
[167] Julgamos não ser escola normal mas sim escola de preparação do magistério primário de Faro
[168] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "O ensino normal em Faro", p.1
[169] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 113, 11 de Março de 1911, "Palestras pedagógicas", p.3
[170] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 75, 3 de Agosto de 1913, "O que diz o Ministro da Instrução Pública", p.1
[171] Decreto de 29 de Março de 1911
[172] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1913, "Pelo senado", p.1

exclusivamente pedagógica; adaptar a inspecção à função técnica orientadora que lhe está naturalmente indicada(...)»[173].

Por fim, a 19 de Janeiro de 1913 pode ler-se: «(...) modifique-se a inspecção escolar, de forma a exercer influência benéfica junto do professorado já em exercício»[174].

O sistema de aprovação dos professores também foi posta em causa por *A Federação Escolar*, quando a 15 de Setembro de 1912 o prof. José Fernandes escreve: «Parece que nos últimos tempos, quase todas as nossas escolas normais disputam entre si qual deverá conferir melhores classificações aos alunos que disputam (20, 19, 18, .. valores). Como se engana o júri (...) Os factos o demonstram, os professores medianamente classificados são os que na vida prática mais se distinguem pela dedicação(...)»[175].

Quanto à colocação dos professores, após a formatura, assistimos durante a 1.ª República a dois tipos de situação descritos por *A Federação Escolar*: A 22 de Dezembro de 1912 o professor M. Antunes Amor escreve: «Muitas são as queixas, contra o encerramento de dezenas de escolas (...) As escolas de habilitação não podem fornecer o número de professores que o país precisa na hora presente. Se se indagar quantos alunos do sexo masculino estão neste momento nas escola normais, ver-se-ão que são poucos, que não chegam só para as vagas actuais»[176] e a 16 de Março de 1913 o professor Manuel José António apresenta as razões que levam a que haja falta de professores: «Diz-se que há falta de professores. De acordo. Mas a maneira de conseguir o aumento da frequência das escolas normais é aumentando os vencimentos aos professores. Enquanto das receitas gerais se gastam 50%, 25% com as forças militares de terra e de mar, 20% com os funcionários civis – apenas 4% se despendem com a instrução, ou nem tanto, porque daí ainda sai dinheiro para obras de fomento e de assistência»[177].

A 14 Abril 1923 já com outro panorama escreve-se que em virtude de haverem 2 a 3 mil professores sem colocação se devia: criar as escolas cujas necessidades são mais que evidentes; conceder a aposentação aos professores que, em virtude da sua idade avançada, têm jus a descansar e encerrar as Escolas Normais por, pelo menos, 5 anos[178].

---

[173] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Ministério de Instrução", p.1
[174] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 47, 19 de Janeiro de 1913, "Reforma da Instrução Primária", p.1
[175] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 29, 15 de Setembro de 1912, "As classificações dos normalistas", p.1
[176] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 43, 22 de Dezembro de 1912, "Falta de professores", p.1
[177] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 55, 16 de Março de 1913, "A boa doutrina", p.1
[178] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 573, 14 de Abril de 1923, "Professores sem colocação", p.1

Resumindo: apesar de tão ambiciosa legislação, mais uma vez nota-se uma grande dose de utopia e por isso inadaptada à nossa realidade. Sabia-se que tipo de professor se queria, e que formação lhe dar, mas tudo isso não passa de uma quimera quando a teoria não corresponde à prática. *A Federação Escolar* continuava a desempenhar o seu papel mantendo-se muito atenta e crítica face a esta situação, funcionando como veículo da voz de muitos professores que não concordavam com a formação inicial do professor primário e que uma vez chegados às escolas primárias, encontravam um cenário também nada favorável, tornando pouco atractiva a carreira de professor primário, do qual falaremos no próximo capítulo.

1.2.2. Formação Contínua

Para todas as inovações pedagógicas de que falamos no capítulo anterior os professores pediam Formação Contínua, a qual já se encontrava legislada. A 13 de Outubro de 1912 o professor Carlos P. da Costa escreve que o aluno sai da escola normal com o diploma de habilitação e «(...) é enclausurado numa casa em péssimas condições higiénicas, sem ar, sem luz e sem condições pedagógicas, a ministrar o ensino a dezenas de crianças apinhadas (...) o professorado primário na generalidade precisa de adquirir conhecimentos que a sua profissão exige e que só a prática faculta»[179]. E no número a seguir, em 20 de Outubro de 1912 o Professor Manuel Botelho escreve dando prioridade à «promoção de cursos de aperfeiçoamento, proporcionando vantagens económicas a quem os frequentar»[180]. A 23 de Março de 1913 o professor Viriato d'Almeida escreve: «O professor primário do nosso país ganha menos que o carpinteiro ou o trolha, ganha às vezes menos que o jornaleiro de lavoura. Ora o professor tem de fazer a sua preparação em cursos especiais e dispendiosos. Para bem desempenhar a sua missão, ainda depois, de estudar muito, tem de estudar sempre, no livro, no jornal, em cursos de aperfeiçoamento em tudo que possa ilustrá-lo e torná-lo apto a acompanhar o movimento que à ciência pedagógica continuamente se imprime.(...) Como há-de gastar dinheiro no seu aperfeiçoamento se dele carece para as despesas da sua subsistência!». [181]

Esta formação contínua que os professores reclamavam e assumia os moldes de congressos pedagógicos, conferências, cursos e palestras, tinham tanto de necessária

[179] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 33, 13 de Outubro de 1912, "Em frente!", p.1
[180] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Ministério da Instrução", p.1
[181] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 56, 23 de Março de 1913, "O melhor caminho", p.1

como de dispendiosa. Às várias iniciativas neste âmbito, também *A Federação Escolar* deu o devido destaque.

1.2.2.1. Congressos Pedagógicos

Um dos tipos mais importantes de formação e de reclamações dos professores eram os Congressos Pedagógicos. No período por nós analisado são vários os que são anunciados, apoiados e descritos em *A Federação Escolar*. A 27 de Agosto de 1924 pode-se ler num artigo de Manuel de Melo: «A razão de ser dos congressos está na discussão serena, nobre e elevada dos assuntos que interessam a uma classe, na votação das suas conclusões e na apresentação destas aos poderes superiores, que lhes darão efectivação dentro das normas da legalidade e da boa doutrina»[182].

O primeiro Congresso que encontramos noticiado é o **de 1912** promovido pela Liga Nacional de Instrução. Este congresso anunciado a 13 de Abril de 1912 contou com a presença do director geral de instrução primária, Dr. Leão Azevedo pois o Ministro do Interior não pôde comparecer por motivos de saúde[183]. A 20 de Abril de 1912 são publicadas algumas conclusões do Congresso: defesa da criação e organização de um ministério de instrução pública; aumento do número de escolas e simplificação dos programas num sentido mais prático e educativo; difusão dos cursos nocturnos para adultos[184]. No mesmo número do jornal é publicada uma carta de Trevonil para *A Federação Escolar* que critica o Congresso Pedagógico dizendo que a sala esteve sempre a metade embora na assistências estivessem «(...)todas as alunas da Escola Normal e muitos professores de ensino livre e muitíssimos curiosos porque a entrada quase que foi pública. A discussão decorreu muito precipitadamente em questões de importância e alargou-se em excesso nalguns assuntos em que menos necessitavam (...)»[185].

Aí descreve-se o Congresso como mal orientado e com poucos assistentes nomeadamente dos mais interessados: professores primários. A nosso ver, esta crítica seria já uma maneira de *A Federação Escolar* desapoiar a Liga Nacional da Instrução Primária e apoiar o Sindicato dos Professores Primários de Portugal[186].

---

[182] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 644, 27 de Agosto de 1924, "Congressos e Congressistas", p.1
[183] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "O Congresso", p.2
[184] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Congresso pedagógico", p.2
[185] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Carta de Lisboa", p.2
[186] No capítulo do Movimento Associativo dos Professores Primários dar-se-ão provas do desapoio do jornal à Liga Nacional da Instrução Primária e o apoio ao Sindicato dos Professores Primários de Portugal.

A 7 de Setembro de 1913 volta-se a anunciar um Congresso Pedagógico, agora promovido pelo Sindicato dos Professores Primários de Portugal. Neste Congresso poderiam participar os professores sócios e não sócios[187] e a 21 de Dezembro de 1913 é publicada a autorização do Ministro de Instrução Pública para a realização do Congresso no Porto a **6, 7, 8 e 9 Abril de 1914** e para o respectivo programa[188]. Este também é publicado no jornal *A Federação Escolar* a 18 de Janeiro de 1914 e compreendia as seguintes questões: função social da escola primária portuguesa; formação de professores; edifícios escolares; horários escolares; situação económica e moral do professor primário; promoções de classe e, finalmente, temas diversos de pedagogia (processos para a educação da memória e da inteligência, processos para desenvolver o sentimento estético, o desenho na escola primária, o trabalho manual escolar, processo e metodologia do ensino da língua materna, da história da pátria e da geografia) [189].

O número de professores a aderirem parece ter sido melhor do que no último Congresso e a 15 de Março de 1914 publica-se: «De Lisboa , Trás-os-Montes, Minho, Beiras, Alentejo e Algarve centenas de professores acolhem ao chamamento do Sindicato dos Professores Primários de Portugal e inscrevem-se no Congresso. O Congresso marca o início de uma nova revolução em Portugal»[190]. A 12 de Abril de 1914 (já depois do Congresso) publica-se um artigo onde se afirma: «Como em todas as grandes assembleias houve nesta reunião magna do professorado português o choque por vezes violento, das diferentes maneiras de ver. Alguém viu nisto a indisciplina, a nosso ver, verdadeiramente injustificada. O que nós vimos no Congresso, foi uma ânsia de grande perfeição». [191]

O Sr. Ministro da Instrução após o Congresso deu uma entrevista ao jornal «A Capital» transcrita em *A Federação Escolar* a 19 de Abril de 1914 onde afirmou: «Quanto à significação do actual Congresso e às suas consequências práticas no ensino, dir-lhe-ei que embora organizado pelos professores do Norte, revestiu o aspecto de um verdadeiro Congresso Nacional. Lá estiveram professores de todo o país, estreitando melhor os seus laços de solidariedade intelectual e preparando-se para introduzir no ensino primário as mais inteligentes inovações. Nele predominou o carácter próprio de uma assembleia pedagógica, pois a parte mais importante dos trabalhos foi consagrada a

[187] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 80, 7 de Setembro de 1913, "Eles e o Sindicato", p.1
[188] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 95, 21 de Dezembro de 1913, "O Congresso", p.1
[189] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 99, 18 de Janeiro de 1914, "O Congresso Pedagógico no Porto", p.1
[190] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 108, 15 de Março de 1914, "Um Congresso", p.1
[191] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 111, 12 de Abril de 1914, "O Congresso", p.1

questões de ensino, tratando-se apenas acidentalmente da situação material dos professores e das suas relações com o estado(...); do congresso resultou que se tornassem mais íntimas as boas relações que existem entre o ministério e o professorado primário».[192]

A 23 de Janeiro de 1916 é anunciado o próximo Congresso Pedagógico também realizado pelo Sindicato dos Professores Primários de Portugal, em **Coimbra, nas férias da Páscoa**, mas acaba por não se realizar devido à Guerra Mundial e consequente crise económica[193].

No **início de Janeiro de 1920** é realizado outro Congresso Pedagógico, desta vez em Lisboa e realizado já pela União do Professorado Primário Português. A 17 de Janeiro de 1920 são publicadas por Canhão Júnior as propostas aclamadas no Congresso e todas se prendem com a organização da União do Professorado Primário Português e com as "Juntas Escolares" (que o governo queria abolir contra a vontade dos professores primários)[194]. No mesmo número do jornal Saturino Neves tece críticas ao congresso: «Houve um assunto de magna importância também para a classe cuja discussão não foi bem orientada (...) devido à fraca preparação dos membros do Congresso. Refiro-me às Escolas Primárias Superiores»[195].

A 7 de Agosto de 1920 notam-se já as inimizades entre a União e *A Federação Escolar*[196] quando é anunciado o Congresso realizado em Coimbra nos dias **25 a 28 de Julho de 1920** publicando-se um artigo onde pode ler-se: «Pela imprensa diária tivemos conhecimento de que o Conselho Central da União tenciona realizar em Coimbra uma reunião magna da classe, onde se discutissem vários assuntos de interesse para a escola e para o professorado. É da praxe comunicarem-se à imprensa pedagógica deliberações desta natureza, para que a classe inteira delas tenha conhecimento, não distinguindo ninguém, visto o interesse ser de todos (...)Não o entendeu assim o Conselho Central da União(...) como se a "Federação Escolar" não existisse ou a sua existência fosse considerada nociva aos interesses da classe»[197]. Mesmo assim, *A Federação Escolar* fez-se representar pelo professor Gomes da Rocha que descreveu a reunião durante os quatro dias. Este escreve que se encontrava grande assistência, vendo-se professores de vários pontos do país. Discutiram-se várias questões, algumas relacionadas com a

[192] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 112, 19 de Abril de 1914, "Ecos do Congresso", p.1
[193] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano IV, n.º 201, 23 de Janeiro de 1916, "Promoções de classe", p.1
[194] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "União: o último Congresso", p.1
[195] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Através do Congresso", p.1/2
[196] A União do Professorado Primário Português tinha uma jornal, *O Professor Primário*, que distribuía gratuitamente não passando as notícias do movimento associativo para *A Federação Escolar*.
[197] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 433, 7 de Agosto de 1920, "Congresso do professorado primário", p.1

organização da União, a situação dos professores interinos, o estado precário das escolas, subsídios aos órfãos dos professores primários, os tempos lectivos, a aposentação dos professores e aumento dos ordenados dos professores[198].

A 30 de Julho de 1921 anuncia-se na primeira página de *A Federação Escolar* o Congresso do Professorado Primário a realizar-se **a 2, 3 e 4 de Agosto de 1921 no Porto** promovido pelo Conselho Central da União do Professorado Primário[199] e a 6 de Agosto é descrito o Congresso da seguinte maneira: «Não são, evidentemente, lisonjeiras as impressões que colhemos no decorrer dos trabalhos. Houve uma certa incoerência, afirmaram-se princípios com os quais a comunidade não pode, de certo, solidarizar-se: a precipitação com que o *certamen* (no original) foi organizado fez-se sentir nos resultados gerais. Nem tudo foi perdido, felizmente. Foi posta em relevo a dedicação, o trabalho firme dos dirigentes da União, através de erros de menor monta, e dali o prestígio da União não saiu abalado»[200].

Este Congresso marca o começo de sisões ideológicas no seio dos professores federados. Para além de uma diferente concepção de associação sindical, alguns professores defendem a escola laica e «a extinção dos colégios clandestinos religiosos que existem (...) por todo o país» e outros, em número reduzido (5 congressistas), defendem o ensino religioso[201].

A 15 de Julho de 1922 é anunciado o novo Congresso a realizar-se nos dias **10, 11 e 12 de Agosto em Coimbra**[202]. Revelou-se mais moderado e não foram abordados assuntos tão controversos. A propósito dele, a 2 de Setembro escreve-se: «Mas... após a tempestade, surge a bonança. O Congresso de Coimbra despontou como um sol criador no turvo céu das nossas aspirações. A esperança renasce.(...) Desfazem-se equívocos, acabam-se com inimizades». Foi o Congresso da conciliação entre os professores[203].

A 4[204] e 11[205] de Agosto de 1923 é anunciado novo Congresso que se viria a realizar em Leiria nos dias **13, 14 e 15 de Agosto de 1923** com a presença do Ministro da Instrução. Segundo a descrição do Congresso publicada a 18[206] e 25[207] de Agosto de 1923 foram debatidos temas como: a obrigatoriedade escolar e as condições das escolas para receberem os alunos; a fundação de Jardins de Infância não só em Lisboa, mas

[198] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 433, 7 de Agosto de 1920, "Congresso do professorado primário", p.1
[199] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 484, 30 de Julho de 1921, "Congresso do professorado primário", p.1
[200] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 485, 6 de Agosto de 1921, "Congresso do professorado primário", p.2
[201] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 486, 13 de Agosto de 1921, "O Congresso", p.1
[202] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 534, 15 de Julho de 1922, "Ao Congresso", p.1
[203] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 541, 2 de Setembro de 1922, "Ainda o Congresso", p.1
[204] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 589, 4 de Agosto de 1923, "O Congresso", p.1
[205] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 590, 11 de Agosto de 1923, "O Congresso", p.1
[206] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 591, 18 de Agosto de 1923, "O Congresso de Leiria", p.1
[207] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 592, 25 de Agosto de 1923, "O Congresso", p.1

noutros distritos; a adaptação dos programas às regiões; a criação de escolas para os "anormais físicos" e a pobreza das escolas normais.

A 25 de Agosto pode ler-se no jornal «O Congresso de Leiria foi uma afirmação da vitalidade duma classe que se encontra na vanguarda do progresso e da civilização. Discutiram-se vários e complicados assuntos de interesse para o ensino, com isenção e serenidade, mas com firmeza e elevação. Todos os oradores se afirmaram com admirável conhecimento de causa e com um bem manifesto desejo de, mesmo em detrimento dos seus mais justos interesses, concorrerem para o levantamento mental da Nação. Do Congresso de Leiria resultou, pois, aquilo que era de esperar duma classe a quem está confiada a sublime missão de preparar aos vindouros de Portugal radiante de luz. (...) É ali que se vê como a nossa classe dispõe de admiráveis elementos de saber, energia e competência»[208]. Depois do Congresso realizaram-se reuniões magnas nos dias 16 e 17 de Agosto com questões relacionadas com a organização da União.

A 12 de Março de 1924 é publicado o artigo que anuncia o **Congresso a realizar-se ainda em Março de 1924** promovido pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas onde se iriam apresentar as teses: a luta anti-alcoólica nas escolas; assistência às delinquentes; o voto feminino; a nacionalidade da mulher casada com estrangeiro; bibliotecas infantis, Instituto Feminino de Educação e Trabalho; a educação das crianças nas colónias; espectáculos públicos e a educação; educação técnica da mulher e a educação sexual nas escolas[209].

A 23 de Abril de 1924 é anunciado o Congresso Pedagógico Distrital do Professorado da **Guarda** a realizar nos dias **22, 23 e 24 de Abril de 1924**[210].

A 16 de Julho de 1924 é anunciado o Congresso a realizar nos dias **8 a 10 de Agosto em Braga** e a Reunião Magna da União nos dias 11 e 12 de Agosto com a presença do Ministro da Instrução e publicado o seu regulamento[211]. A 13 de Agosto de 1924 escreve-se «A classe do Professorado Primário acaba de fazer uma das suas grandes afirmações de vitalidade. Este Congresso foi uma eloquente demonstração de quanto ela vale e quanto há a esperar da sua competência e da sua iniciativa»[212].

Neste Congresso discutem-se questões como: a miserável situação dos aposentados e inactivos, os magros vencimentos dos professores que são pagos tardiamente, a escola e

---

[208] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 592, 25 de Agosto de 1923, "O Congresso", p.1/2
[209] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 620, 12 de Março de 1924, "Primeiro Congresso Feminista e de Educação", p.1
[210] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 626, 23 de Abril de 1924, "Congresso pedagógico distrital do professorado da Guarda", p.1
[211] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 638, 16 de Julho de 1924, "O Congresso ", p.2
[212] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 642, 13 de Agosto de 1924, "O Congresso de Braga", p.1

a falta de condições, a simplificação de programas, a fiscalização do ensino primário, as escolas primárias superiores, coeducação, os alunos "anormais", a saúde dos professores, órfãos e viúvas dos professores primários.

O Congresso acaba por se centrar muito no projecto de "Bases da Nova Reforma" de João Camoesas (ex-ministro da Instrução), e nalgumas teses - estado da instrução de Portugal de Manuel Barroso; preparação do professor; Instituto do Professorado e inactivos e aposentados. A 27 de Agosto de 1924 *A Federação Escolar* dá a sua opinião sobre o Congresso onde pode ler-se: «Foi, sem dúvida uma demonstração da vida agitada e impaciente da classe (...) E no entanto, ainda neste Congresso, muito se cuidou da escola e dos seus problemas. Do professor pensou-se bastante no seu futuro (...) Porém, do presente (...) nada ou quase nada»[213].

Apesar da multiplicidade destas reuniões e da importância dos temas aí debatidos, começa a notar-se alguma impaciência sobre o seu alcance no quotidiano das escolas e dos professores. A 3 de Setembro de 1924 Manuel de Melo ataca os Congressos e os Congressistas escrevendo: «A razão de ser dos Congressos está na discussão serena, nobre e elevada dos assuntos que interessam uma classe, na votação das suas conclusões e na apresentação destas aos poderes superiores que lhes darão efectivação, dentro das normas da legalidade e da boa doutrina. (...) Que foi o Congresso de Braga? O mesmo que o de Leiria, o mesmo que todos os outros: palavras, muitas palavras mirabolantes, discursos inflamados, que às vezes pareciam jogos malabares num torneio literário, promessas fantasistas para ludibriar (...). Os professores vieram de Braga como para lá foram»[214].

Apesar destas vozes mais críticas, a 22 de Abril de 1925 é anunciado o 2.º Congresso do Distrito da Guarda (Gouveia) que contou com a presença e presidência do Ministro da Instrução. Foram discutidos os temas: analfabetismo, bónus nos caminhos de ferro para os professores, condições das escolas, excursões escolares, as caixas escolares e a União[215].

A 29 de Abril de 1925 é anunciado o Congresso Pedagógico de Leiria realizado a **16 e 17 de Abril de 1925** nas Caldas da Rainha[216]. O jornal dá pouca importância a este Congresso.

---

[213] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 644, 27 de Agosto de 1924, "Impressões do Congresso", p.1
[214] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 645, 3 de Setembro de 1924, "Depois dos congressos", p.1
[215] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 678, 22 de Abril de 1925, "2.º Congresso do distrito da Guarda", p.2
[216] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 679, 29 de Abril de 1925, "Congresso pedagógico distrital de Leiria", p.1

Temos notícia em *A Federação Escolar* a 6 de Janeiro de 1926 de outro Congresso e Reunião Magna da União. No início teve a presença do Presidente da República e do Ministro da Instrução que se retiram após a sessão inaugural. Sendo o presidente do Congresso João Camoesas volta-se a falar da sua reforma que a «classe discutiu com carinho» tendo terminado por um viva a esta reforma. Discutiu-se também a legislação caótica do ensino, a caixa de previdência e a falta de escolas para colocação de professores. De seguida, já na Reunião Magna discutiu-se o relatório da União e elegeu-se a sua nova direcção[217].

Mais tarde, depois do golpe militar, a 28 de Julho de 1926, *A Federação Escolar* anuncia mais um Congresso Pedagógico e Reunião Magna da União que terá lugar em Agosto de 1926, organizado pela União do Professorado Primário. Este Congresso ainda teve a participação do Ministro da Instrução Pública que fez um discurso onde transparecia que estaria a favor da União do Professorado Primário e mostrando-se receptivo aos problemas dos professores elogiando-os: «Em cinquenta anos a cena mudou para bem; as qualidades dos mestres foram-se estremando em competência e o professorado primário conta membros dignos das suas funções e conscientes da sua elevada missão.». De seguida o Ministro da Instrução Pública inaugurou a exposição de trabalhos escolares provenientes de várias escolas primárias e na qual se encontravam desde, desenhos dos alunos mais novos a trabalhos mais perfeitos dos alunos mais velhos. Neste Congresso discutiram-se teses como: "Casa do professor"; cooperativa de produção e consumo; aposentação dos professores; educação física nas escolas primárias; trabalhos manuais educativos; e o ensino religioso[218].

1.2.2.1. Outras iniciativas de formação contínua

Outras modalidade de Formação Contínua dos professores primários eram as Conferências, Cursos e Palestras que *A Federação Escolar* também anunciava, descrevia e apoiava. A 12 de Março de 1924 o professor P. Moita descrevia as Conferências Pedagógicas como: «(...) de capital importância para a harmonia na organização das escolas e divulgação de processos e métodos mais adequados ao ensino infantil. A elas todos devem concorrer desde os mais novos aos mais velhos, desde os mais letrados aos menos cultos; todos lucrarão com semelhantes reuniões, expondo uns o seu saber e outros a sua experiência. Além disso, as conferências pedagógicas servem

[217] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 715, 6 de Janeiro de 1926, "Congresso e reunião magna de 1925 realizado em Janeiro de 1926", p.1
[218] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 744, 28 de Julho de 1926, "O próximo congresso", p.1

de incentivo aos professores primários para o estudo de assuntos escolares, tornando assim a sua tarefa menos árdua e o trabalho metódico e proveitoso»[219]. Resumimos estas outras iniciativas de formação contínua anunciadas em *A Federação Escolar* no seguinte quadro:

Data	Tema	Conferencista	Organização	Lugar
15 de Abril de 1911[220]	A instrução primária, pedra angular da República	Manuel José António	Centro Miguel Bombarda	Caldas da Rainha
3 de Março de 1912[221]	Ensino Normal Primário" que considera ser a pedra basilar de qualquer reforma	Eduardo Ferreira dos Santos	Sindicato dos Professores Primários de Portugal	Palácio de Cristal
17 de Março de 1912[222]	Regime coeducativo na escola primária, o qual apoia pelo exemplo de outros países e por razões económicas	Henrique Sant'Ana	Sindicato dos Professores Primários de Portugal	C.M. de Estarreja
24 de Março de 1912[223]	Evolução do Métodos de ensino inicial - as bases do ensino educativo	Manuel Antunes Amor	Sindicato dos Professores Primários de Portugal	Palácio da Bolsa do Porto
17 de Junho de 1912[224]	Trabalhos Manuais Educativos: suas vantagens como elemento de educação geral	José Alves de Sousa	Sindicato dos Professores Primários de Portugal	Palácio da Bolsa do Porto
2 de Agosto de 1919[225]	Coeducação dos sexos	António Lopes da Costa	Não informa	Arganil
4 de Junho de 1921[226]	A nova pedagogia e os novos pedagogos	inspector do círculo escolar de Amares, Augusto Gomes de Oliveira	Grémio dos Professores de Gaia	Gaia
17 de Março de 1923[227]	Educação Física na Escola Primária	João Gomes de Oliveira	Grémio dos professores Primários de Gaia	Gaia

[219] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 620, 12 de Março de 1924, "Conferências pedagógicas", p.1
[220] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 118, 15 de Abril de 1911, "A instrução primária, pedra angular da República", p.3
[221] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 2, 9 de Março de 1912, "A acção do Sindicato", p.1
[222] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 4, 23 de Março de 1912, "O problema da educação", p.1
[223] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "A acção do Sindicato", p.1/2
[224] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 17, 23 de Junho de 1912, "Conferência de Alves de Sousa", p.1
[225] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 383, 2 de Agosto de 1919, "Coeducação dos sexos", p.1
[226] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 478, 4 de Junho de 1921, "Conferência Pedagógica", p.1

26 de Abril de 1923[228]	Educação Cívica	João Gomes de Oliveira	Grémio dos professores Primários de Gaia	Gaia
18 de Junho de 1924[229]	Instrução Primária, últimos projectos de reforma e finalidades da escola popular.	Eusébio de Queirós	Não informa	Sede do Centro Escolar do Porto
15 de Agosto de 1912[230] (dura 5 dias)	Benefícios do ensino dos Trabalhos Manuais: cartonagem, trabalho de papel, modelação de barro, aplicação do trabalho manual aos programas da escola primária e trabalhos artísticos A 24 de Agosto de 1913[231] o professor Manuel José António, dá noticia de que depois do curso se publicou o Guia Prático de Trabalhos Manuais Educativos	Professor de desenho e trabalhos manuais belga Mr. E. Destanberg, professor este recomendado pelo «Bureau» Internacional das Federações dos Professores, a que o S.P.P.P. passou a pertencer em Maio de 1911	Sindicato dos Professores Primários de Portugal	Porto
1 de Agosto de 1922[232]	Trabalhos manuais, desenho, educação física e música	Não informa	Grupo de amigos da escola primária	Pavilhão da Escola Raul Doria no Porto
Férias de Verão de 1923[233]	Trabalhos manuais, desenho e modelação, educação física e música e canto coral	Não informa	Grupo de Amigos da Escola Primária	Porto

[227] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 569, 17 de Março de 1923, "Educação Física", p.1
[228] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 574, 21 de Abril de 1923, "Conferência", p.1
[229] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 633, 11 de Junho de 1924, "Centro Escolar do Porto", p.1
[230] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 14, 2 de Junho de 1912, "Trabalhos Manuais Educativos", p.1
[231] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 78, 24 de Agosto de 1913, "Trabalhos Manuais", p.1
[232] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 539, 19 de Agosto de 1922, "Curso de aperfeiçoamento", p.1

29 de Maio de 1924 às 21h[234]	Instrução: Curso de Bibliografia Pedagógica	Não informa	Não informa	Sede da Sociedade de Estudos Pedagógicos no Porto
Fevereiro de 1912[235]	Matemática: adições, subtracções, multiplicações, extracções de raízes e equações de 1.º grau	Inaudi, o célebre calculista	Não informa	Teatro Sá da Bandeira

Podemos concluir que esta Formação Contínua para além de não ser muito frequente, também não era eficiente e nunca promovida pelo Governo. Este limitou-se a legislar e a aplicar as leis sem se preocupar em formar os professores. Assim, a pouca Formação Contínua existente é promovida pelas associações sindicais e sempre apoiada por *A Federação Escolar* devido à forte ligação existente entre estas. Podemos ainda verificar que esta formação acontece quase sempre nas grandes cidades do litoral, e por isso, pouco acessíveis à maioria dos professores espalhados pelo país cujo ordenado mal dava para viver quanto mais para fazer grandes deslocações. Esta formação contínua também não se fazia autonomamente por livros que os professores lessem, pois para além de serem pouco frequentes, eram caros[236] e as bibliotecas escolares inexistentes. Também aqui *A Federação Escolar* tinha um papel determinante na formação do professor na medida em que publicava os artigos de opinião sobre pedagogia, legislação, relato de congressos em Portugal e no exterior e até fascículos das obras de pedagogos portugueses e estrangeiros. Notamos também que o papel da mulher na Formação Contínua aumentou consideravelmente durante o período analisado, pois para além de começarem a participar mais nos Congressos Pedagógicos fizeram o seu próprio Congresso com temas muito oportunos para a educação e foram ocupando o lugar dos homens mobilizados para a Guerra. A deficiente formação tem igualmente muito a ver com os assuntos tratados nos congressos que, por vezes, se resumem a uma série de reivindicações nada congruentes com a formação contínua, embora muito importantes para a política educativa e para a pedagogia. Por outro lado, os congressos

[233] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 575, 28 de Abril de 1923, "Curso de férias", p.1
[234] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 631, 28 de Maio de 1924,"Curso de férias", p.2
[235] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano IV, n.º I, 2 de Março de 1912, "Os grandes calculistas", p.1
[236] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 46, 28 de Dezembro de 1913, "O preço dos livros", p.1

nem sempre eram bem dirigidos o que fazia com que as conclusões apresentadas ao Governo nem sempre fossem tomadas em conta.

Uma outra vertente de formação passava pela participação em iniciativas realizadas no estrangeiro. Apesar das dificuldades económicas e das críticas à falta de apoio governamental, algumas foram referidas e mereceram a atenção dos professores primários portugueses.

1.2.2.3. Formação no Exterior

Data	Tema	Tipo de formação	Organizador	Local
19 de Novembro de 1910[237]	A Educação Popular	Congresso Internacional de Educação Popular	Não informa	Bruxelas
31 de Dezembro de 1910[238]	Coeducação dos sexos e a educação física e sexual das raparigas	3.º Congresso de Educação Popular	Não informa	Paris
4 a 7 de Agosto de 1910[239]	Estatuto do professor primário: O ensino primário e o professor primário têm de ser mais valorizados; Continuação dos estudos: é indispensável os jovens continuarem a estudar depois da escola primária, as obras laicas são necessárias para reforçar e desenvolver a obra da escola primária pública	Congresso Internacional do Ensino Primário	Não informa	Paris
Férias da Páscoa de 1910[240]	Importância da Associação "Alsacia-Lorena" na qual quase todos os professores estão	Congresso	Associação dos Professores Alemães	Estrasburgo

[237] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 97, 19 de Novembro de 1910, "Secção Pedagógica", p.1
[238] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Mundo em fora", p.2
[239] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 104, 7 de Janeiro de 1911, "O Ensino Primário", p.1

	filiados			
Agosto de 1910[241]	Congresso sobre o ensino sexual. Alguns pedagogos acham que a educação sexual é missiva exclusiva da família, outros afirmam que a escola tem igualmente competência para a ministrar	3.º Congresso de Higiene Escolar	Não informa	Paris
22 a 27 de Agosto de 1911[242]	Unificação pacífica e amiga de todos os princípios (...) pelos quais os homens se esforçam em reformar ou melhorar os seus semelhantes, e elevar o nível moral das gerações novas.	2.º Congresso Internacional de Educação Moral	Não informa	Haia
10 a 13 de Agosto de 1912[243]	A 1 de Setembro de 1912[244] confirma-se que Portugal participa nesta reunião onde se discutem as Associações de Professores Primários	Congresso	Bureau International de Fédérations d'Instituteurs	Amsterdão
A 9 de Agosto de 1914[245]	Educação Popular	4.º Congresso Internacional de Educação Popular	Liga Belga do Ensino	Bélgica
16 de Abril de 1916[246]			«Apesar da carnificina europeia, os professores primários ingleses não	

[240] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 18 de Agosto de 1923, "O exemplo dos estranhos", p.1
[241] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Educação Sexual" , p.1
[242] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Segundo Congresso Internacional de Educação Moral", p.1
[243] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I., n.º 21, 21 de Julho de 1912, "Bureau International de Fédérations d'Instituteurs", p.1/2
[244] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I., n.º 27, 1 de Setembro de 1912, "Amsterdão", p.1
[245] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 128, 9 de Agosto de 1914, "Congresso Internacional de Educação Popular", p.1

	O ensino primário e a Guerra	Congresso	deixaram de realizar o seu Congresso anual passando a mensagem de o ensino elementar é a arma mais importante contra a guerra pois antes de se formar o soldado forma-se o homem»	Londres

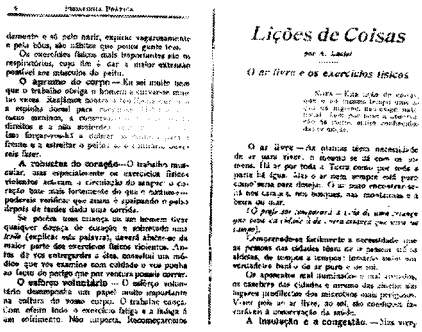
Pode concluir-se que também os Congressos Internacionais não abundam e a partir da 1.ª Guerra Mundial e consequente crise económica que se fez sentir por toda a Europa são totalmente inexistentes ou menos referenciados. Alguns países como a Bélgica, França e Alemanha não só realizavam formação contínua no país como já a nível internacional o que demonstra como estavam avançados em relação à formação contínua portuguesa.

[246] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 129, 16 de Abril de 1916, "A lições da Grande Guerra", p.1

1.3. Condições de exercício da actividade docente

1.3.1. Condições materiais e higiénicas das escolas

Um dos maiores problemas que os professores tinham de enfrentar nas escolas eram as próprias condições de trabalho, daí *A Federação Escolar* e os professores que aí escreviam, terem dedicado muitos artigos a este tema. O diploma de 29 de Março de 1911[247] no seu capítulo IV art. 36.º aponta para uma escola «(...) instalada em edifícios próprios; sendo também necessário que todas possuam o mobiliário e material didáctico indispensável, para bem corresponderem ao seu objectivo». Também *A Federação Escolar* descreve como deveriam ser os edifícios das escolas primárias. A 8 de Outubro de 1910[248] exige-se que nenhuma escola seja posta a concurso sem que estejam asseguradas por peritos as boas condições do edifício e respectivo material. Com a finalidade de melhorar a situação, foi durante o mês de Junho de 1912 publicado no jornal uma rubrica[249] dedicada a questões de ensino como a higiene e a mobília nas escolas pelo professor Pompeu Faria de Castro, que apresentamos na seguinte imagem:



Lições de Coisas

O ar livre e os exercícios físicos

A 9 de Novembro de 1913 o inspector Vidal Oudinot descreve a escola ideal da seguinte maneira: «1.º deve haver uma casa apropriada com lavabos modernos; 2.º substituição dos quadros parietais por suportes graciosos, plantas de sala das quais as crianças tratarão; 3.º rectângulos de cartão, madeira ou zinco com máximas ou pensamentos adequados; 4.º arsenal pedagógico moderno»[250].

A 22 de Junho de 1913 o inspector Augusto Gomes de Oliveira escreve um artigo descrevendo os edifícios escolares aprovando apenas os que foram obra do benemérito

[247] Decreto de 29 de Março de 1911
[248] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 8 de Outubro de 1910, "Reclamações do professorado primário português", p. 3
[249] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 23 de Junho de 1912, "Questões de ensino", p. 1/2
[250] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 17, 9 de Novembro de 1913, "A escola moderna", p.1

Conde de Ferreira[251]. Critica os edifícios Adães Bermudes «em harmonia com os quais se construíram dezenas de edifícios escolares por esse país fora, e que, tanto sob o ponto de vista técnico como pedagógico, deram os resultados que todos conhecemos. Os edifícios escolares, construídos segundo este modelo não comportam, em geral, a população escolar a que foram destinados, nem possuem condições de adaptação às necessidades sempre crescentes, dessa população». O autor acha ainda que os edifícios deviam ser construídos tendo em conta a especificidade de cada local[252]. Sabe-se porém que a maioria das escolas primárias não era construída de raiz para esse efeito mas alugadas, funcionando em edifícios impróprios. Podemos encontrar em *A Federação Escolar* vários relatos da realidade das condições da escola portuguesa durante a 1ª. República e embora o número de escolas tenha aumentado [253] a descrição que se faz das mesmas demonstra que estão longe das condições ideais.

Bastaria a transcrição de alguns artigos publicados em *A Federação Escolar* para percebermos as misérrimas condições de trabalho a que estavam votados os professores espalhados por esse país fora. Sem pretendermos ser exaustivos iremos transcrever alguns desses relatos a fim de compreendermos melhor a situação de então e de agora. Não esqueçamos porém a herança pesada da Monarquia. No fim deste regime, a 22 de Janeiro de 1910 pode ler-se: «Poucos são os edifícios escolares que obedecem às regras pedagógicas e higiénicas e em poucas escolas se encontra mobiliário que obedeça às mesmas regras. Isto significa que as crianças são obrigadas a permanecer algumas horas constrangidas, em carteiras que as definham e prejudicam altamente. Junte-se a isto a carência absoluta de material de ensino, museus, bibliotecas escolares, cantinas, assistência, instalação apropriada para o exercício de trabalhos manuais que, como é sabido desenvolvem a inteligência infantil, a atenção, a disciplina, e constatar-se-á imediatamente que muito é preciso trabalhar para que a escola popular seja o que deve e precisa ser»[254].

A 12 de Novembro de 1910 o professor Diogo d'Almeida Campos descreve a sua escola em Rio de Moinhos: «Vimos por isso aqui hoje descrever as misérrimas condições em que se acha a nossa escola – que é, antes, um pardieiro que não foi construído para albergar criancinhas, mas para nele se encerrarem culpados de delitos

[251] Filantropo português (viveu entre 1782 a 1886) que ganhando fortuna no Brasil consagrou-se a obras de benemerência em Portugal construindo 120 escolas primárias.
[252] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 69, 22 de Junho de 1913, "Edifícios escolares", p.1
[253] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 12 de Novembro de 1910, "Bons prenúncios": « O governo criou num mês nada menos de 60 escolas primárias». *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 13 de Outubro de 1912, "Em frente!": «A República tem velado a favor da instrução, não há dúvida. Mas muito urge mais fazer. Tem criado muitas escolas. Isso não basta.».
[254] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 54, 22 de Janeiro de 1910, "Vencimentos" , p.1

vários. Não é mais nem menos do que a antiga cadeia da comarca extinta de Rio de Moinhos. Funciona como escola há mais de 30 anos, apesar das constantes reclamações dos professores que a têm regido e sub-inspectores que a hão visitado. A sala de aula é um pequeno cubículo, uma espécie de corredor, que recebe luz apenas por dois postigos que ficam, em relação aos alunos e professor, anterior e posteriormente colocados. Por baixo deste corredor há um caminho público por onde transitam até carros de bois. Os buracos do soalho, abertos aqui e acolá deixam ver esse caminho e asseguram à escola uma "óptima" ventilação. As escadas de pedra que dão acesso a esta gaiola de grilos estão a tal ponto gastas e escorregadias, com os degraus deslocados dos seus lugares, que são um constante perigo para as criancinhas (...). No ano de 1906, um benemérito da instrução, ofereceu um grande e magnífico terreno no local para nele se construir um edifício escolar, bem como a residência do professor que está em condições idênticas às da escola. A Junta de Paróquia fez uma representação ao governo de então, não só oferecendo o terreno, mas pedra e madeira para se construir a escola. Veio o sub-inspector e aprovou o local (...). Até hoje porém nada se sabe e, apesar das nossas constantes reclamações por vias oficiais (...). Isto dá-se numa freguesia cuja frequência regular é de 80 alunos. Medindo o pavimento da sala apenas 28 metros quadrados. Pode um professor porventura numa escola destas, com tal frequência, e onde os alunos se acumulam e morrem de frio no Inverno, despida de todo o material de ensino, produzir alguma coisa?» [255]. O mesmo autor escreve outro artigo a 3 de Dezembro de 1910: «Quase todas as escolas do país necessitam duma completa reforma. Como é do conhecimento de todos, poucos edifícios onde hoje funcionam escolas primárias foram edificadas com o fim de albergarem crianças e neles se ministrar o ensino. Criaram-se escolas na maior parte das freguesias do país sem haver casas apropriadas. Daí deriva o estado miserável, vergonhoso, o estado anti-higiénico e anti-pedagógico em que se encontram. Percorram-se todas essas aldeias, de Norte a Sul, quer escondidas por trás dessas montanhas, quer erguendo-se, formosas, à beira duma estrada, e ver-se-ão, nos mais modestos e desprezíveis "casibeques" as escolas primárias. Quase todas as escolas das freguesias rurais funcionam em salas sem capacidade e luz, construídas *ad-hoc* sem se atender ao local e a nenhumas condições indispensáveis – por qualquer lavrador que a cedeu ao Estado mediante uma pequena renda.. De modo que nestas escolas não só as criancinhas prejudicam a vista e todo o seu débil organismo, mas o próprio professor esmaga-se para conseguir uma boa disciplina na escola – base indispensável para um

[255] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 96, 12 de Outubro de 1910, "A República e a Escola", p.1

seguro aproveitamento – porque sendo os lugares poucos e os alunos em demasia, estes apinham-se, acotovelam-se, barafustam para poderem elaborar os seus exercícios escolares, não havendo maneira de pôr a classe ou classes em completo sossego»[256].

Também a 24 de Dezembro de 1910 o professor Carlos P. da Costa publica uma carta aberta ao Ministro do Interior dizendo: «(...) É provável, será mesmo positivo, que vossa excelência não conheça ainda a vergonhosa instalação duma grande parte das escolas primárias deste país (...) escolas instaladas em casas colmaças, de aspecto triste e sombrio, escolas instaladas no rés-do-chão, sem uma única janela que as livre duma dispneia laboriosa e lhes forneça suficientemente o agente da visão; escolas, enfim, que em vez de serem laboratórios agradáveis, onde se lapidem espíritos infantis, são umas verdadeiras fábricas de organismos disformes e raquíticos. A par desta miséria exterior, existe a penúria interior, isto é, a inquisitorial mobília que muitas escolas possuem, e o abandono do mais indispensável material de ensino»[257].

Muitos outros artigos existem desta altura criticando esta triste herança monárquica, mas constatamos que o número de artigos não foram diminuindo durante a 1.ª República, indicador de que nada foi feito para a melhorar. Por exemplo, a 28 de Julho de 1912 anuncia-se a criação de uma comissão de estudos para arquitectar um plano uniforme em construções escolares, e pode ler-se «(...) poucos edifícios escolares existem no país obedecendo a todos os requisitos pedagógicos e higiénicos. Os poucos que há são de iniciativa particular»[258].

A 23 de Novembro de 1913 pode ler-se: «O que vemos nós? Edifícios escolares sem condições de higiene e de conforto, aliados ainda a mobiliário que é um instrumento de tortura e de deformação. Os programas rotineiros (...).Os professores acorrentados à miséria situação económica sem incentivos morais que os animem e incitem a promover a realização dessa obra extra-escolar que precisa efectivar-se». Quase dois anos mais tarde ainda se podem encontrar no jornal, notícias como a de 16 de Maio de 1915[259] falando dos benefícios dos passeios escolares: «Vencida, porém, esta primeira hesitação, logo reconhecerão a necessidade de furtar as crianças às casas infectadas, ao mobiliário defeituoso, ao meio esterilizador, para as expor ao ar e à luz, onde melhor

[256] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "A República e a Escola", p.2
[257] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 101, 24 de Dezembro de 1910, "Carta aberta ao Ex.mo Sr. Ministro do Interior", p.1
[258] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 21, 28 de Julho de 1912, "Construções escolares", p.1
[259] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 91, 16 de Maio de 1915, "Passeios escolares", p. 1

podem assimilar o ensino e criar a harmonia entre as energias físicas e intelectuais o dever e a liberdade»[260].

A 4 de Agosto de 1923 pode ler-se: «O estado precário e vergonhoso em que se encontra a maioria das nossas escolas, as suas condições anti-higiénicas e desconfortáveis, sob qualquer ponto de vista, também não permitem nelas a permanência dos alunos durante mais de 5 horas, sob pena de isso concorrer para o enfraquecimento físico e moral das populações escolares»[261].

A 13 de Outubro de 1923 aborda-se mais uma vez o tema: «Vai passar mais um Inverno sobre as nossas desmanteladas casas de escola! E nem uma telha substituída, nem um vidro em muitas janelas só feitas de caixilhos e caixilhos que apodrecem! Quantas casas que não suportarão mais um Inverno! Consequentemente, quantas famílias de professores que ocupam habitações anexas ficarão sem abrigo! Que isso ainda o professor considera o menos, pois está habituado a lutar com todas as contrariedades que lhe embaraçam a instalação sua e de sua família (...)»[262].

A 5 de Janeiro de 1924 o professor António Gomes Nunes Fragoso a propósito dos edifícios escolares escreve: «Causa tédio falar de assuntos como o dos edifícios escolares, já porque ele tem sido demasiado e completamente tratado na imprensa pedagógica. Dizer o estado ruinoso em que se encontram, entre nós infelizmente, os edifícios escolares, na sua quase totalidade, é tarefa fácil, mas desnecessária para nós, professores primários, que, por mal dos nossos pecados ou dos nossos avós, o sabemos por experiência própria. Porém, para os senhores dos altos cargos que habituados a viver em palácios e em casas confortáveis onde nada falta e que, por consequência, se esquecem, ou melhor, não se lembram sequer para não se esquecerem, de que há infelizes que, pela força das circunstâncias, são compelidos a viver ou a permanecer, pelo menos uma boa parte da existência em casebres onde falta tudo, desde o ar e a luz, até ao mais rudimentar conforto (...) Hoje é o vento que derruba uma dúzia de telhas, amanhã os caixilhos das janelas deixam cair vidros, as portas, corroídas, se desconjuntam pouco a pouco (...)»[263].

A 27 de Maio de 1925 pode comprovar-se mais uma vez a falta de higiene e material pedagógico nas escolas: «(...) Os professores não têm recebido as respectivas verbas para o expediente e limpeza das suas escolas e iluminação de cursos nocturnos;

---

[260] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 91, 23 de Novembro de 1913, "Hino à vida", p. 1
[261] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12, n.º 589, 4 de Agosto de 1923, "A reorganização do ensino", p. 1
[262] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12, n.º 599, 13 de Outubro de 1923, "Edifícios escolares", p.2
[263] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12, n.º 611, 5 de Janeiro de 1924, "Edifícios escolares", p.1

durante o qual, com raras excepções, nem uma carteira, nem um mapa, nem o mais pequeno utensílio se tem fornecido às escolas; durante o qual alguns fornecedores não recebem as quantias a que têm direito, proveniente de materiais que forneceram, acrescentando ainda estarem em dívida as rendas de quase todos os edifícios escolares, há cerca de quatro anos, e tudo isto porque uma grande parte das Câmaras não contribuiu para os Cofres do Estado com as verbas devidamente orçadas! Depois vêm os despejos requeridos pelos senhorios das casas, em virtude dos quais se conservam encerradas dezenas de escolas e privada da instrução centenas de crianças»[264].

Podemos então perceber o estado ruinoso em que se encontravam as escolas. Também em *A Federação Escolar* se descreve como "não" são feitas as reparações necessárias aos edifícios quando muito necessário.

A 13 de Outubro de 1923 pode ler-se: «Sabemos que este é o estado da maioria – duma grande maioria – dos edifícios. Sabemos de muitos professores que, cansadíssimos de oficiar às Juntas Escolares reclamando reparações que absolutamente se não podem adiar, lá vão remendando à custa do seu magro bolso uns, até, ao próprio trabalho de suas mãos outros, de coração confrangido (no original) e alma a desiludir-se, tentando reunir os últimos e desesperados materiais de resistência à derrocada eminente. E que outro recurso hão-de lançar mão se os construtores não põem um prego à conta do Estado, habituados como estão ao calote dos anos sucessivos»[265].

Também não é de admirar que os professores assumam as reparações das escolas se lermos o artigo de 6 de Abril de 1913 no qual se descreve o percurso de um pedido de reparações ao Estado: «Primeiro o professor reclama ao inspector de círculo qualquer reparação do edifício; o inspector de círculo transmite esta reclamação ao inspector de circunscrição; o inspector de circunscrição transmite a reclamação à Direcção Geral da Instrução Primária; o ministério do interior transmite-a ao Ministério do Fomento para que organize o orçamento; o Ministério do Fomento transmite-a ao Director das obras públicas do respectivo distrito para o efeito do orçamento; o director das obras públicas do distrito encarrega um funcionário da Direcção das obras públicas do distrito de orçamento à obra reclamada pelo professor, este empregado encarrega o orçamento ao Director das obras públicas do distrito, que o manda ao Ministério do Fomento, que por sua vez o envia ao Ministério do Interior; a Direcção Geral da Instrução Primária manda o orçamento à 3.ª Repartição da Contabilidade Pública a fim de ela informar se

[264] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14, n.º 683, 27 de Maio de 1925, "Escolas primárias", p.1
[265] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12, n.º 599, 13 de Outubro de 1923, "Edifícios Escolares", p.2

há ou não verba para a execução da obra orçamentada – que o devolve à Direcção da Instrução Primária com essa informação. Se essa informação é afirmativa, a Direcção Geral da Instrução, precedendo despacho do Ministro do Interior, manda o processo ao Ministério do Fomento para a realização da obra; o Ministério do Fomento manda-o, para esse fim, ao Director das obras públicas do distrito que encarrega um empregado desta direcção de mandar fazer o conserto. Sucede que a obra orçamentada já é muito maior que a reclamada e que a executada, se se quiser salvar o edifício, será muito maior do que a orçamentada. É que o tempo e as chuvas durante tais demoras arruinaram o edifício. Se, como sucede quase sempre, o orçamento excede a verba consignada, a obra não se faz! Por isso chove em quase todas as aulas instaladas em edifícios, que estão em via de ruína. Este espectáculo além de depor contra a administração pública, concorre para que muitos beneméritos não concorram nem leguem para construções escolares»[266].

Também a 5 de Janeiro de 1924 podemos testemunhar a demora das reparações quando o professor António Gomes Nuno Fragoso escreve: «E o que se diz a respeito dos edifícios pertencentes ao Estado pode dizer-se inalteravelmente acerca dos que são pertença de particulares. Aqueles, por falta de reparações que não se fazendo este ano, por falta de verba que custariam apenas 500 ou 1000$00 em cada um, menos se fazem no ano imediato pois já custariam o dobro ou o triplo, vão-se arruinando dia a dia tornando-se impróprios para o fim a que se destinam. Estes por não se pagarem aos senhorios rendas que lhe permitam mandar proceder às necessárias reparações»[267].

Como consequências directas destas condições deploráveis das instalações das escolas primárias, eram apontadas por *A Federação Escolar*: a saúde frágil de professores e alunos, o absentismo e abandono escolar e o consequente analfabetismo, problemas que nem a assistência social conseguia atenuar, como veremos de seguida.

1.3.2. A saúde dos professores e a assistência social

Podemos encontrar inúmeros artigos que correlacionam a frágil saúde dos professores com o facto de passarem muito tempo nas escolas e casas anexas onde não tinham o mínimo de condições de habitabilidade. Assim, a 11 de Fevereiro de 1911 pode ler-se: «Dentre todos os funcionários do Estado os que exercem a missão mais enervante, mais penosa, mais extenuante, aqueles que perdem maior dose de energia

[266] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 58, 6 de Abril de 1913, "Uma lei", p.1
[267] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12, n.º 611, 5 de Janeiro de 1924, "Edifícios escolares", p.2

física e mental são indubitavelmente os professores – sobretudo os professores primários. Deste modo, eles envelhecem antes da idade própria da velhice. Às fadigas e às dificuldades inerentes à sua própria profissão, acresce que os professores permanecem durante horas e horas numa atmosfera viciada, respirando um ar em que pairam micróbios de toda a espécie. Por isso o ilustre professor francês Brouardel disse, há anos num congresso, referindo-se à tuberculose: Ela ataca sobretudo os professores, principalmente nas cidades. Mas no campo a situação é pouco melhor. Quais são as causas do mal terrível? Uma existência sedentária, uma vida isolada, triste e concentrada com as crianças mais ou menos predispostas, o ar viciado das escolas e um ordenado pouco em relação com o trabalho rude enervante que as suas funções exigem»[268].

Também a 14 de Setembro de 1913 se publica o relatório apresentado em nome do Bureau International de Fédérations d'Instituers onde se sugere que a saúde do professor e aluno está intimamente ligada com a higiene da escola[269].

A 28 de Abril de 1917 o professor João Moreno escreve que: «os professores sacrificam os haveres, o tempo, e, muitas vezes a saúde para alcançar uma mesquinha carreira»[270].

Embora seja uma doença muito temida *A Federação Escolar* só publica a 1.ª notícia de falecimento devido à tuberculose em 14 de Junho de 1914[271].

Para além destas dificuldades sentidas pelos professores no dia-a-dia no exercício da sua actividade nas escolas primárias, a guerra veio agravar o custo de vida e provocar a mobilização dos professores.

A 26 de Março de 1916 é anunciado que a Alemanha declara guerra a Portugal. «Portugal aceitou o duelo e prepara-se já para entrar efectivamente, na luta pela causa sacrossanta da civilização, em que já mais ou menos tomará parte desde que, desde o início das hostilidades, desta carnificina inaudita, se declarou ao lado da sua secular aliada. (...) A este toque terão de acorrer muitos professores primários, abrindo um parêntesis na sua já bem patriótica missão de formar cidadãos e soldados, para serem soldados eles próprios. É para estes nossos colegas que chamamos a atenção do governo. Vão partir para as fileiras, mas deixam em casa, se tiverem casa, mulher e filhos e muitas vezes mãe ou irmãs de quem eram o único amparo e sustentáculo (...) O

[268] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Aposentações", p.1
[269] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 81, 14 de Setembro de 1913, "Os professores e a tuberculose", p.1
[270] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano VI, n.º 267, 28 de Abril de 1917, "Aposentações", p.1
[271] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 120, 14 de Junho de 1914, "Situação grave", p.1

governo deve providenciar de que possam partir contentes, garantindo às famílias dos professores combatentes, os ordenados que percebiam no momento da patriótica abalada.»[272].

A 6 de Maio de 1916 pode ler-se: «Numerosos professores primários estão deixando as suas escolas para cumprirem as leis do recrutamento militar (...)»[273]. Parece-nos ter sido também esta uma das causas para a feminização da profissão.

A 17 de Junho de 1916 começam a aparecer os artigos onde se pode ler que alguns professores primários morrem à fome devido à subida de preços dos géneros alimentícios e ao ordenado miserável que recebem[274].

No caso de acidente no trabalho ou doença devido à prática da profissão, o professor não beneficiava de nenhuma regalia social. Se algum professor falecia, o Estado não assegurava uma pensão aos herdeiros, ficando as famílias sem qualquer tipo de apoio financeiro. Os professores protestam contra esta situação em *A Federação Escolar* a qual defende e apoia três instituições que aparecem para protecção dos herdeiros dos professores: o Montepio do Professorado Primário, o Instituto do Professor Primário Português e a Lutuosa do Professorado Primário. O seu funcionamento deficitário levam a que de vez em quando o jornal lance subscrições a favor dos órfãos dos professores primários[275].

1.3.2.1. Montepio do Professorado Primário

No dizer de Áurea Adão, «os professores primários por si sós ou associados a outros docentes procuram criar instituições para a sua protecção económica e social, mas não conseguem erguer um verdadeiro sistema de segurança social»[276]. Uma dessas instituições é o Montepio do Professorado Primário, apoiado pela associação de classe Sindicato dos Professores Primários de Portugal e que tinha por objectivo, ainda segundo Áurea Adão, «(...) a atribuição de uma pensão de família por morte do associado»[277].

A Federação Escolar que publicava o balancete da instituição de 3 em 3 meses, anunciava as reuniões e assembleias e até incitava os professores a tornarem-se sócios.

---

[272] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 120, 26 de Março de 1916, "Hora grave", p.1
[273] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 216, 6 de Maio de 1916, "Os professores no serviço militar", p.1
[274] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 222, 17 de Junho de 1916, "Pão! Pão! Pão!", p.1
[275] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8, n.º 372, 17 de Maio de 1919, "Subscrição a favor dos órfãos filhos de professores", p.1
[276] ADÃO, Áurea - O estatuto sócio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951). Oeiras, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1984, p.240
[277] Ibidem

O Montepio, com sede no Porto, recebia dinheiro das quotas, jóias, juros de inscrições e de obrigações e donativos, pagando pensões a herdeiros e viúvas dos sócios.

A 17 e Junho de 1911 anunciava-se como objectivo que o Montepio do Professorado Primário passasse a ser oficial: «É de esperar, por isso, que a classe receba com júbilo a notícia da conversão do Montepio em instituição oficial», e mais à frente, encoraja os professores a tornarem-se sócios «(...) e não será, porventura, um lenitivo a suavizar as agruras da vida a certeza de que, desagregando-se as ligações intrínsecas da matéria com a extinção das manifestações da nossa vida, aqueles que nos são queridos, por cujo bem estar pugnamos e por quem sofremos torturas morais, terão a ampará-los uma instituição de bases sólidas? Aplaudimos a resolução dos dirigentes do Montepio, porque os professores não terão que temer pelo futuro dos seus. E o nosso desejo é que a classe em geral a receba também com aplauso. Resta que o governo da República atenda às solicitações que lhe vão ser feitas»[278].

A 16 de Junho de 1917 pode ainda ler-se a este propósito: «O Senado em sua sessão do passado dia 12 aprovou a lei que torna oficial esta benemérita instituição, cujos benefícios, desde há muito, se vêm fazendo sentir. Está satisfeita assim mais uma velha e ardente aspiração da classe. Isso se deve às reclamações colectivas, várias vezes formuladas (...)»[279].

A 12 de Maio de 1923[280] e a 16 de Junho de 1923[281] *A Federação Escolar* protesta contra a passagem da sede do Porto para Lisboa, o que não chega a acontecer: «Vem isto a propósito de um ... ninguém andar agora por aí a investir contra o Montepio (...), o que é mais uma demonstração do seu estado doentio. Porque esta criatura julga todos os outros incompetentes, lembrou-se de advogar a mudança da sede do Montepio para Lisboa (...)».

1.3.2.2. Instituto do Professorado Primário

Outra instituição e também esta muito apoiada por *A Federação Escolar* era o Instituto do Professorado Primário.

A 24 de Novembro de 1915[282] são publicados no Diário de Governo os Estatutos do Instituto do Professorado Primário Oficial Português, mas só a 27 de Abril de 1918 é publicada no jornal a notícia da sua criação: «Está concluído o decreto que organiza em

[278] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 127, 17 de Junho de 1911, "Previdência", p.1
[279] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 271, 16 de Junho de 1917, "Montepio do Professorado Primário", p.1
[280] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 577, 12 de Maio de 1923, "O nosso Montepio", p.1
[281] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12,.º n.º 582, 16 de Junho de 1923, "O nosso Montepio", p.1
[282] Decreto n. 2:079 de 24 de Novembro de 1915

Lisboa o Instituto do Professor Primário, destinado aos órfãos de ambos os sexos, dos professores de instrução primária». Este Instituto é criado por iniciativa do Presidente da República e pretende manter em internato os filhos dos professores primários tendo principalmente em vista «a educação normalista, quer formando o carácter e uma consciência moral e social, da sua elevada missão, quer criando o amor pela criança, a paixão pela profissão (...) Criar um fundo social por meio de uma quotização especial e variável para pensões às viúvas dos professores que, pela sua avançada idade ou inabilidade, se encontrem na indigência e não tenham quem de direito os sustente»[283].

A 28 de Abril de 1926 é anunciado que o Instituto do Professorado Primário passa a chamar-se Instituto dos Filhos dos Professores Primários[284].

1.3.2.3. Lutuosa do Professorado Primário

A Federação Escolar apoia igualmente esta instituição que tinha como objectivo, ainda segundo Áurea Adão mediante o pagamento de quotas dos sócios, contribuir com pensões para os órfãos e viúvas dos professores primários[285].

A 1 de Setembro de 1926 é publicada a notícia de que *A Federação Escolar* contribuiu com um donativo e ofereceu papel para a impressão dos estatutos da Lutuosa[286].

A 26 de Setembro de 1926 pode ler-se: «A iniciativa de Carlos Martins, criando, alentando e amparando a Lutuosa, não podia ser mais proveitosa nem mais sincera. Por isso A Federação Escolar acarinhou-a e propagandeou-a. Muitas vezes deixamos de publicar excelentes produções dos nossos melhores colaboradores, para dar lugar a avisos, estatísticas, convites e artigos doutrinários sobre a Lutuosa»[287]. Por decisão do governo, a Lutuosa é anexada à Caixa de Previdência dos Funcionários dos Serviços do Ministério da Instrução Pública sendo anunciado em *A Federação Escolar* a 11 de Novembro de 1925. Nesse artigo *A Federação Escolar* não vê com bons olhos esta fusão: «O seu título - Caixa de Previdência dos Funcionários dos Serviços do Ministério da Instrução Pública – é uma espécie de entaramelado e mal sintetizado discurso da... Coroa, tendente a dar guarida aos funcionários da 10.ª Repartição do Ministério das Finanças. Estes fidalgos do funcionalismo tinham a lutuosa do seu Ministério para se associarem. Preferiram porém, chegar-se aos plebeus da Instrução porque, além do

[283] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7, n.º 819, 27 de Abril de 1918, "O Instituto do Professorado Primário", p.1
[284] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15, n.º 731, 28 de Abril de 1926, "Instituto e Previdência", p.1
[285] ADÃO, Áurea- ob. cit., p. 240
[286] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15, n.º 749, 1 de Setembro de 1926, "Lutuosa", p.1
[287] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "A Lutuosa na Federação Escolar", p.1

maior número de cotas dar aso a mais fundos, vêm a ser sócios majestáticos e... senhores absolutos, enquanto que nas finanças, seriam como nós, apenas sócios pagantes»[288]. No suplemento do jornal são publicados os estatutos da Caixa de Previdência.

A 10 de Novembro de 1926 é anunciada a passagem da "Lutuosa" para o Porto. [289]

1.3.3. Caracterização dos alunos

Como já referimos, na opinião de *A Federação Escolar* as más condições das escolas, que vinham já do tempo da Monarquia, bem como o atraso económico, cultural e educativo em que se encontrava a população também tinham por consequências doenças, absentismo e analfabetismo dos alunos.

Em vésperas da República podemos constatar que na teoria havia obrigatoriedade de ensino, embora na prática não se aplicasse e a taxa de analfabetismo era elevadíssima, o que leva a 8 de Janeiro de 1910 o professor António Fernandes a escrever o seguinte: «A instrução primária ainda está, infelizmente, tristemente, muito longe de atingir o grau a que se destina, porque, se possuímos aproximadamente seis mil escolas, número ainda insuficiente para combater as garras dessa terrível e assombrosa percentagem, de 80% de analfabetos, nelas falta o que mais necessário é para tornar atraente a escola e para despertar estímulo aos que a têm a seu cargo neste infeliz solo pátrio. É preciso combater a negligência dos pais que desviam os filhos do templo sacrossanto da instrução para obrigá-los a trabalhar impróprios para as suas idades, ou para lhes darem tempo de poderem frequentar reuniões onde a moralidade nada lucra (...) A obrigatoriedade do ensino deve ser um facto»[290].

A 8 de Outubro de 1910 os professores pedem: «Obrigatoriedade do ensino com mais atractivos: livros, utensílios, excursões pedagógicas, etc. (...) e que os recenseamentos escolares sejam feitos no mês de Agosto por uma comissão própria, sendo os encarregados de educação obrigados a apresentarem os filhos»[291].

A 3 de Dezembro de 1910 o professor Sousa Vairinho explica as causas do absentismo escolar: «a incúria e a extrema pobreza da maioria da nossa população rural, as acanhadas e péssimas condições materiais em que se encontra a escola, o ensino, o professorado e tudo quanto diz respeito explicitamente à educação e à educação moral e

[288] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14, n.º 761, 11 de Novembro de 1925
[289] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15, n.º 758, 10 de Novembro de 1926
[290] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Apreciações, críticas e comentários à instrução primária"
[291] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 8 de Outubro de 1910, "Reclamações do professorado primário português"

física (...). Não é raro o professor, no decurso das lições (...) encarar alguns com faces mirradas pela fome (...) sem pão nem agasalho, o fato roto e sebento, os pés descalços (...) falta-lhes o equilíbrio energético das suas forças mental e física, para acompanharem de modo profícuo e agradável os conhecimentos que o professor lhes pretende ministrar»[292].

A 28 de Janeiro de 1911 constata-se e justifica-se a ignorância em que estava o povo: «A Monarquia nunca ensinou por amor. Ao povo fornecia quanto muito uma falsificada instrução, que o mantinha tão arredado da vida como cada um de nós arredado das estrelas. Levá-la a iniciar um ignorante nos segredos purificadores do alfabeto, o mesmo era que arrancar-lhe um dente (...) O povo não sabia ler»[293].

A 4 de Fevereiro de 1911 o professor Almeida Campos reforça esta visão: «Como este, dezenas se me têm apresentado: uns desculpando-se com a pobreza do vestuário dos filhos que não podem, numa escola pouco agasalhada, resistir aos rigores do Inverno; outros não têm meios para comprarem aos filhos livros e outros utensílios indispensáveis; outros porque, enquanto eles, os pais, vão labutar no campo a fim de ganharem o pão de cada dia, vão os pequenos pastar as ovelhas e outros animais domésticos, e ainda outros porque precisam dos pequemos mais velhos para cuidarem dos mais novos enquanto eles vão tratar da vida. A maior parte das crianças vem para a escola de "mãos debaixo do braço" (no original), isto é, sem o mais insignificante utensílio escolar»[294].

A 11 de Fevereiro de 1911 o professor Rodrigo da Rocha Cupido manifesta alguma esperança: «Virá na próxima reforma de instrução primária que, dizem será brevemente decretada, a obrigatoriedade do ensino? Deve vir, porque sem ela será incompleto tudo quanto se tente fazer em benefício da instrução do meu país. Deve vir, porque faz parte integrante de todas as reformas congéneres, mas não para ser executada como até aqui. E para dar bons frutos preciso se torne que ela não tenha apenas o carácter de figura de ornato. Toda a gente sabe que a maior parte da população aldeã, se não é avessa aos benefícios da instrução, é pelo menos, considerada indiferente a todos os atractivos da escola»[295].

---

[292] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "Fortifiquemos a raça", p.2
[293] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "O professor primário", p.1
[294] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "A República e a Escola", p.1
[295] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Obrigatoriedade do ensino", p.1

Tantos pedidos encontram eco no Governo Provisório da República que legisla a 29 de Março de 1911[296] no sentido de tornar efectivamente a escola obrigatória e criar uma multa para os tutores dos alunos caso não os levem à escola. No capítulo V, art.º 37º lê-se: «O ensino elementar é obrigatório para todas as crianças, de ambos os sexos, cuja idade esteja compreendida entre os sete e os catorze anos (...)» e o art.º 39º acrescenta: «A obrigação do ensino consiste em apresentar as crianças à matrícula das escolas e em velar por que elas a frequentem regularmente. São responsáveis por esta obrigação todas as pessoas, a cargo de quem esteja a educação das crianças, e também aquelas que, de qualquer modo, as tenham ao seu serviço.»

A 18 de Março de 1911 o professor Carlos P. da Costa antecipa alguns dos problemas que podem persistir: «O ensino obrigatório, que desde 1844 tem figurado nas diversas reformas do ensino primário que se tem sucedido, sem até hoje ser posto em prática, nunca poderia ter execução com a fome de escolas que o país sofria(...)»[297].

A 25 de Março de 1911 o professor Gonçalves alerta para a importância da alfabetização: «O ilustre sábio e filósofo francês Lamartine, ao proclamar a soberania do povo e ao afirmar que só ela reina nos seus votos e por leis que devem ser a expressão perfeita da sua vontade, afirmou também que o povo deve ser morigerado e instruído, não só para que se não lance na anarquia, mas também para que se não transforme em tirano cruel e absurdo. E nós podemos acrescentar (...) só um povo instruído e civilizado sabe ser senhor dos seus destinos, fazer leis sábias, guardá-las e na posse dos seus direitos e deveres ser bom e feliz. (...) Se queremos levantar-nos intelectual, moral, física e politicamente, fundem-se muitas escolas, melhorem-se as existentes, efective-se a sua frequência e dê-se à instrução e ao professor vantagens seguras e reais, que tornem aquela desejada e este independente»[298].

A 22 de Abril de 1911 o professor José Vitorino da Silva refere que não basta a alfabetização, será igualmente importante a moralização: «O povo, em virtude do seu extraordinário atraso educativo, não possui ainda geralmente as noções cívicas, e necessário se torna fazer propaganda honesta e disciplinada para a reforma completa dos costumes portugueses. Não basta libertá-lo da acção deprimente do analfabetismo, é preciso fazer gente boa, despertar sentimentos nobres criar o amor pelo belo, preparar o caminho para a igualdade moral e política dos cidadãos. Instruir sem ter primeiro educado pode, muitas vezes, constituir um perigo, o que não quer dizer que não se

[296] Decreto de 29 de Março de 1911
[297] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 114, 18 de Março de 1911, "O que é preciso", p.1
[298] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 115, 25 de Março de 1911, "Divina Sagrada", p.1

continue a educar a par de instruir, mas instrução só deve ter começo quando já lançados os alicerces da educação»[299].

A 3 de Junho de 1911 o professor Carlos P. da Costa lança dúvidas sobre a operacionalidade das medidas: «Criaram-se centenas de escolas. Porém, essa criação limitar-se-á, por tempo indeterminado ao Diário de Governo e o analfabetismo continuará campeando infrene por essas lindas aldeias de Portugal (...)»[300].

A 11 de Agosto de 1912 pode ler-se: «Portugal é um país, onde, desde muito cedo, na legislação escolar se fez incluir a disposição que torna o ensino primário obrigatório (...). À primeira vista parece que, ante disposição tão categórica, ante imperativo de tal natureza, e feito desde longe, não deveríamos contar hoje um extraordinário número de analfabetos, o que constitui uma verdadeira nódoa na Europa. A lei obriga o pai, o tutor, a enviar a criança à escola, sem se preocupar com as condições de vida de grande número de famílias portuguesas, sem querer saber da quantidade de estabelecimentos educativos de que se dispunha, e ainda sem se contar que a maioria das escolas existentes não possuem aquelas condições que os mais elementares princípios da higiene e pedagogia impõem como mais indispensáveis. Ora, pretender levar à escola toda a população infantil, sem primeiro se alcançar solução, para o problema da pobreza e miséria, era, positivamente não pretender levar as crianças à escola (...)»[301].

A 10 de Agosto de 1913 alerta-se para a quantidade de doenças que se podem apanhar na escola, sendo preciso primeiro o edifício ter condições para depois as crianças o frequentarem: «A escola, desde que não seja objecto de cuidados constantes e muito meticulosos, sob o ponto de vista higiénico, pode tornar-se para a infância e juventude um dos mais perigosos centros de contágios das moléstias contagiosas, como a coqueluche, o sarampo, a varíola, a difteria, a febre tifóide, a meningite cérebro – espinal, a tuberculose, e muitas outras, mais ou menos mortíferas (...). Em primeiro lugar é necessário que todo o edifício duma escola reuna as condições exigidas para o fim a que se destina, tendo sempre em vista os preceitos higiénicos, e que as limpezas e as desinfecções se façam dum modo sistemático e constante. As aulas devem ser arejadas e espaçosas em relação ao número de alunos que comportam, número que nunca deve ser excedido, sob nenhum pretexto, daquele que o médico indicar. É preciso que os locais destinados a escolas não tenham humidade e que a temperatura não seja excessivamente fria no Inverno nem demasiado quente no Verão (...). Além disso, as

[299] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 119, 22 de Abril de 1911, "Propaganda Educativa", p.1
[300] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 125, de 3 de Junho de 1911, "Às apalpadelas", p.1
[301] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 24, de 11 de Agosto de 1912, "O novo código administrativo e assistência escolar", p.1

retretes não mantêm a suficiente limpeza nem estão devidamente desinfectadas, o que por si só representa um grande perigo para os escolares: nos lavatórios não abunda a água e as toalhas, à força de não serem renovadas com a frequência devida, estão imundas e infectas; a água que se bebe e os copos por onde todos bebem, também são pouco recomendáveis»[302].

A 28 de Julho de 1917 insiste-se na importância social do reconhecimento do papel da escola: «Existem na nossa legislação meios coercivos para efectivar a regularização da frequência nas escolas, aplicando multas que coisa alguma remedeia que, pela forma como são aplicadas, somente criam à escola uma atmosfera antipática, recaindo o odioso sobre o professor, mero executor da lei, resultando da ignorância dos multados uma campanha feroz contra o ensino, incendiando-se um ódio contra os seus hipotéticos algozes que jamais esquece e, portanto, muito propício a torpes especulações»[303].

A 1 de Julho de 1922 o professor Manuel Melo escreve: «No écran da nossa retina vemos, num pandemónio, escolas em ruínas, professores e alunos cloróticos, de tanto viverem nuns antros sem ar e sem luz (...) a deserção dos alunos das escolas, aonde vão buscar um coeficiente mínimo de luz para os cérebros, mas onde os pais os colocam uma parte do dia para os afastarem das traquinices da rua (...)»[304].

Em resumo ressaltam sobretudo dos articulistas a preocupação com as causas do absentismo e do analfabetismo identificando-se as condições pouco atractivas das escolas onde inclusivamente se podem contrair doenças e o nível económico das populações baixo como sendo o principal alvo que era necessário combater para podermos sair deste ciclo vicioso, de subdesenvolvimento, que nos tem acompanhado ao longo da história.

Efectivamente, pouco diminuiu o analfabetismo em Portugal durante a 1.ª República (de 75,1% em 1911 para 67,8% para 1930), atingindo principalmente as mulheres como podemos comprovar pelo quadro de Rómulo de Carvalho[305]:

	População	Sexo masculino	Sexo feminino	Analfabetos	Sexo masculino	Sexo feminino
1911	5 960 056	2 828 691	3 131 365	4 478 078	1 936 131	2 541 947
1930	6 828 883	3 255 876	3 570 007	4 627 988	1 974 448	2 653 540

[302] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 76, de 10 de Agosto de 1913, "A higiene da escola", p.1
[303] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6, n.º 280, de 28 de Julho de 1917, "O analfabetismo em Portugal", p.1
[304] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 11, n.º 532, de 1 de Julho de 1922, "A escola e o professorado", p.1
[305] CARVALHO, Rómulo- ob. cit., 710

A assistência social aos alunos que poderia ajudar a combater o analfabetismo, também deixava muito a desejar.

Embora, mais uma vez, esteja legislada no decreto de 29 de Março de 1911[306] no capítulo III art.º 72.º «para efeitos da assistência à população escolar, há, na sede da cada concelho da República, um conselho de assistência escolar, composto de cinco membros,, quatro dos quais são nomeados, por três anos, pelas câmaras municipais respectivas, e o quinto pelo inspector do círculo escolar. 2.º Os professores, em regra, não farão parte do conselho de assistência escolar, mas professores e conselho estarão em relação directa, auxiliando-se mutuamente.», o certo é que na prática esta assistência aos social aos alunos não vigorou.

A 8 de Outubro de 1910 atribui-se responsabilidades: «Imposição às Juntas de paróquia da obrigação de lançarem um imposto especial destinado ao fundo primário paroquial para auxiliar a frequência, sendo a sua distribuição confiada a uma junta de beneficência de que devem fazer parte os respectivos professores»[307].

A 24 de Dezembro de 1910 explicita-se: «Surge-nos, por entre muitas e importantes actualidades com foros de problemas pedagógicos o estabelecimento de "cantinas e caixas escolares" em todas as escolas do continente, destinadas a auxiliar a frequência das mesmas pela assistência material e económica às crianças extremamente pobres. (...) Com efeito, as suas múltiplas funções dentro das nossas escolas, apesar de serem uma necessidade urgente e de imediata execução, (...) apresentam-se-nos todavia como problema de ponderável estudo, visto tornar-se indispensável harmonizar a utilidade material com os princípios educativos da economia e da previdência. É preciso também que da distribuição desses benefícios não advenha para alguns espíritos a amargura, ou para outros um pensamento de revolta contra si e a sua condição humilde e dependente (...). Visto os fracos recursos do tesouro, opinamos para que uma parte dessas verbas, (...) os que eram de uso gastar-se em festas e reparos das igrejas na sua totalidade, e um razoável auxílio estipulado pelas Câmaras Municipais, constituam inicialmente subsídio pecuniário para as "Caixas escolares" das freguesias (...)»[308].

A 28 de Janeiro de 1911 o professor Barata de Mendonça denuncia o mau funcionamento das comissões promotoras de beneficência: «Trata o actual regulamento

[306] Decreto de 29 de Março de 1911
[307] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 8 de Outubro de 1910, "Reclamações do Professorado Primário Português", p.3
[308] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "Assistência infantil e frequência escolar", p.2

da instrução primária, das comissões promotoras de beneficência e ensino e dos seus deveres nas freguesias. Ora todos nós sabemos como tais "comissões" cumprem e observam estes seus deveres: uma lástima! No meio de tal inacção, é o pobre professor que tem de fazer tudo para que a "comissão" dê, ao menos, sinal de vida. Ele tem de ir a casa de cada um dos membros a mendigar-lhe de chapéu na mão, o favor da sua comparência a certas e necessárias sessões. Tomamos, pois a liberdade de lembrar à comissão de reforma da Instrução Primária e à República que tornem livre ao professor de cada freguesia a escolha e proposta dos membros das "comissões promotoras de beneficência e ensino nas suas freguesias; e, que a lei tenha, nesta parte a indispensável sanção (...)»[309].

A 4 de Fevereiro de 1911 o professor Almeida Campos descreve o mísero estado em que algumas crianças vivem: «O Estado nada fornece às criancinhas. O professor com o seu magro ordenado que mal lhe chega para comer e vestir, chegando mesmo a passar muitas necessidades, poucos alunos pode auxiliar. As comissões de beneficência são letra morta. Conferências, espectáculos, etc. dados em benefício dos alunos pobres, são sem dúvida, um auxiliar importante e de alguma coisa nos tem valido; mas nem sempre dão bom resultado, atendendo ao meio inculto, pobre e comodista. E assim, centenas de crianças raquíticas e mal enroupadas vagueiam por essas aldeias cheias de fome, prestes a ficarem para sempre enterradas nas trevas da ignorância»[310].

A 25 de Fevereiro de 1911 escreve-se sobre a importância da mutualidade escolar: «A ninguém pode restar dúvida de que a mutualidade escolar está destinada a desempenhar um papel importantíssimo na educação social. Fundemos em todas as escolas associações infantis de mutualidade. Deixemos os próprios sócios, sob a nossa vigilância e com os nossos conselhos, as administrem e proporcionaremos às crianças o meio de fazerem a aprendizagem social e política»[311].

Podemos concluir que *A Federação Escolar* alertava para as fracas condições de exercício da actividade docente exigindo e lutando por melhores condições.

---

[309] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "As comissões de beneficência: um alvitre à comissão de reforma", p.2
[310] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "A República e a Escola", p.1
[311] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "Mutualidade escolar", p.1

1.4. A carreira profissional do professor primário:

1.4.1. As categorias profissionais

Segundo Áurea Adão [312], nos finais da Monarquia e durante a 1.ª República, não havia um corpo único de professores primários, mas duas categorias: os professores efectivos e os provisórios. Embora ambos tivessem «de possuir o curso do magistério primário e o diploma de habilitação», existiam várias diferenças entre as duas categorias. Ainda segundo Áurea Adão[313], «os professores efectivos ocupavam maior número de lugares e usufruíam dos privilégios da carreira do funcionalismo público. Os professores provisórios asseguravam o ensino durante as ausências prolongadas dos efectivos e ocupavam, temporariamente, os lugares que aguardavam nomeação de um efectivo». Pelos vistos, os professores provisórios tinham uma vida muito precária e insegura, aceitando, ainda segundo Áurea Adão[314] estas condições para poderem ingressar como professores efectivos.

Os professores provisórios no fim da Monarquia tinham a designação de professores ajudantes e, nas palavras de Áurea Adão[315], as suas funções eram de ajudar os professores efectivos, quando as turmas passassem dos 50 alunos, não tendo qualquer poder de tomar decisões, recebendo 65% do ordenado da categoria mais baixa dos professores efectivos e sem direito a qualquer subsídio ou mesmo ajudas na habitação. Mais tarde, já em período Republicano é extinta esta classe, passando a designar-se professores interinos[316] (pertencentes à 3.ª classe dos professores efectivos), embora com as mesmas funções e condições de vida precárias. Quer dizer, mudou o nome mas pouco se alteraram as condições de exercício

O jornal, *A Federação Escolar* aplaude a mudança e a 26 de Novembro de 1910[317] anuncia que a classe dos professores ajudantes será extinta passando todos os colegas com esta "triste" designação a interinos.

Como agradecimento por parte dos ex-professores ajudantes *A Federação Escolar* anuncia a 29 de Abril de 1911, que estes ofereceram uma pasta de peluche carmesim tendo por frontispício um trabalho artístico de prata em relevo ao Ministro do Interior

[312] ADÃO, Áurea – ob. cit., pp. 160 e 161
[313] Ibidem
[314] Ibidem,
[315] Îdem, pp. 161-162
[316] Decreto de 29 de Março de 1911, art.º 88
[317] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Professores Interinos", p. 2

representando a gratidão da sua passagem a interinos[318]. No entanto, cedo concluíram que apenas o nome tinha mudado pois continuavam a ter as mesmas condições de trabalho e de vida.

Ao longo da 1.ª República são vários os artigos (embora não tantos como alguns professores exigiam) que encontramos em *A Federação Escolar* a favor dos professores interinos denunciando injustiças e exigindo melhores condições de vida e de trabalho.

A 6 de Setembro de 1919 R. Carvalho, também ele professor interino, escreve: «Estamos votados a um abandono inexplicável. Tem-nos sido negado tudo: a subvenção[319], o subsídio de residência e renda de casa. Pagam-nos com um mês de atraso (...) e estamos na expectativa de não recebermos ordenado durante o período de férias. Na reunião magna efectuada em Lisboa em 16 e 17 de Maio último falou-se da situação desesperada do professor interino. Creio que a tal reunião não assistiram só colegas interinos, e que, foram especialmente os nossos colegas efectivos que reconheceram quanto a nossa situação é angustiante(...)». De seguida, o professor critica *A Federação Escolar* por não dar a conhecer o caso angustiante dos professores interinos: «(...) tendo lido a Federação, mas, de então para cá ainda não vi uma palavra a tal respeito. Por isso eu, embora humilde membro da laboriosa classe a que me prezo de pertencer, me resolvi hoje a escrever estas modestas linhas, esperando ver, brevemente, tratado nas colunas deste jornal este mesmo assunto por qualquer colega que, tendo mais competência do que eu, melhor o saiba expor. Reclamemos se quisermos ser atendidos. Se o ano passado um governo de iniquidade reconheceu que era justo pagar aos professores interinos, durante as férias, este ano, em que um governo, que tem por lema a sagrada trilogia – Liberdade, Igualdade e Fraternidade, ocupa as cadeiras do poder, confia que esse justo direito nos não será recusado»[320].

A esta crítica *A Federação Escolar* responde, no mesmo número, do seguinte modo: «A Federação hoje, como sempre, dá todo o apoio ao professor interino a quem reconhece incontestáveis direitos. Se não temos tratado do assunto agora ventilado pelo nosso ilustre colega R. Carvalho, é porque estamos convencidos que este ano os professores interinos recebem o vencimento durante as férias como o ano passado, visto não ter sido revogada a ordem que tal determinou. Parece-nos, por isso, infundados os seus receios(...)»[321].

---

[318] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 120, 29 de Abril de 1911, "Ex.- professores ajudantes", p.2
[319] A partir de Setembro de 1917 os professores recebem subvenções (Subsídios de ajuda de custo de vida) enquanto durar a guerra.
[320] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 388, 6 de Setembro de 1919, " Os professores Interinos", p.1
[321] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 389, 13 de Setembro de 1919, "Sós ou aliados?", p.1

A 17 de Abril de 1920 criticam-se alguns inspectores escolares por dificultarem a vida dos professores interinos e compara-se o vencimento dos professores interinos com a das serventes: «Até nós chega o rumor de que alguns inspectores, talvez julgando que assim alcançam a celebridade, estão na disposição de não abonar o subsídio de ajuda de custo de vida aos professores interinos. (...) Não pode consentir-se que se pague a um professor 35$00 mensais, quando às serventes, na sua quase totalidade analfabetas, se pretende pagar 85$0»[322].

A 24 de Abril de 1920, publica-se um telegrama enviado à redacção por Abel Dias, Director de Contabilidade do Ministério de Instrução, com o seguinte conteúdo: «Comunico que por despacho do Conselho de Ministros foi autorizado o pagamento de ajuda de custo de vida aos professores provisórios e interinos»[323]. Porém não tardou, a ser publicado em *A Federação Escolar* a insuficiência desta ajuda de custo de vida, pela mão do professor interino Fernando Pais de Figueiredo: «É de louvar a maneira nobre e altiva como a Federação Escolar tem sabido defender os interesses, altamente justos, duma classe cuja vida se debate numa lenta agonia torturada pela fome. O professorado interino, que após três anos de passagem, paciente e resignado pelas Escolas Normais, veio para a vida pública, onde usufrui o necessário para morrer de fome à mercê de todas as privações. É indispensável pôr cobro a tanta falta de atenção dos poderes centrais. (...) Dentre as classes trabalhadores é a nossa que passa mais privações. Nada de dúvidas a esse respeito. Pois compreende-se lá que nesta situação cada vez mais aflitiva, o professor interino aufira 35$00? É certo que o governo nos concedeu a chamada ajuda do custo de vida; mas o que é isto para quem não é novo rico? (...) Porque não temos os mesmos direitos, quando é certo que temos deveres iguais aos dos professores efectivos?» [324]. Ao contrário da crítica negativa da autoria de R. Carvalho citado anteriormente, F. Pais de Figueiredo por sua vez elogia o trabalho de *A Federação Escolar.*

Exemplo disso, foi um assunto que preocupava os professores interinos e sobre o qual *A Federação Escolar* se debruçou - o pagamento das férias.

A 5 de Junho de 1920 publica-se um artigo em *A Federação Escolar* sobre o facto de os professores interinos passarem a não receber nas férias e não terem direito a subsídio de renda de casa e de residência: «(...) Professores interinos! Os páridas (no original) a quem a benemerência do Alto concede a regalia de contrair deveres sem

[322] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 417, 17 de Abril de 1920, "Os professores interinos e a ajuda de custo de vida", p.1
[323] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 418, 24 de Abril de 1920, "Professores Interinos", p.1
[324] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Ainda os professores interinos", p. 1

direitos correspondentes! Os humildes a quem se regateia o que se distribui à farta pelos serventuários analfabetos!(...)»[325].

Ainda sobre este assunto pode ler-se a 12 de Junho de 1920: «Como mostramos, os professores interinos não podem vencer ordenado durante as férias. Não se lhe garante o lugar no ano lectivo seguinte, embora os seus serviços sejam dos mais valiosos, embora continue a vaga preenchida anteriormente com regalias inferiores às dos serventuários das escolas, com menor vencimento, o Estado escorraça-os no limite do ano lectivo. Deve ser garantida aos professores interinos a continuação do seu serviço, quando a vaga subsista e a classificação de tal serviço seja boa. Deve ser garantido nas férias o vencimento aos professores interinos (...)»[326].

Passando agora à questão dos concursos, e segundo ainda Áurea Adão, depreende-se que os critérios de selecção dos candidatos variavam ao longo dos anos: «A sua nomeação baseia-se no exame dos processos de candidatura, por distrito; no começo de cada ano escolar, é organizada uma lista de candidatos por ordem de classificação, a qual é elaborada tendo em conta a nota do curso, a classificação do serviço anteriormente prestado e o tempo de serviço contado, utilizando-se, ao longo dos anos, critérios diversos de aplicação desses elementos (...)»[327].

Porém *A Federação Escolar* critica esses concursos. A 31 de Julho de 1920, Nuno Verdial transmite a ideia de que os concursos dos interinos para as escolas nem sempre são transparentes beneficiando-se alguns professores, o que contribui para o enfraquecimento da classe: «Todos sabemos que as nomeações de professores interinos foram feitas, no ano findo, *à la diable*, sem se atender à classificação do serviço e do diploma dos concorrentes, nem sequer à natureza dos lugares. Foram nomeados professores sem serviço nenhum e com pequenas classificações, enquanto que outros, com manifesta superioridade legal, eram preteridos por eles. Foram nomeadas senhoras para lugares que, sendo de professores, só a professores deveriam ter sido dados, desde que houvesse pretendentes. E havia-os.(...) Se os professores interinos trabalhassem unidos, às claras, sem receios nem servilismos que os dominem aos olhos dos governantes, exigindo aquilo que com justiça lhes devia ser dado, mas só isso, eles teriam conseguido já que lhes reconhecessem, enquanto trabalham, o direito à subvenção, subsídio de residência e renda de casa(...)»[328].

---

[325] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 424, 5 de Junho de 1920, "Anomalias... regulamentares", p.1
[326] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 425, 12 de Junho de 1920, "Anomalias...regulamentares", p. 1
[327] ADÃO, Áurea – ob. cit., pp.163 -164
[328] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 432, 31 de Julho de 1920, "A questão dos interinos: discordando", p. 2

Voltando à condição dos interinos, no início na década de 20, continuamos a encontrar notícias em *A Federação Escolar* sobre a vida precária dos mesmos.

Em 28 de Agosto de 1920, o professor Augusto L. Cristino escreve: «Só um sentimento muito baixo, animado de pruridos egoístas, pode levar alguém a manifestar-se publicamente contra as justas reclamações dos interinos, que a "Federação Escolar" tem sustentando com vivo calor de paladino da classe. Toda a gente sabe que nós, os interinos, adquirimos como os efectivos, o nosso diploma de habilitação, e, uma vez em exercício, somos obrigados estritamente ao cumprimento de deveres, em nada diferentes dos efectivos. Ora, visto sermos obrigados a cumprir o mesmo que os efectivos, é iníquo, é mesmo desumano, cercearem-nos direitos e regalias que só uma injustificada aversão nos pode negar»[329].

No mesmo número uma professora defende os professores interinos: «A situação dos professores interinos é simplesmente revoltante e crítica. Pelo facto de serem interinos, nega-se-lhes a subvenção que os serventes recebem e o subsídio de renda de casa e, ainda mais, os vencimentos de férias! Não se alimentarão os professores interinos do mesmo modo que os efectivos? Segundo parece, os Srs. legisladores entendem que não. Não têm porventura os professores interinos a mesma missão a desempenhar, os mesmos deveres a cumprir, as mesmas responsabilidades, o mesmo tempo de trabalho que os efectivos? Tendo iguais deveres, porque não hão-de ter igual remuneração? (...) Isto é vergonhoso e não deve admitir-se tamanha injustiça. O brio da classe não deve consentir na desigualdade existente entre a situação do professor interino e do efectivo. Peço a cooperação dos colegas interinos e unamo-nos todos para conseguirmos o que é de justiça»[330].

A 14 de Maio de 1921, podemos ler um artigo escrito por A.M.D. de Moura apoiando uma ideia de Camilo Dias expedida em *A Federação* no n.º 471[331] e mais uma vez censurando a falta de união dos professores interinos: «Sim, é possível que se obtenha uma parcela de justiça se formos expor ao Sr. Ministro da Instrução as desgraçadas circunstâncias em que nos encontramos. Havendo em todo o país algumas centenas de interinos, é de estranhar, como o colega diz, que tão poucos saiam à liça, quebrando lanças pela nossa causa própria. Despertemos deste comodismo que nos

[329] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 436, 28 de Agosto de 1920, "O brando dos interinos", p. 1
[330] Ibidem
[331] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 471, 30 de Abril de 1921, "Os interinos", p.1

rebaixa, ergamos bem a fronte façamos ouvir alto a nossa voz junto daqueles que têm por dever, melhorar uma situação tão deprimente (...)»[332].

No mesmo ano, em 25 de Junho, é noticiada uma reunião que teve lugar no Porto a 16 de Junho, para discussão da situação dos interinos. Desta, saem vários pedidos a fazer ao Ministro da Instrução: «Que o vencimento seja devido ao professor interino desde a data de entrada em exercício até ao termo da interinidade; que a interinidade termine só com a apresentação do professor efectivo e não com o termo do ano lectivo; que por cada nota de «bom» atribuída ao seu serviço seja adicionado um valor ao diploma, independentemente da efectividade do serviço (...)»[333].

Ao longo de 1922 e 1923, até à revolução da qual resultou o Estado Novo, *A Federação Escolar* continua a publicar artigos em defesa dos professores interinos. Em 2 de Fevereiro de 1924 pode ler-se: «Hoje são 2 de Fevereiro!... Quanto receberam os professores interinos de Novembro até hoje? Nada! Tolera-se? Acredita-se? Não! Não é possível a não ser entre nós»[334].

Podemos então concluir, pelos artigos de *A Federação Escolar* que a classe dos professores interinos era menosprezada e embora tendo a mesma formação inicial e as mesmas obrigações, os seus direitos ficavam muito aquém de outras classes de professores. Por ser uma classe pouco reivindicativa face à sua desunião, também não conseguia mais direitos nomeadamente ao nível da transparência dos concursos e do aumento de vencimentos.

Outra categoria de professores que já referimos, é a dos professores efectivos. Segundo Áurea Adão «(...) no início do século, qualquer professor diplomado podia concorrer a um lugar do quadro dos efectivos, independentemente do seu tempo de serviço. Em 1915, são estabelecidos critérios para a escolha dos candidatos, o que na prática, obriga os recém-diplomados a ingressar na categoria de auxiliares. A primeira nomeação para o quadro dos efectivos é sempre temporária, com vista à avaliação da capacidade profissional do professor. Podemos, pois, falar de dois períodos experimentais na carreira docente: o primeiro, quando o professor trabalha como auxiliar, o segundo, durante a sua nomeação temporária (...)»[335].

---

[332] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 473, 14 de Maio de 1921, "Os interinos", p. 1
[333] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 479, 25 de Junho de 1921, "Professores interinos", p.1
[334] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 615, 2 de Fevereiro de 1924, "Os vencimentos dos interinos", p. 1
[335] ADÃO, Áurea – ob. cit., pp. 165-166

Ainda segundo Áurea Adão, tanto os critérios do concurso para os interinos como os critérios para a passagem a professor efectivo foram-se modificando: «No princípio do século, exige-se três anos de bom e efectivo serviço para uma nomeação definitiva, a qual tem lugar a pedido do próprio professor, que deve apresentar certidões do tempo de serviço e da classificação da actividade.(...) Os republicanos reduzem para dois anos a nomeação temporária e autorizam a passagem automática à situação definitiva, mediante a publicação de listas anuais, pela ordem de antiguidade. (...) A 1.ª República concede aos professores mais fracos uma nova oportunidade, prorrogando-lhes a nomeação temporária por mais três anos, para que consigam uma informação de serviço satisfatória. Os lugares de efectivos são, exclusivamente, preenchidos até ao fim da 1.ª República por concurso documental que, por vezes, reveste aspectos demasiado burocratizados. Abre-se concurso geral sempre que haja uma vaga, anunciada publicamente no Diário de Governo»[336].

A Federação Escolar também se pronuncia sobre os concursos dos professores efectivos.

A 10 de Junho de 1911, denuncia-se a situação de as escolas bem situadas terem excesso de candidatos enquanto que as vagas das escolas mal situadas ficavam por preencher: «Apesar de haver mais de 18000 professores e professoras diplomados que não obtiveram ainda colocação, têm ficado ultimamente desertos, por falta de concorrentes, alguns dos concursos abertos e isto porque, estando as respectivas cadeiras em sítios ainda afastados do convívio geral, não convém aos que deveriam tomar a respectiva regência. Em contraposição, para outros concursos chegam às vezes a haver mais de 30 concorrentes (...)»[337]. Este facto demonstra bem as condições precárias das escolas mal situadas.

A 1 de Abril de 1916, critica-se o arbítrio da selecção dos professores e dos inspectores escolares que os classificam: «Para efeito de preferência nos concursos de escola primária, a lei 424 determina que em primeiro se obedeça à classificação do serviço; segundo à valorização do diploma e em terceiro ao tempo de serviço no magistério. À primeira vista parecerá de óptimo efeito este sistema de escolha. Mas descendo nós até à prática para verificarmos o arbítrio a presidir a uma selecção de professores que nada diz, pois bem longe está de apurar para número um o professor com mais direitos e melhor serviço. Para provarmos esta afirmação, claro é que temos

[336] ADÃO, Áurea – ob. cit., pp. 166- 167
[337] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 126, 10 de Junho de 1911, "Concursos desertos", p. 2

de nos referir aos funcionários que classificam o nosso serviço, os inspectores primários. Bem longe de nós querermos amesquinhar a sua obra, pois queremos mesmo salientar uma competência bem sensível em cada uma dessas autoridades a quem a lei nos subordina. Todavia, respeitando esse são critério filho duma sã autoridade de que se acha investido o nosso inspector primário, nós esbarramos com uma divergência de opiniões, um conjunto de interpretações diferentes, que levam a classificações bem diversas de círculo para círculo. E aqui é que existe o mal. Sem uma base a que obedeçam, sem uma disposição legal em que se fundem, sem um plano comum para ponto de partida, os nossos inspectores advogam no geral um ponto de vista diferente deste para aquele, e, como lógica consequência, uma flagrante diferença de apreciação, de valorização mesmo, que muito vêm afectar os nossos direitos e os nossos interesses(...)»[338].

Mas não só na avaliação dos inspectores reside o cerne da questão. No número seguinte de *A Federação Escolar*, voltam-se a criticar os concursos e a classificação final das Escolas Normais: «É necessário que os serviços do professor sobrelevem ao seu diploma, porque a prática tem já cabalmente demonstrado que os melhores alunos, nem sempre são os melhores professores. Relegar para o último lugar os diplomas, também poderia equivaler a destruir todo o estímulo nos estabelecimentos em que o professorado se prepara, e dificultar sobremaneira, as primeiras colocações. Atender somente à qualidade dos serviços do professor, desprezando a quantidade dos mesmos, também briga com a justiça, por isso que a ninguém parecerá equitativo que um professor com um ano de óptimo serviço deva ter preferência absoluta sobre um professor com mais de dez anos de serviço classificado de bom. Os três factores – qualidade, quantidade e diploma, devem, pois ser postos em função, de modo a não surgirem combinações disparatadas como as da lei vigente (...)»[339].

Também se critica a morosidade dos concursos. Por exemplo a 8 de Maio de 1920 o professor Dias Agudo escreve: «Estipula a lei 15 dias para o concurso duma escola, isto é, 15 dias para a entrega nas Inspecções dos documentos dos interessados e concede mais dez dias de tolerância para legalização dos que de tal careçam. Findos os do concurso, seguir-se-ão outros quinze dias para a nomeação do candidato mais classificado. Quer dizer: concurso e nomeação deverão apenas durar trinta dias. Mas sucede que para infelicidade dos novos professores, em especial, isto é, aqueles que

[338] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 211, 1 de Abril de 1916, "Classificações de serviço", p. 1
[339] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 212, 9 de Abril de 1916, "Preferência nos concursos", p. 1

concorrem pela primeira vez, a nomeação que a lei ordena ao fim dum mês vem, em muitos casos, senão na maioria, ao fim de 8, 10, 12 e mais meses ainda!(...) Ainda se o requerente tem a felicidade de ser classificado em primeiro lugar, e de o processo seguir direitinho até ao fim, então vá lá, que muita sorte teve ele, pois ao fim de um ano será professor de facto...»[340].

Finalmente, criticam-se também aqueles que avaliam os professores: os inspectores escolares. A 14 de Maio de 1921 pode ler-se: «A qualificação do serviço do professor primário teve sempre uma altíssima importância, na vida oficial deste funcionário, mormente quando se trata de concursos, por ser, por assim dizer, a craveira por onde nas estações oficiais se afere o seu valor profissional, enfim. A lei dá essa atribuição aos inspectores escolares que, na verdade, são quem, percorrendo todas as escolas e estando, por isso, em contacto com todos os professores do seu círculo, melhor conhecem as suas qualidades e são quem tem uma missão fiscalizadora e ao mesmo tempo orientadora. (...) Pois até esta data, apesar de disposições legais determinarem duas inspecções por mês, nem uma única se efectuou no corrente ano lectivo por desleixo, decerto, da repartição respectiva não ter distribuído a tempo e horas a verba consignada no orçamento para tal fim. Já não há tempo, na maioria dos círculos, de se fazerem as inspecções, mas no fim do ano escolar é necessário, é preciso que a qualificação se faça, não *à la diable*, mas com critério, escrúpulo e justiça. Mas, Senhor Ministro, V. Ex.a que, superintendendo nos serviços do seu ministério tem a responsabilidade dos desleixos que por lá vão, poderá dizer-nos como é que os inspectores, sobretudo os que mudaram de círculo e que, por isso não conhecem os professores nem as suas escolas, poderão qualificar-lhes o serviço? Que critérios hão-de seguir? Em que basearão as suas notas para o desempenho de tão importante dever? Hoje que a qualificação concorre para a valorização do diploma, é preciso que este serviço se faça com muito escrúpulo e inteiro conhecimento de causa, para se evitarem injustiças e reclamações. Mas, para isso, preciso é também que o Governo facilite aos inspectores, a tempo e horas, os meios para que possam desempenhar-se da sua difícil missão(...)»[341].

Além de serem criticados os modos como os inspectores atribuem a qualificação aos professores também é criticada a sua competência e os próprios concursos destes, por exemplo a 5 Abril 1919 J. Quereus escreve: «Vagaram e vão vagar(...) muitas

[340] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.°, n.° 420, 8 de Maio de 1920, "Concursos", p. 1
[341] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.°, n.° 473, 14 de Maio de 1921, "A qualificação de serviço e os concursos", p. 1

inspecções escolares. Indigitam-se já nomes apadrinhados por influentes políticos para preencher esses lugares(...)»[342].

A 2 de Abril de 1924 escreve para *A Federação Escolar* o secretário da Junta Escolar de S. Pedro do Sul, J. Pereira de Vasconcelos sobre a necessidade da simplificação dos concursos dos professores primários e com a qual *A Federação Escolar* concorda: «Venho relembrar a conveniência de simplificar os concursos, pois sabemos bem que eles são, pelas disposições actuais, o maior flagelo dos secretários das Juntas Escolares e até dos correios, pelo enorme aluvião de ofícios e notas trocadas entre as Juntas, Inspecções, ... Sabe-se que para a organização de qualquer concurso, é preciso uma troca numerosíssima de correspondência oficial (...). Havendo, por exemplo, oitenta concorrentes, e são raros os concursos de menor número, e tendo de pedir-se, em média, três informações por concorrente, dá um total de 240 ofícios de pedidos de informações e outros 240 de respostas, ou seja, um movimento pelas repartições, de 480 ofícios, sem contar com outros 480 registos que ficam pelas mesmas repartições, havendo ainda muitas vezes necessidade de segundas vias pelos extravios nos correios, aumentando a demora na organização do processo num trabalho extenuante, como se vê. Ora, tudo isto era muito fácil de remediar, poupando trabalhos estupendos às repartições respectivas, aos correios,... tornando os prazos de tempos legais compatíveis com tais serviços, evitando ainda acumulação de papelada que para mais nada serve, com grande economia de tempo e de material de escritório, bastando que o candidato juntasse ao requerimento um simples boletim onde se faria referência a todos os documentos precisos para instrução do requerimento do candidato»[343]. E de seguida apresenta um modelo desse boletim.

A Federação Escolar não assume posição sobre a preferência conjugal e a prioridade às filhas de professores nos concursos. Deste modo, tanto publica artigos contra, como a favor. A propósito da primeira, a 8 de Julho de 1916 Alfredo Miranda escreve: «(...) chamarmos uma das leis mais justas e humanitárias que os nossos legisladores poderiam produzir, pois que não teria simplesmente o condão de beneficiar a grande classe do magistério primário, como também o próprio ensino»[344]. Porém, no mesmo número podemos ler um artigo de Manuel dos Santos Júnior criticando a preferência dos cônjuges e prioridade das filhas dos professores nos concursos: «Mas

[342] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 366, 5 de Abril de 1919, "Concursos! Concursos", p. 1
[343] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 623, 2 de Abril de 1924, "Concursos: com vista à Comissão revisora do Regulamento", p. 1
[344] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 225, 8 de Julho de 1916, "Preferência do cônjuge", p. 2

que dirão a isto os nossos queridos camaradas, deserdados da fortuna e sem família? Não tenhamos a este respeito dúvidas, caros amigos, os membros de uma classe devem ser vistos, pelas leis, com aquela Igualdade que a Justiça nos indica, e o professorado para bem do ensino e nossa dignidade, deve ser preferido: - na primeira colocação, pelo valor do diploma obtido na Escola Normal; e nas outras, em face de um bem desenvolvido mapa, em cujo preenchimento nada do nosso esforço escape»[345].

Como acabamos de constatar pelos inúmeros artigos publicados poderemos concluir que os concursos dos professores efectivos também não decorriam da melhor forma. Pelos vistos os critérios da selecção dos candidatos eram por vezes injustos e arbitrários havendo uma disparidade de classificações quer nas Escolas Normais quer, mais tarde pelos inspectores primários. Além disso, eram muito demorados e burocratizados.

Infelizmente temos que reconhecer que as injustiças e arbitrariedades nos concursos, passado todo este tempo se mantêm. Apesar de termos ao nosso dispor meios técnicos, humanos e materiais impensáveis na 1.ª República, continuamos à procura de um sistema de concursos mais fiável e imparcial.

Tal como outrora, apesar do avanço tecnológico os problemas subsistem para mal do professorado primário português e do país.

1.4.2. As promoções de classe

Os professores efectivos poderiam beneficiar de promoções ao longo da sua carreira que correspondiam também a mais regalias, embora em número muito insatisfatório. Segundo Áurea Adão: «No ensino primário, as possibilidades de promoção são reduzidas. Os professores beneficiam apenas de uma mudança de nível de acordo com o seu tempo de serviço, mudança que se traduz numa melhoria progressiva do vencimento. O tempo necessário para atingir o nível mais alto da carreira profissional aparece muito longe para os jovens que poderiam ser atraídos pela actividade do magistério primário. Só um número reduzido chega a desempenhar outras funções melhor remuneradas no âmbito da Administração Escolar»[346].

O diploma de 29 de Março de 1911 introduz, dentro da categoria de professor efectivo, o sistema de quadros para as categorias de 2.ª e 1,ª classes, comportando cada

[345] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 225, 8 de Julho de 1916, "A preferência do cônjuge", p. 2
[346] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 175

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO

um 2500 lugares[347]. No dizer de Áurea Adão: «Esta limitação do número de lugares em cada nível prejudica os professores, especialmente, os que se encontram no escalão mais baixo e que correspondem ao grupo mais numeroso; correm o risco de esperar muitos anos pela sua justa promoção»[348]. As reclamações contra esta lei não demoram, e muitos artigos sobre o assunto aparecem publicados em *A Federação Escolar*.

Por exemplo, a 15 de Abril de 1911, pode ler-se: «Como entre os professores e professoras ajudantes e interinos ultimamente promovidos a efectivos, há alguns com dez e 12 anos de serviço, terão esses mais antigos que pertencer à 2.ª classe, por isso que não está completo o número dos 2500 determinado pela nova lei para essa categoria. Para esta colocação definitiva é ainda necessário em presença do respectivo cadastro, apurar-se o número que há pela 1.ª vez e para a segunda classe, por isso que, segundo a estatística oficial do ensino primário no ano lectivo de 1907-1908, havia na 1.ª 2378 professores, na 2.ª 1216 e na 3.ª 1800, aproximadamente»[349].

A 27 de Maio de 1911 continua a crítica ao dito decreto: «O artigo 167.º da reforma de instrução garante o direito de promoção de classe a partir de 1 de Março corrente. Sucede, porém, que alguns professores tinham direito à promoção pela lei antiga, devendo, depois de publicado o despacho, receber a diferença de vencimento. Esses professores ficam prejudicados necessariamente visto ser falseado o princípio jurídico que diz – a lei não tem efeito retroactivo. E muitos professores com direito à promoção à data da publicação da lei permanecerão na classe actual. Por seu turno os ex-professores ajudantes se, ao que se afirma, não derem ingresso na classe a que lhes dá direito o tempo de serviço, continuarão a formar uma casta de réprobos. Estes não podem exigir a diferença de vencimento, mas a lógica e a justiça mandam que se atenda à situação em que ficam colocados. Não falamos em obediência a interesse próprio. O director deste jornal é dos ex-ajudantes mais novos, e quase não pode julgar-se preterido. Mas há-os com mais de 20 anos de serviço que chegarão, talvez ao fim da sua carreira profissional sem atingir a 1.ª classe. O alargamento dos quadros ou o

[347] Decreto de 29 de Março de 1911: «Os professores de instrução primária, quer para o ensino infantil quer para o ensino elementar e complementar, constituem três classes e terão direito aos vencimentos fixados na tabela anexa a este decreto, a partir de 1 de Abril próximo futuro»- art.º85.º;«Pertencem à 1.ª classe todos os actuais professores dessa designação, ou que estejam nas condições indicadas no n.º 1.º do artigo anterior (...)»art.º 86.º;« À 2.ª classe ficam pertencendo os professores que tenham, ao presente, essa classificação, não abrangidos pela promoção indicada no artigo anterior e também os da 3.ª classe actual, no número necessário para preencher o respectivo quadro» art.º87.º; «Todos os demais professores actualmente em serviço, ou sejam ajudantes ou interinos, constituirão a 3.ª classe (...)».art.º 88.º; «O provimento definitivo e as promoções de classe serão feitas pelo Governo, segundo a ordem da antiguidade dos professores e mediante informação favorável ao inspector de circunscrição» art.º 91.º; «Aos professores primários a quem, pela fixação dos quadros a quem se refere a tabela anexa ao presente decreto, couber o direito de promoção de classe, ser-lhe-á o mesmo garantido, a partir de 1 de Março corrente, embora dependente da publicação da lista oficial (...)»art.º 167.º.

[348] ADÃO, Áurea – ob. cit. ,p. 176

[349] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 118, 15 de Abril de 1911, "Promoções de classe", p. 3

estabelecimento das promoções por anos e qualidade de serviço impõe-se, em nome da equidade»[350].

Também a opacidade do decreto de 29 de Março de 1911[351] dá origem a várias críticas. O professor José de Sequeira publica em *A Federação Escolar* a 17 de Junho de 1911 o seguinte: «Segundo os artigos 86.°, 87.° e 88.° ficam 2500 professores em 1.ª classe, 2500 em 2.ª e os restantes em 3.ª classe. O art.° 91.° diz que as promoções de classe são feitas pelo Governo, segundo a ordem da antiguidade dos professores, contando-se o tempo de serviço prestado como ajudantes ou interinos. E o art.° 167.° diz que os professores a quem, pela fixação dos quadros, couber o direito de promoção, ser--lhes-á o mesmo garantido a partir de 1 de Março. Esta contagem porém, a partir de 1 de Março, entendo que é somente para aqueles a quem couber o direito de promoção pela fixação dos quadros. Mas para aqueles a quem, à data do decreto, já cabia o direito de promoção a contar de há um e mais meses e até de anos, cujos processos andavam a organizar e outros já estavam pendentes, as promoções são também contadas da data em que terminaram os 6 ou 12 anos de serviço? O novo decreto nada diz»[352].

No dizer de Áurea Adão, os quadros do ensino primário, apesar das inúmeras críticas e reclamações só após dois anos são alterados: «(...) o da 1.ª classe é alargado de 2500 para 2600 lugares, enquanto o da 2.ª classe é reduzido de 2500 para 2300 lugares. Isto significa que o número de professores de 3.ª classe aumenta substancialmente com o ingresso de todos os que conseguem a sua promoção; em dois anos, o total de docentes é alargado com mais 536 novos professores. As vagas não são muitas; resultam de casos de exoneração, de aposentação e de morte»[353].

Adivinhando-se esta alteração, a 25 de Maio de 1913, é publicada em *A Federação Escolar* uma notícia: «O decreto de 29 de Março de 1911 espezinhou-nos, estabelecendo quadros com um limitado n.° de professores nas 1.ª e 2.ª classes (...). O projecto de lei apresentado ao parlamento pelo Sr. Presidente do ministério revoga o decreto anterior; revoga uma deliberação já tomada pelo senado restabelecendo as promoções nos termos em que a monarquia as concedia; restabelece a doutrina lesiva dos quadros para os professores que sendo nomeados por virtude de leis anteriores tinha adquirido os direitos nessas leis consignados; reduz a 2300 o n.° de professores da 2.ª classe. E, sobre tudo isso, apenas reconhece aos professores que hão-de ser promovidos

[350] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.° 124, 27 de Maio de 1911, "Promoções de classe", p. 1
[351] Decreto de 29 de Março de 1911
[352] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.° 127, 17 de Junho de 1911, "Reforma de Instrução Primária: Decreto de 29 de Março de 1911", p.1
[353] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 177

o direito à diferença de vencimentos a contar de 1 de Julho de 1913, embora o tivessem adquirido muito antes da promulgação da lei de 29 de Março de 1911, outros em virtude desta lei! (...) Se fizermos um balanço das regalias que a República concedeu, desde (...) a extinção da classe dos ajudantes e ao aumento de vencimentos, só uma mal se nota:- a incerteza no ponto de vista das promoções»[354].

Ainda segundo Áurea Adão: «Mais tarde[355] os republicanos anulam os quadros e repõem as disposições antigas: as promoções voltam a fazer-se por diuturnidades de seis anos»[356].

A 30 de Agosto de 1914, é publicada a seguinte reacção: «A notícia de que o sr. Ministro da Instrução Pública não deixa contar, para o efeito de promoções de classe, o tempo prestado como professores ajudantes efectivos, alarmou não só directamente interessados, em número elevado, mas desgostou toda a classe que no lance não poderia deixar de se solidarizar com aqueles seus prestimosos colegas.(...) O Congresso, determinando que as promoções se façam em conformidade com o decreto n.º 8 de 24 de Dezembro de 1901 e respectivo regulamento de 19 de Setembro de 1902, restabelecem as praxes que se estavam seguindo até 29 de Março de 1911. Estas praxes, aliás muito legais, mandam contar, para o efeito de provimento definitivo e da promoção de classe, o tempo prestado como professor ajudante, efectivo ou temporário, mandavam fazer esse provimento e essa promoção logo que se completasse os respectivos triénio ou sexénio, e mandava contar o tempo, para o abono da diferença de vencimentos desde a data em que alcançou direito à promoção. Isto fez a monarquia, sem dificuldades e sem reclamações. Assim o mandou fazer o parlamento na sua lei de 30 de Junho último. Mas o Sr. Ministro fazendo tábua rasa de tão salutares precedentes e de tão justa determinação, não quer que se conte o tempo de serviço prestado como ajudante, reserva as promoções para o fim do ano civil, em vez de as fazer logo que os interessados completem os seis anos de bom serviço, e, em lugar de fazer os abonos da diferença de vencimentos pela promoção, desde que findou o sexénio, manda pagar essa diferença desde uma determinada data, por vezes muito posterior, cerceando direitos aos professores e negando-lhes, portanto, o pagamento de uma parte dos vencimentos a que têm direito, segundo a legislação vigente. Estamos certos de que tais intuitos não poderão vingar, porque o parlamento, que tão carinhoso se mostrou com o professorado,

---

[354] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 65, 25 de Maio de 1913, "As promoções: o novo projecto", p.1
[355] Leis n.º 226, de 30 de Junho de 1914, n.º 410, de 31 de Agosto de 1915, e decreto n.º 1792, de 5 de Agosto de 1915
[356] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 177

há-de, na reivindicação dos seus direitos, obrigar o executivo a cumprir a lei»[357]. Da leitura deste número, duas conclusões nos é permitido tirar: 1.º a de que a legislação monárquica era neste aspecto bem mais agradável ao professorado; 2.º, a de que o poder executivo se sobrepunha ao poder legislativo em plena República. Daí as reclamações continuarem. A 11 de Abril de 1915, mais uma reacção à mudança da lei: «Os quadros foram extintos, e o Ministério, invocando-os, pratica uma arbitrariedade que a classe apreciará e julgará, pois que, se deve muita gratidão ao Parlamento que em 30 de Junho de 1914 derrubou esse espectro, em compensação a sua dignidade deve ressentir-se pelo poder executivo, sem base legal, estas aplicando uma providência que não existe e que perante a regulamentação não passa de um fantasma negregado. Em face da legislação vigente, as promoções de classe devem ser feitas logo que o professor complete o sexénio de bom e efectivo serviço e apresente o respectivo requerimento. Assim o professor tem direito ao pagamento imediato dos vencimentos correspondentes à 2.ª classe, logo que complete os 6 anos de exercício e dos correspondentes à 1.ª classe, logo que complete os 12 anos de serviço. As autoridades que não resolvem o caso rapidamente, logo que a promoção seja pedida, com a honestidade com que se devem tratar os direitos alheios, defrauda conscientemente os legítimos interesses dos professores. O professorado conhece, porém, a mão que o fere nos seus brios e nos seus direitos, pois que é bem visível o intuito cruel de o torturar e destaca-se muito claramente a silhueta negra do braço que o apunhala. Mas devemos reconhecer igualmente que a classe sofre (...) as consequências da sua desunião. Os governos do nosso país, em geral formados por mediocridade e por anónimos, não se orientam por princípios nem se determinam pelos ditames da justiça. Tais organismos políticos constituídos por elementos heterogéneos, vogam ao sabor dos acontecimentos sociais, calcando quando encontra, colectividades desorganizadas, para aparentarem força, mas recuando, encolhidos, quando deparam com resistências que os possam fazer naufragar»[358].

Como se não bastasse esta prepotência do Ministro da Instrução, outros entraves se verificavam. A 23 de Dezembro de 1916 culpam-se os inspectores escolares por atrasarem o direito às promoções: «O "Diário de Notícias" no dia 17 trouxe-nos a informação de que alguns inspectores escolares estão demorando as relações dos professores com direito à promoção ou provimento. O art.º 18.º do decreto regulamentar

[357] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 131, 30 de Agosto de 1914, "Promoções de classe", p. 1
[358] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 163, 11 de Abril de 1915, "Promoções de classe", p. 1

de 20 de Novembro do ano passado diz que a lista dos professores que, no ano anterior, adquiriram direito à promoção de classe e a provimento definitivo, será todos os anos publicada até 31 de Dezembro; e o n.º 1 do mesmo artigo diz que, para esse efeito, os inspectores enviarão, todos os anos, até 31 de Outubro, ao Ministério de Instrução, um mapa dos professores nas condições deste artigo. Ora, confrontando a doutrina expressa e clara destas disposições legais, com a notícia acima transcrita, vemos, com bastante mágoa nossa, que há alguns inspectores que, ou desconhecem a lei, o que não é crível, ou fazem dela trapo velho; e ainda vemos mais e pior, que há um Ministério da Instrução, que nem ao menos sabe impor aos funcionários seus subordinados, o cumprimento da lei»[359].

Segundo Áurea Adão, «em 1919, a carreira de professor primário beneficia de duas novas promoções, passando a englobar as categorias seguintes: 5.ªclasse- menos de 6 anos de serviço efectivo; 4.ª classe- de 6 a 12 anos de antiguidade, com um aumento de 16% do vencimento anterior; 3.ª classe- de 12 a 18 anos de serviço, correspondendo a 16% de melhoria de vencimento; 2.ª classe- de 18 a 24 anos de antiguidade, e 13,8% de aumento de vencimento; 1.ª classe- mais de 24 anos de serviço efectivo, com 12 % de melhoria do vencimento. Pouco depois, a designação de classes desaparece e as diuturnidades baixam para 5 anos, até ao limite de 20 anos de antiguidade, conforme os professores vinham exigindo»[360].

Apesar desta reestruturação que vem de encontro aos desejos dos professores, as injustiças prosseguem como se pode concluir, por exemplo, pelo artigo de 29 de Novembro de 1919: «Um bico de obra é a questão da contagem do tempo em que as escolas estiveram encerradas por causa do tifo e da pneumonia. (...) Um dia, entrou de grassar no país o flagelo epidémico, e, como providência higiénica, ordenou-se o encerramento das escolas, sendo, assim o professor obrigado a permanecer inactivo. Chega, porém, o momento de se proceder ao apuramento do tempo de serviço para efeitos de promoção e diuturnidades, e desencrava-se do meio do entulho da velha legislação escolar a famosa circular de 31 de Maio de 1913 já por nós transcrita, e que nega ao professorado todo o direito ao tempo em que as escolas não funcionaram por causa das epidemias, sobretudo para aquilo que mais lhe interessava: diuturnidades.

[359] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 249, 23 de Dezembro de 1916, "Promoções de classe", p. 1
[360] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 178

Protestamos logo, e vimos que muitos outros protestaram também ou directamente apoiaram a nossa campanha justa, e bem digna de ser ouvida»[361].

Esta amálgama de decretos, a instabilidade dos governos, a desunião do professorado primário e as injustiças que sobre ele recaíam, não poderiam ter outra consequência que não fosse a despromoção da classe, o desprestígio do país e um certo descrédito na República, expressos em *A Federação Escolar*.

1.4.3. As transferências e permutas

Segundo Áurea Adão: «As transferências por iniciativa própria do professor efectuam-se por meio de concurso ou por meio de permuta entre dois colegas. As transferências só têm lugar no início do ano lectivo»[362].

No entanto, as permutas são limitadas como refere a mesma autora.

Segundo Áurea Adão «No princípio do século, as permutas são autorizadas para os professores com um ano de bom e efectivo serviço na escola onde exerçam o magistério. Contudo, elas só se podem efectuar entre professores de igual categoria[363] que leccionem em localidades de mesma ordem[364]»[365].

Esta medida não veio beneficiar um grande número de professores pois a preferência da maioria é por escolas em centros urbanos. No entanto, a permuta constitui um direito que o professorado não quer perder e pelo qual se bate.

Sobre este assunto, *A Federação Escolar* publica vários artigos. A 15 de Setembro de 1912 o jornal critica a dificuldade na permuta de lugares bem como, mais uma vez, a confusão das leis dizendo: «É sestro da direcção geral de instrução primária prender-se com pequenas trincas burocráticas, de preferência a tomar deliberações úteis. De vez em

---

[361] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 400, 29de Novembro de 1919, "Um bico de obra", p. 1

[362] ADÃO, Áurea- ob. cit., p. 173

[363] Decreto n.º 4, de 19 de Setembro de 1902, e lei de 9 de Setembro de 1908. Os republicanos alargam para dois anos o tempo de serviço obrigatório para permuta pela portaria de 11 de Novembro de 1910

[364] Em 1915, aparecem tempos de serviço obrigatórios, consoante as localidades. Com excepção das localidades de 4.ª ordem (com menos de 1500 habitantes), destinadas aos professores principiantes, ninguém pode candidatar-se a lugares de ordem superior:
- para as localidades de 3.ª ordem (sedes de concelhos de 3.ª ordem e terras entre 1500 a 5000 habitantes), só podem concorrer professores com, pelo menos, dois anos de actividade nas localidades de 4.ª ordem;
- para as localidades de 2.ª ordem (sedes de concelhos de 2.ª ordem e terra entre 5000 e 8000 habitantes), só podem concorrer professores com, pelo menos, cinco anos de serviço;
- para localidades de 1.ª ordem (Capitais de distrito, sedes de concelhos de 1.ª ordem e localidades de mais de 8000 habitantes), só podem concorrer professores com, pelo menos sete anos de serviço. (Lei n. 424 de 11 de Setembro de 1915, e decreto n.º 2080, de 20 de Novembro de 1915).
Nas cidades de Lisboa e Porto, só podem concorrer professores com 20 anos de serviço e com menos de 45 anos de idade (Lei n.º 449, de 18 de Setembro de 1915, e decreto n.º 1927, de 29 de Setembro de 1915).
O Governo, perante as reacções negativas dos professores anula a medida (Lei n.º 584, de 9 de Junho de 1916); na sua sequência, qualquer professor poderá ocupar um lugar nas grandes cidades, desde que tenha trabalhado anteriormente nas outras localidades (Decreto n.º 6137, de 29 de Setembro de 1919). Já no fim da 1.ª República, a classificação das terras é simplificada, aparecendo de novo 3 categorias (Decreto n.º 11638, de 4 de Maio de 1926).

[365] ADÃO, Áurea- ob. cit., p. 174

quando, há por lá também a febre das instruções, circulares e portarias surdas. Caída de vez a Monarquia, era natural que essa alta repartição do Estado, cuja utilidade é duvidosa, enveredasse por normas diversas e procurasse integrar-se na obra da República. Por desventura, isso não acontece e a direcção geral parece porfiar em indispor e desgostar uma classe que merece ser tratada, não com benevolência, mas com o respeito que lhe é devido pela sua situação moral. (...) Pouco importa que muitos professores tivessem combinado a troca de lugares por interesses de família, por conveniências de ordem moral, ou por motivos de saúde»[366].

Apesar das oposições os problemas subsistem. Quatro anos mais tarde, a 10 Junho de 1916, encontramos novas críticas: «A nossa legislação está cheia de verdadeiras anomalias, completos disparates que a mais leve reflexão deixa logo descobrir. Quando dois professores permutam os seus lugares, precisam de ter, como condição essencial, dois anos de bom e efectivo serviço nas respectivas escolas. Compreendemos que o legislador, havendo estabelecido dois anos de estágio em escolas de diferentes categorias, pretendesse uniformizar o tempo necessário a deslocações, e que então, sem mais meditar no assunto, atirasse para o papel com os dois anos para efeito de permuta. Mas tal é um disparate (...)»[367].

Também a 24 de Fevereiro de 1917 se satirizam as leis do governo da República a propósito do mesmo assunto: «A lei 650 de 6 de Fevereiro de 1917 diz no art.º 1.º que a permuta entre os professores de instrução primária é permitida, sempre que ambos os permutantes tenham um ano de bom e efectivo serviço. Art.º 2.º fica revogada a legislação em contrário. Lendo o art.º 1.º, ficamos sem saber se o ano de serviço ali exigido tem de ser prestado na escola onde se exerça na ocasião de requerer a permuta, ou se pode ter sido prestado em diversas escolas. Lendo o art.º 2.º ficamos sem saber se ele revoga toda a legislação que se refere a permutas e neste caso se podem ser autorizadas e efectivas em qualquer altura do ano, ou se esta lei tem apenas em vista encurtar o prazo a que se refere o 1.º art.º 150.º da "Codificação" o que era justíssimo»[368].

A 21 de Agosto de 1920 pede-se a alteração da lei de uma vez por todas: «Têm de ser modificadas, necessariamente as disposições legais sobre o assunto. Ou as permutas são proibidas, em toda a linha, ou têm de ser permitidas, mesmo que os requerentes estejam colocados em terras de categorias diferentes. Quem nos afirma que estas

[366] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 29, 15 de Setembro de 1912, "Permutas", p. 1
[367] A *Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 221, 10 de Junho de 1916, "Permutas", p. 1
[368] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 258, 24 de Fevereiro de 1917, "Leis Novas", p. 1

combinações são determinadas sempre pela ganância do dinheiro? Não conhecemos nós casos em que um professor da cidade tem necessidade de exercer a sua profissão numa aldeia, ou por falta de saúde, ou por motivos particulares, de natureza diversa? Com que direito, pois, é que se nos contesta o direito que temos de, ao abrigo da lei que classificou as terras, sermos colocados numa escola citadina? Porque nos há-de ser negada a faculdade, estando na sede dum concelho, permutarmos para uma aldeia? Se, ao menos, com essa proibição se evitassem contratos particulares, em que o dinheiro desempenha um importante papel!- vá! Mas (...) tal não se conseguirá, visto como há sempre quem se sacrifique um pouco, monetariamente, se quiser mudar de uma aldeia sertaneja para uma povoação nos arredores da cidade. Pois não é verdade que são muito mais pretendidas as escolas das freguesias rurais, próximas do Porto ou de Lisboa, do que as de muitas sedes de concelhos e até de distritos?»[369].

Concluindo, tal como no capítulo anterior onde foram tratadas questões como as promoções e as reestruturações, esta instabilidade permanente do professorado, em nada contribuía para a valorização da classe e muito menos para a necessária alfabetização e consequente elevação cultural do país. Se a isto juntarmos o elevado número de alunos por turma, as deficientes instalações escolares e a deficiente rede de transportes, poderemos imaginar o quão difícil seria dotar o país de uma rede escolar que permitisse cumprir eficazmente a sua nobre missão.

1.4.4. Acesso dos professores a outros cargos

Segundo Áurea Adão, «um professor primário pode se nomeado, a título temporário, para determinados cargos com funções muito específicas, que lhe asseguram uma remuneração mais elevada. Estes empregos constituem, simplesmente, uma fase excepcional da carreia»[370].

Com efeito, os professores primários tinham acesso a outras funções dependentes igualmente da Direcção-Geral do Ensino Primário, que lhes permitem receber remunerações mais elevadas; em geral, são funções consideradas de maior responsabilidade e que exigem aos professores condições bem precisas, seria aquilo a que hoje chamamos de destacamentos. Segundo Áurea Adão «têm, por exemplo, acesso aos cargos de direcção das escolas primárias, aos lugares das escolas anexas às escolas

[369] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 3, de 16 de Março de 1912, "Sobre permutas", p.1
[370] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 186

normais, às funções de Inspecção e a empregos de Administração Escolar. Estes cargos não constituem, porém, uma promoção e podem ser, em qualquer momento, retirados. Além disso, são forçosamente em número limitado»[371].

Destes cargos, o que nos parece ser mais comentado no jornal *A Federação Escolar* é o cargo de inspecção. Muito se escreve e discute este tema, criticando-se, como já demos alguns exemplos, tanto os concursos para a nomeação de inspectores - pouco transparentes - como o trabalho pouco eficiente que estes fazem e a fraca formação que possuem. Porém e apesar de tudo, *A Federação Escolar* defende que os Inspectores devem ser de base professores primários. Assim, a 28 de Setembro de 1918 diz-se que: «O acesso ao inspectorado, exclusivo do professor primário, é uma reivindicação justa por que a classe tem de pugnar a todo o transe. Impõe-lho a sua dignidade profissional, porque, dentro da sua esfera de acção oficial, ninguém pode ser considerado, sem grande desaire para o professor, com igual ou superior competência; e também lho impõe o seu civismo, o seu sentimento patriótico, porque um corpo de inspectores constituído por bacharéis, criaturas alheias à prática do ensino primário, representa fatalmente um grande prejuízo para a Escola Primária. De facto, quem, de entre os diplomados superiormente, baixará à conquista de um lugar de inspector primário a não serem aqueles que, vendo-se deslocados, não se sintam com asas suficientes para mais largos voos, ou ainda os que, levados pela ganância, pretendem o modesto mas honroso múnus para depois o acumularem com as funções de médico e advogado»[372].

Ainda sobre esta questão pode ler-se a 10 de Maio de 1919: «Parece querer vir agora novamente para a discussão a velha questão do recrutamento de inspectores do ensino primário. A classe, numa luta aturada e rude, que de há muito sustenta, exige para si, muito legitimamente, o direito exclusivo ao desempenho dessa missão que à sua própria missão vê tão intimamente ligada a ponto de considerar a prática do ensino na escola primária como uma preparação indispensável»[373].

Outra questão prende-se com a nomeação dos mesmos e sobre a qual encontramos vários artigos. A 20 de Abril de 1912 o professor Carlos P. da Costa escreve: «Nomearam-se inspectores, mas a nomeação foi tão precipitada, ou tão dominada por influências estranhas ao ensino que, meses volvidos, volta-se atrás, reparar a precipitação, ou neutralizar a influência. E lucrou o ensino com essa nomeação e com esse aumento de despesa? Nada. Os novos inspectores, vieram fazer o serviço que os

[371] ADÃO, Áurea- ob. cit., p. 187
[372] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 341, 28 de Setembro de 1918, "Inspectores primários: recrutamento", p. 1
[373] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 371, 10 de Maio de 1919, "Um caso grave!", p. 1

antigos sub-inspectores, como se a missão de uns e doutros se restringisse à secretaria, e as escolas continuaram sem inspecção»[374]. Tal como a 2 de Fevereiro de 1918 se diz: «(...) a nomeação dos inspectores de círculo é feita pelo Governo, mediante concurso de provas públicas e sempre que se dê uma vaga no quadro de inspectores de círculo abrindo-se concurso para o seu provimento no prazo máximo de 90 dias. Pois o leitor sabe muito bem qual tem sido o procedimento dos que nisto superintendem, muito embora a letra da lei não seja por forma a sugerir dúvidas quanto à sua interpretação. A razão? Porque acima do princípio legal outro poder mais alto se levanta, e, quando assim, predomina sempre a vontade do amigo, o desejo do correligionário, a imposição absurda do político»[375].

A falta de transparência verifica-se também a nível dos concursos como demonstra o artigo de 5 de Abril de 1919: «Vagaram e vão vagar, por motivo do último movimento monárquico, muitas inspecções escolares. Indigitam-se já nomes apadrinhados por influentes políticos para preencher esses lugares, dando-se como certo tais nomeações. Há terras mesmo, onde os elementos preponderantes da política local, se colidem na ânsia de colocarem os afilhados, criando nestes um caracter doentio, muito pouco abonatório das suas faculdades morais»[376], e a 20 de Setembro de 1919 pode ler-se: «O ilustre inspector do círculo escolar de Lisboa, Sr. Heitor Passos, referiu-se há dias, no Senado, à nomeação sem concurso de um professor primário para o lugar de Inspector do círculo da Feira (...). É ilegal e é imoral. Vai de encontro às disposições da lei e fere os brios de colegas nossos que muito legitimamente desejam os concursos, onde possam mostrar as suas aptidões profissionais, a sua cultura pedagógica, o resultado do seu esforço mental»[377].

A 24 de Abril de 1920 critica-se a função dos inspectores escolares: «Ora tendo sido quase nula a acção orientadora da inspecção escolar, reduzida a funções burocráticas»[378].

Por sua vez, a 10 de Dezembro de 1921 volta-se a criticar o fraco desempenho das funções dos inspectores: «Há muito já que se pedia a remodelação dos serviços da fiscalização do ensino, provando como está que os inspectores, transformados em "mangas de alpaca", não podem ser aquilo que a lei deles quis fazer: orientadores do

[374] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 820 de Abril de 1912, "Às apalpadelas", p. 1
[375] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 307, 2 de Fevereiro de 1918, "Inspectorando", p. 1
[376] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 366, 5 de Abril de 1919, "Concursos! Concursos!", p. 1
[377] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "Nomeações sem concurso", p. 1
[378] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 418, 24 de Abril de 1920, "Em torno da circular", p. 1

professor, vivendo mais na escola, guiando e aconselhando, do que na sua repartição, dando respostas a perguntas e ofícios impertinentes, das mais variadas origens»[379].

Por fim, a 24 de Novembro de 1926 sobre a mesma questão pode ler-se: «A existência destes funcionários do Ministério da Instrução preocupa-nos mediocremente pela sua utilidade pedagógica, medianamente pelas suas funções fiscalizadoras e alguma coisa pelas suas atribuições administrativas. Só como administradores os toleramos e, ainda assim, os tememos: pois que os seus caprichos pessoais, quando não as suas conveniências políticas, podem dar aso a atrofiamento de energias, desânimos, indiferenças e aborrecimentos naqueles que são tudo na instrução popular – os professores primários! Orientação pedagógica?! Léria!- Classificação dos serviços dos professores?! Pepineira e ... diatribes!- Fiscalização?! Rigor javertiano (no original) para uns e cegueira para outros! Estas nossas impressões não constituem condenação geral! Se nos fosse dado a escolher, entre o inspectorado, aqueles dos seus membros que sabem integrar-se, tanto quanto possível, na delicada responsabilidade das suas funções, bastantes constituiriam honrosa excepção»[380].

Como podemos ler no último artigo, *A Federação Escolar* não coloca todos os Inspectores na mesma categoria, saindo até muitas vezes em defesa dos Inspectores que consideram honrados e profissionais, tal como se pode ler a 23 de Março de 1918: «Não têm os inspectores escolares de Portugal um órgão na imprensa exclusivamente seu, que defenda os seus interesses que tão intimamente se acham ligados aos da instrução primária. A Federação Escolar, porém, que é um órgão do professorado primário e que pugna pelo melhoramento da instrução popular, não esquece nem podia esquecer a classe dos inspectores escolares, funcionários que tão intimamente devem contribuir para que à instrução primária seja vibrado um vigoroso impulso. O inspector escolar fiscaliza o serviço do professor e este reconhece e deseja essa fiscalização. Mas o inspectorado é uma classe que o poder central ainda não apreciou devidamente; para o qual tem sido uma ingrata madrasta mais parecendo desejar vê-la deprimida e manietada do que numa situação desafogada e de relativa independência. O Estado remunera miseravelmente tais funcionários(...) Os Inspectores escolares não recebem subsídio de renda (...)»[381].

---

[379] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 503, 10 de Dezembro de 1921, "Juntas Escolares", p. 1
[380] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 760, 24 de Novembro de 1916, "Inspectores Escolares", p. 1
[381] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 314, 23 de Março de 1918, "Ao Ex.mo Ministro da Instrução – Inspectores Escolares", p. 1

Como em muitos outros aspectos conclui-se que não podemos generalizar nas críticas. A fazer fé nestes artigos, não há dúvida de que também nesta classe há homens dignos e de boa-vontade, apesar de igualmente injustiçados.

Além deste cargos, melhor remunerados, os professores primários também podiam ter acesso às Escolas Móveis Escolas Primárias Superiores.

Para colmatar a falta de escolas em muitas freguesias, a República criou Escolas Móveis Oficiais. A 24 de Março de 1919, são estabelecidos por decreto no Diário de Governo o objecto e fins destas escolas:«As Escolas Móveis serão criadas nas localidades onde se reconheça que são necessárias e não haja escola permanente». Art. 1.º; «O ensino das Escola Móveis versará, obrigatoriamente sobre leitura, escrita, aritmética e sistema métrico (...)». art.º 2.º[382]. Ainda no mesmo decreto, se define que a formação do professor das Escolas Móveis será a do curso nas Escolas Normais: «Todos os anos, durante a 1.ª quinzena de Agosto, deverão realizar-se nas Escolas Normais Superiores ou nas antigas Escolas de Ensino Normal exames de habilitação para o exercício do magistério nas Escolas Móveis»art.º36.º, mas o que é certo é que no mesmo art.º, se abrem vagas também para candidatos com o exame de 2.º grau, desde que se submetam a exames de admissão.

No periódico *A Federação Escolar* denuncia-se o facto de nem chegarem a leccionarem nas Escolas Móveis professores com o curso das Escolas Normais, mas professores sem aptidão e sem curso. Quando no Parlamento se tenta que todos os professores das Escolas Móveis ingressem na classe do magistério primário surge uma reacção por parte de *A Federação Escolar.* Tanto assim, que a 1 de Novembro de 1919 pode ler-se: «Na casa do Parlamento, de onde tanta coisa rara tem surgido para a luz abençoada do nosso sol, anda agora, entre mãos de conspícuos pais da Pátria, um projecto de lei cuja letra, não sendo de molde a favorecer nem o progresso, nem o bom nome do país, tão somente visa a promover o bem estar de certos amigos do Sr. Deputado que não hesitou em pôr todo o seu engenho e toda a sua arte ao serviço de uma causa infelicíssima. Trata-se, simplesmente, de fazer vingar um decreto que seja como que a porta franca e ... falsa pela qual todos os professores das escolas móveis ingressem na escola do magistério primário oficial, só composta de homens e senhoras com um diploma que lhes dá competência legal e profissional para o ensino – diploma que é o resultado de bastante estudo, muito trabalho e sacrifícios (...)»[383].

---

[382] Decreto n.º 5 336 de 24 Março de 1919

[383] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 396, 1 de Novembro de 1919, "É demais", p.1

A 24 de Setembro de 1921, também a este propósito pode ler-se: «Os professores das escolas móveis reunidos, deliberaram pedir que, depois de 6 anos de serviço lhes fosse autorizado concorrer às escolas fixas, exactamente como se fossem diplomados (...). Quer dizer: não há escolas para colocar todos aqueles que possuem um diploma legal, e há ainda professores das escolas móveis que pensam em arranjar ninhos para si, com manifesto prejuízo dos que gastaram o seu tempo, o seu dinheiro e gastaram as pestanas a fazer um curso»[384].

Quanto aos alunos das Escolas Móveis, no dizer de A. Marques, «uma minoria de alunos realizou provas de 2.ª classe, mas a maioria ficou-se pela aprendizagem elementar, mais ou menos correspondente a uma 1.ª classe. Extintas pela ditadura em 1930, as escolas móveis contribuíram para, durante quase duas décadas, ministrar as primeiras letras a cerca de 200 000 pessoas de ambos os sexos. A sua maior incidência teve lugar nos distritos de Lisboa, Faro, Guarda, Leiria, Coimbra e Aveiro»[385].

Também os professores primários podiam aceder às Escolas Primárias Superiores. A reforma de 1911 dividiu o ensino em três graus. O último denominava-se ensino primário superior para adolescentes dos 12 aos 15 anos. Este, só durou seis anos lectivos, de 1919-20 a 1924-25 e não foi além de 52 escolas. O propósito da sua criação –dar uma alternativa de prosseguimento de estudos aos jovens das classes trabalhadoras, com um tipo de ensino mais prático, mais barato, mais simplificado e mais generalizado do que o dos liceus ou o das escola técnicas. [386] – gorou-se por completo. Este insucesso, segundo A. Marques deveu-se à «escassez de meios, falta de pessoal competente e descrença de muitos na sua utilidade ou viabilidade imediatas estiveram na base da sua extinção»[387]. Segundo o decreto de 29 de Março de 1911 no art.º 17.º «O ensino primário superior é realizado em escolas para esse fim organizadas pelo Estado e dirigido e ministrado por professores habilitados nas escolas normais primárias»[388]. Não é isso contudo, o que na realidade acontece. No periódico por nós analisado pode ler-se a 26 de Julho de 1919 uma denuncia à nomeação para leccionar numa Escola Primária Superior de Amarante de uma professora não possuindo o diploma do magistério primário e, continua o artigo, «(...)Dissemos então que não era único o caso ali apontado, havendo outras nomeações que, como aquela, deviam ser anuladas, por não

[384] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1919, "Um pedido inocente", p.1
[385] MARQUES, A.H. Oliveira- ob. cit., p. 530
[386] Decreto de 29 de Março de 1911
[387] MARQUES, A.H. Oliveira- ob. cit., p. 528
[388] Decreto de 29 de Março de 1911

ter sido respeitada a lei, no que diz respeito à preparação profissional dos... contemplados (...)»[389].

A 9 Agosto de 1919 exige-se a anulação das nomeações indevidas: «Está provado e plenamente demonstrado que os lugares de professores das E.P.S. pertencem de direito aos indivíduos habilitados com o curso das escolas normais. Todas as nomeações que recaíram em indivíduos que não possuem essas habilitações, são ilegais, e por isso, para prestígio da República e honra do Ministério que só abraça a pasta da Instrução, impõem-se a sua imediata anulação (...)»[390].

No número de 13 de Setembro de 1919 também se escreve sobre as nomeações indevidas: «Todas as semanas aparecem no Diário do Governo decretos criando escolas primárias superiores (...). Para cada uma dessas escolas são nomeados hoje doze criaturas, as que melhor souberem encaminhar a água para o seu moinho, os felizes que possuem protecção de altas personalidades políticas. Excepcionalmente, vê-se o nome de um professor primário nessas linhas de mestres amadores, atamancados à última hora, gente que nunca supôs ter um dia de exercer o magistério, mas a quem o ordenado agradou e a quem os escrúpulos não afligem. Diplomados pelas escolas normais, raramente escolhidos: médicos, advogados, parteiras, curiosos das letras, jornalistas da província escrevendo artigos sem gramática nos periódicos da localidade – eis, por via de regra o corpo docente das escolas primárias superiores»[391].

Saturino Neves chega ao ponto de escrever a 17 de Janeiro de 1920: «(...) ou se de desinteressava por completo da criação e provimento das novas E.P.S., exigido até que elas não se criassem em nenhum concelho, enquanto o ensino infantil e geral não estivessem suficientemente organizados e com o material didáctico indispensável; ou se imporia que nenhum lugar, quer nas escolas existentes, quer das que viessem a criar fosse provido senão por concurso legal a que só os professores primários pudessem concorrer, salvo o lugar de ciências naturais que devia se leccionado por um médico(...)»[392].

As Escolas Primárias Superiores tiveram uma existência conturbada e foram sempre o ponto fraco das reformas educacionais republicanas. António Sérgio extinguiu-as quando Ministro da Instrução, em Janeiro de 1924; mas grande parte da opinião pública protestou e as escolas primárias superiores voltaram a aparecer com o Ministro Hélder

[389] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Escolas Primárias Superiores", p.1
[390] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 384, 9 de Agosto de 1919, "Escolas Primárias Superiores", p.1
[391] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 389, 13 de Setembro de 1919, "Escolas Primárias Superiores", p.1
[392] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Através do congresso", p.2

Ribeiro. A Ditadura iria novamente extingui-las, em Junho de 1926. Neste decreto justifica-se a abolição das Escolas Normais Superiores nos seguintes termos: o insucesso deste grau de ensino deveu-se ao facto de «nem os professores das antigas Escolas Normais Primárias tinham, em regra, a preparação especial exigida para o exercício profícuo da sua função, nem as nomeações que se seguiram obedeceram ao melhor critério pedagógico e administrativo. As Escolas Primárias Superiores surgiram às dezenas, sem critério, sem programas de ensino, sem que ao seu pessoal fosse feita qualquer exigência de modo a garantir uma elementar selecção»[393].

A Federação Escolar defende-as e a 6 de Setembro de 1919: «Há dias apareceu nos jornais diários uma nota apontando as deficiências nas vantagens que as escolas primárias superiores dão a quem as frequente (...). Quer atender-se apenas às vantagens que o curso primário superior pode dar na caça ao emprego público? Erro funesto, de cujas consequências o país será vítima! O ensino primário superior é para o povo, para os que não podem pagar as pesadas propinas das escolas secundárias. (...). Ou se compreende e se sente o espírito renovador da reforma do ensino que vai ser posta em vigor no próximo ano lectivo, ou aqueles que ainda têm fé no renascimento de Portugal pela escola, hão-de cruzar os braços assistindo ao triste desmoronar das suas ilusões mais caras... Ah! Mas não! A intensa agitação de princípios, novos e muito velhos, que preocupa o mundo civilizado não há-de deixar-nos indiferentes. Em Portugal, as boas iniciativas são raras; e quando procuram efectivá-las acorre a legião dos políticos de má morte a pervertê-las (...). A instituição do ensino primário superior é bem uma obra republicana. Representa um grande impulso para o progresso de Portugal, pelo desenvolvimento intelectual da Nação. Não podemos furtar-nos a esse movimento reformador. A preocupação principal do ensino primário superior, deve ser completar os conhecimentos ministrados no ensino primário, mas completá-los de forma eficaz, utilitária e prática, por maneira a preparar, não uma geração de letrados grotescos (...); mas uma legião imensa de cidadãos conscientes e sabedores, com amor ao trabalho dignificado. A completar este ensino. Lá está a secção técnica, industrial ou comercial; e ainda a doméstica, para as meninas. Que enormes vantagens pode trazer para o país uma instituição que assim remodela e completa a educação popular! Dar aos filhos do povo a consciência da sua personalidade com a soma de conhecimentos indispensáveis para a vida prática, ministrar-lhes a preparação técnica necessária à profissão a que se

[393] Decreto n.º 11730 de 15 de Junho de 1926

dediquem; preparar a mulher para o bom desempenho da sua missão de mãe e de dona de casa (...)»[394].

Renova-se este apoio às escolas primárias superiores a 4 de Setembro de 1920: «(...) São ou não são precisas estas escolas? A sua criação correspondeu ou não a uma necessidade da educação nacional? Sem dúvida. A sua existência é um facto porque as escolas primárias superiores são, em todos os países cultos, um complemento imprescindível da escola primária geral. As escolas primárias superiores têm muitos inimigos. Por isso mesmo, muito quem as combata. O que não se compreende, porém, é que dentro das próprias escolas haja elementos que, a cada passo, provoquem o seu descrédito e incompatibilidade no seu corpo decente, quando é certo que, pelo contrário, todos devemos trabalhar unidos na reorganização dessas escolas (...)»[395].

1.4.5. Os vencimentos

Encontramos pelas inúmeras leituras que fizemos diversas afirmações governamentais, e não só, sobre a importância das remunerações e dos benefícios sociais para uma verdadeira dignidade da profissão de professor primário e para o progresso do ensino. Um exemplo disso é o relatório justificativo que antecede o decreto de 29 de Março de 1911: «Tudo o que se faça a estes beneméritos trabalhadores, no intuito de aumentar os seus títulos de capacidade e de remunerar condignamente o seu esforço de educadores nunca será demais. Eles têm vivido até hoje quase na miséria»[396].

Os fracos vencimentos dos professores primários, por vezes pagos tardiamente, já durante a Monarquia, trazem-lhes dificuldades não só no seu sustento e da família mas também na actualização pedagógica, o que acaba por se reflectir na forma como se ensina, pois, dessa forma a maior parte dos professores contenta-se em ensinar da forma que tinha aprendido.

A situação do professor primário era tão má que a 1 de Janeiro de 1910 escrevia-se: «O professor primário vem, de longe tempo, sendo vexado pelo calote. Os prémios pecuniários, as gratificações de exame, a despesa de limpeza e expediente, as diferenças

[394] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1919, "Um pedido inocente", p.16 de Setembro de 1919 3.ª Fase – Ano 8.º Escolas Primárias Superiores pg. 1
[395] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 437, 14 de Setembro de 1920, "Escolas Primárias Superiores", p.1
[396] Decreto de 29 de Março de 1911

de promoções de classe, e até em meses de vencimento de anos preteridos estão em dívida em muitos concelhos»[397].

Parece-nos ter sido esta uma das principais razões para os professores depositarem toda a sua "fé" na República. É também o tema sobre o qual mais se escreve em *A Federação Escolar.*

Assim, a 26 de Novembro de 1910 o professor Adolfo Marinho escreve as bases em que deve assentar uma reforma do ensino primário. Uma dessas bases seria: «pagar um ordenado conveniente aos professores para poderem cumprir a sua missão. Isto é fundamental e a base de todas as reformas possíveis e imagináveis»[398].

Os fracos vencimentos conduzem forçosamente ao absentismo escolar. A 4 de Fevereiro de 1911, o professor Almeida Campos escreve: «O professor com o seu magro ordenado que mal chega para comer e vestir, chegando mesmo a passar muitas necessidades, poucos alunos pode auxiliar»[399].

A 18 de Fevereiro de 1911, pede-se mais uma vez o aumento de vencimentos dos professores primários: «É preciso anunciar sem demora a anunciada revolução que há-de partir da escola. O professor primário não teve ainda o almejado aumento de vencimento, e os professores ajudantes estão ainda agrilhoados a essa miséria, a um tempo vergonhoso e triste»[400]e a 31 de Dezembro de 1910 é publicada em *A Federação Escolar* uma tabela das despesas e vencimento de um professor de 3. ª classe sem responsabilidade de família durante um ano[401]:

Almoço	0$20	0$60 x 365 dias	219$00
Jantar	0$30		
Ceia	0$10		
Vestuário, calçado, roupa branca			36$00
Lavadeira, costureira			18$00
Livros, jornais da classe, revistas			12$00
Mobília, doenças prováveis, luz			24$00
Extraordinários			12$00
		Soma total	321$00
		Vencimento actual (3.ª classe)	165$00
		Déficit anual	156$00

[397] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "Calotes", p. 2
[398] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Instrução e República", p. 2
[399] A *Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "A República e a Escola: IV", p. 1
[400] A *Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "A revolução", p. 1
[401] A *Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Continuação do requerimento ao Ex.mo Ministro do Interior", p. 1

Pelo quadro se pode concluir que era praticamente impossível o professor primário sobreviver apenas com o vencimento da sua profissão.

Uma das maiores preocupações, que se prendem com os vencimentos mais apontadas em *A Federação Escolar* são os atrasos de pagamentos. O Decreto de 29 de Março de 1911[402], transfere o dever do pagamento dos ordenados para as Câmaras Municipais. Esta decisão foi contestada por uns e apoiada por outros nas páginas de *A Federação Escolar*. O periódico no início apoia a descentralização, acabando por, mais tarde, admitir que não é a situação ideal.

A 22 de Outubro de 1910 anuncia-se em *A Federação Escolar* que a administração do ensino vai ser descentralizada: «Fala-se com insistência em que o ensino primário vai novamente ficar a cargo dos municípios, como já o esteve em conformidade com as leis de Maio de 1878 e Junho de 1880. É conveniente atentar bem que, se nos municípios geridos por indivíduos devidamente ilustrados, como, em regra, o são os das localidades mais importantes, há tudo a ganhar, com a descentralização, como houve ocasião de se observar em Lisboa, no que respeita a outras localidades de menor importância e cujos cofres nem sempre dispõem dos necessários fundos, tal descentralização pode ser perigosa, por isso que ainda está na memória de todos a dificuldade que havia para os pagamentos dos ordenados, havendo mesmo câmaras que ainda devem várias quantias a professores que a elas estiveram subordinados naquela época. Eduquemos e instruamos primeiro e descentralizemos, ao passo que se for reconhecendo competência para isso nos indivíduos que possam trabalhar com gosto a favor da instrução»[403].

A 10 Dezembro de 1910 o professor Adolfo Marinho adverte para o modo como deverá ser feita a descentralização: «A descentralização do ensino, que já entre nós foi decretada, produziu os mais desastrosos resultados (...) este regime pode acomodar-se bem a Lisboa e Porto, ou mesmo a qualquer outra localidade onde ao cumprir do dever, presida uma sólida cultura intelectual, a moral e o civismo. Mas no resto do país tornar--se-ia estéril, incompatível mesmo com o estado mental do espírito português. Nestas circunstâncias, o governo da República, para bem da própria democracia, deve legislar segundo as necessidades do meio, e no intuito de melhorar o ensino público, prevendo

[402] Decreto de 29 de Março de 1911, no seu art.° 62.°: «A administração do ensino infantil e primário e a protecção dos alunos ficam a cargo das câmaras municipais e dos conselhos de administração escolar». Do art.° 64.° constam as funções das câmaras municipais
[403] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.° 93, 22 de Outubro de 1910, "A descentralização do ensino", p. 1

as desilusões que possam resultar de um ponto menos reflectido. E tudo isto nos leva a frisar, mais uma vez, a inadiável necessidade da criação do Ministério da Instrução Pública, que dê unidade ao complicado maquinismo do ensino»[404].

A 24 de Dezembro de 1910 o professor João B. de Lemos também admite a hipótese de a descentralização falhar fora do Porto e Lisboa: «(...) O princípio descentralista, na aparência sedutor, fora de Lisboa e do Porto está deslocado. A província é terreno de sáfaro para a cultura dessa delicada planta (...). A descentralização na província é um instrumento perfeito nas mãos dum mau artista. É melhor educar primeiro o operário a fazer bom uso do aparelho antes de se lho confiar»[405].

A 25 de Março de 1911 mais uma vez se recomenda prudência na descentralização: «Conquanto a descentralização do ensino, em Portugal, seja uma necessidade indiscutível, é preciso proceder com prudência na sua regularização, de forma que não se vá colocar o professor numa situação mil vezes pior do que a actual. A descentralização do ensino é boa, é óptima, numa sociedade educada, com um grau de civilização que lhe permita conhecer o valor da sua lata missão e, concomitantemente (no original), o cumprimento do seu dever. (...) Temos de a educar, de a instruir, de a civilizar, previamente. Se nos grandes centros, como Lisboa e Porto, cumpriam o seu dever, com nobreza, civismo e honradez, o que não seria por essas aldeias de Portugal, em que alguns dos seus membros são uma cultura tão rudimentar, que não sabem escrever mais que o seu nome?» [406]. A 13 de Abril de 1912 o professor Manuel José António escreve: «A descentralização é um elemento de progresso. Mas, nas condições em que a obra do Dr. António José de Almeida a estabelece, ela há-de ser uma cauda de retrocesso. Ponhamos (no original) de parte os municípios de Lisboa, Porto e poucos mais. Nestes presume-se um certo grau de cultura (...) que não podem deixar de ter amor à educação. Erguendo-se-lhes os meios a desenvolver, o resultado há-de forçosamente ser satisfatório. Mais ainda: tanto a escola como o professor ganham certamente com isso. Mas a grande maioria dos restantes municípios? Quem ignora como neles se fazem as eleições e a competência geral dos eleitos? (...)»[407].

A 17 de Agosto de 1913 o professor J. Alves de Sousa anuncia efectivamente a descentralização: «Vai finalmente entrar em vigor a disposição do decreto de 29 de Março de 1911 que confia aos municípios a administração da Instrução primária. Razão

---

[404] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de dezembro de 1910, "Instrução e República: descentralização", p. 1
[405] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro, "Será verdade?", p. 1
[406] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 115, 25 de Março de 1911, " A descentralização do ensino", p. 1
[407] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "A Reforma: IV- Descentralização", p. 1

para mais alerta se colocar o professorado, não só para não deixar perder as poucas regalias que o poder central lhe outorgou, mas também para conquistar outras novas em proveito próprio e da escola primária»[408].

A 23 de Novembro de 1913 alerta-se que os problemas da escola primária não irão acabar com a simples descentralização: «A anunciada e necessária revolução na escola ainda mal se fez sentir os seus efeitos. É preciso intensificá-la. Se alguém supõe que o problema se resolveu com a descentralização do ensino e com a esperança nos efeitos da iniciativa particular, engana-se. Os municípios, na sua maior parte, não poderão ocorrer às despesas actuais, apesar do auxílio que lhe será prestado pelo Estado»[409].

Apesar das possíveis vantagens da descentralização inúmeras vozes se levantam em seu desfavor. A 1 de Julho de 1916 Augusto d'Anta ataca ferozmente o regime republicano e as câmaras municipais, sinais de que o sistema de descentralização do ensino não está a funcionar correctamente fora do Porto e Lisboa como vários autores tinham advertido: «Após a instituição do regime republicano em Portugal um dos serviços que sofreram maior abalo na sua organização foi, sem dúvida, o ensino primário aquele que, na frase do Sr. Afonso Costa, a República iria semear a ondas porque dele dependia o progresso do país e a salvação da própria República. Com efeito, os nossos homens do governo, neste período do regime republicano, não têm sido mesquinhos em leis, ordens e providências burocráticas. A febre legislativa, porém, tem sido tão intensa e tão desordenada que agitou demasiadamente a atmosfera educativa e as ondas da instrução, em vez de caírem no terreno culto e arável da pedagogia, foram para sobre a charneca agreste e pantanosa de algumas câmaras municipais donde, até hoje, em vez de luz sacrossanta da justiça, só têm imanado fogos de imoralidade administrativa que revoltam uma pessoa, por mais insensível e indiferente que seja. Com uma inconsciência pasmosa tem-se legislado sem critério, sem unidade nem coesão e entregou-se o ensino a todas as câmaras municipais sem que primeiro fosse convenientemente regulamentado, e sem se estudar se todas estas corporações administrativas possuíam a cultura e envergadura necessárias para arcarem um tão importante serviço. Não se viu. Não se estudou, não se pensou sequer nisso e os resultados práticos estão surgindo dia-a-dia. (...) vereadores há que arrombaram as portas duma escola para nela darem bailes carnavalescos. (...) Há câmaras que nomearam regentes para escolas centrais sem que estivessem criadas. Nomeação de

[408] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 77, 17 de Agosto de 1913, " A instrução primária nos concelhos", p. 1
[409] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 91, 23 de Novembro de 1913, "Hino à vida", p. 1

professores excluídos dos concursos, transferências ilegais, tudo, enfim quanto possa comportar a anarquia administrativa dos tempos que vão correndo (...). Isto no campo da ilegalidade, porque outros factos há que revelam a inacção e desleixo que algumas câmaras estão votando ao ensino popular e pelo qual sentem o maior dos desprezos. (...) Outras há que nunca forneceram um único objecto de material escolar, desde que a administração do ensino passou para tão sapientíssimas mãos, apesar de terem verbas nos orçamentos. (...) Podíamos também falar daquelas câmaras que tendo uma alta noção do que seja a higiene escolar reduziram a verba de limpeza e expediente a 1$00 por trimestre. Não percamos tempo, porém, com tão insignificante assunto para nos ocuparmos daqueles que estão 2, 4, 6 meses sem pagar aos professores.(...) Registe-se, pois, que algumas câmaras municipais há que se estão sobrepondo à Lei e à Justiça, sendo de urgente necessidade que o Governo ponha um dique a tão absurda autonomia»[410].

Num tom um pouco menos radical, a 26 de Agosto de 1916 Marius escreve que a descentralização não é boa, mas a centralização também não era melhor: «Somos de opinião que o professorado não deve pedir a centralização, tal como está, tal como se pratica, não satisfaz. Mas também sabemos que a centralização que reclamam há-de ser mil vezes pior. Não há boas experiências no passado»[411].

Muitos outros artigos foram publicados com o intuito de criticar a descentralização como por exemplo, o de 29 de Dezembro de 1917[412].

A 30 de Dezembro de 1916 já *A Federação Escolar* admitira ter apoiado a descentralização, mas que esta falhara. Lança um inquérito ao professores para darem a sua opinião sobre o assunto: «Centralização ou descentralização? Eis o assunto que, nos últimos tempos, tem sido alvo da mais larga, mas nem sempre desapaixonada, discussão e que, parece, na hora presente, mais se ateia ainda. (...) A Federação ousou sempre defender a descentralização. E creiam que, quando tal se decidiu, o não fez levianamente. Antes de traçar essa linha de conduta, antes de optar por essa sua atitude, larga e demoradamente cogitou sobre as vantagens ou desvantagens possíveis para a família do professorado primário. Convenceu-se de que era um erro, erro pavoroso, condenar cegamente, sem sequer admitir meios termos, um princípio que pode dizer-se, entrava de ensaiar-se, e que torna mais unida e solidária a classe (...). Erro e erro

[410] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 224, 1 de Julho de 1916, "A descentralização", p. 2
[411] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 232, de 16 de Março de 1912, "Descentralização", p. 1
[412] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, " Centralização e descentralização", p. 1. Um inspector escolar escreve: «Vejamos o que tem sido a obra da descentralização desde 1 de Julho de 1913. Ninguém pode já enumerar as ilegalidades e injustiças cometidas pelas câmaras!»

gravíssimo, se convenceu a Federação de que era a persistência em classificar, numa nevrose de loucos, a descentralização de grande mal para a classe pretendendo-se combate-lo com um outro mais temeroso ainda – a centralização. (...) Mas nunca a Federação ambicionou para si as honras irrisórias de oráculo da classe; nunca sentiu pruridos de infalível e, por isso mesmo, é que para os seus alvitres, para as suas ideias, para os planos de defesa que elabora, submetendo-os à sanção da classe inteira, estabelece sempre e permite a discussão, e nas suas colunas deu e dá asilo a toda a controvérsia que escrita seja com lógica e honestidade. Portanto, se trilhamos um mau caminho, dissessem-no-lo, mas de modo sincero e convincente, pois neste caso, e só nesse gostosamente daríamos a mão à palmatória. Mas não foi o que vimos. E ainda com esse fim e para podermos afoitamente orientar a classe, que aqui se formulou a pergunta: Centralização ou descentralização? Por aqui se vê também, que não temos intuitos ocultos, como tentaram insinuar, e que só desejamos acertar. Mas a classe falará e, à sua voz, nos submeteremos com a satisfação que dá a consciência do dever cumprido e que iliba de remorsos mesmo perante a ruína, para que não trabalhamos. Têm portanto, a palavra os colegas de todo o país. Digam-nos de sua justiça, que não estamos aqui para outra coisa»[413].

Em Março de 1917 *A Federação Escolar* publicou o resultado do inquérito realizado aos professores primários sobre se queriam a Centralização ou Descentralização. A maioria queria a Centralização (622 votos), prova de que a Descentralização (229 votos) não estava a funcionar na maioria dos concelhos[414].

A 23 de Fevereiro de 1918 Augusto Gomes de Oliveira dá a ideia de que nem a centralização, nem a descentralização funcionam: «Reconhecida está que a centralização da instrução popular é um mal e imensamente prejudica o progresso do ensino e o seu desenvolvimento. A centralização sujeita os serviços a uma infinidade de trâmites burocráticos que, por mais pressa que as repartições desejam imprimir-lhes e por maior que seja a boa vontade do pessoal, deles encarregado, em os trazer em dia, não é possível conseguir-se que esses serviços sejam prontamente despachados, tal é a rima de processos que sempre ladeia o funcionalismo público. Isto está mais que demonstrado.(...) Fez-se, por isso, a descentralização nas câmaras municipais mas esta fórmula de descentralização faliu(...)»[415].

---

[413] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 250, 30 de Dezembro de 1916, "Centralização ou descentralização?", p. 1
[414] A *Federação Escolar*, 3.ª fase, ano VI, n.º 260, 10 de Março de 1917, "Plebiscito", p. 1
[415] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 310, 23 de Fevereiro de 1918, "Uma nova fórmula de descentralização", p. 1

Uma das consequências negativas da descentralização era o atraso no pagamento dos vencimentos. Como diz Áurea Adão: «Nos dois primeiros anos da República, os professores recebem mais ou menos pontualmente os seus ordenados. Mas depressa voltam a surgir os atrasos de vencimentos a cargo das Câmaras»[416].

A 30 de Março de 1912 comparam-se os calotes da Monarquia com os da República: «Bradámos contra o calote a que a Monarquia propositadamente nos condenava, deixando de pagar-nos em dia as verbas que nos eram devidas, moedas tantas vezes precisas para mitigar a fome aos filhos que pediam pão. Ah! Mas se noutros tempos nos disseram que, em plena vigência da República, o facto se repetiria, a nossa resposta seria, à certa, a violência duma apóstrofe. E, contudo, hoje como ontem o calote impera(...). O pagamento de vencimentos mensais deixou de fazer-se com a regularidade costumada, as verbas de expediente e limpeza das escolas, de gratificações por serviços de exame, de subsídios de renda não se satisfazem, porque as folhas jazem na contabilidade»[417].

A 27 de Abril de 1912: «O calote continua, não obstante as reclamações, os clamores, os protestos. De subsídios de renda, serviço de exames, vencimentos atrasados, diferença por promoções – nada! A resposta do sr. Ministro é invariavelmente a mesma – Muito serviço e pouco pessoal na Contabilidade»[418].

A propósito dos ditos atrasos de pagamento dos vencimentos, muitos outros artigos foram publicados constituindo exemplos os de 10 de Maio de 1914[419], 8 de Novembro de 1914[420] e o de 17 de Janeiro de 1915[421] cujo conteúdo apresentamos em rodapé.

---

[416] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 197

[417] A *Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 5, de 30 de Março de 1912, "Pagamentos em atraso", p. 1

[418] A *Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 9, 27 de Abril de 1912, "Abaixo o calote", p. 1

[419] *A Federação Escolar*, 3.ª Fase, ano I, n.º 3, 10 de Maio de 1914, "Descentralização", p. 1 : «Não nos subtraímos às nossas responsabilidades cívicas; mas o Governo tem de reparar imediatamente os lapsos com que se lançou uma parte da classe na miséria pelo retardamento do pagamento de vencimentos, pois está averiguado que algumas câmaras têm chegado a cometer ilegalidades para pagar aos professores, visto o governo, com inúteis formalidades em que a Contabilidade Pública colabora, demorar a remessa dos subsídios, devido aos municípios.»

[420] A *Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 141, 8 de Novembro de 1914, "De quem é a culpa?", p. 1: «Garante o decreto-lei de 29 de Março de 1911: art.º 65, 64, 66, 67, 92, 53, 54. A lei é clara; não dá margem a dúvidas, mas não se cumpre. Daí as continuas queixas dos professores de que lhes devem dois e mais meses de ordenado, sem que com a antecedência legal se decrete uma moratória para os credores do professor. São pequenos e mesquinhos os ordenados, e esse pouco não o pagam em dia. Criou-se um Ministério de Instrução, descentralizou-se desacumulando o serviço, sonhamos melhores dias, mas o sonho desfez-se e a mais negra nuvem de desilusão escureceu o horizonte de novas esperanças. Tudo como dantes. (...) O Sr. António J. de Almeida foi bem claro e preciso e deixou bem discriminadas as responsabilidades, mas até hoje não nos consta que o governo tenha aplicado a lei às Câmaras que o desmandam. Nem todas as queixas devem, pois, recair sobre as câmaras. Elas têm obrigação de cumprir a lei, o que as não exime da responsabilidade, mas é sobretudo ao governo que ela deve ser atribuída, pois consente tais desmandas, sem dar o exemplo do religioso cumprimento da lei. É portanto ao governo que cumpre pôr termo a todos os atrasos de pagamento e é ao governo a quem os professores devem dirigir todas as reclamações, neste sentido, a fim de que não possam alegar ignorância.»

[421] A *Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 150, 17 de Janeiro de 1915, "A instrução popular na República: Descentralização" João Gomes de Oliveira escreve: «Há um ano que o princípio da descentralização do ensino primário foi posto em vigor duma maneira efectiva. Entregando a administração da escola primária aos municípios, a República procurou assim interessar a administração local na difusão do ensino popular. É uma medida altamente patriótica que só merece louvores. É uma prova de confiança a que os municípios devem corresponder com toda a iniciativa e entusiasmo. Inúmeras são as queixas fundamentadas de muitos professores que protestam contra a maneira como alguns municípios dirigem e administram os serviços da instrução primária, faltando muitas vezes ao cumprimento dos seus deveres. O inquérito feito por um dos jornais de maior cotação entre nós, *o século*, revelou--nos coisas interessantes, para não dizermos revoltantes, e muitos professores há, infelizmente, a quem o princípio

Quando em 1918 os Serviços de Contabilidade são novamente centralizados, volta-se a discutir o assunto em *A Federação Escolar*. Tanto assim que a 20 Julho de 1918 se diz: «Está consumado o facto. O D.G. inseriu já o decreto centralizando o ensino primário. Estão satisfeitos os professores cujos clamores de protestos se ergueram, país em fora, contra a incúria, as prepotências, os desleixos de muitas vereações que, por incompetência e por maldade, não corresponderam aos intuitos louváveis que ditaram a lei de 29 de Março de 1911. Todos estes que amargamente experimentaram os efeitos duma descentralização mal compreendida, ao lerem o decreto que manda passar para o Estado as atribuições dos municípios em matéria de administração do ensino, sentirão aquele desafogo que sobrevêm às opressões violentas. Os professores daqueles concelhos cujas câmaras cumpriram os seus deveres com elevação e civismo, procurando dentro das suas atribuições mal definidas melhorar as condições materiais da escola e cercar os professores de carinhos e estímulos, atravessam uma hora de apreensões justificadas. Neste jornal se apontaram dia-a-dia as irregularidades cometidas por aquelas câmaras que forneceram argumentos aos partidários da centralização; e contra essas irregularidade se protestou aqui sempre. Mas nem os relapsos nos ouviram, nem os governos fizeram cumprir as disposições legais que preveniam os abusos e os demandos. Se o Estado é o primeiro a fugir ao cumprimento das leis, que força moral lhes cabe para as fazer cumprir a outrem?» [422].

Com a centralização, as denúncias de atrasos de pagamento continuaram.

A 10 de Agosto de 1918[423]: «O momento em que foi decretada a centralização do ensino não podia ser mais imprópria. A passagem de todos os serviços para o Estado vai trazer um notável atraso no pagamento dos vencimentos, de Agosto a Setembro, maior ainda nesta ocasião pelo facto de os inspectores, assoberbados com os serviços de exames, não poderem tratar já da organização das respectivas folhas. Círculos haverá, por certo, em que os professores só receberão lá para Setembro o ordenado do mês corrente. E isto faz diferença numa ocasião de férias em que todos esperam tratar de

---

da descentralização trouxe horas de verdadeira amargura, motivados muitas vezes pela falta de pagamento dos ordenados em dívida e outras vezes por medidas puramente arbitrárias, quando não eram de perseguição. A permissão de tais factos é altamente desmoralizadora e compete ao poder central pôr-lhes cobro, por todos os meios ao seu alcance, defender os professores das ilegalidades. O princípio da descentralização obedece a intuitos nobres e não deve ser condenado porque um ou outro município não cumpre os deveres que lhe impõe o Estado.»

[422] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 331, 20 de Julho de 1918, "Nova fase", p. 1

[423] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 334, 10 de Agosto de 1918, "Vencimentos", p. 1

negócios e retemperar a saúde abalada por uma ano de labuta exaustiva.». Afinal a sobrecarga dos inspectores também contribuía para o atraso.

Inúmeros outros artigos abordam o assunto ora imputando as culpas aos políticos ora aos inspectores, ora à Repartição de Contabilidade como se segue:

A 26 de Julho de 1919: «Dissemos no número passado que estávamos a 19 e sem receber os nossos vencimentos que, segundo a legislação em vigor, deviam estar pagos antes do dia 10. Estamos agora a 26 e enquanto a pagamento... nada. A responsabilidade deste atraso, como já frisamos no nosso último número, não cabe ao actual Ministro da Instrução que, dois ou três dias após a sua posse, levou ao Parlamento um projecto de lei da sua iniciativa para o qual pediu urgência e dispensa de regimento, e que tinha por fim determinar a maneira de efectuar o pagamento do professor primário. A Câmara dos Deputados, contrariando os desejos do Ministro, entendeu que não devia votar a dispensa do regimento e por esse motivo ainda hoje esperamos que nos sejam pagos os nossos vencimentos»[424].

A 20 de Setembro de 1919 acrescenta-se: «A propósito das nossas locais referentes aos vencimentos em débito, temos recebido correspondência vária, tanto de inspectores como de professores, o que nos habilita a concluir, com justeza e rectidão: - que há inspectores que têm cumprido religiosamente a lei; que, apesar disso, as folhas chegam sempre muito tarde à tesouraria dos respectivos concelhos, com o pagamento autorizado; que outros inspectores há que, nesta desgraçada terra de doutores e de tortulhos, tão escrupulosos e diligentes, que chegam a remeter as folhas para a 10.ª Repartição de Contabilidade com um mês de atraso; e, finalmente, que as culpas cabem às inspecções que não cumprem e, em parte, à 10.ª Repartição Pública. Isto é a verdade insofismável e estamos aptos a provar, com documentos, aos mais incrédulos, que o é. Postas assim as coisas vamos arquivando as diferentes notícias que sobre o assunto, dia a dia, nos vêm fornecendo, para, caso se não mude de rumo, pormos aqui, a toda a luz, os autores da proeza. Não dar a tempos e horas, como manda a lei, a cada um aquilo que é o produto do seu trabalho e do seu sacrifício, é cometer o maior dos crimes! Não se tolera!»[425].

A 15 de Maio de 1920 volta-se ao tema: «Andam muito atrasados – louvado seja Deus! – os pagamentos dos ordenados e outras gratificações ao professorado primário. Todo o mundo verifica a exactidão do nosso asserto , mas ninguém é capaz de encontrar

[424] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Os nossos ordenados", p. 1
[425] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "Falta de pagamento", p. 1

a origem do mal. Não há dinheiro? As folhas não são processadas a tempo? Demora na Contabilidade ou nas Inspecções de Finanças? Sabe-se lá! De positivo há que o atraso de pagamentos continua, mau grado os serviços de Instrução primária terem sido centralizados como muita gente pedia. De onde se conclui que nem só as câmaras é que cometem patifarias... Oh! Os mentores da Classe!»[426].

A 22 de Maio de 1920 compara-se o calote da Monarquia com o da República: «Sabe-se lá quando acabará esta comédia? – a não se receber em dia os nossos vencimentos e outras gratificações. E ninguém ouve os nossos clamores, e ninguém trata de acabar com esta vergonha nacional... Continua o regime do calote, tal como no tempo da Monarquia. Sem receio de desmentido, podemos afirmar que, com a República, a situação do professorado piorou consideravelmente. Anda tudo à matroca, ninguém se entende neste medonho labirinto. O professor primário continua a arrastar uma vida dificílima, nunca, como agora, o problema do ensino atravessou crise tamanha. E não aparece um homem que meta esta caranguejola nos eixos! E não vem um ciclone que ponha tudo isto em cacos!»[427].

A 12 de Fevereiro de 1921 mais uma denúncia dos ordenados em atraso: «O professorado da província continua a queixar-se da demora no pagamento dos seus vencimentos. É extraordinário que não se respeitem o direitos consignados na Lei à classe do magistério primário oficial, embora se lhe exija o cumprimento dos seus deveres com um rigor que toca as raias da feracidade. Como se vê, esta desigualdade não pode subsistir. O legislador entendeu que até o dia 10 de cada mês se devia pagar o ordenado aos professores primários. Fiados na invulnerabilidade da tal disposição, contávamos nós que as coisas se dispusessem de maneira que, de aquele dia em diante, podíamos ir buscar à tesouraria de finanças o ordenado aos professores primários. Mas qual! Esse dia passava, acabava o mês, novo dia 10 aparecia no calendário, e ordem do pagamento não vinha!»[428].

A 15 de Outubro de 1921, acusa-se a diferença de tratamento em os professores de Lisboa e Porto e os outros: «(...) E o caso é que nós esperamos às vezes meio ano por que nos paguem os vencimentos. Nós, quer dizer, a grande massa da província, porque os de Lisboa e Porto, esses lá se vão arranjando... Pode demorar, quando muito, um mês, ou dois, mas afinal o dinheiro chega e os protestos calam-se... Somos do Porto,

[426] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Atraso de pagamentos", p. 1
[427] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.ºI, n.º 422, 22 de Maio de 1920, "Atraso de pagamentos", p. 1
[428] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 9.ºI, n.º 460, 12 de Fevereiro de 1921, "Atraso de pagamentos", p. 1

mas destas coluna falamos em nome da maioria, falámos em nome da província, falamos em nome de 3700 assinantes, cujos direitos temos obrigação de defender»[429].

A 11 de Fevereiro de 1922, mais uma queixa: «Por mais voltas que tentemos dar-lhe, não há meio de retirarmos da ordem do dia o assunto "Atraso de pagamentos", que é uma das maiores vergonhas nacionais. Chega a gente a não compreender como há coragem de fazer esperar, dois e três meses, pelo seu ordenado, o pobre professor oficial que não tem outras fontes de receita, que não tem outros recursos a que lançar mão para combater a fome. (...) Enerva este desprezo sistemático pelas nossas regalias colectivas, pelos direitos que uma lei do país nos confere. Sucedem-se os Ministros da Instrução, que no acto da posse, nos fascinam com as suas promessas de pôr a casa em ordem, mas a peçonha continua a produzir os seus efeitos maléficos, visto que a desordem não acaba. Gritam as Juntas Escolares, afirmando que a 10ª Repartição da Contabilidade retém, por largo tempo, as folhas que lhe são enviadas. Argumenta esta que muitas Juntas, não lhe mandaram, a tempo e a horas, aqueles documentos (...). Está claro que chovem as desculpas de todos os lados, mas os prejudicados somos nós, que temos a coragem dum protesto em forma, tendente a meter nos eixos quem prevarica»[430].

A 1 de Outubro de 1924 Pompeu Faria de Castro escreve: «Fico admirado de haver ainda, neste período, adiantado de atraso de pagamentos, professores que atribuem a culpa desse atraso ao erros cometidos pelos Secretário das Juntas Escolares, no processamento das respectivas folhas. Quanto a mim, já o disse e repito-o, o mal só pode ser atribuído à má vontade do pessoal da 10.ª Repartição e à circunstâncias precárias do Tesouro público (...). O Ministro da Instrução é uma espécie de verbo de encher; pouco manda. E senão reparem nisto: todos os Ministros desta pasta fazem, de princípio, promessas animadoras, que nenhum cumpre. Porquê? Ignoram os motivos principais que concorrem para haver falta de pagamentos, de material didácticos das escolas, etc.»[431].

Para além dos atrasos, a melhoria dos vencimentos é um tema frequente nos artigos analisados, de alguma forma justificados pelas expectativas criadas pela legislação inicial da República. Áurea Adão, destaca que: «o diploma de 29 de Março de 1911 autoriza uma melhoria dos vencimentos em percentagens progressivas, consoante as categorias profissionais. Esta primeira melhoria da República beneficia essencialmente

[429] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 496, de 15 de Outubro de 1921, "Atraso de pagamentos", p. 1
[430] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 512, 11 de Fevereiro de 1922, "Questões palpitantes", p. 1
[431] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 649, de 1 de Outubro de 1924, "Atraso de pagamentos", p. 2

os professores com mais anos de actividade, a quem cabe um aumento de 28%. Em contrapartida, a categoria mais numerosa, os professores de 3.ª classe, não recebe mais do que 10%, ou seja, o equivalente a 21,5% do aumento atribuído aos professores de 1.ª classe. Além disso, estes ordenados estão sujeitos a descontos com vista às aposentações. Com estas melhorias, os descontos passam a representar um encargo muito mais elevado do que as quotas pagas anteriormente»[432].

Logo em Junho desse ano, o professor Alfredo Moreira vem criticar o conteúdo do diploma, em particular nos desequilíbrios de aumentos em relação às diferentes categorias: «Num relance de olhos pelo quadro dos vencimentos dos professores primários, segundo a nova Reforma de Instrução Primária, logo se vê a disparidade numérica que a lógica fulminante dos algarismos acusa. E todavia, se atendermos bem nos 177 artigos que a compõem, não conseguimos descortinar qualquer diferença de deveres a cumprir. Impõe-se a todas as classes as mesmas responsabilidades e, portanto, o mesmo trabalho, as mesmas lutas, e fadigas; a todos as mesmas habilitações. Nestas circunstâncias seria lógico, justo e racional iguais direitos e garantias. Não compreendemos que critério, que pensamento humanitário, justo e equitativo presidiu à distribuição do aumento de ordenado, deixando, principalmente, os professores de 3.ª classe, ainda em pior situação, em luta com a miséria, condenados a morrer à fome. E, se não vejamos: aos de 1.ª classe aumentou-se 75$00; aos de 2.ª 45$00 e aos de 3.ª 15$00!!!»[433].

A 6 de Abril de 1912 o professor G. O. Mendonça constata: «Temos República há 18 meses (...) os calotes vão-se avolumando. A última reforma, a qual ninguém sabe quando entrará em vigor, aumentou um pouco os ordenados aos professores, mas sabe-se já que para nos pagarem os míseros cobres., o governo lançou logo mais uns tantos por cento sobre o exausto contribuinte»[434].

A 20 de Abril de 1912, o professor Carlos P. da Costa critica: «Aumentou-se o ordenados dos professores, nomearam-se inspectores, criaram-se escolas, e todavia tudo continua, quase, como em tempos idos. O aumento de ordenados ficou aquém da expectativa. A desigualdade revelou-se em toda a linha. Ao aumento generoso dos inspectores de circunscrição e seus secretários, sucede, em lampejos de dor, um aumento fictício aos professores primários que esperavam da República um esforço que as libertasse da miséria e da dependência em que viviam. Digo fictício, porque o

[432] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 197
[433] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Justiça a todos: Um apelo às constituintes", p. 1
[434] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "Para onde vamos?", p. 1

aumento só foi real para os ajudantes e professores de 1.ª classe. Para os de 2.ª e de 3.ª classes, com a instituição do quadro, o aumento foi nulo e quase imperceptível»[435].

A 19 de Janeiro de 1913 apela-se: «Satisfaçam-se as velhas aspirações da classe, dando-se ao professor o bastante para viver, e assim ele criará amor à sua profissão e devotar-se à inteiramente à escola»[436].

Os professores continuam também a reivindicar aumento de vencimentos, como o professor Ulysses Machado a 8 de Março de 1913: «A imprensa diária já nos deu a desagradável notícia de que a comissão de finanças do parlamento rejeitou a proposta da comissão de instrução, relativa a um pequeno aumento de vencimento dos professores, no entanto, o pequeno acréscimo de (50 réis) para os professores de 3.ª classe que assim ficarão com a importante diária de 55 centavos, ou sejam 550 réis, numa época em que, podemos dizer, a vida se torna dificílima, tal a carestia a que tudo tem chegado!»[437].

A 16 de Março de 1913 o professor Manuel José António aponta uma das causas da falta de docentes: «Diz-se que há falta de professores. De acordo. Mas a maneira de conseguir o aumento de frequência das escolas normais é aumentando os vencimentos aos professores. Enquanto das receitas gerais se gastam 50% com os encargos da dívida pública, 25% com as forças militares da terra e mar, 20% com os funcionários civis – apenas 5% se despendem com a instrução, ou nem tanto, porque daí ainda sai dinheiro para obras de fomento e assistência. Gastamos 2000 contos de réis anuais com a instrução – isto é, a quarta parta do que gasta a Bélgica»[438].

A 23 de Março de 1913 o professor Viriato d'Almeida insiste: «O único remédio para debelar esta crise que actualmente se manifesta é regularizar a situação do professor primário que hoje é verdadeiramente insustentável. É dar-lhe o pão de que precisa para se alimentar e aos seus. E é dar-lhe o que as leis do seu país claramente lhe garantem. O professor primário do nosso país ganha menos que o carpinteiro ou o trolha, ganha às vezes menos que o jornaleiro de lavoura. Ora o professor primário tem de fazer a sua preparação em cursos especiais e dispendiosos. Para bem desempenhar a sua missão, ainda depois, de estudar muito, tem de estudar sempre, no livro, no jornal, em cursos de aperfeiçoamento em tudo que possa ilustrá-lo e torná-lo apto a acompanhar o movimento que a ciência pedagógica continuamente se imprime(...).

[435] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "às apalpadelas", p. 1
[436] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 47, 19 de Janeiro de 1913, "Reforma da Instrução Primária", p. 1
[437] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 54, 8 de Março de 1913, "Mais uma decepção", p. 1
[438] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 55, 16 de Março de 1913, "A boa doutrina", p. 1

Como há-de gastar dinheiro no seu aperfeiçoamento se dele carece para as despesas da sua subsistência!»[439].

Finalmente, a 16 de Janeiro de 1916 o reconhecimento: «O Parlamento, votando a lei 424, reconheceu implicitamente que o professor primário anda mal remunerado e precisa que lhe melhorem a situação económica (...). Reconheceu-o sem restrição nem excepção, mas fê-lo por forma que parece que o professorado do país está dividido em costas e que, se uns precisam de melhoria de vencimentos, já outros vivem dasafogadamente. (...) Ora, todos nós sabemos, e talvez só o governo o ignore, os géneros, as subsistências, é um subir doido de preço, nas cidades, nas aldeias e em toda a parte. Que culpa tem o professor de se encontrar em um concelho, cujas finanças não permitam o aumento mencionado na lei 424, ou, o que é pior, o não queiram conceder?»[440].

Finalmente a acção: segundo Áurea Adão, «a partir de 1917, regista-se um aumento entre 20% e 30%. Estes montantes tinham sido estabelecidos dois anos antes, o que equivale a uma desvalorização face ao aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade. Os professores de 2.ª classe passam a descontar 3% para a aposentação, e os de 1.ª são atingidos por um outro imposto, o direito de encarte[441]»[442].

A própria *A Federação Escolar* se pronuncia sobre este direito de encarte em 12 de Dezembro de 1915: «A classe do professorado primário, neste momento, ansiosamente espera um acto de verdadeira justiça por parte do grande estadista e ilustre titular que se encontra à frente do negócios financeiros do país. Não ignora, por certo, S. Ex.a que do Ministério anterior uma medida saiu que é de todo o ponto injusta e cruel. Aludimos ao decreto n.º 1996 publicado no D.G. de 29 de Outubro passado, que obriga os professores ao pagamento de direitos de encarte quando os seus vencimentos atinjam a importância de 360$00. (...) Positivamente, não se compreende como possa uma lei vir elevar-nos os vencimentos com 60$00 e pouco depois outra lei subtrair-lhe 36$00!! Que nos fica, então, desse aumento? 24$00? Mencionemos ainda 10$80 para a caixa de aposentação, e aí temos como quem devia receber 360$00 passa a auferir apenas 313$20, verba deficientíssima para afrontar as exigências da vida actual»[443].

A 19 de Dezembro de 1915: «O decreto n.º 1996, de 2 de Outubro último, impõe ao professorado a pesada obrigação do pagamento do direito de encarte. Custa semelhante

---

[439] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 56, 23 de Março de 1913, "O melhor caminho", p. 1
[440] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano IV, n.º 200, 16 de Janeiro de 1916, "A lei 424", p. 1
[441] Decreto n.º 1996 publicado no D.G. de 29 de Outubro de 1915- imposto sobre os rendimentos.
[442] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 203
[443] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 195, 12 de dezembro de 1915, "Direitos de encarte", p. 1

imposto 10 centavos diários a todos os professores de 1.ª classe, durante 10 anos – uma eternidade na vida oficial dum modelo mais modesto mas útil funcionário. (...) Se o art.º 13 da lei 424, de 11 de Setembro, passa a ser executado em todo o país, todos os professores de 1.ª classe passarão a pagar esse imposto desde 1 de Janeiro de 1917 em diante. E como os actuais professores de 2.ª e 3.ª classes deverão ser promovidos, é intuitivo que o direito de encarte a todos, sem nenhuma excepção, interessa gravemente.(...) O direito de encarte, esse imposto cruel de 3$00 por mês, desaparecerá do nosso déficit e deixará de torturar as nossas famílias, se nós, somente nós, professores, nos resolvermos a combatê-lo como educadores que nos prezamos de ser e como cidadãos esclarecidos que somos»[444].

A 26 de Dezembro de 1915: «É tamanha a importância deste imposto (3$00 por mês ou 10 centavos diários) é tão brutal o seu agravo no orçamento dos professores e são tantas as vítimas de semelhante usura, que nunca poderemos julgar demasiadamente vivas as cores destinadas a destacar a sua injustiça, nem mal empregado todo o esforço despendido para o derrubar»[445].

Por incrível que pareça a guerra vem atenuar um pouco esta injustiça dos aumentos. Segundo Áurea Adão, «a partir de 1917, os funcionário públicos recebem uma subvenção extraordinária, enquanto durar a guerra, cabendo aos professores primários 15$00 mensais»[446]. Contudo, o professor primário viu piorar a sua situação económica com a Guerra vendo aumentar o preço dos géneros alimentícios. Embora o Governo atribuísse subvenções aos professores para ajudas de custos, estes, segundo *A Federação Escolar*, não chegavam para atenuar as más condições de vida dos professores.

Como diz Manuel de Melo a 23 de Fevereiro de 1924: «É extremamente vergonhoso, chegando a atingir os limites do desaforo, que ainda hoje se consinta que essa matulagem de comerciantes indignos, sem vergonha nem caracter, continue a fazer subir o preço dos géneros e de todos os artigos de primeira necessidade. O governo do Sr. Álvaro de Castro, ainda não teve a coragem de meter na ordem essa quadrilha de exploradores que se encontram espalhados por todo o país. Ainda não teve a coragem, apesar de ter prometido isto, que eu li no "século", o órgão oficioso do governo: - se se verificar que a exploração continua, haverá novamente o tabelamento dos géneros, mas por processos mais eficazes. Isto foi dito há um mês ou mais, e afinal a exploração

[444] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.º 196, 19 de Dezembro de 1915, "O direito de encarte: um imposto intolerável", p. 1
[445] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano IV, n.º 197, 26 de Dezembro de 1915, "O direito de encarte", p. 1
[446] ADÃO, Áurea- ob. cit., p. 205

continua mais desenfreada, e o governo não mete na ordem os gananciosos, nem restabelece o tabelamento. O milho vende-se a 17$00 o alqueire de 15 litros, a batata a 15 e a 16$00, o feijão a 38$00 e a 40$00, o açúcar amarelo a 6$00 o Kg, um simples lenço de assoar a 5$00, uma escova de lavar casas a 1$00, um cobertor de algodão a 60$00 – tudo aparece no mercado 50 e 100 vezes mais caro, até o bacalhau a 7$00! Ou o governo decreta quanto antes o tabelamento para todos os artigos indispensáveis à vida, ou tem que dar às classes que o reclamarem um novo aumento de vencimentos, de maneira a libertar essas classes das garras da fome e dos impiedosos assaltos dos comerciantes»[447].

No artigo de 17 de Junho de 1916 relaciona-se a guerra com os baixos ordenados: «Esta guerra, monstro feroz, que vem devastando as nações, roubando à vida e ao trabalho tantas forças apreciáveis, regando de sangue rubro e forte os montes e os vales (...). A hora é pois de sacrifícios para todos! (...) Não faz sentido que, neste momento de sacrifício, a uns sejam aumentados os seu vencimentos e outros continuem a receber o ordenado de há muitos anos, tão magro e tão pobre quando é tão extenuante o seu difícil trabalho! O professor primário está nessas condições! Com o ordenado de um professor primário de 3.ª classe é absolutamente impossível viver alguém! Sem dúvida os que morrem à fome abrem verdadeiros prodígios na administração do seu micro vencimento! (...) Com 15$00 mensais, sujeitos a descontos, não se pode viver na mais modesta das aldeias! Toda a gente sabe que os géneros alimentícios, indispensáveis, custam hoje o dobro e o triplo do que custavam antigamente»[448].

A 15 de Setembro de 1917é publicado um quadro onde se faz a relação entre o preço dos géneros alimentícios e o vencimento dos professores primários: antes e após a lei 424 (durante a 1.ª Guerra Mundial)[449]:

Géneros	Preço por Kg		Ordenados por classe/mês (sujeitos a desconto)	Em 1915	A contar de 1-7-1917
	1915	1917			
Carne	$24	$50	1.ª classe	25$00	26$00
Arroz	$16	$26			
Bacalhau	$30	$70	2.ª classe	20$00	25$00
Batata	$03	$09			
Pão	$04	$14	3.ª classe	15$00	20$00

[447] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 618, 23 de Fevereiro de 1924, "A carestia de vida", p.1
[448] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 222, 17 de Junho de 1916, "Pão! Pão! Pão!", p. 1
[449] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 287, 15 de Setembro de 1917, "Situação má", p. 1

Como podemos concluir o aumento de vencimentos não cobre o aumento do preço dos géneros alimentícios.

A 1 de Dezembro de 1917 pode ler-se que o estado decretou ajudas de vida a alguns funcionários públicos, mas que estas demoram: «Á semelhança do que em outros países se tem feito, decretou o Governo, a título provisório, subvenções a todos os funcionários cujos honorários não sejam compatíveis com a presente carestia provocada pelo estado de guerra em que a Europa se encontra. O que equivale a dizer que o Estado mais não fez do que acudir a uma anormalidade de vida (...). Muito bem, se bem que nós aplaudamos o governo pela obra que acaba de decretar. Quem cumpre o seu dever não merece aplausos. Mas é oportuno perguntar-se: a demora em pôr em prática tal medida, cujo aparecimento tanto se fez esperar, coaduna-se com a disposição que devia haver, por parte dos senhores dirigentes, de acudir rapidamente à situação angustiosa que todos atravessamos? Já algum funcionário do Estado recebeu a decretada subvenção? Não, muito embora o decreto tenha data de 5 de Outubro de 1917, e no seu final, se leiam as sacramentais palavras que costumam rematar iguais diplomas: "Este decreto entra imediatamente em vigor"» [450].

A 8 de Dezembro de 1917 pedem-se mais ajudas de custo de vida ao governo: «Subvenções: Somos forçados a abordar novamente o assunto em virtude do criminoso desleixo com que o Governo encara o problema (...). A isso nos leva a nossa missão de estrénuos defensores de todas as questões escolares, e a antipatia com que somos forçados a olhar aqueles em cujas mãos a nação confia os seus destinos. Esta questão das subvenções é por todos os títulos uma noção nobre. O seu fundo moral é deveras grandioso, pois que vem atender aos principais aspectos duma situação insustentável; ela envolve e propõem-se resolver uma outra questão(...): a das subsistências que uma pavorosa crise forçou imenso. Portanto, ela requer da parte do Governo uma resolução imediata»[451].

A 8 de Fevereiro de 1919 o professor Mário Sedas Nunes escreve: «É verdadeiramente péssima a situação económica em que se encontra a classe do professorado interino. Tudo se encontra por um preço elevadíssimo. Géneros a que dantes os pobres deitavam a mão – naturalmente indicados os professores primários – estão hoje pela hora da morte! É um horror. Apesar disso o professor interino – mártir dos mártires – aufere única e simplesmente a ridícula mensalidade de dezanove escudos

[450] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 298, 1 de Dezembro de 1917, "Subvenções", p. 1
[451] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 299, 8 de Dezembro de 1917, "Subvenções", p. 1

e sessenta centavos, não se lhe tendo dado a subvenção que a tantas outras classes se deu»[452].

A situação era de tal forma grave que leva segundo Áurea Adão: «(...) a União do Professorado Primário a lançar uma campanha a nível nacional, com vista a pressionar o Governo a uma revisão imediata dos ordenados. Pela sua acção, no dia 20 de Março de 1919, grande número de professores reúne-se nos locais de trabalho para debater a sua situação profissional, enviando numerosos telegramas aos governantes. Este movimento acelera a revisão dos vencimentos, reconhecendo o Governo a necessidade de melhorar os vencimentos dos professores, tanto quanto permita o Tesouro Público. Criam-se mais dois escalões para os professores com 18 e 24 anos de serviço, os antigos professores de 1.ª classe são os mais beneficiados; quando atingem 24 anos de serviço recebem um aumento de 100%»[453].

As inúmeras frustrações do passado não permitiam agora sonhos muito elevados aos professores, como se constata pelo artigo de 22 de Março de 1919: «A notícia dada pelos jornais diários e de que nós fizemos eco, sobre o aumento de vencimentos ao professorado primário, fez, mais uma vez, surgir no seio da classe a radiosa esperança de uma vida mais desafogada, embora modesta, que lhe permitisse dedicar todo o tempo e todo o seu esforço à escola. Há, porém, uma parte do professorado, talvez a maioria, não diremos indiferentemente, mas com certa reserva a boa nova. É que têm sido tanto as desilusões, tanto os desenganos e falsas promessas, que o professorado se tornou quase céptico e, porventura, até descrente de que em Portugal ainda possa aparecer um homem capaz de fazer justiça ao tão desprotegido professor primário»[454].

Como dizíamos, esta revisão dos vencimentos satisfaz apenas alguns professores, acontece, porém, que mesmo assim, estas percentagens não cobrem a inflação.

Segundo Áurea Adão, «após uma luta tenaz que culmina com uma greve geral dos funcionários, o Governo acaba por reconhecer que as subvenções extraordinárias estabelecidas são insuficientes para minorar o forte agravamento da carestia de vida e autoriza uma melhoria de vencimentos. A situação financeira do professorado fica então beneficiada: os seus vencimentos conseguem ultrapassar o aumento do custo de vida, são superiores ao de um oficial de 3.ª do quadro do funcionalismo público e aproximam-se dos de um chefe do pessoal menor. A partir de 1922, os funcionários públicos recebem um novo abono, diferenciado segundo os vencimentos e as

[452] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 360, 8 de Fevereiro de 1919, "Péssima situação", p. 1
[453] ADÃO, Áurea – ob. cit., pp. 205 - 206
[454] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 364, 22 de Março de 1919, "Questão Magna", p. 1

localidades, com vista a assegurar-lhes um estatuto condigno, quando o aumento constante do custo de vida os coloca "em situação de mal poderem ocorrer não só à sua sustentação individual e das pessoas da família como também manter o decoro e dignidade própria dos cargos que exercem"»[455].

A 4 de Fevereiro de 1922, podemos ler um comentário ao novo abono: «Vieram as novas subvenções diferenciadas suavizar momentaneamente a nossa desesperada situação económica. À falta de melhor situação, quis o governo atalhar com emolientes (no original) aquilo que exige uma cauterização violenta. Façamos justiça às suas intenções, mas não deixemos, por isso, de lhe falar a linguagem rude e sincera da verdade. O aumento dos nossos vencimentos determina sempre uma rápida subida no preço dos géneros. É mais um pretexto, entretanto de que se aproveita o ganancioso comerciante»[456].

Estes abonos diferenciados levam Áurea Adão a escrever que «os professores reagem mal a esta diferenciação, uma vez que as suas funções são idênticas quer nos centros urbanos quer nas regiões rurais[457]»[458].

Esta diferenciação foi mal vista por *A Federação Escolar* onde pode ler-se a 14 de Janeiro de 1922: «Não descansa o funcionalismo público, nas suas reclamações ao Governo, pedindo a equiparação de todos os empregado do Estado, perante o último decreto que concedeu as novas subvenções diferenciais. É de estranhar com efeito que, tornando-se dia a dia a vida insuportável para todos, se abra uma odiosa excepção para os modestos funcionários que se encontram disseminados por todas as aldeias de Portugal. Uma das classes mais atingidas por essa iniquidade é a do professor primário oficial, pois a sua maioria é constituída por aqueles que têm a sua colocação nas freguesias rurais, humildes cabouqueiros da luz, que ingloriamente vão preparando um futuro melhor para a sua Pátria, recebendo em troca desconsiderações como esta. (...) não nos parece que nas aldeias a vida seja mais barata a não ser a renda das casas. Quem escreve estas linhas foi professor na província durante 7 anos, e conhece muito bem os prós e os contras da vida da aldeia (...). Num regime de igualdade, estes atentados contra o direito e contra a razão não podem ser admitidos»[459].

---

[455] ADÃO, Áurea - ob. cit., pp. 207- 208
[456] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 511, 4 de Fevereiro de 1922, "Justiça", p. 1
[457] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 511, 4 de Fevereiro de 1922, "Justiça", p. 1
[458] ADÃO, Áurea – ob. cit., pp. 208 -209
[459] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 508, 14 de janeiro de 1922, "As novas subvenções", p. 1

Ainda no dizer da mesma autora «(...) todas as subvenções e ajudas de custo de vida terminam em Setembro de 1922, devido a uma actualização de vencimentos que só terá lugar no ano seguinte e que se baseia num coeficiente correspondente ao valor da carestia de vida. É fruto de uma luta conjunta de todo o funcionalismo, na qual os professores participam activamente; pela primeira vez, as percentagens de melhoria correspondem ao dobro da inflação registada.

Perante o crescimento constante da inflação, os honorários do pessoal do Estado serão de novo revistos, no fim da 1.ª República. Aos professores no início de carreira cabem 18% de aumento enquanto aos mais antigos tocam 17,5%»[460].

Apesar do caminho tortuoso algo se foi realizando em prol do professorado primário, como demonstra o artigo de 28 de Janeiro de 1925: «Assim, lançando a vista por sobre o que era a classe até há aproximadamente 14 anos, verifica-se que nesses tempos, o professor primário era apreciado por estes modos de ver: Os estúpidos e ignorantes, (...) faziam-lhe troça; os grandes, estadistas, altos burocratas, homens do dinheiro e da influência, tinham por ele indiferença (...) Mas os anos rodaram (...) melhorando-lhe um pouco a desgraçada situação sob o ponto de vista material e moral. A melhoria material, como é obvio, concretizando-se no aumento de honorários. A melhoria moral traduziu-se na chamada dos professores a colaborarem na legislação do ensino, na liberdade de iniciativa que não só lhes foi dada mas que eles tomaram para abrir novos horizontes à Escola»[461].

A indignação dos professores primários e de *A Federação Escolar* porém crescia mais, quando se comparavam os seus vencimentos com os de outros funcionários públicos e com professores de outros países. A 3 de Junho de 1911: «O ordenado mínimo dos professores prussianos é de 350$00 anuais e o das professoras é de 300$00. Há aumento por diuturnidade de serviço de 3 em 3 anos, tendo o professor ao fim de 30 anos um vencimento anual de 825$00. Os directores de escolas com todas as classes têm uma gratificação anual de 175$00 e o das escolas onde não há todas as classes têm a gratificação de 50$00. Os professores que não têm residência nas suas escolas recebem um subsídio anual de 200$00 para renda de casas nas cidades de 1.ª ordem e 162$00 nas de 2.ª. Assim os vencimentos de um professor director podem ir até 1200$00 por ano nos últimos tempos de serviço, podendo reformar-se com 820$00,

[460] ADÃO, Áurea – ob. cit., pp. 208 -209
[461] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 666, 28 de Janeiro de 1925, "Coisas de ontem e coisas de hoje", p. 1

compreendido nestes o subsídio de residência»[462]. Nos números seguintes também se dá conta dos vencimentos dos professores primários na Áustria, Inglaterra, Bulgária e Dinamarca – todos superiores aos vencimentos dos professores primários portugueses.

Seguem-se um conjunto de artigos onde se defende uma aproximação nos aumentos dos demais funcionários do Estado.

A 28 de Fevereiro de 1920, a comparação do vencimento dos professores primários com o de outros funcionários públicos: «(...) Os professores têm de acompanhar os demais funcionários que reclamam melhoria de situação económica. Não pode haver serenidade, amor ao trabalho, espírito disciplinado, quando a fome impera. (...) Mas, se os serventuários das escolas querem mais, se os distribuidores postais – ganhando mais que muitos e muitos professores – reclamam e protestam – poderemos nós afogar um clamor de justiça, clamor que traduz o desespero de quem sofre e sente e sente o peso da tirania económica que nos sufoca?» [463].

Mas a 22 de Julho de 1922, nota-se já o desengano e a desilusão: «Mais uma vez a classe do professorado primário foi iludida na sua boa fé e espoliada nos seus mais sagrados direitos. A proposta de lei do Sr. Ministro das Finanças, sobre subvenções, contém uma disposição pela qual nós ficamos excluídos do subsídio que ao restante funcionalismo público, aliás com muita justiça, foi concedido»[464].

O que mais vai repudiando é a situação de manifesta desigualdade de tratamento com outros funcionários públicos: «Ao aumento de vencimentos que nos concedem não podemos chamar melhoria porque ... nada melhoram 36% (média) dos escudos que auferiram há uma ano; visto que o custo de vida aumentou mais de 50% de então para cá...! Bem! O Estado não pode dar mais?! Pois não dê. Mas, ao menos, não estabeleça desigualdades revoltantes. Não queremos comparar-nos à tropa que, na verdade andava mal paga. Não queremos comparar-nos à magistratura que mal paga andava também. Porém cá no magistério e serviços correlativos, a desigualdade é manifesta, e contra isso lavramos o mais veemente protesto. Pois, compreende-se lá que a diferença entre o vencimento duma servente das escolas primárias e um professor das mesmas seja de 9$84, enquanto que a diferença entre o vencimento deste e o dum primário superior seja de 150$00 aproximadamente?! Compreende-se lá que um servente das escolas primárias

[462] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 125, 3 de Junho de 1911, "Ordenado dos professores na Alemanha", p. 1
[463] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 413, 28 de Fevereiro de 1920, "Insistindo: e nós?", p. 1
[464] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 535, 22 de Junho de 1922, "Alerta, professores primários", p. 1

superiores e das escolas normais, sem curso nem concurso, que mal sabe, salvo raras excepções, desenhar o seu nome, seja maior que o dum professor primário?!»[465].

É evidente, em todos os artigos utilizados, as boas intenções e promessas no que se refere a aumentos de vencimentos por parte dos responsáveis governamentais. Resultam também claras as enormes dificuldades que vão desde a instabilidade governativa portuguesa e a instabilidade internacional que conduziu à 1.ª Guerra Mundial. A segunda foi muitas vezes usada como justificação para a instabilidade e, portanto, para a falta de sequência das principais medidas. Mas o que resulta claro para todos e sobretudo para os professores articulistas do periódico, é a clara marginalização do papel social e educativo do professor e, por inerência, a secundarização do papel da instrução primária.

1.4.6. A aposentação

Como se sabe, a aposentação é um direito individual que se destina a assegurar ao funcionário uma vida condigna quando abandona definitivamente a actividade, quer por ter atingido o limite de idade e o tempo de serviço necessário (ordinária), quer por incapacidade para prosseguir a sua profissão (extraordinária).

A aposentação ordinária

Segundo Áurea Adão, «durante a Monarquia, não está definido o limite de idade para cessar a função docente. Os professores podem aposentar-se com 60 anos de idade e 30 de serviço, recebendo uma pensão correspondente ao vencimento médio de categoria auferido nos últimos cinco anos, acrescido de um terço do seu último vencimento, atribuído como última diuturnidade.

A República torna obrigatória a aposentação para todos os professores que completem 70 anos de idade, limite que vem a ser reduzido para 65 anos. Contudo, os professores não se mostram satisfeitos, pois consideram-se os funcionários que exercem a actividade mais extenuante e que perdem maior percentagem de energia física e intelectual»[466] O artigo de 11 de Fevereiro de 1911 explicita essa particularidade: «Dentre todos os funcionários do Estado os que exercem a missão mais enervante, mais penosa, mais extenuante, aqueles que perdem maior dose de energia física e mental são

[465] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 544, 23 de Setembro de 1922, "A melhoria de vencimentos", p. 1
[466] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 231

indubitavelmente os professores – sobretudo os professores primários. Deste modo eles envelhecem antes da idade própria da velhice»[467]. Segundo Áurea Adão os professores «Requerem a descida do limite de idade para os 55 anos e a faculdade de se aposentarem aos 50, desde que contem 25 anos de serviço.

A maioria dos reformados aufere muito menos do que em exercício, não recebendo os subsídios de residência e de renda de casa. Por isso, quando o professor se sente com forças mantém-se em actividade até lho permitirem, não só para ganhar mais algum dinheiro mas também para não perder o direito à habitação ou ao subsídio correspondente»[468].

A aposentação dos professores foi também um dos temas mais frequentes em *A Federação Escolar*. Exemplo disso é a 26 de Novembro de 1910 uma carta do prof. Eduardo Reis d'Alburquerque que dirige ao Sr. Dr. João de Barros: «Há no nosso país professores primários com 30 e 40 anos de serviço, e que não pedem a sua aposentação. Se se aposentassem ficariam somente com o vencimento de categoria, cujo máximo seriam de 187$00 e sem residência. E por mais motivos muitíssimos desses velhos cabouqueiros da República aí estão por esse país fora a reger as escolas com uma frequência média de 50 alunos e mais! O art.º 25.º do decreto n.º 8 de 24 de Dezembro de 1901 estabelece a frequência máxima para ser regida por um só professor de 50 alunos. Porém, numa escola dividida em 4 classes, um só professor, por mais robusto e hábil que seja, não a pode reger»[469].

A 27 de Maio de 1911o professor José António da Silva por sua vez escreve: «A 21 de Janeiro do ano corrente publicou o governo provisório da República um decreto concedendo o terço dos seus vencimentos a todos os professores a quaisquer graus de ensino, que tenham 30 anos de serviço bom e efectivo e tenham atingido 60 anos de idade, como o determina a lei de 17 de Julho de 1866 na aposentação ordinária. É um dos decretos mais humanitários do governo da República, pois que a uma grande parte dos funcionários eleva-lhes o vencimento da aposentação a uma quantia superior ao vencimento em exercício. Exemplifiquemos: um professor primário pelo decreto de 29 de Março findo tem 300$00 anuais, sendo 250$00 de categoria e 50$00 de exercício. [470] Quando esteja no caso da aposentação ordinária e tenham 30 anos de bom e efectivo serviço requer que lhe seja acrescentado à pensão da sua aposentação o terço do seu

[467] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Aposentações", p. 1
[468] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 232
[469] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Os velhos professores", p. 2
[470] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 124, 27 de Maio de 1911, "Os 25 p.c.", p. 1

ordenado de categoria. Sendo-lhe concedida, fica a sua pensão de aposentado elevada a 333$00 anuais, quantia superior ao vencimento em exercício compensando assim o professor pelos seus bons serviços e indemnizando-o da perda da casa de habitação»[471].

A 28 de Setembro de 1913 o professor F. Santos denuncia a confusão das leis e o pouco interesse dos governantes nas aposentações dos professores primários: «É uma amálgama de leis, decretos e portarias que nem o diabo entende e que parte dos nossos colegas sem tempo para folhear jornais, sem dinheiro para os pagar, (...) têm por vezes a felicidade de não chegar a conhecer. Deveríamos receber, trimestralmente, 1 boletim do M. I., onde pudéssemos ver tudo quanto de bom e mau se relacionasse com a escola primária; e assim iríamos seguindo passo a passo tudo quanto se fizesse, pretendesse e fingisse fazer em favor dele, podendo apresentar modificações, alvitres e maneiras de ver que, bem observadas, haviam forçosamente de contribuir para o alevantamento da escola primária, para a extinção do analfabetismo, para o ressurgimento da Pátria (...), mas assim, privados, quantas vezes de conhecer o que mais directamente nos interessa, temos que assistir impassíveis a tudo quanto queiram fazer de nós. Aposentações! Mas já alguém, neste país, pensou em tomar a sério a questão das aposentações? (...) Todos sabem que não há serviço que mais canse que o serviço do professor primário (...) e os nossos governantes continuam consentindo que um professor vá gastando as forças com o ordenado de 25$00 que se envergonham de dar a um serventuário, para depois coroarem a nossa extenuante existência com 4 ou 5 tostões por dia. As aposentações são só para os militares e para o alto funcionalismo público. Um coronel aposentado recebe 90$00 mensais e um padre 800$00 mensais»[472].

A 29 de Março de 1914 surge um artigo a denunciar o impensável: «Na secção oficial regista-se um decreto... muito curioso. Com ele se pretende meter novamente nas escolas primárias os professores ... amigos que delas saíram por motivo de aposentação! Quando tanto diplomados, cheios de vitalidade, com o espírito modernizado, esperam a sua entrada na escola primária, para nesse laboratório social prepararem as gerações que hão-de formar a nacionalidade, o decreto a que nos referimos repele-lhe os serviços e fecha-lhes as portas, para meter nas escolas os inválidos e para torturar as criancinhas com o ronceirismo atrofiador do passado. Entristece-nos esta negra perspectiva. (...) Se um ministro deseja favorecer um influente ou mesmo melhorar as condições económicas de um autêntico necessitado, não poderá prejudicar a sociedade com uma

[471] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 124, 27 de Maio de 1911, "Os 25 p.c.", p. 1
[472] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 84, 28 de Setembro de 1913, "Os últimos decretos", p. 1

medida de carácter geral, porque existe a Assistência Pública de onde devem sair tais espécies de socorros. (...) Em vários países o tempo para a aposentação dos professores primários é muito inferior ao tempo fixado para a aposentação dos outros funcionários, pois a missão de educador é mais esgotante do que o exercício do outro funcionalismo. Em Portugal o tempo é igual para todos os funcionários, e os professores têm a aposentação ordinária aos 30 anos de serviço. Todos vêm em que situação física e moral ficam os professores aposentados, se, como devemos acreditar, cumpriram as obrigações do seu árduo cargo. (...) E no fim de 30 anos foram aposentados e se acham robustos, é porque o trabalho lhe não foi pesado, por não saber ou não querer cumprir a sua dura missão. E é justamente a estes que o decreto abre novamente as portas das escolas (...)»[473].

O regresso dos velhos professores às escolas só se justificaria por vontade própria e nunca por decreto. O decreto neste caso só serviria para preencher lugares ou para que os professores ganhassem mais algum dinheiro a fim de melhorarem a sua vida. É como diz Áurea Adão, «com centenas de professores nestas condições, o número de vagas reduz-se consideravelmente e o nível de ensino não progride; por isso, a 3 de Agosto de 1915[474] o Governo acaba por autorizar o pagamento de subsídio de residência a todos os professores aposentados que o tenham recebido enquanto efectivos e determina melhoria das pensões»[475]. Todavia, estes aumentos não se concretizam. Os professores aposentados insistem no seu pagamento; as suas queixas passam a constituir o principal daquilo que se publica em *A Federação Escolar*. Exemplo disso é o artigo de 28 de Abril de 1917 escrito pelo professor João Moreno: «Sacrificando os nossos haveres, o nosso tempo, e, muitas vezes a nossa saúde, para alcançar a mais espinhosa, estrolante (no original) e mesquinha das carreiras, tinha o Estado o dever indeclinável de nos pôr ao abrigo da miséria. (...) Depreende-se de tudo isto a necessidade inadiável de uma reforma de instrução primária condigna, em que colaborem os professores. Em minha opinião individual, embora pouco autorizada, deve atender-se ao seguinte sobre aposentações: 1.° O professor, logo depois do despacho, inutilizando-se, tem direito a metade do ordenado da aposentação ordinária, até 8 anos de serviço. 2.° Impossibilitando-se um professor com 8 até 20 anos de serviço ficará com dois terços do ordenado da aposentação ordinária. 3.° Logo que o professor tenha 20 anos de

[473] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano III, n.° 109, 29 de Março de 1914, "Mau sintoma", p. 1
[474] Lei n.° 410, de 3 de Agosto de 1915. Anteriormente só os professores aposentados de Lisboa e Porto recebiam o subsídio de residência.
[475] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 232

serviço, terá direito à aposentação ordinária, impossibilitando-se, sendo obrigatória, com 25 anos de serviço e sem limite de idade. 4.º Um professor aposentado ordinariamente, ficará com o vencimento anual de 500$00. 5.º Ser-lhe-á contado, para a aposentação, o tempo de militar e o de funcionário público, excepto o de autoridade administrativa. 6.º Os professores aposentados ficarão recebendo como os de serviço activo, da verba escrupulosamente paga pelo governo. 7.º Os processos para aposentação, serão organizados pelos inspectores, num prazo fixo, exactamente como os de procuração, sem obrigar os professores a documentos e despesas inúteis»[476].

A 19 de Abril de 1919 Barata de Mendonça por sua vez escreve com vista à Comissão de Reforma: «Agora que uma comissão encarregada de elaborar as bases para uma reforma dos serviços da instrução primária encetou os seus trabalhos, não será por certo, descabido tocarmos mais uma vez no teclado das aposentações. É um dos assuntos que na nova reforma deve ser bem definido quanto ao limite de idade e respectivo quantitativo. E isto não só interessa à classe como ao ensino do povo. À classe porque os seus membros, chegados que sejam a certa idade, após um aturado e zeloso trabalho, invalidam-se, nada mais produzem de proveitoso, sendo poucos os que, dispondo de melhor organismo, continuam com o encargo indispensável a cargo tão extenuante como é este da escola primária. Ao ensino, porque se vê livre de elementos que já não podem dispensar-se, com proveito, aquele amor e dedicação que a fadiga lhes não permite, necessitando por consequência, doutros, robustos e vigorosos, que vão levar-lhe a seiva da vida que naqueles começa a apagar-se. (...) Na verdade é aos 50 anos que entramos no 6.º período da vida – o da velhice, e é neste período da vida do homem que os seus órgãos, começam a enfraquecer; a inteligência a cansar, a vista a afroixar (...). E nisto estão de acordo muitos psicólogos, pedagogos e escritores com voto na matéria. Ora aos 65 anos como limite de idade para o exercício do professorado primário, parece-nos, por isso, algo demasiado, a não ser que muitos se aposentem já na sepultura (...)»[477].

As necessárias reivindicações vão produzindo algum efeito. Segundo Áurea Adão, «a partir dos anos 20, os professores aposentados sentem algum benefício do regime republicano, tal como acontece com os seus colegas em exercício. Começam a beneficiar de um aumento de 2% por cada ano de trabalho para além dos 30 anos de serviço obrigatório e passam a receber as ajudas de custo de vida atribuídas a todos os

[476] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano VI, n.º 267, 28 de Abril de 1917, "Aposentações", p. 1
[477] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 368, 19 de Abril de 1919, "Aposentações", p. 1

funcionários, até lhes ser consignado o direito à melhoria da pensão sempre que haja uma revisão dos vencimentos dos professores efectivos. Contudo, as actualizações não se efectuam com a rapidez necessária, porque o pagamento das pensões processa-se com atrasos»[478].

Este aumento nas pensões, apesar de diminuto traz algum optimismo inicial mas infelizmente, e mais uma vez de curta duração. Exemplo disso são alguns artigos escritos na década de 20 e que manifestam a permanência de um mal estar docente em torno desta problemática.

A 8 de Maio de 1920 o professor Joaquim Ferreira Leite escreve: «Com júbilo vi no último número da "Federação" que tinha sido feita justiça (...). Oxalá que semelhante justiça fosse feita aos professores aposentados, pois que estes, tendo consumido a existência a ensinar gerações, estão cansados e impossibilitados de, por qualquer outro meio, ganharem o suficiente para não morrerem de fome.(..) Estes, impossibilitados de qualquer trabalho esperam, com paciência evangélica, a morte que os faça esquecer para sempre uma Pátria, à qual sacrificaram a sua vida para, depois de 30, 40 ou mais anos de extenuante serviço, receberem a aviltante importância de 13$28 mensais numa época em que o preço de todos os géneros passa de quintuplicar, com relação ao preço dos géneros na época em que foram aposentados»[479].

A esta notícia *A Federação Escolar* responde. «Associamo-nos às palavras do nosso estimado assinante Ferreira Leite. Elas traduzem um brando de justiça que os poderes públicos têm de ouvir para beneficiar a situação dos que à causa do ensino prestaram o melhor do seu esforço patriótico. Oxalá que não resulte improfícuo o seu apelo em favor de tantos colegas nossos, a quem o Estado faz passar pelas mais duras privações»[480].

A 15 de Maio de 1920 regressa-se ao problema: «Há professores aposentados com 12$00 mensais! Simplesmente pavorosa a situação desses desgraçados que, na sua maioria, tantos serviços prestaram à nação, tanto concorreram para o advento da República. Reconheceu-se a necessidade de aumentar os vencimentos a toda a gente, por virtude da carestia da vida. Quem dantes se governava com 12$00 por mês, necessita hoje de 100$00, porque o preço dos géneros duplicou. Mas então a vida

[478] ADÃO, Áurea – ob. cit., pp. 232 -233
[479] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 420, 8 de Maio de 1920, "Professores aposentados", p. 1
[480] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Professores aposentados", p. 1

encareceu para todos, menos para os aposentados? Quem dá um pouco do seu esforço para acabar com estas anomalias?»[481].

A 28 de Maio de 1924 o professor Gomes Belo escreve: «Cenário de pobreza, uma pobreza santa, perfumada de bondade, de beleza espiritual. Uma enxerga a um canto dum pardieiro, um catre miserável e a dor divagando, numa atmosfera pesada, sufocante. Eis aqui a morada dum aposentado, que conhecemos com a alma em farrapos, farrapos que traduzem um misto de sofrimento e de revolta. Retorçam as criancinhas numa alegria sã, e em frente desta casa-pardieiro que é hoje moradia dum professor aposentado, as rosas desabrocham com um perfume estonteante, perfume que é um narcótico para as almas sonhadoras. (...) É uma alma cansada, virtuosa, na excelência das suas qualidades (...) Esta sociedade atirou, criminosamente para o desprezo, aquele que foi uma célula vital que se enervou e queimou ao serviço da civilização (...) Mas basta! Mas senhores da governança, que tendes pão e conforto, é tempo de fincar a bacanal da vossa indiferença e olhos seriamente, carinhosamente, pelos velhos mestres que vos ensinaram a ler, escrever, pelos pobres velhos que agonizam num desprezo revoltante»[482].

A 10 de Fevereiro de 1926 critica-se a excessiva burocratização para o pedido de aposentação: «Para a reforma são-nos exigidos, além doutros, documentos comprovativos da efectividade de serviço e do desconto sofrido para a Caixa de Aposentações. Estes têm de ser passados por entidades diferentes: (...) Enfim, um pandemónio horrível de papel selado, requerimentos, indeferimentos por falta de arquivo, etc. em que o pobre professor depois de 30 e mais anos de serviço se vê envolvido. E o que se dá com isto dá-se com as notas cadastrais sobre a qualidade de serviço, mudanças de situação, comissões, etc. (...)»[483].

Paralelamente, surge-nos ainda o tema da aposentação por invalidez, regulamentada no dealbar da República nos seguintes termos: «Os professores que fiquem inválidos e, por consequência, incapazes para desempenhar as sua funções, têm direito a uma reforma extraordinária, desde que atinjam os 40 anos de idade e contem 15 anos de serviço activo. Em contrapartida, um professor que contraia uma invalidez por doença natural não usufrui de qualquer pensão se não tiver 15 anos de serviço.

---

[481] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Professores aposentados", p. 1
[482] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 631, 28 de Maio de 1924, "Salvemos da miséria os professores inactivos e aposentados", p. 1
[483] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 720, 10 de Fevereiro de 1926, "Pequenas grandes coisas", p. 1

A pensão corresponde, durante a 1.ª República, a metade do vencimento de categoria, acrescida de 3,33% por cada ano para além dos 15 anos necessários. O professorado exige insistentemente o valor total do vencimento para as reformas por invalidez»[484].

A Federação Escolar a 27 de Abril de 1913 apoia esta reivindicação e reclama do Estado a obrigação moral de recompensar o professor inutilizado em qualquer idade, independentemente da sua antiguidade de ensino pois: «Dentre todos os funcionários do estado os que exercem a missão mais enervante, mais penosa, mais extenuante, aqueles que perdem maior percentagem de energia física e mental são os professores primários. Deste modo envelhecem precocemente. Os professores devem, pois ter direito à aposentação numa idade inferior à dos demais funcionários»[485].

Podemos concluir que no fim de uma carreira de trabalho e vida em péssimas condições, o panorama não mudava muito o que também não ajudava a tornar a carreira docente mais atractiva.

[484] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 234
[485] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano II, n.º 61, 27 de Abril de 1913, "Aposentações", p. 1

1.5. Movimento associativo dos Professores Primários Portugueses

1.5.1. Premissas de uma organização associativa: A Liga Nacional do Professorado Primário

Podemos verificar ao longo dos capítulos anteriores como eram más as condições de vida e de trabalho dos professores primários nos finais da Monarquia e 1.ª República. Os governos não lhes dedicavam muita atenção, limitando-se a ditar um rol de leis confusas e muitas vezes sem aplicação prática. Daí, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos professores ser algo que se impunha desde logo e que exigia um movimento organizado dos mesmos. No dizer de Gomes Bento a primeira tentativa para tal, surge ainda durante a Monarquia, mais precisamente na cidade de Coimbra nas férias de Natal de 1897 com a Associação dos Socorros Mútuos do Professorado Primário Português. Não tendo ainda uma vertente reivindicativa, os seus objectivos eram os seguintes: «Prestar socorros aos associados no caso de enfermidade e custear as despesas do funeral; dar pensões aos herdeiros dos sócios falecidos; conceder donativos aos sócios que forem suspensos ou demitidos»[486].

Segundo Áurea Adão até então, a tomada de posição dos professores primários face ao poder no que respeita aos problemas educacionais assumia a forma de Congressos, sendo que o primeiro se realiza em 1892, o 2º e o 3º em 1897 e finalmente o 4º e último, marcado para 1899 mas que, proibido por João Franco só se iria realizar em Março de 1906 na cidade de Coimbra[487].

Destes Congressos, parece-nos importante destacar o 2º realizado em Lisboa e presidido por Bernardino Machado, mais tarde uma das principais figuras da 1.ª República, e cujo ponto principal do programa girava à volta da questão «Convirá reclamar perante os poderes públicos sobre a necessidade de algumas modificações a fazer nas leis vigentes no sentido de garantir mais solidamente os progressos da instrução popular e de melhorar, até onde for compatível com as condições gerais do País, a situação do País, a situação do respectivo corpo docente»[488].

---

[486] BENTO, Gomes. *O movimento sindical dos professores (finais da Monarquia e 1ª República)* .Lisboa, Editorial Caminho, 1978 , p. 27
[487] ADÃO, Áurea- ob. cit., p. 245
[488] BENTO, Gomes. Ob. cit., pp. 28 -29

Isto significa, quanto a nós, o emergir de um conjunto de personalidades e reivindicações que iriam estar na vanguarda da República e do movimento associativo dos professores primários.

Do III Congresso destacamos a organização definitiva da Associação de Socorros Mútuos do Professorado Primário Português. No dizer de Áurea Adão o motivo por que os professores tinham que discutir os assuntos pedagógicos e da carreira docente em Congresso deve-se ao decreto de 9 de Maio de 1891 que embora permitindo associações compostas por mais de 20 indivíduos com o fim da defesa dos seus interesses, não abrangia contudo os funcionários públicos e consequentemente os professores, contemplando apenas as áreas do comércio, indústria e agricultura[489].

Como se isto não bastasse, na reforma do ensino primário de 1901, o governo de João Franco proíbe a realização de Congressos que não tivessem exclusivamente por tema, questões de ordem pedagógica proibindo as reivindicações para melhoria da carreira docente. Perante esta lei, quanto a nós, repressiva para a função docente, os professores começaram a mostrar-se mais receptivos a uma nova forma de associativismo que não se limitasse ao auxílio mutualista mas como uma forma de coesão e de luta. Áurea Adão esclarece-nos que, «uma parte da imprensa pedagógica mais progressista, toma a direcção deste movimento, apelando para a união do professorado primário. Esta imprensa, dá notícia do associativismo docente doutros países, ao mesmo tempo que sublinha a força das associações operárias nos países industrializados»[490]. Este movimento, tinha o objectivo de, a partir da Imprensa Pedagógica que começava a ter grande projecção, se lançarem as bases de uma nova forma associativa dos professores primários que ultrapassasse não só a natureza estrita do mutualismo como o aspecto esporádico dos congressos.

Na sequência desse movimento, a 15 de Maio de 1901 em Espinho, e a 3 de Julho em Aveiro, reúnem-se os directores dos jornais pedagógicos: Campeão Escolar, Ensino, Educação Nacional, Hermínio e posteriormente a revista Civilização Popular e acordam no seguinte: «1°, é urgente irmanarem-se - União da Imprensa da classe e união do professorado primário; 2°, que haja solidariedade em todas as questões jornalísticas que visem a defesa de professores injustamente perseguidos ou espoliados dos seus direitos e a defesa dos interesses colectivos da classe, tratando-os cada um dos jornais conforme a sua índole e programa; 3°, que não se levante mão da propaganda da instrução

[489] ADÃO, Áurea- ob. cit., p. 245
[490] Idem, p. 248

popular, procurando conquistar para os alunos das escolas oficiais as regalias de que falta de meios os possa privar; 4°, que se procure criar Centros Escolares em todos os concelhos do País para o estudo e apreciação de assuntos em que se faça preciso conhecer o sentido da maioria da classe; 5°, que se organize um Conselho Directório, constituído pelo director e um redactor de cada jornal coligado, e mais três professores comissionados nomeados por cada uma das redacções, o qual estará em comunicação com os Centros Escolares, ouvindo as suas opiniões e condensando-os num parecer que traduza o sentir da classe»[491].

O movimento associativo dos professores primários foi assim liderado pela imprensa pedagógica que apelava à mobilização e organização. Constituída segundo um modelo descentralizado e federativo, encontra grande adesão dos professores primários que rapidamente se organizam e formam diversos Centros Escolares.

A Associação de Socorros Mútuos entrava assim num período de declínio dado que a adesão aos Centros Escolares nos Concelhos era já significativa.

Segundo Gomes Bento, em 1907 é fundada a Liga Nacional do Professorado Primário Português com sede em Coimbra[492]. *A Federação Escolar* inicialmente apoia esta Liga e os Centros Escolares, mas critica a desunião dos professores primários, o seu desânimo e a falta de cumprimento dos Estatutos da Liga Nacional do Professorado Primário.

A 8 de Janeiro de 1910 podemos ler no jornal um artigo precisamente sobre esse tema: «Mais um ano passou (...). Se estivesse na índole do nosso jornal fazer o balanço das transformações económicas e sociais por que durante o ano de 1909 passou este desditoso país (...) ver-se-ia que demos mais um passo para o precipício (...) onde tudo isto há-de despenhar-se (...). Volvamos o nosso olhar tão somente para o que diz respeito à instrução popular e à grande falange do magistério primário. Há um ano precisamente se aprestavam para a luta, depois dum brado de alertas! Soltado pela Mesa do passado Directório de Classe. Todos corresponderam com entusiasmo ao grito de alarme. Reorganizaram-se os Centros Escolares já fundados, constituíram-se muitos outros, elegeram-se os delegados dos círculos... e em Março lá se reuniram em Coimbra, movidos pela mesma fé ardente, pela mesma crença impetuosa ou legítimos representantes do magistério. O resto é sabido. Ainda bem se não tinham extinto os ecos da memorável reunião e já o desanimo se apossara de quase todos, como se fora

[491] BENTO, Gomes- ob. cit., p. 37
[492] Idem., p. 39

possível conquistar de súbito as regalias a que legitimamente aspiramos e a transformação radical e profunda de que carece a actual organização da escola primária!... Não sabemos bem com que elementos de apoio pode contar a Mesa do Directório, mas parece-nos que, quando muito, um terço dos Centros Escolares, cumprem as determinações dos Estatutos da Liga Nacional do Professorado Primário».

De seguida, no mesmo artigo, descrevem-se os fins da Liga apelando-se à união do professorado: «Quais são os fins da Liga Nacional do Professorado? Conservar unidos, na mais estreita comunhão de ideias e de interesses, todos os professores primários de ambos os sexos, velar pela defesa da comunidade, promover congressos e conferências. Com a união firme, indissolúvel, podemos constituir um núcleo que se imponha e faça vingar a consecução dos nossos direitos, tantas vezes espezinhados pelos mandões de todas as cores e de todos os tamanhos. Com os congressos e conferências podemos impor-nos também à consideração da opinião pública, agitá-la, predispô-la para sancionar as nossas reivindicações»[493].

A par do Movimento Operário Português, com o qual as relações são cada vez mais efectivas, podemos notar pelo artigo anterior que também a Liga abandona o carácter estritamente mutualista. Esta passa a ter por objectivo principal não só a defesa dos interesses materiais e morais dos docentes mas também a luta pelo desenvolvimento da instrução, nomeadamente com conferências e congressos e, nos seus estatutos, vai ainda mais longe, abrindo a porta aos professores oficiais de ambos os sexos, mostrando um certo progresso, embora só possam pertencer à Liga Professores Primários Oficiais.

Segundo Áurea Adão esta Liga agrega no entanto, sobretudo professores do Norte não correspondendo às aspirações da totalidade da classe. A sua actividade é reduzida e entra em compromisso, negociação e mesmo colaboração com os poderes públicos[494]. Por isso mesmo a Liga tinha tendência a fracassar. O embrião de um novo tipo de associativismo residia nos Centros Escolares. Segundo Gomes Bento no jornal *A Federação Escolar* são lançadas pistas para a criação de sindicatos regionais e autónomos, nascidos dos Centros Escolares, ligados por uma Federação[495]. E encontramos imensas notícias de apoio a esses novos sindicatos, começando a rejeitar em absoluto a Liga que, na opinião do jornal, falhara, coo podemos ler no ponto a seguir apresentado.

---

[493] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Ano Novo", p.1
[494] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 253
[495] BENTO, Gomes- ob. cit., p. 41

1.5.2. O Sindicato dos Professores Primários em Portugal (1911-1916)

Segundo Gomes Bento, «implantado que foi o novo regime, a intelectualidade portuguesa acreditou que finalmente se iria realizar a grande oportunidade histórica de levantar material, cultural e moralmente o povo português»[496]. O ensino, seria com certeza um dos sectores da vida portuguesa mais prioritários e o motor da grande transformação. Todos os espíritos acreditavam ter chegado o momento oportuno para o destinos da escola portuguesa mudaram, o que faz depositar uma enorme fé na República.

Não constituindo excepção, também *A Federação Escolar* tinha essa esperança, não deixando de estar atenta às modificações como podemos comprovar no artigo de 22 de Outubro de 1910: «Um dos primeiros pontos a atender é a educação popular sendo a imediata cruzada da República. Nesta cruzada, o jornal tem um papel vital, temos de demonstrar que somos, acima de tudo, ardentes patriotas, honrados e sinceros. A República há-de-nos tirar da mísera situação em que nos deixou a Monarquia, não nos impedindo isso, que nos unamos em torno de uma bandeira, com um ideal comum. A queda da Monarquia não implica que mudemos os nossos processos e orientações. "A Federação Escolar" é um jornal de classe e continuará a sê-lo, exigindo uma melhor situação material e uma melhor situação moral. Nesse sentido, continuamos atentos e seguindo as normas que nos indicam a consciência»[497].

O movimento associativo dos professores primários, com a República, adquiriu nova orientação. Logo em 1910, da cidade do Porto, parte a iniciativa da organização do Sindicato dos Professores Primários de Portugal cujos objectivos igualmente Gomes Bento nos dá a conhecer e entre os quais nós destacamos, o «plano da defesa dos interesses sócio-profissionais dos professores primários, a preocupação de travar a luta na frente pedagógica que transformaria o Sindicato em algo mais que uma associação de pedintes»[498].

Isto revela, quanto a nós, uma profunda transformação estatutária como se pode ler em Áurea Adão pois além de «defender e proteger os interesses individuais e colectivos do professorado em geral» também tem o objectivo de «impulsionar e desenvolver, segundo os preceitos da moderna pedagogia a instrução popular, o funcionamento das

[496] BENTO, Gomes- ob. cit., p. 53
[497] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 93, 22 de Outubro de 1910, "Os Sindicatos", p.1
[498] BENTO, Gomes- ob. cit., p.55

escolas normais primárias e as inspecções escolares e estudar todos os problemas de alcance científico e educativo que interessem à escola primária»[499].

A Federação Escolar, como já referimos, apoiou a formação dos Sindicatos regionais unidos por uma Federação. Assim, logo a 22 de Outubro de 1910 podemos ler: «Aconselhávamos ontem a fundação dos sindicatos regionais como um meio certo e seguro de alcançar a consecução das nossas reivindicações económicas, e de levantar o nosso prestígio intelectual e moral. O nosso modo de ver não se modificou (...) hoje como ontem temos de exercer a nossa acção civilizadora patriótica.(...) precisamos juntar os esforços isolados, pois só assim a nossa acção será decisiva nos destinos da Pátria. A remodelação que a República trouxer à escola, há-de melhorá-la que assim está devido ao desleixo dos governantes. Ora essa remodelação há-de obrigar-nos a agitar e discutir os mais instantes problemas pedagógicos e sociológicos. Como poderemos fazê-lo, senão agregando-nos em associações de carácter científico, onde, pelas leituras e pelas conferências, nos preparemos para o desempenho da obra de avanço que é preciso empreender, para compensarmos o retrocesso em que nos encontramos? (...)»[500].

A 10 de Dezembro de 1910, referindo-se aos sindicatos podemos ler: «A comissão encarregada de elaborar os trabalhos preparatórios, resolveu dar à associação de classe o carácter de Sindicato Profissional onde se agreguem os professores diplomados, oficiais e sem colocação, que pretendam enveredar sem demora pelo caminho naturalmente indicado para a consecução do levantamento moral e material dos sindicatos. Há muito se sente a necessidade de fundar uma instituição a um tempo de carácter científico e de luta pelo bem estar económico dos professores. Este é o momento. A nova instituição procurará, por meio de conferências pedagógicas, pela instituição duma biblioteca e por uma propaganda activa dos modernos princípios pedagógicos cooperar no rejuvenescimento da escola popular. Mas os interesses materiais não serão esquecidos e o sindicato procurará, só, ou acompanhado pelas instituições similares que venham a fundar-se, conquistar a pouco e pouco, por uma acção persistente a maior soma de regalias. O Sindicato profissional dos professores primários não constituirá uma *coterie*. Nele entrarão todos os professores primários e de ensino normal de ideias novas, apologistas do progresso pedagógico que o queiram fazer»[501].

---

[499] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 256
[500] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 93, 22 de Outubro de 1910, "Os Sindicatos", p.1
[501] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Os Sindicatos", p.2

Como acabamos de ler, outra vertente nova dos Sindicatos é que, ao contrário da Liga, "abrem as portas" a outros sócios além dos professores primários oficiais.

A 17 de Dezembro de 1910 confirma-se o apoio do jornal à formação do Sindicato do Porto, apelidando de «espíritos pequeninos» os que contra ele estão: «Um grupo de rapazes nossos condiscípulos, (...) resolveram fundar uma Associação de classe. Tendo o nosso apoio, vieram até nós para que puséssemos ao seu dispor a "Federação Escolar". E como quer que eles estivessem dispostos a acatar o nosso conselho, (...), falamo-lhes da propaganda que este jornal faz aos sindicatos profissionais e apontamo-lhes as vantagens que da sua instituição redundariam para todos os professores diplomados, colocados oficialmente, ou não. Aceite o nosso alvitre e esboçado o plano de trabalhos, os rapazes trabalham com desusado entusiasmo pela tarefa que se impuseram e que hão--de levar a cabo connosco. Bem sabemos que hão-de procurar entravar os nossos trabalhos espíritos pequeninos (...). Não se compreende semelhante aberração. Alguma coisa fizemos já e continuaremos, fora da comissão, auxiliando-a nos trabalhos de organização e de propaganda. Mas não responderemos a quem queira maldizer a obra». De seguida vêm anunciadas algumas actividades a promover pelo Sindicato: «O distinto professor da escola industrial e do liceu Sr. Angelo Vidal prometeu fazer um curso de trabalhos manuais para que todos os Sindicatos possam habilitar-se a introduzir nas escolas esses trabalhos (...). Um nosso amigo e colega, que tem competência especial, fará um curso orientado de modo a habilitar os sindicatos que disso careçam a introduzir nas escolas o ensino do canto coral (...). Professores da escola normal, de competência reconhecida, e outros, de entre os Sindicatos, difundirão pela conferência e pela palestra os mais instantes princípios pedagógicos. Estabelecer-se-á uma biblioteca científica, quer aplicando os recursos do sindicato, quer procurando o auxílio de pessoas e corporações (...). E, a par disto, lutar-se-á pela consecução das regalias a que o professorado tem direito. Há o desejo de elevar o prestígio da escola e de provar que os professores não querem continuar somente a soltar a lamúria da falta de vencimento conveniente; o desejo de mostrar que o professorado está à altura da sua missão educativa; (...). Vamos ter o sindicato do Porto e o sindicato de Viana do Castelo, graças à pertinência de José Alves de Sousa. Seguir-se-á, talvez, outro em Leiria, e mais virão, que a obra é nobre e patriótica»[502]. Como acabámos de ler, *A Federação Escolar* incita à formação dos Sindicatos Regionais.

[502] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Os Sindicatos", p.2

O anúncio da formação do Sindicato do Porto e de Viana do Castelo é o início da publicação da formação de outros:

A 31 de Dezembro de 1910 o professor Manuel Antunes Amor (autor da Cartilha Moderna) apoiando o Sindicato contra os que o insultam, anuncia a formação do Sindicato Regional Abrantino: «No penúltimo número da "Federação Escolar" vem um artigo sobre "Sindicatos profissionais", cuja doutrina me entusiasmou. Que bela ideia! É mister que todos a aproveitem. Só assim se poderá despertar a classe para conquistar a sua autonomia, para zelar os seus interesses morais e materiais, para repelir as insígnias dos estranhos que a desprezam e insultam, que não hesitam mesmo em a difamar e caluniar cobardemente quando pretendem fazer qualquer trampolinice no domínio da instrução. Insistia, meu amigo, em defender no seu jornal a ideia, incitando os professores das sedes dos concelhos mais importantes a organizarem-se desde já estes núcleos associativos, e verá depois como os sindicatos profissionais surgem, como por encanto, por toda a parte. Se todos avaliassem bem quantos benefícios, quantos interesses e vantagens advêm das associações, ninguém, por certo, deixaria de se filiar nelas para realizar com os outros o que lhe seria inteiramente impossível fazer sozinho. Que todos acordem do criminoso marasmo em que têm jazido e se levantem para os empreendimentos grandiosos! O tempo urge! Eu, pelo meu lado, (...), vou tomar a iniciativa de organizar o "Sindicato profissional abrantino" (...)»[503].

Também a 7 de Janeiro de 1911 o professor J. Alves de Sousa ao mesmo tempo que confirma a formação do Sindicato de Viana, apresenta os "Fins do Sindicato dos Professores do Alto Minho" [504].

Ainda sobre a formação dos Sindicatos regionais podemos ler a 18 de Fevereiro de 1911: «Como dissemos, quase todos os professores primários do Porto se inscreveram como sócios fundadores do Sindicato. Inscreveram-se igualmente todos os professores das escola normais desta cidade, os ilustres inspectores da 2.ª circunscrição escolar e chefe da secretaria, e demais pessoal superior da inspecção. Da província chegam diariamente adesões de colegas que desejam cooperar na obra que o Sindicato se propõe realizar, e compartilhar das suas vantagens»[505].

A 2 de Março de 1912 Trevonil escreve: «O professorado da capital empenha-se actualmente em fundar o seu Sindicato. Este empreendimento vai secundar a iniciativa

[503] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Os Sindicatos Profissionais", p.2
[504] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 104, 7 de Janeiro de 1911, "Sindicato dos professores do Alto Minho: reunião preparatória", p.2
[505] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.3

dos colegas do norte e oxalá que ambas as agremiações consigam alcançar os fins que visam. O professorado necessita de se reunir para se conhecer e se unir e poder ventilar as questões pedagógicas que a ele mais que a ninguém devem preocupar»[506].

Por fim, também a 2 de Março de 1912 anuncia-se que «O Sindicato dos P.P.P. já tem delegações concelhias estabelecidas em 16 concelhos do País e tem professores associados em 75 concelhos»[507].

Também no jornal são publicados e discutidos os Estatutos do Sindicato, que são aprovados na íntegra por *A Federação Escolar*. Assim, a 21 de Janeiro de 1911 é publicado no jornal o Projecto de Estatutos do Sindicato dos Professores Primários sendo a Comissão elaboradora: Eduardo Ferreira dos Santos Silva, Henrique de Sant'Ana, Madalena Mangeon, Maria Isolina da Silva Cardoso, Augusto Gomes de Olivera, Ilídio dos Santos Pinto e Francisco José Cardoso Júnior. É curioso notar que, fazem parte desta comissão elaboradora dos estatutos do sindicato duas mulheres e Francisco Cardoso Júnior, o director de *A Federação Escolar*[508].

De seguida, no mesmo número, faz-se o convite a «todos os professores diplomados, oficiais e sem colocação, a reunirem em assembleia, no dia 2 de Fevereiro pelas 13:30 na Escola Normal do Porto, para ser discutido e votado o projecto dos estatutos por que se há-de reger o sindicato, bem como para fazer a escolha dos dirigentes»[509].

Ainda no mesmo número referindo-se ao projecto de estatutos do sindicato: «Pela leitura avaliarão os nossos camaradas das vantagens que podem auferir filiando-se e, o que é de erguer bem alto o prestígio da classe e de modificar inteiramente o modo de ser do ensino primário em Portugal. Mais do que as nossas palavras, fala o projecto de estatutos. Leiam-no todos os professores amantes da sua profissão. Ponderem bem. Parece-nos que a conclusão a tirar é só uma – a sua adesão imediata, que representa a adesão ao trabalho do rejuvenescimento da escola popular, a adesão ao esforço que vai empregar-se para a nossa dignificação moral e intelectual. Dizia há semanas o nosso distinto camarada Alves de Sousa que a propaganda dos Sindicatos está feita. É assim, com efeito». De seguida, critica-se quem está contra estes estatutos e contra o Sindicato: «As suas vantagens são tão evidentes que ninguém se atreveu ainda a contestá-las de boa fé e com argumentos sérios. Já sintetizamos aqui o resultado dos esforços

[506] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano IV, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Carta de Lisboa", p.2
[507] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 120, 29 de Abril de 1911, "Ex.- professores ajudantes", p.2
[508] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "Projecto de Estatutos do Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.3
[509] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "Convite do Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.2

empregados pelas Amicales e pelos Sindicatos profissionais na França. Na França e na Alemanha os reaccionários guerrearam as associações profissionais, onde os nossos camaradas desses países adquiriram força para pugnar pela consecução das suas regalias e para se integrarem no movimento pedagógico que nos avassala. Entre nós o Sindicato apenas tem sido combatido por um folheto, dito pedagógico[510], afirmando que a ideia viera à luz nas alfarjas (no original) anti-católicas, e atribuindo aos iniciadores intuitos políticos (leia-se republicanos) e anti-religiosos. E a propósito vem lembrar que o folheto em questão se fez representar no último congresso reaccionário por um seu colaborador e então valioso deputado que, ciente da força que nele se consubstanciava, alto brandou no parlamento "Isto ainda é nosso!" E eis quem combate o Sindicato!»[511].

A 4 de Fevereiro de 1911 foram publicados os resultados da reunião para discussão do projecto de estatutos do Sindicato e respectivas correcções[512].

A 11 de Março de 1911 o professor Carlos P. da Costa também apoia os estatutos e fins do Sindicato: «Não venho fazer a apologia do grandioso monumento que o professorado primário traz em construção, porque ela está feita, não só pelos homens cultos e abalizados que sabem da profissão, mas pelos bons frutos que os nossos irmãos do trabalho, estrangeiros, colhem de igual obra. Não é preciso mostrar o valor, o futuro que está reservado ao S.P.P.P.. Basta analisar o art.º 5.º dos Estatutos e suas alíneas para que nenhum professor primário deixe de prestar a sua adesão e de cimentar esta obra com a inscrição do seu nome, na lista dos sócios. A missão do Sindicato é nobre e patriótica! Sendo um dos fins aumentar a bagagem científica do professorado (...) conferências pedagógicas e nos cursos de férias e de trabalhos manuais, educativos, profissionais, etc. A par desta regalia, que para mim é de alto valor, muitas outras possuem os professores que se inscreverem como sócios. Precisamos ter um corpo dirigente que estabeleça, por assim dizer, um traço de união entre os nossos irmãos de classe, e que vele e defenda os nossos direitos, perante os poderes constituídos. Estou certo que poucos serão os professores primários que, mediante 100 reis mensais, deixem de gozar as regalias consignadas nos estatutos do Sindicato. Nem só o interesse material nos deve atrair. Mais do que este nos deve prender o moral largamente representado na obra de que nos estamos ocupando»[513].

---

[510] Julgamos referirem-se ao jornal *A Educação Nacional* que entrou em confronto com *A Federação Escolar* defendendo a Liga e criticando o Sindicato.
[511] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "O exemplo dos estranhos", p.1
[512] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.2
[513] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 113, 11 de Março de 1911, "Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.1

Neste mesmo artigo também o autor critica os opositores ao Sindicato com as seguintes palavras: «(...) que nenhum professor primário deixe de prestar a sua adesão e de cimentar esta obra com a inscrição do seu nome, na lista dos sócios. Disso estamos convencidos. A não ser meia dúzia de despeitados odientos (no original), nenhum deixará de concorrer para o seu levantamento moral e intelectual – levantamento que em si incorpora o levantamento da Pátria a que o Sindicato alveja»[514].

A 10 de Junho de 1911 incita-se mais uma vez a união, pela adesão ao Sindicato: «Hoje como ontem é preciso chamar à união a classe do professorado. Se ao brado dos que tentam acordá-la para novos destinos acode apenas uma minoria ínfima de sonhadores, mal vai a comunidade. Porque razão, pois, não havemos de agitar-nos, agora que mal se ouvem os ecos dos louvores entusiasmados motivados pelo aparecimento da reforma de instrução, louvores merecidos, aliás pela intenção a que a publicação da lei obedecem? Não é preciso que essa agitação traduza um movimento de revolta. Não é preciso já, felizmente para nós, felizmente para o país, pregar o ódio contra o ódio que nos votavam do alto. Aos clamores de protesto de outrora devem suceder a serenidade, a reflexão, o estudo consciente e ao mesmo tempo aquela energia necessária para que possamos impor-nos. Impor-nos pelos testemunhos da competência profissional, pelas provas de boa vontade no sentido de nos aperfeiçoarmos mais e mais, pelo amor profundo à profissão – que pode manifestar-se por múltiplas formas. E como conseguir esse *desinteractum* (no original) por nós tão ambicionado? Uma instituição nova – o S.P.P.P. propõe-se como é sabido realizar esses fins: (...)»[515]. E mais uma vez, a critica aos que estão contra o Sindicato: « Até agora, porém, cremos que não passam de 400 os filiados. E se é certo que esse número é animador, se atendermos, à guerra que ao Sindicato se fez, às claras e na sombra, ao pavor que o nome da instituição infundiu – pavor injustificado em face dos fins a que visa – e ainda as iniciativas tendentes a erguer o nosso prestígio moral, a verdade é que pouco representa numa classe que conta perto de 6 000 membros. Se juntarmos os professores do círculo de Évora que constituíram uma instituição do mesmo género, independente, veremos que não chegam a 500 os professores sindicalizados. No entanto, ninguém há que conteste, de boa fé, as vantagens múltiplas dos Sindicatos profissionais. Porque espera, pois, aqueles que não se filiaram ainda?»[516].

---

[514] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 113, 11 de Março de 1911, "Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.1
[515] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 126, 10 de Junho de 1911, "Vamos amigos!", p.1
[516] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 126, 10 de Junho de 1911, "Vamos amigos!", p.1

A 2 de Março de 1912, quando ressurge, após um tempo parada, *A Federação Escolar* volta a afirmar o seu apoio ao Sindicato dos P.P.P. e continua a "guerrear" a Liga e os que a apoiam: «No ponto de vista das questões que se prendem com a união da classe, a "Federação Escolar", sem que possa intitular-se órgão oficial do S.P.P.P. há-de desfazer equívocos, ou eles provenham duma orientação tendenciosa, ou de má interpretação dos seus Estatutos. E assim, provará à face da lógica e da boa razão, que a acção dessa instituição nada tem de absorvente, antes cada uma das suas delegações tem plena liberdade de agir dentro do âmbito marcado a todos na lei orgânica. Esta afirmação não significa que pretendamos guerrear acintosamente os que vêm atacando e contrariando a propaganda iniciada pelo Sindicato referido, propaganda feita por homens de nome limpo com o mais legítimo e com o mais nobre dos intuitos. Significa somente o nosso desejo de que se não distraíam elementos mais ou menos importantes, sem que essa distracção obedeça a um critério preestabelecido, a uma linha directriz previamente traçada, a unidade de vistas, enfim. Todos os movimentos tendentes a elevar o prestígio moral do professorado e o reclamar a melhoria da sua situação económica terão o nosso (...) aplauso»[517].

Ainda no mesmo número escreve Carlos P. da Costa: «Ressuscita a "Federação Escolar" no momento em que a sua falta mais se fazia sentir. Agora que as condições sociais exigem, como nunca, a união do professorado primário, para a conquista das regalias e dos direitos a que tem jus, e que criminosa indiferença de uns e estranha atitude de outros ameaçam retardar, é que a "Federação" ressurge, como defensor da classe e do S.P.P.P., sem a mira em proveitos, que nunca teve. É por isso que a "Federação" aparece neste momento para defender a obra do Sindicato dos P.P.P., a primeira associação de classe que se formou depois que a Liga do Professorado faliu»[518].

Nesta mesma publicação voltam-se a publicar os Estatutos do S.P.P.P..[519]

E a "guerra" com a Liga continua quando o professor Ávila Júnior transcreve de uma revista pedagógica de Ponta Delgada: «Muito ao contrário de alguns professores – poucos felizmente – que mercê de uma péssima orientação e baseados em razões astutas, mas duma astúcia que repugna, pretendem criminosamente, evitar que os professores se inscrevam como sócios do Sindicato, e consequentemente, obstar, por

[517] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano IV, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Explicação necessária", p.1
[518] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano IV, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Bem-vinda sejas", p.1
[519] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano IV, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Estatutos do Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.3

meio de insinuações de uma baixeza inaudita, que a classe do professorado cumpra o imperioso dever de aderir a tão útil instituição, para, fortemente unida pelos sólidos laços de solidariedade, se poder impor ao respeito e consideração de todos, muito ao contrário desses professores, repito, a quem o mais ignóbil despeito ou a mais lamentável miopia intelectual não deixam ver os excelentes benefícios que o S.P.P.P. há-de indubitavelmente prestar à Pátria e à classe. Eu venho pedir que não liguem a menor importância a esses incómodos zumbidos de despeito ou de coisa ainda pior e se inscrevam, com a maior confiança, no S.P.P.P.. Não há necessidade de Sindicatos, dizem eles, porque temos o Directório e os Centros Escolares. Assim devia ser, realmente, se os Centros Escolares satisfizessem cabalmente o fim que presidiu à sua fundação. Mas, infelizmente, não tem sido assim. A esse respeito diz o Sr. Xavier do Canto: " (...) mas parece-nos que os Centros Escolares, na sua maioria pelo menos, não têm correspondido à importância que lhes atribuiu, deixando de desempenhar o papel educativo que naturalmente lhes estava confiado". Ora eu não compreendo de modo algum a existência de agremiações desta natureza que não cuidem desveladamente da educação dos seus associados, que não promovam o máximo aperfeiçoamento dos seus membros – o seu mais elevado fim. Não basta – e até é contraproducente – que a acção dessas agremiações se limite apenas a pedir teimosamente ao governo melhoria de situação para a classe; é preciso, antes de tudo, primeiro de que tudo, que eles sejam verdadeiros centros educativos, que se imponham pelo seu incontestável valor social, que confiram aos seus associados a maior consideração, mas a verdadeira consideração que é consequência do mérito real. E só assim, só depois delas se poderem impor pelo seu elevado valor social, é que devem – e então com a autoridade que dá sempre probabilidade de êxito – tratar de reivindicar os direitos da prestimosa classe que representam»[520].

Também sobre a Liga podemos ler a 20 de Abril de 1912: «Há quem teime em afirmar que o Sindicato, guerreia a Liga Nacional do Professorado. Nós meditamos na visão doentia. Como há-de guerrear-se uma coisa que desapareceu? Há quem a queira reconstruir? Está bem. Nós respeitamos os bem intencionados como são – apraz-nos crê-los – os colegas de Braga. E só combateremos os que, deslealmente, já vêm galopinando à sucata, com o propósito – eles o afirmam – de guerrear o Sindicato. E se o combatermos é porque estes não têm ideias, nem aspirações: têm ódios que desejam saciar. O que fez nascer a Liga foi a visão – o *el dorado* – do aumento de vencimentos.

[520] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "O Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p. 1/2

E ainda hoje os seus paladinos são os que querem faze-la ressurgir e só falam em reclamações, como se este fora o único *desideratum* (no original) a conseguir pelas agremiações de classe»[521]. Por aqui se pode ver uma das causas do fracasso da Liga – ter como fim único o aumento dos vencimentos como se os problemas da lasse fossem exclusivamente económicos.

No mesmo número Trevonil escreve: «Na semana passada realizou-se aqui o Congresso Pedagógico. Do que nele se tratou sabem já os leitores da Federação pelas notícias dos jornais. A Liga que organizou o 3.º Congresso Pedagógico, que toda a gente julgou especialmente dedicado ao professor primário, parece ter querido afastar dele essa classe. A sala esteve sempre de meias e note-se ainda que entre a assistência estiveram todas as alunas da Escola Normal e muitos professores de ensino livre e muitíssimos curiosos porque a entrada foi quase pública. A discussão decorreu muito precipitadamente em questões de importância menor e alargou-se em excesso nalguns assuntos em que – dela necessitaram»[522].

Ainda no mesmo número pode ler-se: «O director da Federação tem atacado por diversas vezes a Educação Nacional, mas sempre fundamentando com factos o ataque e fazendo-o às claras (...)»[523].

A 27 de Abril de 1912 referindo-se à Liga diz-se que: «Foi em 1898 que o prof. Primário (...) reconheceu que as suas reivindicações só poderiam ser adquiridas (...) numa acção comum dos seus membros. Formaram-se os Centos Escolares com um Directório (...). O Directório (...) pouco fazia, limitando-se a pouco mais do que usufruir as honras de representante da classe. Era inevitável a sua falência, e faliram»[524].

A 23 de Junho de 1912 critica-se o jornal A Educação Nacional: «A educação nacional transcreve um artigo do "journal des debats" para provar o desprestígio (...) dos Sindicatos estrangeiros de professores. Se o leitor não viu a transcrição recomendamo-la para que possa dizer-nos se aquilo é troça ou se dá mostras de lamentável tacanhez mental»[525].

A 7 de Julho de 1912 José Cardoso Júnior (director de *A Federação Escolar*) defende mais uma vez o Sindicato dos ataques que lhe fazem dizendo que o Sindicato é dos professores de Portugal e não do Porto e que o mesmo é da iniciativa dos professores do Porto, mas conta com associados em todos os pontos do continente e nas

[521] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Ressurge a Liga?", p.1
[522] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Carta de Lisboa", p.2
[523] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Notas", p.2
[524] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 9, 27 de Abril de 1912, "Sindicato e Sindicatos", p.3
[525] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 9, 27 de Abril de 1912, "Notas", p.3

ilhas tendo já importantes associados e não tendo como fim único a defesa dos interesses da classe. Os seus dirigentes nos últimos anos tentam conseguir também o desenvolvimento do ensino, como se segue «Não conheço país algum em que as associações de professores se limitem à defesa dos interesses económicos. Por isso nós, ao fundarmos uma nova associação de professores tivemos em mira alcançar as bases duma grande obra, que dignificasse a classe e contribuísse para a grandeza da Pátria e glória da República»[526]. Poderemos então concluir por estas palavras que também o Sindicato era acusado de ser muito centralista e de se limitar a defender a classe no seu aspecto económico, o que levaria à desunião dos professores.

Podemos ler vários artigos a denunciar essa situação, como por exemplo o de 28 de Julho de 1912 Abel Nogueira Dantas escreve: «A classe do professor primário português tem sido, e continua a ser uma classe desunida. E eis o motivo por que ela tem sido desprezada pelos poderes públicos (...) Deixemo-nos de discussões políticas, rivalidades pessoais (...). Se a nossa classe se tivesse unido deveras, se a nossa classe se impusesse com as suas reclamações justas, decerto já há muito tempo que as nossas petições teriam sido atendidas»[527].

Segundo Gomes Bento, «em 1912 o sindicato agrupava mais de 1000 associados num total de 6000 professores. Porém os sectores conservadores dos professores primários ao mesmo tempo imediatamente desenvolvem uma campanha contra o Sindicato recusando-se a dissolver a antiga Liga Nacional com os Centros Escolares. O Sindicato obtém no entanto, uma vitória expressiva quando o Governo em 1913[528] o consulta relativamente ao projecto de revisão da reforma, não considerando representativa a Liga Nacional»[529].

Podemos comprovar isto pelo artigo de 13 de Abril de 1912: «Terminaram os trabalhos do 3.º congresso pedagógico promovido pela Liga Nacional de Instrução. Quanto à revisão de 29 de Março de 1911, a que o relatório também se refere tem a certeza de que o ministro irá em breve consultar o S.P.P.P. nesse sentido (...). Como se vê, o Sr. Ministro do Interior espontaneamente declara que vai consultar o S.P.P.P.

---

[526] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 19, 7 de Julho de 1912, "Entrevista a José Cardoso; director da "Federação Escolar"", p.1

[527] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 21, 28 de Julho de 1912, "A desunião da classe", p.2

[528] Quanto a nós, já o tinha feito em 1912 no 3.º Congresso pedagógico promovido pela Liga, como se lê no artigo de 13 de Abril de 1912

[529] BENTO, Gomes- ob. cit., p. 55

sobre a revisão da última reforma. O Sindicato vai assim prosperando, sem deslealdade – às claras e com nobreza»[530].

Fazendo o balanço do que foi o Sindicato até à data, podemos ler a 26 de Janeiro de 1913: «No último Domingo efectuou-se a eleição dos novos corpos gerentes do S.P.P.P. Conquanto isso parece um facto banal, tem uma significação que nos é grato assinalar. Essa instituição conseguiu em menos de dois anos através da guerra desleal de despeitados que no seu ataque desceram às instituições mais torpes e às calúnias mais vis, impor-se e levar o seu nome e a sua fama além fronteiras. Esta eleição significa que os vive e que não cairá, porque não pode tombar uma instituição que em tão pouco tempo de existência, lutando contra a indiferença de alguns milhares de professores e contra meia dúzia de mal intencionados – tão alto e longe tem levado o seu prestígio. O S.P.P.P. vai continuar a sua obra, defendendo os interesses da colectividade e procurando que o professor por si próprio se imponha como profissional e como patriota. A Federação Escolar saúda os novos dirigentes»[531].

Ainda nesse artigo é publicado o relatório do corpo dirigente cessante podendo ler-se na introdução: «Se a nossa passagem pelo cargo honroso que desempenhámos não se fez sentir duma forma tão intensiva e tão brilhante quanto desejávamos, não deve isso ser atribuído à falta de boa vontade e de espírito de sacrifício da nossa parte. Contudo, parece-nos que de algum modo contribuímos para afirmar o prestígio da nossa instituição e para o bom nome dos seus associados»[532].

Finaliza resumindo todas as actividades realizadas por iniciativa do S.P.P.P., das quais já falámos no Capítulo referente à Formação Contínua dos Professores Primários.

Apesar de toda esta actividade centrada na zona do Porto, o certo é que se avizinhava a decadência, prevista nas palavras de Gomes Bento: «Entretanto, no plano do movimento sindical, a divisão entre sectores começava a pôr em causa a viabilidade do Sindicato dos Professores de Portugal. As forças conservadoras não cessam de o combater nos seus aspectos ideológicos e o seu excessivo centralismo fez-lhe perder progressivamente o contacto com as bases. Em 1915, a pulverização associativa era já um facto. Em Lisboa organiza-se o Grémio dos Professores Primários, donde sairão alguns dirigentes mais ligados ao sindicalismo revolucionário. Aparecem várias Associações ou Grémios em vários concelhos e na própria cidade do Porto, sede do

[530] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "O congresso: importantes declarações do Sr. Director Geral de Instrução Primária", p. 2
[531] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano I, n.º 48, 26 de Janeiro de 1913, "Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p. 3
[532] Ibidem

Sindicato. Para além destas novas Associações subsistem os antigos Centros Escolares que nunca se chegariam a incorporar na estrutura do Sindicato»[533].

A própria *A Federação Escolar*, mais tarde, a 23 de Dezembro de 1916 critica o Sindicato: «O Directório teve à sua frente figuras de verdadeiro destaque no nosso magistério, generalizou os Centros escolares, que se criaram em quase todos os concelhos do continente, e convocou admiráveis reuniões em Aveiro, Coimbra e Lisboa. Só pecou, em nosso entendimento, numa centralização de energias que de pronto originou o desânimo no seio do professorado. O segundo, que teve origem aqui no Porto onde se ergueu o Sindicato dos Professores Primários de Portugal, (...) não conseguiu as simpatias gerais, se bem que as suas intenções fossem nobres, por doutrinar um regimen perfeitamente centralista, precisamente na altura em que se promulgava uma reforma de ensino descentralizando-o, tendo ainda à sua frente figuras estranhas ao magistério primário, que, embora muito dignas e sabedoras, a classe não recebeu nos braços»[534].

A Federação Escolar tenta combater esta proliferação de grémio e associações. A 13 de Maio de 1916 pode ler-se: «Vieram até nós, e com pedido de publicidade, os estatutos duma nova associação: o grémio escolar do Porto. Nós sempre defendemos a unidade da nossa classe, porque compreendemos que só dela resultará o bem estar comum que tão longe nos aguarda, e talvez nesta qualidade chegasse a esta redacção o documento em referência. A "Federação" foi sempre o paladino de velhos movimentos tendentes a unificarem a grande família professoral, e hoje, como então, nenhum outro jornal tem pugnado como este, pela tão sonhada união. Mas deste gesto unificativo nós discordamos em absoluto. Meia dúzia de professores lembrou-se da fundação do Grémio. Elaboraram a sua lei orgânica, submeteu-a à aprovação das autoridades competentes sem que a totalidade dos professores do Porto de tal tivesse conhecimento, e depois, de legalmente constituídos atirou-a à redacção dum jornal de professores. Não concordamos. Reuniríamos a classe desta cidade, submeteríamos ao seu critério o fruto do nosso labor, e depois de colhermos a maioria de melhores opiniões elaboraríamos a definitiva lei orgânica do nosso Grémio. Assim sim»[535].

Também a 12 de Agosto de 1916 pede-se união e organização: «O que tem levado o professorado à inconstância de pedidos, é esta grande dúvida, a desorganização completa em que se encontra esta grande família. Perfeitamente isolados, sem um

[533] BENTO, Gomes- ob. cit., p. 55
[534] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 249, 23 de Dezembro de 1916, "Plano de União", p.1
[535] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 217, 13 de Maio de 1916, "Um novo Grémio", p.3

estatuto geral que os governe, todos os membros do professorado primário procedem a seu belo prazer. Discutem, alvitram, mas nunca a discussão ou o alvitre conseguiram o voto unânime da classe»[536].

1.5.3. A Associação Geral dos Professores Primários Portugueses (1916-1918)

Face a esta situação, em 1916, o Sindicato tenta reorganizar-se, modificando os seus estatutos de modo a promover a união na classe. No dizer de Áurea Adão, «o Sindicato reorganiza-se, transformando-se em uma Associação Geral dos Professores Primários de Portugal, com sede no Porto»[537]. Surge assim uma nova tentativa de associativismo docente. *A Federação Escolar* reconhece a desorganização completa do professorado primário e por isso apela à união.

Nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro desse mesmo ano, a Associação Geral dos Professores Primários de Portugal realiza uma assembleia de delegados: «De harmonia com o espírito dos seus estatutos, esta Associação convoca pela primeira vez nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro uma reunião de sócios da colectividade e de delegados dos centros escolares, a fim de trocarem impressões e resolver sobre os problemas que durante o ano lectivo mais interessam os professores. A Associação Geral, cujo intuito é a federação de todos os núcleos ou centros escolares, sob a base da maior autonomia, pretende imprimir assim, caracter às aspirações e correntes de opinião que se manifestam no seio da classe do professorado primário, de maneira a concretizá-las perante o Governo e representantes da nação»[538]. Como podemos ver, os professores reunidos confirmam, em nome de todo o grupo, a necessidade de uma união geral, assente em bases diferentes.

A 28 de Outubro de 1916 mais um pedido de união: «Já aqui dissemos que as agremiações da classe ora existentes ou que existiram em Lisboa e Porto, pouco ou nada de verdadeiramente profícuo, para a mesma classe, representam e representaram; mas até, por vezes se hão tornado inconvenientes. Reiteramos hoje esse nosso asserto. Na verdade, tacteando o passado dessa barafunda de sindicatos, grémios, centros ,etc., esquadrinhando-lhes minuciosamente, a todos, a história, pouco aparece que ateste uma

[536] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 230, 12 de Agosto de 1916, "Programa mínimo", p.1
[537] ADÃO, Áurea- ob. cit., p.262
[538] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 240, 21 de Outubro de 1916, "Associação Geral (antigo Sindicato) dos P.P.P.", p.1

acção eficaz, com resultados palpáveis, satisfatórios. Reclamações, mas tudo sem êxito»[539].

Segundo Áurea Adão, «a Associação Geral dos Professores Primários não consegue manter uma actividade persistente e continuada. Chega ao ano de 1917 já paralisada. A 25 de Outubro de 1917, tem lugar uma reunião importante em Aveiro, interrompendo-se assim o hábito de centralização das actividades associativas na cidade do Porto»[540]. *A Federação Escolar* organiza a reunião, a 11 de Agosto de 1917: «Havendo toda a necessidade de uniformizar o movimento em prol da União, movimento esse que, embora com certa morosidade se vai esboçando animadoramente por esse país além, a "Federação Escolar" que tomou sobre os seus ombros o pesado encargo de a realizar, vem lembrar aos núcleos constituídos a urgência duma reunião dos delegados desses mesmos núcleos. Está esboçado o plano dessa reunião, bem como o ponto de encontro que será em Aveiro e a ordem de trabalhos assentará na discussão do plano fundamental ou seja, a fusão de todos os alvitres em nosso poder e eleição duma grande comissão de professores(...)»[541].

Desta reunião sai eleita uma Comissão que terá como objectivo, entre outros, a elaboração dos novos estatutos da futura União o que viria a ser determinante para um certa estabilidade do movimento sindical do professorado primário até ao Estado Novo. No dizer de Áurea Adão, «a sua composição é uma vitória dos professores mais progressistas e marca o começo de uma nova fase para o movimento associativo dos professores primários pois esta comissão defende um sindicalismo mais dinâmico e irredutível e que acredita na acção das minorias. No entanto, os professores primários continuam isolados em relação aos outros trabalhadores. É preciso, portanto, que definam claramente a estrutura orgânica da sua futura União»[542].

A 3 de Novembro de 1917 escreve-se sobre a dita Grande Reunião de Aveiro demonstrando depositar-se grandes esperanças na Comissão eleita: «A União da classe, questão gravíssima que seriamente tem preocupado o professorado primário, deixará de ser uma utopia para se tornar realidade? Assim o esperamos, fundamentando o nosso optimismo na Grande Reunião de Aveiro onde uma terça parte do professorado assentou nas bases em que se deve fomentar a União e elegeu uma Grande Comissão que sobre seus ombros tem hoje o pesado encargo da constituição de núcleos regionais,

---

[539] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano V, n.º 241, 28 de Outubro de 1916, "União da classe", p.1
[540] ADÃO, Áurea – ob. cit., pp. 264 - 265
[541] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 282, 11 de Agosto de 1917, "Plano de União", p.1
[542] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 265

nos concelhos onde estes ainda não estejam formados. E uma vez isto realizado, essa mesma Comissão convocará para uma reunião magna os representantes dos núcleos, que por sua vez ditarão a última palavra e elegerão a Mesa Directiva, esse alto organismo que nos representará a contento geral. Deu-se o primeiro passo. Resta apenas que todos o membros da Grande Comissão eleita na reunião de Aveiro, verdadeiros apóstolos da União da classe, trabalhem sem desânimo, para que em breve, e bem alto possamos dizer em toda a parte: A União do professorado primário é um facto!!»[543].

De seguida e no mesmo artigo descreve-se a forma como decorreu a reunião.

1.5.4. A União do Professorado Primário Português (1918-1927)

Não tarda a serem publicadas no jornal, notícias que dão conta das primeiras iniciativas da mesma[544] bem como outras que continuam a apelar à união da classe[545].

Esta comissão eleita em Aveiro irá promover a União do Professorado Primário Português como diz Gomes Bento: «Em conformidade com as resoluções tomadas pela comissão executiva eleita em Aveiro efectuou-se, no dia 20 de Junho de 1918, em Lisboa, o congresso constituinte da União do Professorado Primário Oficial Português. São aprovados os estatutos, ficando a existir os seguintes organismos: Um Conselho Central, uma Comissão Executiva e os Núcleos Concelhios. A União editará um jornal semanal, o Professor Primário»[546]. Este jornal, que é distribuído gratuitamente, passará a publicar as notícias da União dos Professores Primários Portugueses.

A Federação Escolar, através do Grémio de Gaia, adere à União[547] e, num claro apoio a esta, publica a 1 de Junho de 1918: «A Comissão Executiva da Grande Comissão eleita em Aveiro convida o professorado primário a reunir em Lisboa, nos dias 9 e 10 do corrente, para lançar as bases da sua futura união e para reclamar dos

---

[543] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano 6.º, n.º 294, 3 de Novembro de 1917, "Grande reunião de Aveiro", p.1

[544] A 29 de Dezembro de 1917: «O Sr. Ministro da Instrução recebeu uma comissão de professores de Lisboa que, acompanhada do representante da comissão eleita na reunião de Aveiro, lhe foi apresentar as reclamações dos professores primários. Pediu-se o pagamento das subvenções que nos são legitimamente devidas. Pediu-se a eliminação dos direitos de encarte, que nos são violentamente, arbitrariamente arrancados. Pediu-se finalmente, uma reforma de ensino, mais necessária à nação portuguesa do que é necessária ao espírito dos mestres (...)».

[545] A 20 de Abril de 1918 critica-se a falta de união da classe: «É preciso dignificar o professor. A dignificação do professor depende, sobretudo, da sua solidariedade, da sua organização associativa, do seu aperfeiçoamento profissional. Infelizmente o professorado, por virtude de circunstâncias inúmeras, possui um rudimentar espírito associativo. Dessa deficiência tem resultado o desdém, o menosprezo com que, desde tempos longínquos, o Estado o tem tratado. Na história do movimento da classe há importantes ensinamentos que devem ser aproveitados para que as rivalidades e pessoalismos não continuem a constituir um obstáculo à cooperação de todos para o bem estar da comunidade. Devemos ver ao nosso lado, não o rival, não o inimigo, mas o camarada que comunga na mesma doutrina e procura a consecução de fins iguais».

[546] BENTO, Gome- ob. cit., p. 94

[547] Não sabemos em que data, mas a 23 de Julho de 1924 pode ler-se: «Éramos então (Grémio de Gaia) independentes da União do P.P. Português, já por termos existência mais antiga, já porque nos bastávamos nas reclamações locais. Começou a correr a opinião de que o Grémio devia filiar-se na União e nós, como soldados disciplinados, lá fomos por deliberação tomada em Assembleia Geral.».

poderes públicos a execução de determinadas reivindicações colectivas. É uma questão de vida ou de morte. Se, desta feita, a classe não acorre ao chamamento, unindo-se, numa sagrada comunhão de aspirações e sentimentos, nunca mais se levantará. Colegas de todo o país! Só conjugando as nossas forças, até hoje dispersas, poderemos vencer. Unamo-nos para a luta e a vitória será certa. Viva a União da classe!»[548].

Relativamente a esta reunião publica a 8 de Junho de 1918: «À hora a que o nosso jornal for distribuído, indo levar a todos os colegas um pouco de fé que nos anima, devem ter seguido já para a capital, numa jornada entusiástica de dedicação e esperança, os delegados que vão representar a classe na grande reunião de Lisboa. Acompanhamo-los em espírito, crentes que do sacrifício enorme que neste momento se faz, benéficos resultados hão-de vir para a nossa classe, que tão desprotegida tem sido pelos poderes constituídos»[549].

Refere-se de seguida ao movimento associativo das classes trabalhadoras: «No momento em que todas as classes trabalhadoras vêm triunfar as justas reclamações que formulam e apoiam na força da sua união, indispensável se torna que a classe do professorado primário se federe e organize para, com o apoio da sua força enorme, fazer vingar as suas reclamações mais instantes, por tão longo tempo proteladas. Na reunião que em Lisboa se efectua, e em que deve estar representada a totalidade das agremiações da classe pelo país disseminadas, hão-de votar-se as bases em que tem de assentar a união que há-de constituir a nossa força colectiva. Dessa reunião há-de a classe sair perfeitamente unida e forte para a conquista e defesa das suas regalias. Para isso é preciso sacudir todos os entusiasmos, desernevar (no original) todas as vontades. É preciso pôr de parte todos os agravos, todas as retaliações, todos os pessoalismos, que têm sido a razão de ser da nossa fraqueza. Que uma coisa apenas preocupe a todos – a união da classe. Só unidos poderemos impor-nos, fazer valer os nossos direitos, afirmar o nosso valor, tornarmo-nos respeitados. Que ninguém o esqueça para que mais desenganos não venham amargurar-nos. A união da classe é para a classe uma questão de vida e nunca o momento de ela se unir foi tão oportuno. Todas as classes obreiras, dão-nos com o exemplo da sua união, uma lição que sempre devemos ter presente. Saibamos aproveitá-la. A jornada de Lisboa deve marcar na história dos movimentos da classe uma data memorável»[550].

---

[548] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "Viva a União da Classe!", p.1
[549] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 325, 8 de Junho de 1918, "A união da classe", p.1
[550] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 325, 8 de Junho de 1918, "A união da classe", p.1

A reunião, no entanto é adiada, devido à greve ferroviária. A 15 de Junho de 1918 pode ler-se: «Como se vê pelo manifesto que a seguir publicamos, a Comissão Executiva da Grande Comissão eleita em Aveiro resolveu adiar a reunião marcada para os dias 9 e 10 do corrente. O motivo único desse adiamento foi a greve ferroviária, que impossibilitou os delegados do Norte e Centro do país de comparecer em Lisboa»[551].

Na própria União do P.P.P. já começavam a surgir ligações a este sindicalismo operário pois, no dizer de Gomes Bento, «para o primeiro Conselho Central eleito surgem muitos professores primários já com ligações com o sindicalismo operário, como Canhão Júnior, Manuel Silva, Saturino Neves, António Manaças e Virgílio Santos, colaboradores habituais da imprensa sindicalista e revolucionária. É (...) por um lado a força do movimento operário e por outro a não resolução dos problemas sócio-profissionais, num tempo de aguda carestia de vida e o fracasso da escola republicana no desenvolvimento da educação popular, que vai conduzir estes sectores importantes do professorado primário a radicalizarem-se à esquerda e a tentarem encontrar-se com a classe trabalhadora»[552].

Alguns destes professores como Canhão Júnior e Saturino Neves costumavam já escrever para *A Federação Escolar*. Esta ligação com o sindicalismo operário era já de tal maneira forte que no dizer de Gomes Bento[553] na primeira reunião extraordinária da União, realizada em Coimbra, em Agosto de 1918, é proposto um entendimento com a União Operária Nacional (Central dos Sindicatos Operários), apesar do protesto da força republicana moderada e conservadora.

Este entendimento é noticiado em *A Federação Escolar* a 7 de Setembro de 1918: «Segundo nos informam, a Comissão eleita em Lisboa reuniu extraordinariamente em Coimbra nos dias 26 e 27 do mês passado, tomou as seguintes deliberações: (...). Resolveu também aproximar a nossa União da União Operária Nacional, Associação dos Empregados dos Caminhos de Ferro e Correios e Telégrafos»[554].

Ainda segundo Gomes Bento, em Setembro de 1919, quando a União Operária Nacional promove o seu congresso em Coimbra e se transforma na Confederação Geral do Trabalho, a União do Professorado Primário envia uma delegação e estreitam-se relações[555].

---

[551] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 326, 15 de Junho de 1918, "A reunião de Lisboa", p.1
[552] BENTO, Gomes- ob. cit., p. 95
[553] Ibidem
[554] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 338, 7 de Setembro de 1918, "A união da classe", p.1
[555] BENTO, Gomes- ob. cit., p. 95

Em consequência desta aproximação que nem todos aceitavam, abre-se um debate na *A Federação Escolar* tal como acontecera já anteriormente[556].

A 13 de Setembro de 1919 Manuel Ramos de Oliveira desapoia a aliança com outras classes chamando bolchevistas aos grevistas ferroviários: «Muitos colegas pensavam que a nossa aliança a outras classes muito contribuiria para que a União resultasse sólida e proveitosa. Ao falarem assim, não tomavam em conta a grave responsabilidade que sobre nós ia impender, levando-nos pela reciprocidade de deveres, a participar em movimentos que nem sempre são inspirados no sentimento do civismo[557]. Creio que as duas classes preferidas, eram a dos correios-telégrafos e a dos ferroviários. Eu sempre reprovei tal pacto, sequências que daí nos poderiam advir, prestando-nos a fins perigosíssimos, sob o ponto de vista social. A classe do professorado primário, (...)não carece de auxílios alheios; com os seus oito ou nove mil membros dispersos pelo país, possuindo todos uma noção exacta dos seus deveres, pode e deve alcançar para si e só por si, a justiça que pretendem sonegar-lhe. Não tem à mão, bem sabemos, os recursos materiais dos ferroviários e telegrafistas, que a um simples gesto paralisam a vida do país, causando sérios embaraços e graves apreensões ao governo, que, com vontade ou sem ela, sempre acaba por ceder. Mas em compensação possui uma arma mais segura, que lhe fornece a sua missão de educador. É a força moral dos que, clamando, sabem impor-se não pela violência, mas pela nobreza do caracter, pela sinceridade das intenções. Em vez de se ir procurar a força onde poderíamos, encontrar a fraqueza; busquemo-la entre nós, cimentando na nossa grande família os laços indissolúveis da união. Chamemos por todos os meios possíveis, os refractários à realidade das coisas. Terminem os despeitos dos que muitas vezes apreciam menos favoravelmente as nobres intenções dos paladinos da Escola. (...) Repartir a glória por adventícios, quando nós

[556] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 326, 15 de Junho de 1918, "Exemplo a seguir", p.1 «Um acaso fez com que há dias a assistíssemos a uma reunião de ferroviários onde se tratou do assunto – greve, com uma serenidade e uma coesão de ideias e sentimentos que nos deixaram simplesmente maravilhados. O ferroviário é, em regra, criatura de pouca ilustração. Entrou para lá, ainda criança, como praticante, sem o exame de 2.º grau, talvez, ou já homem, como carregador ou limpador de máquinas. Não seria para admirar que a união entre eles fosse apenas uma quimérica ilusão dalguns sonhadores, sabendo-se que outras classes mais ilustradas não conseguiram ainda associar-se convenientemente, arrastando, por isso mesmo, uma vida dolorosa e difícil. Estabeleçamos agora um paralelo entre a situação dos ferroviários e a dos professores, classe prestigiosa e culta, que deveria ser a primeira de todas, pela sua missão altamente civilizadora. Vejamos a consideração que o Estado, ou melhor, os homens da barcaça governativa têm mostrado pelas reclamações duns e doutros... Comparamos os vencimentos. O contraste será desolador, e necessariamente havemos de chegar à conclusão de que se até hoje tudo nos têm negado é porque lá no alto há a consciência da nossa fraqueza – a desunião que neutraliza todos os esforços tendentes a levantar a classe da misérrima situação moral em que ela tem vegetado. Vergonha das vergonhas! Há cinquenta e tantos anos que se apregoa aos quatros ventos a necessidade de nos unirmos, sem que até agora a solidariedade e o desinteresse tenham presidido aos movimentos da classe, e sem que os indiferentes, os cépticos, os despeitados e os ... ambiciosos desapareçam dos nossos arraiais. É necessário que a próxima reunião de Lisboa marque uma nova etapa nos destinos da nossa classe, etapa gloriosa, certamente, em que a consciência do nosso poder e do nosso valor social fará do professorado primário uma organização perfeita e indestrutível. Que o passado e o presente nos sirva de lição, e avante pela união da classe».

[557] Vemos nesta tomada de posição uma crítica aos ferroviários pelo facto da greve ter prejudicado a classe dos Professores como aconteceu aquando do adiamento forçado da reunião de 9 e 10 de Junho, o que para além de falta de civismo revelou falta de solidariedade.

podemos muito bem com ela, é simplesmente absurdo. Imagine-se o triste papel que desempenharíamos presentemente, se a aliança com os ferroviários tivesse sido um facto? Proclamando a greve, por dever de solidariedade, éramos obrigados a apoiá-los. Não o fazendo, abjurávamos dos nossos deveres, cometíamos um acto desonroso, tornavamo-nos indignos de que alguém pudesse depositar em nós a mínima confiança. Acompanhando-os, atraíamos às nossas cabeças a má vontade da opinião pública, aquinhoávamos em grande parte da responsabilidade que ora pesa sobre a cabeça desses bolchevistas emboscados. Porque a ninguém reste dúvidas, de que a presente greve tem um carácter acentuadamente revolucionário, (...). Nós, os evangelizadores da sociedade, tornados agentes da desordem, da anarquia? Oh não! Mil vezes não! No dia em que tal sucedesse, desautoravam-nos perante a Civilização, perante a escola, e o professor, (...). Agrupados em volta da bandeira da União para zelarmos a Escola, eis o único fim que devemos ter em vista, deixando cair sobre os elementos perturbadores a maldição das vítimas dos seus atropelos. Escola e Pátria são o nosso lema, e jamais nos afastaremos dele, qualquer que seja o engodo com que queiram tentar-nos»[558].

De seguida podemos ler uma Nota da Redacção: «"A Federação Escolar", concordando em absoluto com a doutrina defendida no artigo do ilustre professor e brilhante jornalista Manuel Ramos de Oliveira, publica-o em editorial, (...). Houve (..) quem se insurgisse contra a nossa atitude, classificando-a de inconveniente, mas as recentes greves encarregaram-se de nos dar razão e de provar mais uma vez que o nosso jornal estava ao lado da classe, quando, condenava a sua união com os ferroviários e correios e telégrafos»[559].

Em resposta ao anterior artigo do prof. Manuel Ramos de Oliveira o prof. Mário de Oliveira escreve a 20 de Setembro de 1919: «Defende o Sr. Ramos de Oliveira o princípio de que nós, professores, devemos tratar os nossos interesses, à parte de todo o resto do país, de todas as restantes classes, sejam elas quais forem. Discordo absolutamente de tal opinião. Em primeiro lugar, porque ela está baseada num conceito egoísta, que a moral condena; e em segundo lugar, porque, a adoptar-se, nos prejudica extraordinariamente. O egoísmo diz-nos: trabalhai só para vós: esquecei os males alheios, tratai dos vossos. E a moral, a moral da escola, que é sã e resplandecente em suas doutrinas, condena estes princípios. Nós, como professores, como indivíduos que defendemos a educação da sociedade, (...) não podemos adoptar nem proceder segundo

[558] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 338, 13 de Setembro de 1919, "Sós ou aliados?", p.1
[559] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 339, 13 de Setembro de 1919, "Nota da Redacção", p.1

tais preceitos. Se não podemos adoptá-los, também não podemos concordar com a opinião do Sr. Ramos de Oliveira, que nos diz: tratemos só de nós. Ou não seremos nós moralistas? Se somos, teremos de condenar o egoísmo e, condenando o egoísmo, condenaremos tudo quanto se baseie nele, e portanto, a ideia principal do artigo em questão. Evangelizadores da sociedade, a evangelizarem o egoísmo, não acho louvável. Demais temos este argumento colossal. A guerra, que acabou há pouco, proclamou o princípio da solidariedade, como sendo a primeira base da força, do poder e do conseguimento de todos os nosso objectivos. Só a solidariedade, fomentou a vitória. "Vinde para nós", diziam os franceses, os ingleses e o belgas. E nós fomos, foram os italianos, foram os americanos. Só assim; foi possível a vitória, sobre a Alemanha militarista. Se nós, então, adoptássemos, o princípio do Sr. Ramos de Oliveira; se os povos italianos e americanos tivessem na alma as convicções do ilustre jornalista, os aliados não venceriam. Se, quando os franceses, angustiados, loucos de sofrimento nos bradaram: "acudi-nos!" nós e os outros povos disséssemos: «Cada um trate de si e só de si», a vitória teria caído, certamente, para o lado dos alemães, e então seríamos porventura... bolchevistas. Se nós adoptássemos a divisa de lutar, isolados, pelos nossos interesses e reivindicações, seria o mesmo que condenar a união, que é a alavanca de todas as vitórias, e fomentar cada vez mais a luta de classes, (...). Depois, seria um princípio que, interpretado à risca, nos levaria, a todos à separação e a lutar isoladamente. Quer dizer, o nosso valor, como organização, cada vez seria mais fraco, e, por conseguinte, os nossos interesses seriam cada vez mais desprezados e a nossa dignidade mais ofendida. Eu não defendo a junção da nossa classe à União ou a qualquer outra organização sindicalista. Não defendo porque... não quero. Mas entendo que, quando alguém nos pedir auxílio, e esse alguém o merecer pela inteireza do seu proceder, ou pela justiça das suas reclamações, ou pela grandeza do seu gesto, nós devemos auxiliá-lo. Não devemos cercar o auxílio aos outros, quando eles o mereçam, assim como não devemos abster-nos de pedir auxílio, quando o precisemos, para reforço de nosso vigor em luta pela justiça»[560].

A Federação Escolar comenta em seguida este artigo: «No mesmo lugar onde se publicou o artigo de Ramos de Oliveira, publica-se a resposta do seu contraditor. Isto não quer dizer que o nosso jornal se mostre neutro sobre o assunto. Não. A nossa orientação está perfeitamente defendida: concordamos em absoluto com a doutrina defendida pelo autor do artigo (Sós ou Aliados? De Manuel Ramos de Oliveira)

[560] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "Egoísmo ou altruísmo??", p.1

doutrina que não é bem aquela que lhe atribui o ilustre colega Mário de Oliveira. Mas... Mas o campo é vasto e presta-se a uma discussão de princípios, que, a ser norteada por um são critério e por uma grande vontade de nortear, pode trazer alguns ensinamento nos paladinos da união da classe»[561]. Definitivamente *A Federação Escolar* estava contra a aliança com o sindicalismo operário.

A 3 de Janeiro de 1920 o prof. Mário de Oliveira concordando com a ligação ao sindicalismo operário escreve novamente: «O professorado aliando-se a outras classes, particularmente, aos ferroviários e telégrafos-postais, só tem a lucrar. Não há que temer cumplicidades em actos criminosos, pelas razões que tenho apresentado. Em ulterior caso, tudo se evitaria adiando uma cláusula especial no contrato de aliança: a cláusula de se colaborar apenas em movimentos justos e de se apoiarem somente reivindicações fundadas na razão, nos direitos soberanos dos trabalhadores em geral, repulsando, pelo contrário, movimentos ou tendências políticas criminosas»[562].

Finalmente, a 28 de Fevereiro de 1920 o mesmo escreve: «Creio que, por agora, está morta a minha questão com Ramos de Oliveira, a propósito do agregamento do Professorado Primário a outras classes laboriosas e menosprezadas. E está morta, por isto: o professorado de todo o país, reunido em congresso, na capital, por intermédio dos seus delegados, aprovou em princípio a união da nossa classe à C.G.T., visto que não desaprovou a atitude do Conselho Central indo ao Congresso Operário Nacional de Coimbra, para o que estava autorizado por uma reunião anterior do Professorado. E mais: reiterou a sua confiança ao mesmo Conselho Central, que deseja a aludida união, quando está pretendida depor o seu mandato. Foi dura, certamente, para Ramos de Oliveira, uma tal resolução, mas foi eloquente. Ela traduziu ou marcou uma etapa gloriosa, na vida do professorado em demanda de melhores tempos e de menos cruel iniquidade. As minhas esperanças dilatam se, fazem prever uma era muito próxima de reabilitação e de conforto para todos. A respeito de outras questões secundárias, para que descambou»[563].

Segundo Gomes Bento mudam a partir de então, não só os pressupostos ideológicos mas também os métodos de acção sindical. Pela primeira vez no sindicalismo docente supera-se a simples petição ao ministro, a mera propaganda dos interesses dos professores através da imprensa e dos discursos: «Para 20 de Março de 1919, o

[561] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "Nota de redacção??", p.1
[562] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 405, 3 de Janeiro de 1920, "A Magna questão: contra o egoísmo. Defendendo princípios de utilidade comum", p.1
[563] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 413, 28 de Fevereiro de 1920, "Pela união dos indivíduos e das classes", p.1

Conselho Central da União organiza um plano de movimentação e agitação simultânea dos núcleos federados para apoio de um conjunto de reivindicações a serem apresentadas ao governo. Esse plano consistia em à mesma hora e no mesmo dia os professores reunirem-se nos seus núcleos concelhios e enviarem-se telegramas ao Ministro da Instrução»[564].

A Federação Escolar anuncia e apoia este modo de protesto a 15 de Março de 1919: «Urge fazer um movimento geral e energético, tão profundo quanto for necessário, movimento que, nascendo e tomando vulto no seio da classe, poderá ir e é talvez certo que tenha de ir até ao âmago na consciência nacional. Não tomará o professorado primário uma atitude violenta: erguer-se-á da obscuridade, sereno e altivo, surgirá das aldeias, vilas e cidades a clamar bem alto, em nome do país, que termine a incúria e o abandono a que tem sido votada (...). Que no dia 20 do corrente nem um só professor deixe de colaborar. Nesta hora ser indiferente é um crime!»[565].

Entretanto, *A Federação Escolar* continua a pedir a união do professorado: a 25 de Janeiro de 1919 pode ler-se: «(...) o nosso editorial de hoje terá por objectivo levar a todos os recantos do país um pouco da fé que nos invade o espírito, dessa fé que nos faz acreditar num futuro mais ou menos próspero (...). Como as antigas vestais, a quem incumbia o dever de alimentar, dia e noite, o fogo sagrado, nós queremos que ressuscitem aqueles que se deixaram morrer espiritualmente, quedando-se numa apatia desalentadora, abandonando os seus irmãos de armas nos momentos de luta, nas ocasiões dos grandes acontecimentos. É preciso que as velhas energias se conjuguem novamente, chamando a si novos elementos que muito virão contribuir para a vitória da nossa causa. Esqueçamos ressentimentos passados, mercê dum equívoco ou duma irreflexão, e dêmo-nos as mãos, como companheiros do mesmo Ideal, como camaradas, que somos na mesma obra de reconstituição. Ajudemos todos na medida das nossas posses, os dedicados colegas que constituem o Conselho Central da União, incitando os descontentes a que ponham de parte questões antigas e os indiferentes a que abandonem o cepticismo que lhes aniquila a vontade; incitando os que vão entrando para o quadro nas suas obrigações de solidariedade; fundando núcleos concelhios, inscrevendo-nos como sócios e esforçando-nos junto dos professores nossos amigos para que cumpram esse dever de camaradagem, fazendo, enfim, por todos os meios ao nosso alcance, a

[564] BENTO, Gomes- ob. cit., p.102
[565] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 363, 15 de Março de 1919, "Manifesto: ao professorado primário oficial português", p.1

maior propaganda em favor da união de todo o professorado. Vamos! Acabemos com discussões vergonhosas e sejamos homens do nosso século. União! União!» [566].

A 1 de Fevereiro de 1919 também se apela à União: «A União foi em todos os tempos considerada como a base da força. O homem das cavernas (...) sentiu e compreendeu a necessidade de se associar para lutar e viver: a tribo e o clã são disto a prova. O homem moderno, o homem civilizado, igualmente reconheceu a indispensabilidade da prática desse princípio e podemos dizer afoitamente que em todos os pontos do globo o seu estudo tem absorvido a vida inteira de gerações sucessivas e constituído o motivo, a causa única dos grandes movimentos(...). Por consequência, que nos cumpre? Que devemos fazer nós, professores primários? É bem claro. Trabalharmos, todos, afincadamente (...)pela nossa União, pela nossa verdadeira União, até que ela seja uma realidade»[567].

É porém no Congresso extraordinário de Lisboa em Janeiro de 1920 que, segundo Gomes Bento se dão passos decisivos no novo estilo de luta sindical. Os grandes temas deste Congresso, que anteriormente esteve marcado para Coimbra, foi a defesa intransigente das Juntas Escolares, que estavam a ser postas em causa pelo ministro de então, num projecto a ser apresentado ao Parlamento[568]. Também *A Federação Escolar* defende as Juntas Escolares[569].

---

[566] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 358, 25 de Janeiro de 1919, "União! União!", p.1

[567] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 359, 1 de Fevereiro de 1919, "União!", p.1

[568] BENTO, Gomes- ob. cit., pp. 102 - 103

[569] A 6 de Setembro de 1919 (As Juntas Escolares) Virgínia Marques depois de descrever a escola ideal escreve: «Mas para tudo isto é conveniente, é preciso o apoio moral das Juntas Escolares. O professor não precisa só de pão, precisa de auxílio moral, e esse não pode vir de cima, tem de principiar pelos que têm obrigação de o prestar, isto é pelos próprios professores – que assim se enobrecerão a si próprios elevando a Escola e o prestígio da classe. São portanto as Juntas Escolares o organismo a quem mais compete dar o exemplo e o impulso a essa cruzada santa da união da classe em espírito, em alma, em coração. Que dêem pois o exemplo as Juntas Escolares e que para este fim trabalhem afincadamente – que elas sejam os propugnadores incansáveis e o espelho límpido da união da classe, (...)».

A 13 de Dezembro de 1919 (Será possível?): «Um projecto que não deve ser aprovado. As Juntas Escolares ameaçadas de morte. Quem acode a este desmoronar da Escola Portuguesa? O Sr. Ministro da Instrução apresentou, ou vai apresentar, ao Parlamento um projecto de lei pela qual, segundo informam os periódicos, serão extintas as Juntas Escolares, visto como a administração do ensino passará novamente para as câmaras municipais (...). Não sabemos se o projecto em referencia será ou não aprovado. Se o for, mau passo a República dá, e mais uma vez os homens do poder mostrarão uma vergonhosa inépcia, no que diz respeito ao problema da educação popular. As Juntas Escolares não devem morrer. Têm diante de si um radioso futuro, uma esplendida missão a cumprir. Com a sua existência, punham-se em prática os salutares princípios da descentralização do ensino, e chamava-se o professorado a intervir directamente nos assuntos que mais se relacionam com a escola e com os seus interesses morais e materiais, ao mesmo tempo que assumia a sua quota parte de responsabilidade (...). Isto não quer dizer, porém, que em absoluto concordemos com a organização das juntas escolares. Assim, por exemplo, nós entendemos que a sua presidência devia ser cometida ao inspector ou seu representante, matéria de legislação escolar... Mas daqui até reconhecermos a necessidade ou a pela simples razão de que o delegado da Câmara pode ser um analfabeto, quase, em conveniência da sua extinção – vai uma grande distância. Modifique-se o que não está bem, acabe-se com as anomalias, limem-se as arestas perigosas, mas – por Júpiter! – não se aniquile o que for susceptível de aperfeiçoar».

A 27 de Novembro de 1920 (As juntas): «Tem a "Federação Escolar" publicado, muitas vezes, reclamações contra arbitrariedades cometidas pelas Juntas Escolares, e, por isso, já fomos acoimados de inimigos dessas corporações, em que o professorado primário está largamente representado. Nada mais injusto. Partidários, como sempre nos manifestamos, da descentralização do ensino, estamos inibidos de tomar uma atitude hostil contra as Juntas, sob pena de cairmos na mais flagrante contradição de princípios. Jamais a nossa classe conquistou uma regalia de tamanha alcance social, como no caso presente!».

A 12 de Fevereiro de 1921 (Juntas Escolares): «Custa-nos que pelo facto de por vezes termos verberado o procedimento de certas Juntas que não cumprem a Lei ou a sofismam lamentavelmente, alguém nos suponha inimigos dessas corporações apesar de as considerarmos – desde a primeira hora – uma das maiores conquistas da classe, e já lá vão cinquenta anos depois que ela começou a formular reclamações dos poderes públicos. Não nos compreenderam, esses que tal juízo formaram a nosso respeito. Justamente porque as vemos com uma simpatia muito especial é que nos revoltam os casos – felizmente esporádicos – aqui

Surgem porém discórdias como a seguir veremos, entre *A Federação Escolar* e o Conselho Central da União do P.P.P. quanto ao local da realização do Congresso: Esta marca o Congresso para Lisboa ao passo que o periódico prefere Coimbra em virtude da maior proximidade do Porto.

A 20 de Dezembro de 1919 Saturino Neves escreve: «É mister que o próximo congresso seja em Lisboa e não em Coimbra, como estava projectado, porque ali mais perto estamos do Poder Legislativo e mesmo poderemos contrariar os prejudiciais desejos de Suas Excelências. Que nenhum núcleo deixe de se manifestar nesse sentido e que todos se façam representar nessa grande reunião impondo-se pelo número e pela qualidade. A Lisboa, pois, com os olhos fitos num ideal donde sairemos vencedores»[570].

No mesmo número, em Nota de Redacção *A Federação Escolar* comenta: «Pela muita consideração que nos mereceu o seu autor e porque julgamos o assunto do maior interesse para a classe, publicamos o artigo supra, apesar de não concordamos com a ideia de que o Congresso se realize em Lisboa. Não. Em Coimbra é que ele deve efectuar-se, conforme determinou o C.C. da União. E deve ser lá, porque é o ponto mais central do país, onde o professorado, com mais facilidade, poderá acorrer. É preciso que essa união seja concorridíssima, para que as suas resoluções se imponham aos poderes constituídos. Se for em Lisboa, como Saturino Neves pretende, grande parte do professorado do Norte ver-se-á na impossibilidade de comparecer»[571].

Mais adiante pode ler-se que o Congresso esteve inicialmente marcado para Coimbra e verifica-se o início das hostilidades entre *A Federação Escolar* e o jornal da União: «Pelo artigo do nosso ilustre colega Saturino Neves e pelo que diz sobre o assunto o órgão do C. C. da União, sabemos que vai ser convocada a classe para uma reunião, que deve efectuar-se em Coimbra, nos dias 3 e 4 do próximo mês de Janeiro. Oficialmente, porém, nada nos consta, por isso que os dirigentes do movimento não se dignam informar-nos de coisa alguma[572], apesar de saberem que "A Federação Escolar" é o jornal de classe que maior número de assinantes conta. Apontamos o facto para que se aprecie a lealdade do C. C. da União – e não porque nos magoe a sua atitude, tanto mais que não ofende quem quer... e não é costume nosso esgrimir com moinhos de vento ou coisa parecida»[573].

---

apontados em diversos números, de ilegalidades cometidas, com a colaboração e consentimento de professores, que deviam ser os mais fervorosos paladinos dos nossos direitos e dos supremos interesses do ensino.»

[570] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 403, 29 de Dezembro de 1919, "Colegas: União!", p.1

[571] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 403, 29 de Dezembro de 1919, "Nota de redacção", p.1

[572] Devido ao jornal da União – *O Professor Primário*

[573] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 403, 29 de Dezembro de 1919, "A Federação" e o "Conselho Central", p.1

Controvérsias à parte, o certo é que o Congresso foi bastante concorrido e animado como demonstram os artigos de 3 de Janeiro de 1920[574].

Apesar do sucesso relativo, durante o Congresso de Lisboa o C.C da União demite-se e a 17 de Janeiro de 1920 Canhão Junior defende-se de ataques dirigidos ao C.C.: «Desde a sua fundação a União jamais deixou de progredir. Lentamente, sim, e à custa de muitos esforços, mas avançando sempre. Foram as nomeações sem concursos para as Escolas Primárias Superiores a razão principal dos ataques à União, pelo facto de terem sido nomeados alguns membros do Conselho Central da União. Membro do C. C., nomeado para uma Escola Primária Superior, embora tivesse tranquila a minha consciência e intacta a minha dignidade, quis no entanto considerar-me réu no momento do Congresso. Para quê? Justamente para fazer doutrina. Para mostrar que aquele que pela União tem despendido os seus melhores esforços desde que entrou no magistério, aceitaria uma condenação, contando que ela tivesse a virtude de fazer subir mais alto a ideia pura da União. O mesmo fez colectivamente o C. C. da União apresentando ao Congresso o pedido da sua demissão»[575].

No mesmo número Saturino Neves insiste: «Acabou-se o Congresso e, apesar de, a meu requerimento, se resolver aumentar o número de sessões, houve assuntos que não foram discutidos, outros ainda que não ficaram suficientemente esclarecidos. Apenas o assunto "Juntas Escolares" foi regularmente tratado e cabe aqui o meu agradecimento à classe por ter acorrido ao meu apelo promovendo que o Congresso se realizasse em Lisboa e aprovando que esse assunto fosse falado na 1.ª sessão»[576].

O Congresso veio, sem dúvida, trazer mais a união e força ao ponto de finalmente em Março, os professores primários acabarem, pela primeira vez na história do seu sindicalismo, por ir para a greve, não por causa das Juntas Escolares, que entretanto tinham sido mantidas, mas pelo combate contra a carestia de vida e em solidariedade com os demais trabalhadores da função pública.

Os Sindicatos do Funcionalismo Público acabariam por chegar a uma plataforma de compromisso com o Governo. Este sucesso na abertura da União ao Sindicalismo Operário em vez do que acontecera anteriormente não causou qualquer cisão no

---

[574] A 3 de Janeiro de 1920 Canhão Júnior escreve sobre o Congresso: «Há quase dois anos que se fundou a União e ao mesmo tempo que ela espera, ansiosa, por vós. Acaba de terminar o congresso extraordinário da classe. Foi o mais consciente e enérgico dos que se têm realizado. Secundado a voz do Conselho Central, todos os delegados, de pé, numa aclamação unânime, sincera e fraternal, fizeram calorosos votos por que o professorado do Porto se junte, sem demora, a todos os núcleos já federados».

No mesmo número ainda sobre o Congresso pode ler-se: «Realizado em Lisboa, com uma numerosíssima assistência, foi uma brilhante afirmação da vitalidade da Classe. As Juntas Escolares defendidas *à outrance* pelo professorado. Bases em que deve assentar a descentralização do ensino. Viva a União da Classe!». De seguida é descrito o Congresso.

[575] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "União: o último Congresso", p.1

[576] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Através do Congresso", p. 1/ 2

movimento sindical dos professores. Contudo, a discussão entre anarquistas e conservadores vai constituir um dos centros de debate no IV Congresso, realizado no Porto em Agosto de 1921.

O 4.º Congresso realizado no Porto, de 2 a 4 de Agosto de 1921, marca o começo de sisões ideológicas no seio dos professores federados. Os que estão ligados ao sindicalismo operário defendem que o único caminho a seguir está numa associação sindical forte. *A Federação Escolar* critica duramente este congresso, não apoiando o Conselho Central da União reeleito que apoia claramente a corrente do sindicalismo de esquerda. Assim, a 6 de Agosto de 1921 pode ler-se: «Assistimos a todas as sessões do Congresso que acaba de realizar-se, promovido pela União do Professorado Primário Português. Não são evidentemente lisonjeiras as impressões que colhemos no decorrer dos trabalhos. Houve uma certa incoerência, afirmaram-se princípios com os quais a comunidade não pode, de certo, solidarizar-se; a precipitação com que o *certamen* (no original) foi organizado fez-se sentir nos resultados gerais»[577].

A 15 de Outubro de 1921 Canhão Júnior, continuando as críticas, escreve que não o deixaram exprimir a sua opinião durante o Congresso, o que nos leva a concluir que não teria sido de todo um congresso democrático: «Propenso a idealismos, eu tive um dia um sonho: ver unido o professorado primário português para defender a Escola do Povo, marchando na vanguarda das ideias redentoras da Humanidade. Assim me sinto eu involuntariamente ligado aos tristes dias que vem vivendo a União do Professorado Primário Português. (...) se a indignação da Comissão Executiva, amordaçando-me no órgão da União para que eu não pudesse patentear o que havia de abusivo, de inconsciente e de podre no seu acto das eleições, me fez entristecer profundamente; se a mordaça que a Comissão Executiva levou a efeito contra mim no congresso do Porto, violando os estatutos da União e aproveitando e cultivando ódios infames, me revelou a vileza e cobardia de antigos companheiros que amei (...); se como resposta final, sintética e eloquente à luta de princípios que eu vinha sustentando, defendendo a União de António Maçanas e Virgílio Santos contra a União de Manuel Barroso e Saturino Neves, eu vi alçado sobre a minha cabeça o cacete encastoado e brunido do Secretário Geral da União do Professorado Primário Português (...). No uso de um direito incontestável, que nenhum homem de nobreza poderia negar, (...) eu quis no congresso do Porto falar do que foi, do que era e do que deveria ser a União do Professorado Primário. A Comissão Executiva ou porque me tinha ódio, ou porque tinha medo que eu

[577] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 485, 6 de Agosto de 1921, "O Congresso", p.1

discutisse os seus actos, ou pelas duas razões ao mesmo tempo (..) não me deixou falar ali como o fizera já no órgão da União»[578].

A 24 de Setembro de 1921 o governo dando mostras de discórdia com a União leva *A Federação Escolar* ao seguinte comentário: «O Sr. Silva Barreto deu-lhe agora para barafustar contra o professorado primário, já como seu acusador no Senado, sob a forma de um libelo respeitável. Já como autor ou instigador daquelas célebres circulares e de outras belezas congéneres que, há certo tempo a esta parte, têm caído, destrambelhadamente, sobre a escola de ensino primário geral, convertendo-a num verdadeiro caos! Bolchevistas os professores? Talvez, Sr. Barreto. Mas isso deve vir já de longe, porque, segundo uma frase atribuída ao falecido estadista, Lopo Vaz, "os professores primários são uma classe perigosa que é preciso trazer vigiada pela policia!... Nós, porém, não precisamos disso. Temos o cepticismo colhido nos muitos desenganos da vida. Não Sr. Barreto. O professorado primário, como muito bem e com verdade lhe replicou o Sr. Dr. Júlio Dantas, "mantém dentro do respeito devido à lei, à Constituição e à ordem social.". Do que ele carece é dum bocadinho mais de carinho e de consideração por parte dos seus superiores hierárquicos, para que a sua acção no progresso moral do país seja mais profícuo, e não de irritabilidades descabidas que o desprestigiam na opinião pública e lhe rebaixe o ascendente moral na família dos seus alunos – o que é mau, muito mau! Depois o Sr. Silva Barreto estranha que os trabalhos do Congresso do Porto corressem tumultuários. Isso não deveria admirar a S. Ex.a, nem a ninguém. Os professores primários são homens e, como tais, sujeitos ao contágio geral. Isto é, se o Congresso do Porto foi, por vezes tumultuário, isso, a nosso ver, não foi mais que o reflexo da desorientação que caracteriza a sociedade actual. Pois então que temos nós visto nos Congressos de outras classes e, designadamente, no próprio Parlamento Nacional? Por vezes, sessões extraordinariamente tumultuosas, murros sobre as carteiras, os parlamentares amarfanhando-se, cenas de pugilato nos Passos Perdidos, desafios para duelos – o diabo, numa vergonha!» [579].

Apesar deste ataque ao governo, a 18 de Março de 1922 regressam as críticas de *A Federação Escolar* à União dos P.P.P. pelo facto de não ser informada dos acontecimentos, o que enfraquecia o movimento sindical: «Toda a gente sabe que hoje a classe se encontra devidamente federada, sob os auspícios da União P.P.P., tal acontecimento foi determinado pela reunião de Aveiro, em 1917, a que assistiram 400

[578] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 495, 15 de Outubro de 1921, "União – para a história: A mordaça do Congresso do Porto", p.1
[579] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1921, "Má vontade", p.1

professores, aproximadamente, reunião que "A Federação Escolar" promoveu, depois de se terem organizado, a instâncias do nosso jornal, 51 núcleos concelhios. Dessa Assembleia Magna saiu uma grande comissão encarregada de continuar a obra por nós encetada, até que em Junho do ano seguinte se realizou em Lisboa outra grande reunião, ficando nessa altura eleito o primeiro Conselho Central. Em virtude dos estatutos por que se tinha de reger esse novo organismo da classe, começou a publicar-se "O Professor Primário", órgão da União, jornal que era e é distribuído grátis por todos os associados. Parece, efectivamente, que uma certa atmosfera de desconfiança envolvia "A Federação" por isso que a Comissão Executiva, do alto do seu castelo feudal, não se dignava tomar em consideração a nossa existência, fazendo caixinhas das suas resoluções, não fornecendo nenhuma nota oficiosa, para que a classe em geral delas tomasse conhecimento e conhecesse a sua benéfica acção, em favor dos interesses dos professores. Dava-se até o caso de nos vermos obrigados a solicitar, quase como uma esmola, um cartão de admissão às reuniões da classe promovidas pelo Conselho Central. Resultado: chegarmos nós à conclusão de que à Comissão Executiva só convinha a existência de "O Professor Primário" e que por consequência eram afastados sistematicamente os outros jornais da classe e os professores não federados. Daí, certas desinteligências que se deram, maus entendimentos que se registaram, falta de unidade de acção enfim, que só prejudicou a classe e nos enfraqueceu a todos. Ninguém mais do que nós lamentava este estado de coisas, mas para que se não dissesse que nós precisávamos da protecção do Conselho Central da União, para assegurar a existência do nosso jornal, que é a mais desafogada possível, deixamos correr os marfins, tanto mais que não tínhamos sido nós os provocadores da desunião. Ultimamente porém, começamos a receber de todos os pontos do país cartas de colegas, amigos nossos, lamentando que esta cisão se mantivesse num pé de irredutibilidade que muito poderia prejudicar os interesses da classe. Reconhecemos mais uma vez a razão que lhes assistia e prometemos desde logo acabar com esta, desinteligência, propondo ao Conselho Central, aos colegas na imprensa pedagógica e à classe em geral, uma espécie de plataforma, dentro da qual nós nos pudéssemos entender, a fim de que se estabelecesse uma frente única, cuja direcção seria confiada ao Conselho Central, e na qual nós ocuparíamos o lugar que nos fosse destinado»[580]. *A Federação Escolar* compreende pois que, só unida, a classe pode responder aos ataques do governo e não só.

[580] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 517, 18 de Março de 1922, "União da classe", p.1

Entre 10 e 12 de Agosto de 1922, a União volta a promover um Congresso em Coimbra. Segundo Áurea Adão nesse Congresso porém, os dirigentes adoptam uma atitude mais moderada. O programa do congresso seguinte não contém assuntos susceptíveis de controvérsia (...). Os 300 congressistas aprovam, no início dos trabalhos, uma moção em que preconizam a abstenção de discussões de cariz político (...)»[581].

A 26 de Agosto de 1922 publicam-se as reacções ao Congresso: «Fomos, e não demos o nosso tempo por mal empregado. Verificamos que o professorado começa a ter a noção clara do perigo que o ameaça. Muita ordem, e um grande desejo de apresentar alguns trabalhos que nos dignificassem aos olhos do público. Os rapazes da União, isto é, os da Comissão Executiva, vão obtendo, dia a dia, um conhecimento perfeito da enorme responsabilidade que lhes acarreta o lugar que ocupam, vão pisando com segurança o caminho que lhes foi demarcado – o que fez esquecer à classe algumas faltas cometidas por eles, na melhor da boa fé, convenhamos. Não temos dúvidas portanto em acamaradar com aqueles que cegamente confiam no tino orientador do Manuel Barroso, do Saturino Neves e outros, que à causa da União têm dado o melhor do seu esforço»[582].

Também a 2 de Setembro de 1922 se fazem elogios ao Congresso: « Tendo ocorrido com muita ordem e submetendo-se ao exame e discussão dos congressistas trabalhos dum largo alcance pedagógico e... moral, não se podiam fazer esperar os seus magníficos resultados»[583].

A este congresso segue-se um período de associativismo mais moderado na medida em que as actividades dirigem-se para a defesa dos professores sem colocação, para a reivindicação de melhores vencimentos e para a discussão de um projecto de Escola Única e cujas exposições são apresentadas aos meios governamentais num espírito de entendimento e concordância de pontos de vista. A corrente pedagógica progressista impõe de novo a sua influência durante os trabalhos do 7.º congresso, realizado em Braga em 1924, quando faz aprovar o projecto de "Bases da Nova Reforma" da autoria de João Camoesas, que entretanto já não estava no governo.

Relativamente ao 7.º Congresso da União onde se iam fazer eleições *A Federação Escolar* critica a possibilidade da reeleição do secretário-geral da União (Manuel Barroso) a 30 de Julho de 1924: «(...) que nos parece ter-se perturbado demais a laboração dos cérebros com a insistência com que se pretende pôr em primeiro plano a

[581] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 272
[582] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 540, 26 de Agosto de 1922, "O congresso de Coimbra", p.1
[583] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 541, 2 de Setembro de 1922, "Ainda o Congresso de Coimbra", p.1

eleição do secretário geral da União. E não deixa de ser curiosa a infantilidade com que, de vários pontos do país, se manda para os jornais da classe a afirmação de que o actual secretário, que já o é há 3 anos é insubstituível. Energético? Trabalhador? Sim. Mas onde está a prova da insubstitubilidade? Qualquer professor, olhando-se nos serviços que tem prestado ou poderia vir a prestar à classe se para isso tivesse ensejo, pode considerar-se ofendido por o julgarem incapaz daquilo para que talvez se sinta com sobejas forças. E já não falamos no que pode representar de inferior, sob o ponto de vista sociológico, este facto deprimente, só peculiar às multidões incultas, de considerar como messias o primeiro homem que pratique dois ou três actos de algum relevo na vida de uma colectividade. A não ser que estejam convencidos de que Manuel Barroso, um bom elemento, seja o melhor de todos, mesmo sem esperar que a experiência demonstre outras competências. O nosso voto, como associados, há-de recair sobre quem possa, com competência, dar descanso a Manuel Barroso, sem deixar diminuir o nosso prestígio associativo»[584].

A 6 de Agosto de 1924 Manuel Barroso responde: «Concordo absolutamente (...). Assim é que está inteiramente certo. Em Braga defenderei o vosso ponto de vista por ser o único que convém ao prestígio da nossa Organização Associativa, à qual tenho dado sempre e continuarei a dar todo o meu ardor de combate sincero, franco e leal»[585].

De seguida *A Federação Escolar* comenta: «Estamos absolutamente convencidos de que é sem a menor reserva mental – que alguns, decerto, lhe julgarão neste caso – que Manuel Barroso nos diz o seu modo de ver. Estamos convencidos, como afirmámos, de que Manuel Barroso pensava como nós, e ainda que foi confirmado o nosso acerto. A opinião que manifestámos, é aquela que nos dita a nossa consciência e nada nela influi que não fosse o cumprimento do nosso dever de associados. Não vemos homens, vemos a Instituição. No acto da votação levaremos em conta a situação da terra em que resida o colega que elegermos e saberemos evitar que daí resulte incompatibilidade com o bom desempenho do cargo de secretário geral. Nestas condições ainda temos uma centenas de professores entre que possamos fazer a nossa escolha. Que a classe fará pleno uso do seu critério livre, é caso para nós assente. E também sabemos, e estimamos até, que todos aqueles que não concordarem com o nosso modo de ver, saberão pô-lo de parte e

[584] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 640, 30 de Julho de 1924, "O Congresso", p. 1
[585] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 641, 6 de Agosto de 1924, "Ao Congresso", p.1

agir livremente. É assim que nós faremos, é assim que reconhecemos aos outros o direito de o fazer. Avante pela União!»[586].

Apesar da controvérsia em torno da possível reeleição de Manuel Barroso, o que é certo é que o congresso se realiza, e pelos vistos com enorme vitalidade, como se pode ler nas reacções ao mesmo. A 13 de Agosto de 1924 pode ler-se o seguinte: «A classe do Professorado Primário acaba de fazer uma das suas grandes afirmações de vitalidade. Este Congresso foi uma eloquente demonstração de quanto Ela vale e quanto há a esperar da sua competência e da sua iniciativa! Viva a Classe do Professorado Primário Português! Viva a União!»[587].

A 27 de Agosto de 1924 continua-se: «Foi, sem dúvida, uma demonstração de vida agitada e impaciente da classe. Agitação e impaciência que, por vezes, como no *certamen* (no original) de agora, perturbam a serenidade na resolução madura de questões e problemas? Sem dúvida. Porém, como não tolerar que assim seja, se, para resolver os problemas da educação não só temos de contar, exclusivamente, connosco, como, temos de desbaratar o maior das nossas energias no combate a tantos e tão formidáveis elementos que contra nós se congregam e que ninguém, senão nós procura vencer? E no entanto, ainda neste Congresso, muito se cuidou da Escola e dos seus problemas. Do professor ... pensou-se bastante no seu futuro – o que é para louvar. Porém, do presente, deste inferno (...)nada, ou quase nada. Revelou-nos, este *certamen* (no original), que o professorado primário português se continua afirmando admiravelmente em evolução intelectual. Mas revelou-nos também que a classe sempre que pode fugir, por mais admirável que seja, a um pouco do desvario que lhe vem da sua vida, tempestuosa de dificuldades e eriçada de problemas por resolver. E assim é que, julgando ser esse o melhor caminho para a solução das questões desta hora desvairou e perdeu tempo, energia, sossego e elevação em eleições para cargos associativos, revelando paixões pessoalistas que poderiam constituir uma surpresa para quem estivesse habituado a ver, nos congresso, decorrer as questões com edificante isenção. Neste capítulo de eleições não vingou o modo de ver de que "A Federação" se fez eco mesmo às portas do Congresso. Nem por isso deixamos de nos conformar com a soberania das nossas Assembleias, embora estejamos sempre dentro do mesmo modo de ver e continuemos emitindo o parecer de que não se seguiu, neste ponto, o caminho que mais convém a uma classe que tem altíssimas e urgentes reivindicações materiais a

[586] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 641, 6 de Agosto de 1924, "Ao Congresso", p.1
[587] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 642, 13 de Agosto de 1924, "O Congresso de Braga", p.1

conseguir. De resto a classe continuará singrando o caminho da perfeição associativa, a despeito de um ou outro erro, inevitável na obra dos homens»[588].

Apesar das críticas, *A Federação Escolar* a 11 de Junho de 1924 reafirma a força da União dos P.P.P.: «Há quem apregoe que no horizonte da nossa União se pressente a ameaça de algumas nuvens negras (...). Não, professores! Não vos assusteis. A borrasca passará ao lado e nem sequer se fará sentir no funcionamento da nossa engrenagem associativa, a não ser para mais a avigorar. Por isso, colegas intemeratos e desassombrados que nos escutais: Caminhai serenos, que a União, que jamais sucumbirá, vai triunfante. Esforçar-nos-emos, apenas, por que Ela seja de cada vez mais uma União sem fetichismos, uma União sem idolatrias messiânicas, uma União sem incondicionalismos pessoalistas e basbaques, uma União de todos e não de meia dúzia,, uma União intelectualizada, homogénea, inteira, forte, superior, activa, fecunda, dominadora!»[589].

A 9 de Julho de 1924 *A Federação Escolar* critica mais uma vez a União e em particular Manuel Barroso – o seu secretário-geral, anunciando a sua saída da União: «Temos em nosso poder várias diatribes contra a Comissão Executiva da União. Conhecemos factos discutíveis da mesma Comissão Executiva. Temos um manifesto do Grémio de Lisboa em cujas entrelinhas se descobre o que a classe não sabe. Tudo deixamos sem publicação, para ver se o congresso de Braga seria capaz de remediar o mal! Mas eis que nos surge o Sr. Manuel Barroso, inopinadamente, a jogar-nos insultos num artigo de resposta às considerações que lhe fizemos há mais de um mês. Ora não queremos nós contribuir para fomentar a desunião, mas não sofrendo à boa mais estas impertinentes arremetidas do Sr. Barroso, vimos pedir aos nossos assinantes a fineza de nos indicar o melhor caminho a seguir, como jornalistas, visto que, como associados, só temos um a seguir imediatamente – a saída do Grémio de Gaia e, consequentemente, da União!»[590].

A 23 de Julho de 1924 *A Federação Escolar* confirma a sua demissão do Grémio de Gaia e consequentemente da União, mais uma vez em desentendimento com Manuel Barroso: «Conforme a resolução indicada no nosso editorial do n.º637 apresentámos ao Grémio de Gaia o pedido de demissão acompanhado da exposição seguinte: Não é sem grande mágoa que nós temos de deixar este Grémio onde ficam pedagogos do nosso humilde esforço associativo. Antes de o fazermos, porém, queremos de vós uma

[588] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 644, 27 de Agosto de 1924, "Impressões do Congresso, p. 1
[589] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 633, 11 de Junho de 1924, "União!", p.1
[590] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 637, 9 de Julho de 1924, "A classe", p. 1

pequena recompensa qual é a de fazerdes constar da acta desta Assembleia Geral os motivos que nos levaram a assim proceder. Como sabeis, era pequena e pouco sensível a nossa acção associativa, mas foi quanta pudemos desenvolver. Éramos então (Grémio de Gaia) independentes da União do P.P. Português, já por termos existência mais antiga, já porque nos bastávamos nas reclamações locais. Começou a correr a opinião de que o Grémio devia filiar-se na União e nós, como soldados disciplinados, lá fomos por deliberação tomada em Assembleia Geral. Parece que isto devia constituir um grande acontecimento na vida da União (...) Tal não sucedeu! No congresso de Leiria tivemos até a impressão de que os dirigentes do mesmo nos menosprezaram, pois, não tendo o relatório oficial a nossa filiação, ainda se esqueceram de honrar o Grémio de Gaia com um simples lugar de representação. O Secretário Geral da União, ou antes, o Sr. Manuel Barroso, esquecendo-se por completo de que éramos associados deste Grémio e ignorado lamentavelmente o pouco que dentro dele praticamos, começa de criticar-nos pela nossa acção jornalística que, não podendo, de forma alguma, ser a acção do Grémio dos Professores Primários Oficiais de Gaia, era no entanto a acção de quatro dos seus associados. Nesta dupla situação de jornalistas e associados, víamo-nos na dura contingência de sofrer as impertinências do Sr. Barroso e... tal como o outro, ainda na de termos de ajudar a pagar, com as nossas cotas, o papel em que no-las dirigia. Ultimamente, num artigo que nos enviou, não querendo limitar-se a destruir as nossas afirmações a seu respeito, o que lhe não era defeso, julgou-se no direito de nos ofender com as seguintes palavras: "atentado às praxes jornalísticas, o apoio que "A Federação Escolar" me dava... pareceu-me jogado com um pau de dois bicos!" Isto é: o Sr. Barroso palavreou o mais que pode para nos chamar incorrectos e impostores! (...) também a atitude do Grémio de Gaia participa da imposturice que o Sr. Manuel Barroso vê em tudo o que não seja um servilismo. Deste modo não podemos continuar no Grémio de Gaia de que nos despedimos com mágoa mas revoltados. Depois de lida e apreciada , o prof. António de Almeida Brás, em palavras que muito nos penhoraram, recorda a nossa acção associativa dentro do Grémio que desde 1915 vem pugnando pelos interesses morais e materiais do professorado de Gaia, e apresenta verbalmente uma moção pela qual o Grémio nos recusa a demissão e nos pede que aguardemos o Congresso de Braga depois do que voltará a apreciar a nossa atitude. Esta moção foi votada por todos os presentes excepto por nós. Na Sexta-feira recebemos da C. Executiva da União igual pedido no ofício que se segue: Perante o editorial do n.º 637 (9 de Julho de 1924) de "A Federação Escolar" vimos pedir que desistais de abandonar a União pelo menos até ao

Congresso de Braga, o qual saberá fazer justiça; bem como que publiqueis tudo o que houverdes por bem contra a Comissão Executiva, pois desejamos que a verdade triunfe sempre para prestígio da União e da Escola»[591].

De seguida, continua *A Federação Escolar*: «De vários colegas recebemos iguais indicações que muito agradecemos pela sinceridade com que no-las deram. A ser assim, aguardamos o Congresso de Braga onde muito desejaríamos que fossem estabelecidas, no estatuto da União, as obrigações e direitos de toda a imprensa pedagógica. Esta nem sequer tem a honra de ser considerada congressista! Quanto ao pedido de publicação que nos faz a C. Executiva temos a dizer-lhe que não lhe fazemos a vontade, porquanto assim o tínhamos resolvido antes de recebermos o artigo de Manuel Barroso. O que publicamos neste número é o referido artigo, deixando ao seu autor o procedimento que a sua linha de conduta lhe aconselhar»[592].

Entretanto a União é alargada aos professores dos outros graus de ensino primário, passando a chamar-se União do Professorado Primário Oficial do Ensino Geral e Infantil e seja por este ou outro motivo endurece a partir de agora a sua atitude para com os governantes. Como diz Áurea Adão, «numa época em que o regime republicano democrático está em perigo, as divisões e os desentendimentos no seio do professorado acentuam-se e os ataques aos dirigentes sindicalistas tornam-se cada vez mais duros. Em Outubro de 1924, o Governo instaura um processo disciplinar ao secretário-geral da União, Manuel Barroso. Trata-se da primeira tentativa organizada por um governo republicano para enfraquecer o movimento sindical dos professores.

Por outro lado, no início do ano de 1925, os sucessivos governos republicanos, no meio da maior instabilidade parlamentar e política, cada vez afundam mais a educação popular e decidem contra os interesses do professorado, o que vem fragilizar ainda mais a classe e exigir um novo impulso no movimento sindical»[593].

No dizer de Gomes Bento«na sessão do Conselho Federal da União de Janeiro de 1925 constata-se uma série de medidas governamentais que vão ferir gravemente os objectivos democráticos da escola primária: uma nova lei ao inquilinato, que prevê que as casas alugadas pelo Estado sejam despejadas por falta de pagamento da renda, põe em risco o encerramento de centenas de Escolas; os atrasos nos pagamentos dos vencimentos acentuam-se; extinguem-se as Juntas Escolares pelas quais os professores

[591] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.°, n.° 639, 23 de Julho de 1924, "Expectativa", p.2
[592] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.°, n.° 639, 23 de Julho de 1924, "Expectativa", p.2
[593] ADÃO, Áurea –ob. cit, p.273

tanto tinham lutado[594] e que constituíam uma forma de participação democrática destes na administração do ensino.

Entretanto, um grupo de professores de Lisboa provoca uma cisão no grémio da cidade, conseguindo fazer aprovar por 36 sócios num total de 300, numa assembleia de legitimidade duvidosa, a decisão de esta associação de professores se desligar da União. Os professores que todavia não aceitam esta decisão acabam por fundar o Núcleo Escolar de Lisboa, federando-o na União»[595].

Um pouco surpreendentemente, quanto a nós, *A Federação Escolar* critica a atitude destes professores que provocaram a cisão do Grémio de Lisboa a 14 de Janeiro de 1925: «Os exageros são sempre prejudiciais, seja em que caso for. (...)Assim, e concretizando, o Grémio de Lisboa, cego por uma ideia sua que obstinadamente segue, a nada atende mais que ao amor próprio das suas opiniões e não hesita perante os prejuízos morais que poderá acarretar à classe a sua desfiliação, consumada, talvez, sem um assomo de límpida reflexão, intolerantemente, inferiormente, sem uma conveniente noção do que sejam as responsabilidades colectivas. Deplorável exagero que não era de esperar de espíritos cheios de tantas noções. Isto por um lado. Pelo outro, os que, pondo de parte o caminho único a seguir nestas síncopes da vida associativa – o caminho da consolidação por meio da mútua transigência e das palavras convincentes, suavizadoras, com que muitas vezes se resolvem em bonança as maiores tempestades – se servem da acrimónia, da verrinha e, quase, do insulto, caem num deplorável exagero da consequências igualmente ruinosas. Os deste lado continuam ferindo mal a nota de que andaram menos lealmente os que, no último Congresso, se manifestaram contra mais uma reeleição do secretário geral. Ainda aqui um erro de doutrina absolutamente condenável, já não dizemos um propósito de descortês intolerância, que é o mais forte estorvo da felicidade na terra. Nós sentimo-nos atingidos por tais alusões, pois fomos

[594] A 27 de Maio de 1925: «Quem nos dera não ser, neste momento, professores primários para escrevermos, (...), uma epopeia de estalidos nas faces cinicamente vincadas dos nossos inimigos. Assim temos de comprimir a nossa indignação dentro dos limites hipócritas que a sociedade nos impõe e a que ela chama as suas conveniências. Serenemos, pois. Á mesma hora em que o nosso jornal saía para o correio anunciando a milhares de professores a confiança que tínhamos nas palavras de S. Ex. os Srs. Xavier da Silva e Costa Cabral, entrou-nos pela redacção dentro o "bobo" Diário do Governo a guizalhar risadas de escárnio e a chamar-nos papalvos! Papalvos, sim! Que acreditamos naquilo em que qualquer cabo de ordens analfabeto e bisonho não acreditava. Mas recordemos as palavras porque é conveniente que elas fiquem impressas no mesmo jornal em que um decreto as contradiz. Disse o Sr. Ministro: "Com o auxílio do Sr. Director Geral espero prestigiar o professorado conferindo às Juntas Escolares mais amplas atribuições e a autonomia que lhe têm negado. O que S. Ex. não esperava, naquela ocasião, era vir a ser ditador... O que já tencionava era não cumprir o que afirmou. O decreto que extingue as Juntas Escolares e concentra as inspecções, à parte a afronta que representa para oito mil professores, é constitucionalmente um abuso, moralmente uma aberração, economicamente um erro e juridicamente uma ilegalidade.».

A 17 de Março de 1926: «Não há aí ninguém que seja capaz de pôr em dúvida a primazia que a um de nós cabe na defesa destas corporações administrativas do Ensino. (...) Pois bem! Ainda hoje mantemos o mesmo critério no que diz respeito à conservação e defesa das Juntas Escolares – única fórmula administrativa compatível com a dignidade da classe! A extinção das Juntas Escolares foi uma bofetada traiçoeira jogada às faces da classe com um cinismo arrepiante de ditador sem escrúpulos.».

[595] BENTO, Gomes- ob. cit., p.112

contrários à discutida reeleição. É ou não verdade que, dada a incompatibilidade entre o secretário geral e a repartição de contabilidade, a classe seria melhor servida com uma substituição?»[596].

Apesar deste e de outros incidentes, e apesar dos constantes ataques desferidos pelo governo, o certo é que o movimento sindical se desenvolvia.

Porém, as relações de *A Federação Escolar* com a União continuam a deteriorar-se ao ponto de a 7 de Janeiro de 1925 ter pedido um esclarecimento à União sobre o papel da imprensa pedagógica: «É este um assunto que, desde o início da nossa organização associativa, devia ter ficado resolvido: - o lugar marcado à imprensa da classe, dentro da União. O elemento que mais concorre para pôr o mundo ao facto (ao corrente) do estado e da evolução de um país, é, sem dúvida, a sua imprensa. Para isso ela dispõe do dom de penetrar todos os segredos de Estado, aplicando o sexto sentido da sua rede investigadora na percepção de tudo o que possa concorrer para o bem ou para o mal desse país, orientando, profligando, encorajando, de modo a pôr sempre os actos dos governantes sob a fiscalização e apreciação dos governados. Diz-se, e muito bem, que o estado social dum povo se pode avaliar pelo número das suas escolas. O mesmo se pode dizer do valor da imprensa em cada povo. Ora esta doutrina é perfeitamente aplicável à vida das agremiações associativas, mormente da do professorado. Quem dirá que não é pela imprensa da nossa classe que o país, e até o estrangeiro podem avaliar do nosso estado e evolução mental como professores? Pois não é nela, na imprensa da classe, que permutamos e discutimos ideias não só sobre tudo que se relacione com a pedagogia em geral, mas ainda sobre o que, concorrendo, socialmente, para a nossa dignificação colectiva, consequentemente concorra para o mais completo aperfeiçoamento da grei, impondo-nos pelo pregão do nosso exemplo, do nosso valor, do muito que de nós depende e nos devem? Sem dúvida. E sendo assim, por que se espera para integrar no seu papel, que deve ser dos de maior privilégio, a imprensa da classe dentro da União? Deve ou não deve ela estar ao facto de tudo quanto interesse à consecução das nossas regalias, alvitrando, prevenindo, corrigindo, contrariando tudo o que em seu escrupuloso entender mereça ser contrariado, incitando à marcha pelo melhor caminho, pondo, enfim, este pequeno mundo que é a classe do professorado primário, ao corrente do que mais lhe convém, procurando sempre guiá-lo pela senda mais firme, desviando-o dos precipícios, acalentando-o nos desânimos, festejando-lhe as conquistas, mantendo-lhe sempre desanuviada a visão da esperança? Sem dúvida. E

[596] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13, n.º 664, 14 de Janeiro de 1925, "No meio termo está a virtude", p.1

sendo assim, parece que não deve haver reunião alguma importante, dentro da nossa associação, por mais graves e secreto que sejam os seus assuntos, a que deva assistir a nossa imprensa, que é a imprensa que só vive pela classe e para a classe. Tirá-la do lugar que aqui lhe apontamos é deixá-la, positivamente, fora do lugar que lhe compete e desarmada para a missão bem árdua, bem difícil, que lhe é imposta pela própria classe. É deixá-la numa situação de quase ridícula inutilidade, no campo associativo. Façam, pois, com que aquilo que os recentes estatutos ainda não previram seja remediado por meio duma resolução que pode bem ainda ser tomada extra-estatuariamente, pois que em nada abalará os fundamentos do nosso movimento associativo. Impõe-se que assim se faça para que as reuniões da D. Executiva, do Conselho Federal e algumas distritais mais importantes, sendo possível, se não vejam privadas do convívio da nossa imprensa e esta privada de desempenhar cabalmente algumas das suas melhores funções. Entendemos capital este caso, cuja melhor resolução só pode trazer prestígio associativo para todos nós, e vantagens para a classe que, sem dúvida – o contrário seria tremendo – confia na sua imprensa»[597].

A 21 de Janeiro de 1925 Firmino Brito da Costa responde à *A Federação Escolar*: «Coube-me a vez de receber umas palmadinhas da "Federação", embora que talvez a outrem subscritas, mas como cada um deve tomar a responsabilidade das suas acções, aceito-as, porque foram merecidas. Como vedes não pretendo justificar-me, visto que reconheço que tendes razão, que estais dentro da lógica e dos direitos e deveres associativos. No entanto, devo declarar-vos – para que tudo siga claro dentro da União – que, se como secretário do C.F., não convidei os jornais da classe a fazerem-se representar na 1.ª reunião do C.F., não foi porque entendesse que essa reunião devesse ser de caracter secreto, mas sim por descuido no desempenho das minhas funções como secretário do mesmo Conselho. E, porque assim foi, eis que me apresento como responsável da falta cometida e aceito as vossas recriminações. Dentro da nossa vida associativa não devem existir segredos para os federados, assim como os não deve haver para a imprensa da classe. Está da parte de cada um saber guardar as conveniências para nosso brio e prestígio. Falando-vos desta maneira crio indicar-vos claramente com a Federação, embora reconheça que dentro da família do professorado primário ainda não estão bem alicerçados os direitos e deveres de cada federado para com a União. Cumpre-nos a nós, corpos gerentes da União e imprensa da classe, definir e propalar os princípios sobre que assenta a nossa vida associativa para que, de facto, haja União e

[597] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 663, 7 de Janeiro de 1925, "A imprensa da classe e a União", p.1

recíproca compreensão da nossa função como professores, federados e elementos da colectividade. É assim que costumo falar como homem e como professor federado. Estará assim tudo certo?» [598].

Ficamos com a sensação, ao ler as críticas e as respostas às críticas, que há polémicas, que à primeira vista não se justificavam (tanto mais que *A Federação Escolar* quis desfiliar-se da União) e só vêm contribuir para o enfraquecimento do movimento sindical. Assim as críticas são uma constante como demonstraremos nos artigos que se seguem. A 12 de Agosto de 1925 volta-se a criticar a União desta feita a propósito do apego ao poder: «A pegajosidade ao mando origina quase sempre um mal para as colectividades que a toleram ou a fomentam. A colectividade União do Professorado Primário tem sido altamente prejudicada, há dois anos a esta parte, pela teimosia crescente dos seus dirigentes em que não querem ver na sua insubstitubilidade a causa directa de tal prejuízo. Mas não sabemos que mais condenar: se a citada teimosia, se a tolerância mais que imprópria duma Classe ilustrada e consciente. Assim como as nações substituem os seus governos quando o bom critério diplomático a isso as obriga para melhor regularização da sua vida internacional, assim a nossa União devia mudar de D. Executiva e de Secretário Geral logo que a sua permanência fosse causa duma hospitalidade constante por parte das instâncias superiores. Essa substituição em nada podia desmerecer os bons serviços que os substituídos houvessem prestado, antes pelo contrário lhos avantajava e encarecia pela comparação constante com os que fossem prestando os substitutos. Impõe-se neste momento a substituição pura e simples da actual Delegação Executiva da União»[599].

A 9 de Setembro de 1925: «A D. Executiva perdeu a serenidade, ou antes, perdeu a linha! Não tendo argumento desceu à delação, não tendo razões gagueja infantilidades, e não tendo apoio deita a mão ao pútrido esgalho dum conselho gracioso, e impertinente! Denunciou às autoridades escolares o professor, associado e delegado distrital Acácio Gouveia, infantilizou o atraso de pagamento de certos núcleos julgando talhar uma rolha sem se lembrar que lhe vai sair um batoque; e agarrou-se sofregamente à respeitável mas anti-estatual opinião da Federação Distrital (?) do Porto. Inconsciência? Não; apenas miséria.. associativa! Não é para proceder arbitrariamente que a Classe gasta com a D. Executiva alguns milhares de escudos. Não é para acusar associados que estes lhe pagam; é para os defender! Não é para apontar faltas ao Núcleos que estes se

[598] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 665, 21 de Janeiro de 1925, "Vida associativa", p.1
[599] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 694, 13 de Agosto de 1925, "A derrocada", p.1

federam; é para lhes dar exemplos de honra associativa! Não é para subordinar a sua acção ao critério alheio que a Classe lhe confiou um mandato; é para agir por conta própria, nos limites do Estatuto e sempre a favor da mesma Classe! Não, caros colegas da D. Executiva, não pode ser, nem há-de ser! Acima das vaidades, dos caprichos e das intrigas, está o prestígio da Classe! E esse prestígio só pode basear-se no respeito mútuo, na afirmação de princípios elevados, na pratica de acções nobres e, sobretudo, na demonstração irrefutável duma consciência associativa. Esta consciência não pode nem deve ser atrofiada por uma política imprópria duma Associação de Classe onde não há caciques nem votos inconscientes; onde todos tem iguais deveres e consequentemente iguais direitos; onde todos possuem igual diploma e iguais funções! A D. Executiva não pode invectivar associados para defender-se. Tem, no entanto, o dever de se justificar! É assim mesmo! A Classe não é sua escrava; é sua constituinte! E uma benévola constituinte! E uma benévola constituinte que lhe tem deixado transformar em consulado o mandato que lhe confiou. Daí até ao estoicismo de lhe tolerar impertinências, vai muito!»[600].

A 14 de Outubro de 1925: «Quanto a nós a Vida é: acção, movimento, vibratilidade, agitação, etc. A Existência é apenas; presença, materialidade e, quanto muito, vegetação! E se viver é sempre existir, existir nunca é viver! Isto vem a propósito da União do Professorado Primário Português que existe mas não vive. Cantem lá as loas que quiserem! Encham as colunas dos jornais de tropos inflamados! Epistolografem incitamentos aos Coríntios que nem por tudo isso darão um simples sinal de Vida Associativa! Esta só pode manifestar-se pela ingerência nos assuntos que representam o bem estar moral, material e profissional da Classe associada; pelo auxílio intelectual prestado às autoridades para o levantamento do Ensino Popular e prestígio do Estado; e pelo protesto altivo e consciente quando estas autoridades nos espezinhem ou aviltem a Escola! (...)Que é do auxílio da União às autoridades competentes?! Que é do protesto altivo e consciente contra o desprezo absoluto que essas autoridades nutrem e ostensivamente demonstram pela União?! Esse protesto foi embrulhado como um cigarro kentuky, num bocado de papel rasgado do Estatuto da União e salivado sofregamente na bocarra pestilenta das conveniências... associativas! Como se as conveniências da União estivessem no adiamento dum Congresso ou na quantidade dos

[600] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14.°, n.° 698, 9 de Setembro de 1925, "Miséria", p.1

congressistas! Oh! A Vida Associativa é bem mais que o pagamento de cotas (...). Não! A União não vive! A União existe apenas!»[601].

A 18 de Novembro de 1925: «Não sabemos a que mais ridículos querem sujeitar a Acção Associativa da Classe, ou seja, o agir da União: Pois que?! Assiste-se indiferentemente ao nomear de Comissões, sobre Comissões, com fins especificados e que nos dizem respeito; sabe-se da trovoada iminente de disparatadas medidas que afectam o Ensino Popular; verifica-se o propositado desprezo a que votam a nossa organização associativa, afastando-a da intervenção nas reformas; e só nos lembramos de protestar e barafustar depois do mal já não ter remédio?! Então a Reunião Magna que se devia ter efectuado oportunamente, não seriam um bom preventivo para estas ferroadas do Alto? A Classe por inabilidade associativa e por caprichosas venetas dos que a dirigem, atravessa uma crise pavorosa de chasqueantes arremetidas sem que o bom senso, ou altivez social, se contraponha ao ópio da indiferença com que a perturbam. Quem nos garante que no adiado Congresso, e protelada Reunião Magna, se não teria evitado a criação da tal Caixa de Previdência, abrindo as portas da Lutuosa a todos os funcionários?! E não seria isso de boa política associativa? Era-o, indubitavelmente. Ligados a nós pela Lutuosa, ligados os tínhamos para nos auxiliarem nas reclamações que houvéssemos de fazer! Mas não há meio de convencer tais dirigentes! Julgam-se dentro da boa doutrina e toca de remoquear os que discordam (...). Meus amigos! A União tem de orientar-se para poder orientar. Para isso precisamos consertar as bússolas, isto é, os corpos gerentes»[602].

Áurea Adão fala-nos do dito Congresso finalmente realizado em princípios de 1926: «(...) participam apenas 113 delegados de núcleos, elegem-se novos dirigentes, depois de uma discussão bastante agitada. Mas, o congresso termina em ambiente de unidade»[603]. Muda finalmente a direcção da União do P.P.P., algo que já muito *A Federação Escolar* vinha reclamando, por motivos profissionais e não pessoais conforme o artigo de 20 de Outubro de 1926:«Ainda por causa do Monstrengo, de triste memória, vai responder amanhã, no tribunal, o nosso colega e ex-secretário geral Manuel Barroso. Esperamos pela sua absolvição e registamos com prazer a solidariedade moral e material que em Coimbra lhe foi votada por aclamação. Que este gesto sirva de redenção ao deslize associativo daqueles que, ao tempo, se ...

---

[601] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 703, 14 de Abril de 1925, "Não vive, existe", p.1
[602] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 708, 18 de Novembro de 1925, "Desorientação", p.1
[603] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 274

atemorizaram. Nós, na impossibilidade de lhe tributamos apoio material, aqui lhe patenteamos a nossa solidariedade moral»[604].

Assim, a 6 de Janeiro de 1926 publicita-se a saída de Manuel Barroso nos seguintes termos: «Vida nova, pelo menos! 5 anos de administração associativa acarretam, a par de algum proveito derivado de experiência, uma espécie de autoritarismo impróprio derivado de experiência, uma espécie de autoritarismo impróprio de classes ilustradas e das democracias associativas. Esse autoritarismo, bem ou mal intencionado, leva o desânimo a uns, o amuo a outros e a indiferença a muitos. A eleição dum novo secretário geral bem como a escolha de novos colaboradores, além da esperança de novos processos de defesa dos interesses da escola e do professor, dá-nos quase a certeza do regresso dos desanimados, dos amuados e dos indiferentes. Por outro lado, os que agora depõem o seu mandato, ficam treinados para uma boa, conscienciosa e necessária fiscalização que, aliada ao capricho vigor dos eleitos, pode bem contribuir para a única aspiração de todos – a União! À parte o esquecimento dos serviços prestados, e sacrifícios monetários que ninguém quis registar, folgamos por nós, com a independência que tais factos nos conservam; pois continuaremos apreciando, livres de compromissos e com a rudeza de sempre, os actos de todos os que regem os destinos da classe! E, por tudo isto e ainda porque deliberadamente nos alheamos a tricas eleiçoeiras dos corpos gerentes, aqui registamos as nossas saudações aos que saem, e os nossos cumprimentos aos que entram na liça associativa. Viva a União!»[605].

Finalmente a paz. Se o problema de *A Federação Escolar* era o secretário-geral da União, ficara neste Congresso solucionado. Simplesmente, estes ataques e contra-ataques só viriam, quanto a nós, a retardar o movimento sindical, a enfraquecê-lo e adoecê-lo, tão profundamente que se e o Sindicalismo nos finais da República se encontrava numa situação crítica, no dizer de Áurea Adão o golpe militar de 28 de Maio de 1926 viria enterrar tal movimento[606]. Primeiro, porque o Congresso dos professores primários realizado em Agosto, já em plena ditadura, já não produziu grandes efeitos e em segundo lugar porque a própria imprensa pedagógica é silenciada por uma censura implacável.

A 15 de Dezembro de 1926: «Duma entrevista que o actual Ministro da Instrução concedeu a um jornalista de Lisboa, publicamos a seguinte passagem: "Nesta altura entrou uma comissão de duas professoras e um professor. Este, adianta-se, saca uma

[604] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 7755, 20 de Outubro de 1926, "A reunião de Coimbra", p.1
[605] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 715, 6 de Janeiro de 1926, "Vida!", p.1
[606] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 277

folha de papel e diz: Senhor Ministro! Vimos, em nome da União do Professorado Primário, cumprimentar V. Ex.a, ao mesmo tempo, pedir-lhe que aceite esta representação. Lê o papel. Votos pelo progresso do país, pela boa sorte do governo e pela depuração da República, e no fim, protesto contra vários artigos do decreto 10 706, do sr. Dr. Ricardo Jorge, referente aos inspectores primários. O que mais engulhos causou aos professores, foi a admissão de inspectores sem concurso, e os poderes disciplinares que lhes são concedidos." Quem serão as nossas colegas que fazem parte da D. Executiva? Sim, porque só esta pode falar oficialmente em nome da União. É muito grave falar-se em nome dum organismo com a responsabilidade social da nossa União. Julgamos que esta não aprovou em Congresso, os votos de boa sorte e depuração. E se os não aprovou, os seus estatutos só a autorizam a fazer votos pela boa sorte dos professores interinos sem vencimento há 3 meses, e pela depuração do ensino tão assolado por fiscais de ... grosso calibre»[607]. Pelo artigo que acabamos de reproduzir podemos concluir aquilo que já se adivinhava: a anarquia e a morte do movimento sindical.

Segundo Áurea Adão, «o último sinal da vida da União foi em Janeiro de 1927 mas que serviu apenas para apresentar queixas e lamentos. Depois, o silêncio ou os elogios à obra do estado fascista». [608] Agora já não na voz dos que tinham batalhado ao longo de tantas décadas por uma escola de e para todos, mas na voz daqueles que alinhavam com o novo poder.

1.5.5. Os professores primários e os contactos internacionais

Segundo Áurea Adão apesar de uma certa abertura dos pedagogos portugueses aos ideias da República Francesa, as ligações sindicais aos movimentos associativos internacionais são exíguas, limitando-se a alguma troca de correspondência e a permuta de publicações[609].

A Federação Escolar publica algumas notícias do movimento associativo no exterior: por exemplo, a 31 de Dezembro de 1910 o professor Manuel Antunes Amor (autor da Cartilha Moderna) escreve: «Eu conheço o papel das associações na Alemanha, onde qualquer motivo na aparência fútil é o bastante para agregar os cidadãos, quando uma voz sincera e persuasiva lhes faz ver a importância da ideia. A

[607] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 15.°, n.° 763, 15 de Dezembro de 1926, "sem título", p.1
[608] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 278
[609] Idem, p. 299

associação do professorado primário de Leipzig possui já 2 grandes prédios, 1 restaurante, 1 instituto com biblioteca e cursos de aperfeiçoamento, 1 jornal semanal, uma empresa de seguros de vida, etc.. Como é pena nós não termos quem nos intrigasse para avançarmos como os estrangeiros! Mas ainda estamos a tempo»[610].

A 21 de Janeiro de 1911 também pode ler-se: «Nas últimas férias da Páscoa realizou-se em Strasbourg um congresso promovido pela associação dos professores alemães, onde se reuniram, pela primeira vez, os professores de todos os estados do império. Numa das sessões efectuou-se uma conferência do professor Schubert, de Augsbourg sobre – Associação dos professores alemães, sua missão e seu fim. O conferente começou por constatar jubilosamente que há 40 anos que a Alcia-Lorena foi integrada na sua pátria e quase todos os seus professores se inscreveram, finalmente (em Janeiro de 1910) na sua Associação (Deutcher Lehrerverun). A história desta associação reflecte com exactidão as vicissitudes da política interna da Alemanha. Ora viveu perseguida, ora tolerada, raras vezes recebendo incentivos, conforme a tendência liberal ou reaccionária do governo. O conferente acabou por dizer: "Consciente de trabalhar pela grandeza, pela honra, pela glória da pátria e de procurar a felicidade do povo pelo aperfeiçoamento da escola, esta associação pode desdenhar dos ataques dos seus adversários e continuar a avançar resolutamente na linha de conduta que traçou." Possamos nós dizer o mesmo do Sindicato!»[611].

Se os primeiros contactos foram realizados pelo Sindicato dos Professores Primários de Portugal ao filiar-se no Bureau International des Fédérations d'Instituteurs, com a União do Professorado Primário Oficial as relações já existentes esmorecem limitando-se a uma aproximação com os professores de Brasil e de Espanha.

A 6 de Maio de 1911 são publicados os Estatutos da Junta Internacional das Federações de Professores e noticia-se a aderência do Sindicato ao "Bureau International des Fédérations d'Instituteurs" : «Numa das suas últimas reuniões a direcção do Sindicato dos Professores Primários de Portugal resolveu que esta instituição se filiasse no Bureau International des Fédérations d'Instituteurs»[612].

Também a 13 de Maio de 1911 é publicado o regulamento interno da Junta Internacional das Federações de Professores[613].

---

[610] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Os Sindicatos Profissionais", p.2
[611] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "O exemplo dos estranhos", p.1
[612] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III, n.º 121, 6 de Maio de 1911, "Estatutos da Junta Internacional das Federações de professores", p.2
[613] *A Federação Escolar*, 2.ª fase, ano III.º, n.º 122, 13 de Maio de 1911, "Estatutos da Junta Internacional das Federações de Professores, p.2

Só em 1924, quase no final da 1ª República e com o aparecimento da Associação dos Professores de Portugal, sem carácter sindical, os professores estabeleceram relações com o movimento internacional ao ponto de constituir uma secção da Internacional dos Trabalhadores do Ensino, a Associação dos Professores de Portugal de acordo com os princípios da Internacional do Ensino na qual se propunha a tal síntese entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A 3 de Setembro de 1924 o professor Gomes Belo escreve: «(...) falar do Congresso da "Associação dos Professores de Portugal", aderente à internacional do ensino, essa guarda avançada dos princípios modernos, é registar um facto transcendente, pelo humanismo da sua gestação, ainda pelo racionalismo da concepções que durante o Congresso se afirmaram, se definiram, numa lapidação eloquentíssima de verdade de beleza e ideal. A este Congresso assistiram professores de diversos graus de ensino e a sessão de encerramento na Sociedade de Geografia, onde fizeram uso da palavra as figuras mais prestigiosas e insinuantes da elite pedagógica, ainda da organização operária, a sessão de encerramento dizemos, deve ser o início duma frente única em prol da reforma João Camoesas, em prol da democratização do ensino. A "Associação de Professores de Portugal", na sua inspiração renovadora, e encerrado o seu primeiro congresso com êxito, não vai dormir sobre os louros duma suposta vitória. Enviado o seu delegado ao Congresso de Bruxelas, donde o problema internacional deve ter sido versado com interesse e profundeza, a Associação vai intensificar a sua acção por meio de Conferências, fazendo criar no espírito público, a necessidade de uma reforma da instrução que democratize o ensino, que destrua os arcaísmos e aberrações pedagógicas que para aí vegetam e imperam como princípio dominante no ensino popular»[614].

Ainda segundo a mesma autora, seja por este motivo, seja pelas críticas permanentes de que era alvo, o que é certo é que os elementos da Associação Portuguesa são presos e esta definitivamente encerrada em 1928[615].

Concluindo e traçando o historial do movimento sindical dos professores diremos que este se caracterizou por um percurso atribulado: 1.º foram as lutas entre a Liga Nacional dos Professores Primários Portugueses e o Sindicato dos Professores Primários de Portugal; 2.º As guerras entre a dita Liga apoiada pelo jornal *Educação*

[614] *A Federação Escolar*, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 645, 3 de Setembro de 1924, "Depois dos Congressos da Associação dos Professores de Portugal e da União do Professorado Primário", p.1
[615] ADÃO, Áurea – ob. cit., p. 300

Nacional e *A Federação Escolar*; 3.º a fraqueza da Associação Geral do Professorado Primário Português; 4.º as insuficiências da União do Professorado Primário Português e os abusos de poder dos seus dirigentes; 5.º as constantes guerrilhas entre esta última, o seu jornal *O Professor Primário* com *A Federação Escolar*.

Estas relações sempre tão complicadas entre o movimento sindical e o poder político, por um lado e as quezílias constantes entre *A Federação Escolar* e a União do P.P.P. por outro, só enfraqueceram aquele movimento e em nada contribuíram para a dignificação da classe docente como aliás ficou demonstrado.

Apesar de tudo isto, *A Federação Escolar* teve um importante papel no apelo à união dos professores primários portugueses e foi um fórum de discussão de problemas importantes para a classe e transformou-se por esse papel e pelo conteúdo, numa excelente fonte de compreensão do associativismo docente durante a 1.ª República.

IV Conclusões

Pensamos ter cumprido o objectivo inicialmente proposto de traçar as grandes linhas de evolução do estatuto sócio-profissional do professor primário em Portugal durante a 1ª República aos olhos de *A Federação Escolar*.

Quando se instaura a República são grandes as esperanças que se depositam no sentido da melhoria das condições de vida e de trabalho dos professores primários já que eram imensas as suas preocupações no que se refere, por um lado, ao seu estatuto e à sua formação e por outro, ao papel da escola como garante do futuro da Nação. Com a mudança de regime porém pouco se alteram as suas condições de vida mantendo-se sempre precárias. A profissão docente depende inteiramente de uma legislação dispersa, ambígua e pouco divulgada, susceptível de interpretações e de aplicações arbitrárias, a qual se altera com frequência consoante a publicação de circulares ou despachos governamentais.

Assim, os professores primários sentem-se pouco motivados para a sua actividade, dada a grande insegurança social, as desigualdades materiais comparativamente a outros docentes, a outras profissões e a outros professores no exterior, com a agravante das formações inicial e contínua deficitárias, as aulas superlotadas e os estabelecimentos de ensino com péssimas condições físicas, materiais e sanitárias; tudo isto impediria toda e qualquer tentativa de inovação pedagógica. O baixo estatuto social da classe, devido a uma política económica gravosa, aliado ao seu fraco espírito associativo, condenariam igualmente logo à partida ao insucesso as suas estruturas sindicais. As deficientes e exíguas construções escolares levaram naturalmente à desmotivação de alunos e professores que só a nobre profissão do ensinar impedia o total abandono. Só a nobreza dos professores e o mecenato impediriam a desistência. Já na Monarquia o mecenato era sob este ponto de vista extremamente importante. Veja-se por exemplo as construções escolares do Conte Ferreira a que já nos referimos anteriormente.

O contexto internacional de guerra e instabilidade internacional foi igualmente desfavorável à República e se a isso juntarmos a permanente instabilidade política e social internas e a crise económica, facilmente se pode concluir que à partida seria difícil concretização de qualquer projecto coerente de reforma, o que infelizmente viria a acontecer. O novo regime sucumbiu vítima dos seus próprios erros, mas também das circunstâncias históricas desfavoráveis em que evoluiu. As grandes esperanças

originaram grandes desilusões, nomeadamente na continuação do elevado número de analfabetos.

Mesmo assim, o que é certo é que, a República introduziu novos símbolos que o Estado Novo não chegou a pôr em causa, os quais chegaram aos nossos dias: iniciou o processo de laicização da sociedade; instaurou um clima de liberdade política como até aí nunca havia existido e apesar de tudo, o esforço em prol da instrução popular parece ter sido impressionante, embora aqui a realidade não tenha acompanhado, de algum modo, as aspirações dos seus reformadores. Foi, quanto a nós, um período de experiências para aquela que viria a ser a 3.ª República e uma semente ideológica para aqueles que mais tarde se viriam a opor ao salazarismo.

A Federação Escolar assume então, o papel de defensor da classe e de denunciador das míseras condições dos professores sendo uma fonte privilegiada de compreensão do estatuto sócio-profissional dos mesmos na 1.ª República. Constitui igualmente um fórum de discussão de problemas, de informador e esclarecedor das diversas leis (já que o Diário do Governo não chegava a todo o lado), de reivindicador ao governo e de propagador da moderna pedagogia. Em suma, um jornal deveras importante para a época, com grande tiragem e muitos leitores, professores primários que não tinham outra forma de se manterem actualizados em consequência, sobretudo, do seu isolamento.

Como já atrás foi dito (caracterização do jornal) é de realçar o seu carácter plural e humanista por que interveniente em causas sociais ultrapassando o mero aspecto reivindicativo e pedagógico, o que lhe permitiu angariar um enorme respeito por parte dos seus leitores e uma vida bastante duradoura.

Comparando a 1.ª República com a actual realidade das escolas primárias temos infelizmente de reconhecer que, embora em melhores edifícios e com mais autonomia, hoje como ontem, a escola primária vive à base de doações de pais que suportam algumas despesas correntes e de pequenas ajudas monetárias da Junta e da Câmara para limpeza, telefone e internet. Embora o estatuto sócio-profissional do professor primário tenha sofrido francas melhorias, devido à proliferação de sindicatos que conquistaram o seu espaço, hoje como ontem, se não valoriza como devia o seu papel na sociedade. Por outro lado, embora a pedagogia tenha registado grandes avanços, hoje como ontem, se procura a reforma ideal para formar os adultos de amanhã. Embora tenhamos diminuído o analfabetismo e o absentismo, hoje como ontem, continuamos na cauda da Europa.

Da nossa parte, procuramos e pensamos ter conseguido, demonstrar as dificuldades que sempre rodearam o desenvolvimento sócio-profissional da classe docente.

Procuramos demonstrar que as reformas na educação nunca são um fim mas um processo, para as quais são absolutamente necessários uma grande dose de realismo, uma enorme vontade política e uma extraordinária visão do futuro.

Procuramos explicar a necessidade de um forte investimento na educação e nos professores que, tal como hoje, também na 1.ª República teria sido a base de toda e qualquer reforma.

Procuramos e esperamos finalmente que este trabalho contribua para um melhor conhecimento dos professores primários durante a 1.ª República e ao mesmo tempo forneça uma informação genérica do funcionamento da escola primária na referida época.

Reconhecendo que algumas questões terão ficado em aberto, terminamos enumerando algumas que consideramos mais pertinentes e que no entanto, saem do âmbito do nosso trabalho: Até que ponto os programas políticos privilegiariam a educação? Até que ponto os governantes teriam consciência do papel da escola no futuro do país? Qual a formação pedagógica dos decisores políticos em matérias educativas?

Estas e outras questões constituirão matéria que não deixarão de merecer a nossa futura reflexão.

V Fontes e Bibliografia

Fontes

1. Legislação escolar:

Data	Tipo de lei	Conteúdo
24 de Dezembro de 1901	Decreto n.º 8	Reforma da instrução primária e do estatuto do professor primário.
29 de Março de 1911	Decreto	Reforma de instrução primária e do estatuto do professor primário.
8 de Julho de 1913	Decreto n.º 28	Enquanto não foi integralmente regulamentado o decreto de 29 de Março de 1911, no que diz respeito à administração das escolas pelas Câmaras Municipais, continua em vigor o regulamento de 19 de Setembro de 1902 e demais legislação que não tenha sido especialmente revogada.
8 de Julho de 1913	Decreto n.º 29	Esclarecimento de dúvidas quanto à aposentação do decreto de 29 de Março de 1911.
15 de Setembro de 1913	Decreto n.º 134	Regulamentação do decreto de 29 de Março de 1911 no que concerne à passagem da administração das escolas primárias para as Câmaras Municipais.
7 de Julho de 1914	Lei n.º 233	Localização, instalação, programa, acesso, e corpo docente das Escolas Normais.
24 de Novembro de 1915	Decreto n.º 2:079	Estatutos do Instituto do Professorado Primário Oficial Português.
5 de Dezembro de 1915	Decreto-lei n.º 2:887	Reunião num só diploma de todas as disposições de lei em vigor sobre a instrução primária e nova publicação do decreto de 29 de Março de 1911, corrigido e acrescentado.
12 de Maio de 1916	Decreto n.º 2:387	Reunião num só diploma de todas as disposições legais em vigor sobre a instrução primária e estatuto do professor primário.
20 de Janeiro de 1917	Decreto 2:947	Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas dos novos edifícios escolares.
24 de Março de 1919	Decreto 5:336	Regulamento das Escolas Móveis.
10 de Maio de 1919	Decreto n.º 5:787-A	Regulamento das Escolas Móveis
10 de Maio de 1919	Decreto n.º 5:787-B	Reorganização do ensino primário.
21 de Junho de 1919	Decreto n.º 5:898	Condições dos exames de instrução primária de 1.º e 2.º graus.
29 de Setembro de 1919	Decreto lei n.º 6:137	Regulamento do ensino primário e normal.

2 de Julho de 1923	Proposta de lei	Reorganização da educação nacional.
6 de Novembro de 1923	Decreto n.º 9:223	Modificação de algumas disposições do regulamento de ensino primário e normal para intensificar a execução da obrigatoriedade escolar e aumentar a eficácia do trabalho do docente e discente.
11 de Fevereiro de 1925	Decreto n.º 10:532	Simplificação dos preceitos da administração do serviço público da instrução primária.
8 de Junho de 1926	Lei n.º 1:880	Divisão do ensino e matrículas nas escolas primárias.
15 de Julho de 1926	Decreto n.º 11:730	Extinção das Escolas Primárias Superiores.

2. Imprensa pedagógica:

A Federação Escolar, 1910-1926

Bibliografia

ADÃO, Áurea - *O estatuto sócio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1984.

BENTO, Gomes - *O movimento sindical dos professores (finais da Monarquia e Iª República)* .Lisboa, Editorial Caminho, 1978.

CANDEIAS, António. *Educar de outra forma: A escola oficina n.º 1 de Lisboa 1905-1930*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1994.

CARVALHO HOMEM, Amadeu. *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*. Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

CARVALHO, Rómulo. *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CATROGA, Fernando. *A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1977, pp. 285-327.

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO

CATROGA, Fernando. *Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977.

FERNANDES, António José. *Métodos e regras para elaboração de trabalhos académicos e científicos*. Porto, Porto Editora, 1993.

FOYOS, Pedro - *Grandes repórteres Portugueses da I República. Lisboa*, Edição de foto-jornal, 1986.

GOMES, Joaquim Ferreira e outros. História da educação em Portugal. Lisboa, Livros horizonte, 1988.

GOMES, Joaquim Ferreira. *Estudos de história e de pedagogia*. Coimbra, Almedina, 1984.

GOMES, Joaquim Ferreira. *Estudos para a história da educação no século XIX*. Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

GOMES, Joaquim Ferreira. *Novos estudos de história e de pedagogia*. Coimbra, Livraria Almedina, 1986.

GRÁCIO, Rui. *Os professores e a reforma de ensino*. Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

JOAQUIM, Ferreira Gomes. *História da Educação em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

MARQUES, A.H. de Oliveira ; SERRÃO, Joel (dir). *Nova História de Portugal, vol. XI – Portugal. Da Monarquia para a República*. Lisboa, Editorial Presença, 1991.

MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal, vol. III – Das revoluções liberais aos nossos dias*. Lisboa, Editorial Presença, 1998.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *Escola de cidadãos*. Lisboa, Editorial Fragmentos, 1991.

MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*, vol. VI Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

MEDINA, João (dir). *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, Amigos do livro, 1985, 5 volumes.

MEDINA, João (dir.). *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. volumes IX-XI e XV. Amadora, Ediclube, 1993.

NÓVOA, António, *A imprensa de Educação e Ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993.

NÓVOA, António. *"A República e a Escola. Das intenções generosas ao desengano das realidades" in Reformas do ensino em Portugal. Reforma de 1911, Tomo II, vol. I.* Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1989.

NÓVOA, António. "Inovação e história da educação". *Inovação*, n.º1, vol. 2, 1989, pp. 22-30.

NÓVOA, António. *História da Educação*. Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 1994.

PINTASSILGO, Joaquim – *República e formação de cidadãos*. Lisboa, Edições Colibri.

PINTASSILGO, Joaquim. "A regeneração pela educação na escola primária da 1.ª Republica". *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 2.ª série, vol. VIII, 1995, pp. 115-133.

PROENÇA, Maria Cândida (coord). *O sistema de ensino em Portugal séculos (XIX-XX)*. Lisboa, Edições Colibri, 1998.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coor.) – *História da Imprensa*. Lisboa, Planeta Editora, 1996.

QUIVY, Raymond. *Manual de Investigação em ciências sociais*. Lisboa, Gradiva, 1998.

RAMOS, P. Ferreira. *As principais datas da história de Portugal*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1993.

REIS, António (dir). *Portugal contemporâneo*, volumes 2 e 3. Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

RODRIGUES, António Simões. *História de Portugal em datas*. Círculo de Leitores, 1994.

SAMPAIO, José Salvado. *O ensino primário. 1911-1969. Contribuição monográfica*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975-77.

SARMENTO, Eduardo Moraes. *Considerações sobre a Metodologia do trabalho científico*. Porto, Edições ipam, 1996.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal- A 1.ª República (1910-1926)*, vol. XII. Lisboa, Editorial Verbo, 1993.

SERRÃO, Joel (dr). *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, 6 vols.

SERRÃO, Joel. "Introdução ao estudo do pensamento político português na época contemporânea (1980-1920)" in *Portugueses somos*. Lisboa, Livros Horizonte, 1975, pp. 127-165.

TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Portugália Editora, 1965.

Anexos

Ficha Hemerográfica:

Anos analisados de: 1910 a 1926

Título:

A Federação Escolar

Subtítulo/Divisa:

"Semanário consagrado aos interesses da instrução e do professorado"

Fundador:

Francisco José Cardoso

Propriedade:

Da empresa "Federação Escolar"

A partir de 23 de Março de 1913: Da empresa "Federação Escolar" - Cardoso, Carvalho e C.a

A partir de 27 de Maio de 1925: Da empresa "A Federação Escolar"

Director:

Francisco José Cardoso Júnior

A partir de 5 de Novembro de 1910: Prof. Alfredo Moreira

A partir de 26 Novembro de 1910: Francisco José Cardoso Júnior

A partir de 30 de Agosto de 1914: Prof. Aires de Araújo Carvalho

A partir de 26 de Março de 1916: Prof. José Gonçalves Pena

A partir de 18 de Fevereiro de 1922: Prof. Isolino Caramalho

Administrador:

A partir de 26 Novembro de 1910: Francisco José Cardoso Júnior

A partir de 16 Janeiro 1911: J. Pereira da Silva

A partir de 23 de Março de 1913: José Pereira Soares David

A partir de 5 de Fevereiro de 1915: António Paiva

A partir de 18 de Fevereiro de 1922: Prof. José Gonçalves Pena

A partir de 7 de Julho de 1923: Justino Teixeira Mota

Editor:

A partir de 5 de Novembro de 1910: Alfredo Moreira

A partir de 2 Março de 1912: José Madureira de Vasconcelos

A partir de 23 de Março de 1913: Francisco José Cardoso Júnior

A partir de 30 de Agosto de 1914: Prof. Aires de Araújo Carvalho

A partir de 26 de Março de 1916: Prof. José Gonçalves Pena

A partir de 18 de Fevereiro de 1922: Prof. Isolino Caramalho

Secretário da redacção:

A partir de 23 de Março de 1913: José Gonçalves Pereira

A partir de 30 de Agosto de 1914: Prof. José Gonçalves da Pena

A partir de 23 de Agosto de 1919: Prof. Isolino Caramalho

A partir de 18 de Fevereiro de 1922: Prof. António Augusto Martins

Corpo redactorial:

A partir de 24 de Junho de 1916: Prof. Artur Melo, prof. Augusto Alves de Oliveira prof. Isolino Caramalho e prof. José de Carvalho

A partir de 21 de Outubro de 1916: Prof. Artur Melo, prof. Augusto Alves de Oliveira e prof. José de Carvalho

A partir de 23 de Agosto de 1919 - Redactor principal: Prof. Augusto Alves de Oliveira

A partir de 18 de Fevereiro de 1922 – Redactor principal: Prof. Amadeu José dos Santos

Primeiro número:

Setembro de 1886

Interrupções:

De:	a:	Motivo
1 Julho 1911	2 de Março de 1912	Económicos e falta de saúde do director
8 Fevereiro de 1919	1 de Março de 1919	Greve dos funcionários telégrafos-postais
20 Março 1920	10 de Abril de 1920	Greve dos funcionários telégrafos-postais
15 Setembro de 1926	26 de Setembro de 1926	Por no dia 26 se publicar um número especial de 12 páginas para comemorar 40 anos da "Federação Escolar"

Último número:

Agosto de 1937

Periodicidade:

Periódico Semanal (Sábado)

Natureza/tendência:

Jornal pedagógico que tem como temas principais "Acção Educativa" e "Condições de vida e de trabalho dos professores primários"

Número de páginas:

- 4, sendo uma de publicidade
- 6 páginas sem publicidade no dia 1 de Abril de 1911
- 6 páginas sem publicidade no dia 2 de Maio de 1915
- A partir de 26 de Maio de 1917 diminui o n.º de páginas para 2 por causa do aumento do preço do papel
- Volta a 4 páginas em 16 de Junho de 1917, alternando por vezes com 2 páginas. A publicidade também é inconstante
- A 25 de Janeiro de 1920 devido à greve dos tipógrafos apenas se publica a secção oficial do jornal
- 6 páginas no dia 1 de Março de 1924
- 12 páginas no dia 26 de Setembro de 1926

NOTA: A publicidade é inconstante e tanto aparece a ocupar uma folha como não aparece

Suplementos:

6 de Julho de 1913- orçamento de estado para1913/1914

13 Outubro de 1917- reunião de Aveiro

3 de Março de 1923- relação de livros aprovados para o ensino primário geral

NOTA: A partir de 1917 é lançado anualmente pelo preço de 9$00 o "Almanaque Ilustrado da Federação Escolar"

Publicações integradas nas folhas do jornal:

Dezembro de 1915 (Lições de coisas)

Janeiro de 1917 (Pedagogia Prática e Manual do Professor Primário)

Medida da folha: 44,6cmx22,8cm Medida da mancha:40,5cmx21cm

Número de colunas:

Variável. A apresentação do jornal muda a 19 de Maio de 1917, 25 de Janeiro de 1920 e 20 de Outubro de 1923

Divisão do jornal:

Artigos de opinião

Secção Oficial retirada do Diário de Governo

Publicidade – inconstante ao longo dos anos

Quando muda a apresentação do jornal em Outubro de 1923 dividem-se os artigos de opinião em artigos doutrinários (Crítica) e Notícias e informações (Pedagogia)

A partir de 26 de Março de 1916 começam a ser publicadas informações das peças de teatro e sessões cinematográficas em exibição no Porto

Preço de assinatura:

	Ano	Meio ano	Avulso	Motivo
	1$20	$60	$04	
A partir de 12 de Abril de 1919	1$60	$80	$04	Aumento do preço do papel
A partir de 3 de Janeiro de 1920	2$40	1$20	$05	Aumento do preço do papel e mão de obra
A partir de 1 de Janeiro de 1921	4$80	2$40	$10	Aumento do preço do papel e mão de obra
A partir de 16 de Dezembro de 1922	9$60	4$80	$20	Aumento do preço do papel
A partir de 20 de Outubro de 1923 muda a apresentação do jornal e deixa de aparecer o preço				
	Semestre	Trimestre	Avulso	
A partir de 2 de Julho de 1924	12$00	6$00	$60	Aumento do preço da tipografia, renda

				da casa, empregada, luz e água

Composição e Impressão:

Tipografia Paulino – Rua Formosa, 219 – Porto

A partir de 2 de Março de 1913: Tipografia A. F. De Vasconcelos Suc. – Rua de Sá Noronha, 51 – Porto

A partir de 26 de Maio de 1917: Escola Tipográfica da oficina de S. José – Rua Alexandre Herculano – Porto

A partir de 6 de Abril de 1918: Tipografia "Artes e Letras" – Rua Fernandes Tomás, 481 – Porto

A partir de 2 de Novembro de 1918: Tipografia A.F. Vasconcelos, Suc. – Rua Sá de Noronha, 51 – Porto

A partir de 10 de Maio de 1919 Tipografia Fonseca – Rua da Picaria, 74 – Porto

A partir de 24 de Maio de 1919: Imprensa Comercial – Rua da Conceição, 35 – Porto

A partir de 10 de Novembro de 1926: Tipografia da Agência de Publicidade – Rua Passos Manuel, 198 – Porto

Redacção e Administração:

Rua de Santo Ildefonso, 246 – 1.º - Porto

A partir de 28 de Janeiro de 1911: Loios, 44 e 45 – Porto

A partir de 2 de Março de 1912: Rua da Alegria, 147 – Porto

A partir de 26 de Maio de 1912: Rua de Sta. Catarina, 1139 – Porto

A partir de 20 de Outubro de 1919: Rua dos Lavadouros, 4 – B – Porto

A partir de 3 de Agosto de 1913: Rua do Bonjardim, 232, 1.º Esq.

A partir de 28 de Março de 1915: Rua de Cima de Vila, 5 – 2.º Telefone: n.º 1584

A partir de 6 de Agosto de 1924: Rua do Almada, 111 – 1.º

A partir de 24 de Fevereiro de 1925: Rua Passos Manuel, 160 Telefone. 2253

Hemeroteca:

B.M.P.: IX-3-50

Índice Onomástico[616]:

A

AGUDO, Dias (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Duas palavras: os jesuítas e os jansenistas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 420, 8 de Maio de 1920, "Concursos", p.1

ALBERTO, Carlos (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º122, 13 de Maio de 1911, "Divagações", p.1

ALBERTY, Ricardo Rosa (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 35, 27 de Outubro de 1912, "De regresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 38, 17 de Novembro de 1912, "Vamos a isso", p.1

ALBUQUERQUE, Eduardo S. Reis (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Os velhos professores", p.2

ÁLEM, João
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 327, 22 de Junho de 1918, "Avante!", p.1

ALMEIDA, Luís António (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Muito bem", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "Muito bem", p.2

ALMEIDA, Viriato (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 42, 15 de Dezembro de 1912, "Batalhões infantis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 46, 12 de Janeiro de 1913, "Batalhões infantis", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 50, 9 de Fevereiro de 1913, "Batalhões infantis", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 56, 23 de Março de 1913, "O melhor caminho", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 60, 20 de Abril de 1913, "Festa das aves", p.1

AMARAL, Áurea Judit
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 117, 24 de Maio de 1914, "Palavras singelas", p.1

AMARAL, Lúcio (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 198, 2 de Janeiro de 1916, "Lei 449 e seu regulamento", p.1

AMÍLCAR
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 432, 31 de Julho de 1920, "Questão urgente", p.1

AMOR, Manuel Antunes (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 101, 17 de Dezembro de 1910, "Uma revolução que urge fazer", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Os Sindicatos profissionais", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Secção pedagógica", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º123, 20 de Maio de 1911, "O ensino racional da leitura", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 43, 22 de Dezembro de 1912, "Falta de professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 50, 9 de Fevereiro de 1913, "Educação prática", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 209, 19 de Março de 1916, "O regulamento das escolas normais", p.1

ANDRADE, Manuel Almeida (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º127, 17 de Junho de 1911, "Considerações acerca da reforma de instrução primária", p.1

ANJO, César (inspector)

[616] Notícias seleccionadas entre 1910 e 1926

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 338, 14 de Setembro de 1918, "Relâmpagos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 341, 28 de Setembro de 1918, "Relâmpagos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 410, 7 de Fevereiro de 1920, "Notas de um educador", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Notas de um educador", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "Mais um ano", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "As brigadas...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "No aniversário da Federação Escolar", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "No aniversário de "A Federação Escolar"", p.1

ANTA, Augusto
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "A descentralização", p.2

ANTÓNIO, Manuel José (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 92, 15 de Outubro de 1910, "Um Portugal novo", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 93, 22 de Outubro de 1910, "Uma medida acertada", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "A reforma", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 129, 1 de Julho de 1911, "A reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "A reforma", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "A reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 59, 13 de Abril de 1913, "Trabalhos manuais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 78, 24 de Agosto de 1913, "Trabalhos manuais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 410, 7 de Fevereiro de 1920, "Escolas primárias superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "Mais um aniversário", p.1

ANTÓNIO, Félix (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "A escola e o professor", p.5
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 663, 7 de Janeiro de 1925, "Inauguração dum retracto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "Tanta coisa...para nada", p.1

ARAGÃO, Rodrigues
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "O ensino normal em Faro", p.1

ASSUNÇÃO, Angelina (professora)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 110, 5 de Abril de 1914, "Aos Srs. congressistas", p.1

AZEVEDO, Arnaldo
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 437, 4 de Setembro de 1920, "Ocasião...", p.1

B

BARBOSA, Gonçalves
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 389, 13 de Setembro de 1919, "A nova reforma", p.1

BARBOSA, Jerónimo Moreira
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 473, 14 de Maio de 1921, "Junta escolar de Gondomar", p.1

BARREIRA, Carlos da Silva (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 490, 10 de Setembro de 1921, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Salvé", p.5

BARREIROS, José da Costa (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "Calotes", p.2

BARROS, José Correia
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 149, 3 de Janeiro de 1915, "Apelo em favor dos professores belgas", p.1

BARROSO, Manuel (C.C. da União)

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 641, 6 de Agosto de 1924, "Ao congresso!", p.1

BELO, Gomes (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 599, 13 de Outubro de 1923, "Belezas da nossa terra", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Os nossos cumprimentos ao corpo redactorial da federação", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 631, 28 de Maio de 1924, "Salvemos da miséria os professores inactivos e aposentados", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 679, 29 de Abril de 1925, "Congresso pedagógico distrital de Leiria", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 736, 2 de Junho de 1926, "A Liga da acção educativa em função de realizadora do problema educativo", p.2

BOTELHO, Manuel (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Ministério da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Tribuna livre", p.2

BRANCO, Cândido (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "Os jesuítas", p.1/2

C

CAMPOS, A. Diogo d'Almeida (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 96, 12 de Novembro de 1910, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 41, 8 de Dezembro de 1912, "Para a frente", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 86, 19 de Outubro de 1913, "Ao congresso!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 238, 7 de Outubro de 1916, "A instrução primária em Portugal!", p.1

CÂNDIDO, Júlio
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 320, 4 de Maio de 1918, "Salvemo-nos", p.1

CANHOTO, José Garcia
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 400, 29 de Novembro de 1919, "As Juntas Escolares", p.1

CARAMALHO, Isolino
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 322, 18 de Maio de 1918, "Aos professores dos distritos de Braga e Viana do Castelo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 322, 18 de Maio de 1918, "União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "Aos professores dos distritos de Braga e Viana do Castelo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "Rectificação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 461, 19 de Fevereiro de 1921, "Fusão de escolas", p.1

CARDOSO, M. Pereira (inspector)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 590, 11 de Agosto de 1923, "Inspecções", p.1

CARMONA, F (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 459, 5 de Fevereiro de 1921, "Aos amigos do professor", p.1

CARVALHO, Aires (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 12, 12 de Maio de 1912, "A coeducação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 18, 30 de Junho de 1912, "As festas escolares", p.1

CARVALHO, António
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1921, "*Ad-libitum*", p.1

CARVALHO, R. (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 388, 6 de Setembro de 1919, "Os professores interinos", p.1

CASTRO, Pompeu Faria (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 13, 19 de Maio de 1912, "Questões de ensino: Higiene escolar e organização pedagógica", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 328, 29 de Junho de 1918, "Esclarecendo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 552, 18 de Novembro de 1922, "Um reparo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Um aniversário", p.3

CATITA, Rosália Pires
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 519, 1 de Abril de 1922, "Apoiando a Federação Escolar", p.1

CERQUEIRA, Domingos
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Faz anos", p.2

COELHO, Dias (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 317, 13 de Abril de 1918, "Subvenções e mais coisas", p.1

COIMBRA, Manuel (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 84, 28 de Setembro de 1913, "Façamos a República", p.1

CORREIA, Frederica Oliva
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 450, 4 de Dezembro de 1920, "Com vista ao Ex.mo Ministro da Instrução", p.1

CORREIA, Joana da Consolação
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 323, 25 de Maio de 1918, "Migalhas de pedagogia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 325, 8 de Junho de 1918, "Organização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 376, 14 de Junho de 1919, "Responsabilidade", p.1

CORREIA, Manuel Gomes (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 164, 18 de Abril de 1915, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 166, 2 de Maio de 1915, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 171, 6 de Junho de 1915, "Deputados, professores primários", p.1

COSTA, Abílio
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "Juntas Escolares", p.1

COSTA, António Lopes
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 413, 28 de Fevereiro de 1920, "Professora pedindo esmola", p.1

COSTA, Carlos P. (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "Naufrágio em perspectiva", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "Um ano de luta estéril", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "Carta aberta ao Ministro do Interior", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Palavras dum ministro: nem pão nem instrução", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "Palavras dum ministro: nem pão nem instrução", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113, 11 de Março de 1911, "Sindicato dos professores primários de Portugal", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 114, 18 de Março de 1911, "O que é preciso", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º124, 27 de Maio de 1911, "A reforma: verdades cruas", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Bem-vinda sejas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Às apalpadelas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 33, 13 de Outubro de 1912, "Em frente!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 44, 29 de Dezembro de 1912, "Os governos e a instrução", p.1

COSTA, Firmino Brito
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "Os professores interinos e a sua situação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 665, 21 de Janeiro de 1925, "Vida associativa", p.1

COUTINHO, Azevedo (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Mais uma no de luta", p.5
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 639, 23 de Julho de 1924, "A preferência das filhas de professores", p.2

CRISTINO, Augusto L. (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 436, 28 de Agosto de 1920, "O brado dos interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 450, 4 de Dezembro de 1920, "O decreto 6755", p.1

CRUZ, Abílio M. (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 369, 26 de Abril de 1919, "Uma parcela", p.1

CUNHA, Elvira da Glória Ferreira Pinto (professora)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 129, 1 de Julho de 1911, "Justiça", p.1/2

CÚPIDO, Rodrigo da Rocha (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Obrigatoriedade do ensino", p.1

D

DANTAS, Abel Nogueira
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 22, 28 de Julho de 1912, "A desunião da classe", p.2

DIAS, Abel
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 418, 24 de Abril de 1920, "Professores interinos", p.1

DIAS, António
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 437, 4 de Setembro de 1920, "A nova reforma", p.1

DOMINGOS, M.
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Transformação", p.1

E

ESTEVES, Silva
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 112, 19 de Abril de 1914, "Ecos do Congresso", p.1

ESTRELA, Zé
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 146, 13 de Dezembro de 1914, "Conselho Superior de Instrução", p.1

F

FABIÃO, H. Amadeu
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 96, 12 de Novembro de 1910, "Uma obra simpática: Escola Normal de Bragança", p.2

FERNANDES, António (professor)

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Apreciações, críticas e comentários à instrução primária", p.1

FERNANDES, José (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 29, 15 de Setembro de 1912, "As classificações dos normalistas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 315, 30 de Março de 1918, "União", p.1

FERREIRA, A. Justino
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 583, 23 de Junho de 1923, "Policiar não, orientar sim", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 594, 8 de Setembro de 1923, "Policiar não, orientar sim", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Em dia de festa", p.2

FIGUEIRA, A.A.Gil (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 95, 5 de Novembro de 1910, "A instrução militar nas escolas", p.2

FIGUEIRA, Beatriz Gouveia Gil (professora)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113, 4 de Março de 1911, "O que deve ser a mulher moderna", p.1

FONCECA, José Nunes
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 680, 6 de Maio de 1925, "Aposentações", p.1

FONTES, G. (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º121, 6 de Maio de 1911, "Professores Complementares", p.2

FRAGOSO, António Gomes Nuno (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 374, 31 de Maio de 1919, "A hora da justiça", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 611, 5 de Janeiro de 1924, "Edifícios escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Em festa", p.6
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 710, 2 de Dezembro de 1925, "Ao correr da pena", p.1

FRANCISCO, Manuel J. (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "Salvé", p.1

FRANCO, Júlia (professora)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 325, 8 de Junho de 1918, "Justiça... para todos", p.1

FREIRE, F.M. (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 103, 14 de Fevereiro de 1914, "Questões do ensino: exames", p.1

FREITAS, Joaquim Batista
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "A Federação Escolar em Festa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "A Federação Escolar e o seu 40.º aniversário", p.2

FREIXINHO, Gonçalo (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "O professorado na guerra", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 336, 24 de Agosto de 1918, "Abaixo a moralidade", p.1

FRIAS, Carlos A. C.
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "3.ª fase- 12.º aniversário", p.4
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 644, 27 de Agosto de 1924, "Lei 1.114", p.2

G

GIL, Enes
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 54, 8 de Março de 1913, "Educação Sexual", p.1

GODINHO, M. D.
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "As minhas felicitações", p.5
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 658, 3 de Dezembro de 1924, "Portocalândia", p.2

GONÇALVES, Dionísio (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "*Post noctem sol elucet*", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 104, 7 de Janeiro de 1911, "O ensino da doutrina cristã e o dever do professor oficial", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 115, 25 de Março de 1911, "Divida sagrada", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Uma vida sem igual", p.4

GRÉARD
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Páginas Pedagógicas", p.2

GUERRA, E
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 544, 23 de Setembro de 1922, "Sem colocação", p.1

GUERRA, José
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 495, 15 de Outubro de 1921, "O Sr. Inspector de Faro", p.1

J

JÚNIOR, Ávila (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "O S.P.P.P.", p.1

JÚNIOR, Canhão
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 406, 10 de Janeiro de 1920, "Cerremos fileiras!", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "União: o último congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "Avante!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 495, 15 de Outubro de 1921, "União para a história", p.1

JÚNIOR, Cardoso
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 8 de Outubro de 1910, "O professor primário ante a República", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 95, 5 de Novembro de 1910, "Carta aberta- ao distinto professor do Rocio de Abrantes, Manuel Antunes Amor", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "Resposta a uma carta aberta", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 372, 17 de Maio de 1919, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º.º, n.º 475, 28 de Maio de 1921, "Inspecções de circunscrição", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Recordando", p.2

JÚNIOR, Manuel dos Santos
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "A preferência do cônjuge", p.2

JÚNIOR, Sílvio
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º.º, n.º 475, 28 de Maio de 1921, "Carta de Lisboa", p.1

JÚNIOR, Sócrates
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 303, 5 de Janeiro de 1918, "Pelo ministério de Instrução", p.1

L

LALANDO, Joaquim Nogueira
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 511, 4 de Fevereiro de 1922, "Professores soldados", p.1

LEITÃO, Luís

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 15, 2 de Junho de 1912, "Revista do bem: Castigos Corporais", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 102, 9 de Fevereiro de 1914, "Revista do bem", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "Moral animal", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Que mundo este!", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 410, 7 de Fevereiro de 1920, "Aplicação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "Bondade", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Honra", p.1

LEITE, Joaquim Ferreira (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 420, 8 de Maio de 1920, "Professores aposentados", p.1

LEMOS, Álvaro (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 149, 3 de Janeiro de 1915, "A pedagogia e a guerra", p.1

LEMOS, Carlos Alfredo
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 710, 2 de Dezembro de 1925, "1640-1925", p.1

LEMOS, João B. (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "Será verdade?", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "Questão importante", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "Questão importante", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113,11 de Março de 1911, "Questão importante", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "A nova reforma do ensino primário", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º122, 13 de Maio de 1911, "Questão importante", p.1

LIMA, Passos
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 384, 9 de Agosto de 1919, "De fugida", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 400, 29 de Novembro de 1919, "De fugida", p.1

LOPES, Delfina (professora)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "Questão importante", p.1

M

MACHADO, Ulisses

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "Descortesia", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Sinceridade", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "O aniversário de "A Federação Escolar"", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 47, 19 de Janeiro de 1913, "Cursos Nocturnos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 54, 8 de Março de 1913, "Mais uma decepção", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 57, 30 de Março de 1913, "Analfabetismo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "No 12.º aniversário", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "No 13.º aniversário (3.ª fase)", p.1

MAGALHÃES, Elvira
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 438, 11 de Setembro de 1920, "Bónus nos caminhos de ferro", p.1

MAGALHÃES, Joaquim Artur Teixeira
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Uma data festiva", p.4
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "Um aniversário", p.2

MAGALHÃES, José Augusto (cônsul no brasil)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 676, 8 de Abril de 1925, "Vamos ter escolas", p.1

MARINHO, Adolfo
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Instrução e República", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Instrução e República!", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Instrução e República", p.1

MARIO
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "Aos centros escolares", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 55, 29 de Janeiro de 1910, "O inquérito", p.1

MARIUS
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 232, 26 de Agosto de 1916, "Descentralização", p.1

MARQUES, Virgínia (professora)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 388, 6 de Setembro de 1919, "As Juntas Escolares", p.1

MARTINS, António Augusto (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 402, 13 de Dezembro de 1919, "Instrução popular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 510, 28 de Janeiro de 1922, "Estilhaços", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 511, 4 de Fevereiro de 1922, "Estilhaços", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 580, 2 de Junho de 1923, "As Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 639, 23 de Julho de 1924, "Aos professores primários sem colocação do distrito de Coimbra", p.2

MARTINS, Franco (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 9, 27 de Abril de 1912, "Considerações oportunas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 13, 19 de Maio de 1912, "Considerações oportunas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 67, 8 de Junho de 1913, "No país das leis", p.1

MARTINS, Luís
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 387, 30 de Agosto de 1919, "Professores no Exército", p.1

MÁRTIRES, J. Bartolomeu R. (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 90, 16 de Novembro de 1913, "Biblioteca escolar", p.1

MATOS, Alfredo Filipe (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "A reforma escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 368, 19 de Abril de 1919, "Antes tarde...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 479, 25 de Junho de 1921, "Em defesa própria", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 506, 31 de Dezembro de 1921, "Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 541, 2 de Setembro de 1922, "Dissolução de J. Escolares", p.1

MELO, Artur (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "Rectificação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 410, 7 de Fevereiro de 1920, "Ideias concretas", p.1

MELO, Ernesto (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "O aniversário de A Federação Escolar", p.3

MELO, Gontran
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 256, 10 de Fevereiro de 1917, "Carta de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 260, 10 de Março de 1917, "Carta de Lisboa", p.1

MELO, Manuel (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 422, 22 de Maio de 1920, "Caminho errado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "A Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 477, 11 de Junho de 1921, "Crise de carácter", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 483, 23 de Julho de 1921, "Uma situação alarmante", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 532, 1 de Julho de 1922, "A escola e o professorado", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 571, 31 de Março de 1923, "Um inferno dantesco", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 612, 12 de Janeiro de 1924, "Horários e programas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 618, 23 de Fevereiro de 1924, "A carestia de vida", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "No posto de combate", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 644, 27 de Agosto de 1924, "Congressos e congressistas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "O professor na política", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 679, 29 de Abril de 1925, "Crónica adventícia", p.1

MENDES, António (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 42, 15 de Dezembro de 1912, "Os professores e o registo civil", p.1

MENDONÇA, Barata (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "As comissões de beneficência", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "Para onde vamos?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 92, 30 de Novembro de 1913, "A Instrução Militar Preparatória", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 93, 7 de Dezembro de 1913, "A instrução militar preparatória", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 368, 19 de Abril de 1919, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Ao Ex.mo Sr Ministro da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "A última circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 427, 26 de Junho de 1920, "Aos núcleos dos professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 461, 19 de Fevereiro de 1921, "É bico ou cabeça?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "Mais um ano", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 477, 11 de Junho de 1921, "O caos!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 510, 28 de Janeiro de 1922, "Um punhado de coisas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 564, 3 de Março de 1923, "Um ano mais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Felicitando", p.4

MIRANDA, Alfredo
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "A preferência do cônjuge", p.2

MIRRADO, Plácido
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "Carta de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º117, 8 de Abril de 1911, "Carta de Lisboa", p.2

MOITA, P.
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 564, 3 de Março de 1923, "A Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 620, 12 de Março de 1924, "Conferências pedagógicas", p.3

MONTEIRO, João Maria
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 460, 12 de Fevereiro de 1921, "Fusão de escolas", p.1

MOREIRA, Alfredo (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Reforma da Instrução primária", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Justiça a todos!", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 369, 26 de Abril de 1919, "O grande estadista", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 564, 3 de Março de 1923, "A boa doutrina", p.1

MORENO, Arminda (professora)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 376, 14 de Junho de 1919, "A mulher educadora", p.1

MORENO, João (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano VI, n.º 267, 28 de Abril de 1917, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 398, 15 de Novembro de 1919, "A acção das Juntas Escolares", p.1

MORENO, Manuel Brito
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 585, 7 de Julho de 1923, "Inspecção escolar", p.1

MOURA, Joaquim (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 317, 13 de Abril de 1918, "O ensino da História", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 473, 14 de Maio de 1921, "Os interinos", p.1

N

NEVES, Saturino
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Através do congresso", p.1/2

NUNES, Mário Sedas (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 326, 15 de Junho de 1918, "Subvenções", p.1

O

OLIVEIRA, António José (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "Para a frente", p.2

OLIVEIRA, António Ramos
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "A Federação Escolar", p.2

OLIVEIRA, Augusto Alves (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 167, 9 de Maio de 1915, "Deputados, não União, sim", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Pinceladas...programas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Não concordamos...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 424, 5 de Junho de 1920, "A célebre circular", p.1

OLIVEIRA, Augusto Gomes (inspector)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 69, 22 de Junho de 1913, "Edifícios Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 310, 23 de Fevereiro de 1918, "Uma nova fórmula de descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 519, 1 de Abril de 1922, "Excursões escolares", p.1

OLIVEIRA, João Gomes
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 150, 17 de Janeiro de 1915, "A instrução popular na República: Descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 435, 21 de Agosto de 1920, "A República e educação popular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 439, 18 de Setembro de 1920, "A República e a educação popular", p.1

OLIVEIRA, Manuel Ramos
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 389, 13 de Setembro de 1919, "Sós ou aliados?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 398, 15 de Novembro de 1919, "Definindo atitudes", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 400, 29 de Novembro de 1919, "Pela razão", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 401, 6 de Dezembro de 1919, "Pela razão", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "Acções e palavras", p.1

OLIVEIRA, Mário (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "Egoísmo ou altruísmo?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 405, 3 de Janeiro de 1920, "A magna questão: contra o egoísmo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 406, 10 de Janeiro de 1920, "A magna questão: contra o egoísmo", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 413, 28 de Fevereiro de 1920, "Pela união dos indivíduos e das classes", p.1

OSÓRIO, Arlindo Pinto Cerqueira Gomes
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Mais um aniversário", p.2

OUDINOT, Vidal (inspector)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 89, 9 de Novembro de 1913, "A escola moderna", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 165, 25 de Abril de 1915, "A Educação racional da criança", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 171, 6 de Junho de 1915, "Os Passeios escolares", p.1

P

PEREIRA, Acácio (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "A Associação educativa", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "A Associação Educativa", p.1

PEREIRA, Agostinho
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 684, 3 de Junho de 1925, "Para o mausoléu de Eurico", p.1

PEREIRA, José Francisco
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 540, 26 de Agosto de 1922, "Vida Nova", p.1

PIÇARRA, Landislau
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 97, 19 de Novembro de 1910, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 104, 7 de Janeiro de 1911, "O ensino primário", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º123, 20 de Maio de 1911, "A arte e a escola", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 21, 21 de Julho de 1912, "A Educação Moral", p.1

PINTO, J. Pereira (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Sem colocação e sem profecção...", p.6

PIRES, António da Piedade
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 582, 16 de Junho de 1923, "Professores sem colocação", p.1

R

RAMALHO, Albano (inspector)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 299, 8 de Dezembro de 1917, "O método moderno", p.1

RAMOS, Manuel (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º125, 3 de Junho de 1911, "Ainda a reforma primária", p.1

RAPOSO, Matias (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 298, 1 de Dezembro de 1917, "Alerta colegas!", p.1

RIBEIRO, José (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 535, 22 de Julho de 1922, "Rendas de casas de escolas", p.1

RIBEIRO, Maria Marques (professora)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 519, 1 de Abril de 1922, "Apoiando a Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 666, 28 de Janeiro de 1925, "Coisas de ontem e coisas de hoje", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 666, 28 de Janeiro de 1925, "De vez em quando", p.1

ROCHA, José Pereira (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "A selecção de professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "*Res non verba*", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "A selecção dos professores", p.2

RODRIGUES, A. F. (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "A preferência dos cônjuges", p.1

S

SANT'ANA, Henrique (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 24, 11 de Agosto de 1912, "Cantinas Escolares", p.1

SANTOS, Amândio A.
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Duas palavras de homenagem", p.6
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Felicitações", p.3

SANTOS, António Coelho (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 432, 31 de Julho de 1920, "Professores interinos", p.2

SANTOS, F (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 84, 28 de Setembro de 1913, "Os últimos decretos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 96, 28 de Dezembro de 1913, "O preço dos livros", p.1

SANTOS, João (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 504, 17 de Dezembro de 1921, "Obrigatoriedade do ensino", p.1

SANTOS, Maria da Nazaré
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 519, 1 de Abril de 1922, "Apoiando a Federação Escolar", p.1

SANTOS, Raquel Ferrer
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Em festa", p.6

SEDAS, Mário (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 606, 1 de Dezembro de 1923, "Juntas Escolares", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Doze anos de existência", p.4

SERRA, Aires
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 532, 1 de Julho de 1922, "Provas finais da 5.ª classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 590, 11 de Agosto de 1923, "Notas da semana", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Sinceras felicitações", p.3

SILVA, Armando (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 196, 19 de Dezembro de 1915, "Modos de ver", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 299, 8 de Dezembro de 1917, "Coisas que eu penso e que eu vejo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 321, 11 de Maio de 1918, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 373, 24 de Maio de 1919, "Abri os vossos corações", p.1

SILVA, José António Vitorino (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "Breves reflexões", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º119, 22 de Abril de 1911, "Propaganda educativa", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º124, 27 de Maio de 1911, "Os 25 p.c.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 30, 22 de Setembro de 1912, "Higiene Moral", p.1

SOARES, Carlos (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 132, 6 de Setembro de 1914, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 138, 18 de Outubro de 1914, "Nós e a guerra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 427, 26 de Junho de 1920, "Tempos lectivos", p.1

SOUSA, J. Alves (professor)

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Para a frente!", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 104, 7 de Janeiro de 1911, "Sindicato dos professores do alto Minho", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113, 4 de Março de 1911, "A mulher na escola", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 36, 3 de Novembro de 1912, "Pela escola primária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 49, 2 de Fevereiro de 1913, "Através da Europa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 77, 17 de Agosto de 1913, "A instrução primária nos concelhos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 93, 7 de Dezembro de 1913, "Martelando...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 94, 14 de Dezembro de 1913, "Quadro das escolas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 97, 4 de Janeiro de 1914, "Fixando o quadro das escolas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 98, 11 de Janeiro de 1914, "Edifícios escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 250, 30 de Dezembro de 1916, "A minha quinzena", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 535, 22 de Julho de 1922, "A minha quinzena", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Ao acaso", p.3

T

TAVARES, Aureliano
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "União", p.2

TAVARES, Lucinda (professora)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Educar é revolucionar", p.1

TEIXEIRA, Manuel I. Martins
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Bom combate", p.5

TORRES, Luís António
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 452, 18 de Dezembro de 1920, "O decreto 6755", p.1

TREVONIL
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º122, 13 de Maio de 1911, "Carta de Lisboa", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º126, 10 de Junho de 1911, "Carta de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Carta de Lisboa", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 9, 27 de Abril de 1912, "Carta de Lisboa", p.2

V

VAIRINHO, Sousa (professor)
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "Fortifiquemos a raça e regeneremos a escola", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Um requerimento ao Ministro do Interior", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Programas e horários", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Carta de Lisboa", p.1

VALENTE, Francisco F. (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 540, 26 de Agosto de 1922, "Vida Nova", p.1

VASCONCELOS, Augusto (professor)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 43, 22 de Dezembro de 1912, "Batalhões infantis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 45, 5 de Janeiro de 1913, "Batalhões infantis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 48, 26 de Janeiro de 1913, "Batalhões infantis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 52, 23 de Fevereiro de 1913, "Batalhões infantis", p.1

VASCONCELOS, J. Pereira
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "Mais um ano", p.2

VELOSO, Maria Adelaide (professora)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 420, 8 de Maio de 1920, "Professores aposentados", p.1

VERDIAL, Nuno
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 432, 31 de Julho de 1920, "Professores interinos: discordando", p.2

VIEIRA, Joaquim José
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 460, 12 de Fevereiro de 1921, "Atraso de pagamentos", p.1

VIEIRA, Silvino Gonçalves
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 519, 1 de Abril de 1922, "Apoiando a Federação Escolar", p.1

Índice Temático[617]:

A

A Educação Nacional
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Notas", p.2

A Escola Primária
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 4, 23 de Março de 1912, "O director da "Federação" à "Escola Primária"", p.3

A Federação Escolar
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Aviso", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "O nosso aniversário", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "O aniversário de "A Federação Escolar"", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 55, 29 de Janeiro de 1910, "A Federação Escolar e a imprensa", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Falando de nós", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 129, 1 de Julho de 1911, "*Morituri*", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Explicação necessária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Bem-vinda sejas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "A Federação Escolar", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 2, 9 de Março de 1912, "Questões importantes", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 4, 23 de Março de 1912, "O director da "Federação" à "Escola Primária"", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Notas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 32, 6 de Outubro de 1912, "Dois anos depois", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 53, 2 de Março de 1913, "O aniversário da "Federação"", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 105, 1 de Março de 1914, "O nosso aniversário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 149, 3 de Janeiro de 1915, "Apelo em favor dos professores belgas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 179, 1 de Agosto de 1915, "Francisco José Cardoso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 211, 1 de Abril de 1916, "Corpo redactorial", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 314, 23 de Março de 1918, "Inspectores escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 315, 30 de Março de 1918, "Boceta de Pandora", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 323, 25 de Maio de 1918, "Cardoso Júnior", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 349, 23 de Novembro de 1918, "Aviso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 354, 28 de Dezembro de 1918, "Subscrição a favor dos órfãos filhos de professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 368, 19 de Abril de 1919, "Antes tarde...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 369, 26 de Abril de 1919, "Preito", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 403, 20 de Dezembro de 1919, "A Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 416, 10 de Abril de 1920, "A Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "Dez anos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "Mais um ano", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "Mais um aniversário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "Mais um ano", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "Avante!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 463, 5 de Março de 1921, "A Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "A Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 519, 1 de Abril de 1922, "Apoiando a Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 522, 22 de Abril de 1922, "O nosso jornal", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 564, 3 de Março de 1923, "Mais um ano", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 564, 3 de Março de 1923, "Um ano mais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 564, 3 de Março de 1923, "A boa doutrina", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 564, 3 de Março de 1923, "A Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 578, 19 de Maio de 1923, "À classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 585, 7 de Julho de 1923, "Prosseguindo", p.1

[617] Notícias seleccionadas entre 1910 e 1926

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "No dobar de mais um ano", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "A Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "O grupo redactorial e auxiliares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Transformação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Em dia de festa", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "No aniversário da Federação Escolar", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Faz anos", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "União", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "As minhas felicitações", p.5
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Salvé", p.5
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Bom combate", p.5
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Mais uma no de luta", p.5
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "A escola e o professor", p.5
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Duas palavras de homenagem", p.6
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Em festa", p.6
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Protestando", p.6/7
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 663, 7 de Janeiro de 1925, "A imprensa e a União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 665, 21 de Janeiro de 1925, "Vida associativa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "No 13.º aniversário (3.ª fase)", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "No aniversário de "A Federação Escolar"", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "No limiar dos 40", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "A Federação Escolar em Festa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "Salvé", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "Tanta coisa...para nada", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "Mais um ano", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "Um aniversário", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 679, 29 de Abril de 1925, "Regalias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 691, 22 de Julho de 1925, "Processo disciplinar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 694, 12 de Agosto de 1925, "O processo disciplinar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 724, 10 de Março de 1926, "Os nossos aniversários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Antigos directores de A Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Palavras de há 40 anos", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Recordando", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Mais um aniversário", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "A Federação Escolar", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "A Federação Escolar e o seu 40.º aniversário", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Felicitações", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "O aniversário de A Federação Escolar", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Os inspectores na Federação Escolar", p.6-a
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "A Lutuosa na Federação escolar", p.6-b
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "A União na Federação escolar", p.6-c

<u>*A Lucta*</u>
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "*A Lucta*", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Notas", p.1

<u>*A Pátria*</u>
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "A Pátria", p.1

Absentismo

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "Assistência infantil e frequência escolar", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Obrigatoriedade do ensino", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 114, 18 de Março de 1911, "O que é preciso", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º122, 13 de Maio de 1911, "Divagações", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º125, 3 de Junho de 1911, "Ensino obrigatório", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 57, 30 de Março de 1913, "Analfabetismo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 504, 17 de Dezembro de 1921, "Obrigatoriedade do ensino", p.1

Alemanha

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "O exemplo dos estranhos", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Obrigatoriedade do ensino", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "Os jesuítas", p.1/2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º125, 3 de Junho de 1911, "Ordenado dos professores na Alemanha", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "Uma excursão escolar ao Porto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 19, 7 de Julho de 1912, "Leis e programas escolares nos diversos Estados Europeus", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 172, 13 de Junho de 1915, "Humanitarismo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 373, 24 de Maio de 1919, "Para a história", p.1

América

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 4, 23 de Março de 1912, "O problema da educação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 12, 12 de Maio de 1912, "A coeducação", p.1

Amsterdão

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 21, 21 de Julho de 1912, "Bureau International de Fédérations d'Instituteurs", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 27, 1 de Setembro de 1912, "Amsterdão", p.1

Analfabetismo

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "Fortifiquemos a raça e regeneremos a escola", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "Assistência infantil e frequência escolar", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "O professor primário", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Palavras dum ministro: nem pão nem instrução", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 114, 18 de Março de 1911, "O que é preciso", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 115, 25 de Março de 1911, "Divida sagrada", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º119, 22 de Abril de 1911, "Propaganda educativa", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º122, 13 de Maio de 1911, "Divagações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Às apalpadelas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 31, 29 de Setembro de 1912, "Analfabetismo em Portugal", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 43, 22 de Dezembro de 1912, "Falta de professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 57, 30 de Março de 1913, "Analfabetismo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 280, 28 de Julho de 1917, "O analfabetismo em Portugal", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 368, 19 de Abril de 1919, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 424, 5 de Junho de 1920, "A célebre circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 680, 6 de Maio de 1925, "Aposentações", p.1

Aposentação

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Os velhos professores", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 101, 17 de Dezembro de 1910, "Até que enfim!", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "A reforma escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 61, 27 de Abril de 1913, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 79, 31 de Agosto de 1913, "O professorado e a República", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 109, 29 de Março de 1914, "Mau sintoma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano VI, n.º 267, 28 de Abril de 1917, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 372, 17 de Maio de 1919, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 374, 31 de Maio de 1919, "A reunião de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 376, 14 de Junho de 1919, "Péssima doutrina", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 420, 8 de Maio de 1920, "Professores aposentados", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Professores aposentados", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 552, 18 de Novembro de 1922, "Professores aposentados", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 631, 28 de Maio de 1924, "Salvemos da miséria os professores inactivos e aposentados", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 717, 10 de Fevereiro de 1926, "Pequenas grandes coisas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 785, 10 de Novembro de 1926, "Votos do congresso de 1926", p.1

Argentina

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 14, 26 de Maio de 1912, "Juramento da Bandeira", p.1

Associação Geral dos Professores Primários de Portugal

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 240, 21 de Outubro de 1916, "Associação Geral (antigo Sindicato) dos professores primários de Portugal", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 247, 9 de Dezembro de 1916, "A grande reunião", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 249, 23 de Dezembro de 1916, "Plano de união", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Belo sintoma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Plano de União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 256, 10 de Fevereiro de 1917, "Plano de União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 260, 10 de Março de 1917, "Plano de União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 279, 21 de Julho de 1917, "Plano de União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 280, 28 de Julho de 1917, "Plano de União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 291, 13 de Outubro de 1917, "Reunião de Aveiro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 294, 3 de Novembro de 1917, "Grande reunião de Aveiro", p.1/2/3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 297, 24 de Outubro de 1917, "A reunião de Aveiro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Fantasias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Ecos da reunião de Aveiro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 317, 13 de Abril de 1918, "União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 321, 11 de Maio de 1918, "União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 322, 18 de Maio de 1918, "União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 322, 18 de Maio de 1918, "Reunião da classe", p.1

Atlântida

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "*Atlântida*", p.2

Áustria

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "Os jesuítas", p.1/2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 127, 17 de Junho de 1911, "Vencimento de professores", p.3

B

Bélgica

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 55, 29 de Janeiro de 1910, "A instrução primária na Bélgica", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 55, 16 de Março de 1913, "A boa doutrina", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 209, 19 de Março de 1916, "Subscrição a favor dos professores belgas", p.2

Bruxelas

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 97, 19 de Novembro de 1910, "Secção pedagógica", p.2

Buenos Aires

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 10, 4 de Maio de 1912, "As escolas de Buenos Aires", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 13, 19 de Maio de 1912, "As escolas de Buenos Aires", p.1

Bulgária

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Vencimento de professores", p.2

C

Caixa de Previdência dos Funcionários Públicos

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 707, 11 de Novembro de 1925, "A caixa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 710, 2 de Dezembro de 1925, "A portaria", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 731, 28 de Abril de 1926, "Instituto e previdência", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 751, 15 de Setembro de 1926, "Lutuosa e previdência", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 764, 19 de Dezembro de 1926, "Lutuosa e previdência", p.2

Câmaras Municipais

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 150, 17 de Janeiro de 1915, "A instrução popular na República: Descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "Escolas de Lisboa e Porto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 219, 27 de Maio de 1916, "Por Fafe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 251, 6 de Janeiro de 1917, "Os 5$00", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Câmara de Valongo", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Obra duma Câmara", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "A César o que é de César", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Câmara de Sintra", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 299, 8 de Dezembro de 1917, "Por Vila Nova de Ourém", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Por Alvaiázere", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 304, 12 de Janeiro de 1918, "Vejam...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 314, 23 de Março de 1918, "Com a lei na mão", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 321, 11 de Maio de 1918, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 326, 15 de Junho de 1918, "Notas", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 326, 15 de Junho de 1918, "Situação angustiosa", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 327, 22 de Junho de 1918, "Fruta do tempo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 327, 22 de Junho de 1918, "Um juiz modelo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 327, 22 de Junho de 1918, "Câmara modelo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 329, 6 de Julho de 1918, "Câmara exemplar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 329, 6 de Julho de 1918, "Câmara modelo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 329, 6 de Julho de 1918, "As Câmaras e as subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 330, 18 de Julho de 1918, "No concílio", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 330, 18 de Julho de 1918, "Protestos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 330, 18 de Julho de 1918, "Em Pinhel", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 376, 14 de Junho de 1919, "Um professor perseguido", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 377, 21 de Junho de 1919, "Um professor perseguido", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 387, 30 de Agosto de 1919, "Por Fafe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 426, 19 de Junho de 1920, "Professorado do Porto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 427, 26 de Junho de 1920, "Por S. Pedro do Sul", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 433, 7 de Agosto de 1920, "Interesses de Porto e Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "Os nossos detractores", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 564, 3 de Março de 1923, "Por Vila Real", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 571, 31 de Março de 1923, "Um inferno dantesco", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Os serviços de instrução e os municípios", p.1/2

Cartilha Experimental
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 708, 18 de Novembro de 1925, "Cartilha experimental", p.2

Cartilha Maternal
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "Descortesia", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Muito bem!", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Notas", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "Escolas móveis e sistemas de ensino inicial", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º123, 20 de Maio de 1911, "O ensino racional da leitura", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Congresso Pedagógico: eis as conclusões votadas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 114, 3 de Maio de 1914, "Algumas conclusões do Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "Os nossos detractores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 666, 28 de Janeiro de 1925, "João de Deus", p.1

Cartilha Moderna
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 95, 5 de Novembro de 1910, "Carta aberta- ao distinto professor de Rocio de Abrantes, Manuel Antunes Amor", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Secção pedagógica", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º120, 29 de Abril de 1911, "A reforma", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "A acção do Sindicato", p.1/2

Centralização

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "O S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 247, 9 de Dezembro de 1916, "A grande reunião", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 250, 30 de Dezembro de 1916, "Centralização ou descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Plebiscito", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Centralização e descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 307, 2 de Fevereiro de 1918, "Pro-centralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 310, 23 de Fevereiro de 1918, "Uma nova fórmula de descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "O futuro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 334, 10 de Agosto de 1918, "Vencimentos", p.1

Circular
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 29, 15 de Setembro de 1912, "Permutas.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 377, 21 de Junho de 1919, "Justiça!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 418, 24 de Abril de 1920, "Em torno da circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "Uma circular", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 420, 8 de Maio de 1920, "Em torno da circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 424, 5 de Junho de 1920, "A célebre circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 428, 3 de Julho de 1920, "Impera o arbítrio", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 445, 30 de Outubro de 1920, "Cartas novas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "Uma circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 571, 31 de Março de 1923, "Um inferno dantesco", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 663, 7 de Janeiro de 1925, "A circular", p.1

Classes de Professores

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Justiça a todos!", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "A reforma", p.2

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Às apalpadelas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 20, 14 de Julho de 1912, "Questões várias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Ministério da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 37, 10 de Novembro de 1912, "O Sindicato reclama", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 131, 30 de Agosto de 1914, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 132, 6 de Setembro de 1914, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 161, 28 de Março de 1915, "Promoções de classe: a ilegalidade do sistema adoptado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 167, 9 de Maio de 1915, "Promoções à 2.ª classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 248, 16 de Dezembro de 1916, "A codificação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 249, 23 de Dezembro de 1916, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 377, 21 de Junho de 1919, "Justiça!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 544, 23 de Setembro de 1922, "Estilhaços", p.1

Coeducação
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Mundo em fora", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "Uma medida de extraordinário alcance pedagógico", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "Questão importante", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "Mutualidade escolar", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113, 4 de Março de 1911, "O que deve ser a mulher moderna", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113, 4 de Março de 1911, "A mulher na escola", p.1/2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113,11 de Março de 1911, "Questão importante", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º119, 22 de Abril de 1911, "Secção pedagógica", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º121, 6 de Maio de 1911, "A mulher na escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º122, 13 de Maio de 1911, "Questão importante", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 4, 23 de Março de 1912, "O problema da educação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 12, 12 de Maio de 1912, "A Coeducação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 14, 26 de Maio de 1912, "A Coeducação
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Ministério da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 94, 14 de Dezembro de 1913, "Quadro das escolas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 97, 4 de Janeiro de 1914, "Fixando o quadro das escolas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 102, 9 de Fevereiro de 1914, "Revista do bem", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 114, 3 de Maio de 1914, "Algumas conclusões do Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 359, 1 de Fevereiro de 1919, "Coeducação dos sexos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 376, 14 de Junho de 1919, "A mulher educadora", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 383, 2 de Agosto de 1919, "Coeducação dos sexos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Coeducação e fusão de escolas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 460, 12 de Fevereiro de 1921, "Fusão de escolas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 461, 19 de Fevereiro de 1921, "Fusão de escolas", p.1

Concursos
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 196, 19 de Dezembro de 1915, "Modos de ver", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 198, 2 de Janeiro de 1916, "Lei 449 e seu regulamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 211, 1 de Abril de 1916, "Classificações de serviço", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 212, 9 de Abril de 1916, "Preferência nos concursos", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "A selecção de professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "Escolas de Lisboa e Porto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Escolas de Lisboa e Porto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "A selecção dos professores", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "A preferência do cônjuge", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "A preferência do cônjuge", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 247, 9 de Dezembro de 1916, "A grande reunião", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Classificação do serviço dos professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 315, 30 de Março de 1918, "Bisantinices", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "A preferência dos cônjuges", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 374, 31 de Maio de 1919, "A reunião de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Escola primárias superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "Nomeações sem concursos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 400, 29 de Novembro de 1919, "Um bico de obra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 420, 8 de Maio de 1920, "Concursos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 473, 14 de Maio de 1921, "A qualificação do serviço e os concursos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1921, "Classificação do serviço", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 541, 2 de Setembro de 1922, "Dissolução de J. Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 541, 2 de Setembro de 1922, "Professores sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 544, 23 de Setembro de 1922, "Sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 546, 7 de Outubro de 1922, "Redução de quadros", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 552, 18 de Novembro de 1922, "Professores sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 571, 31 de Março de 1923, "Preferência nos concursos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 573, 14 de Abril de 1923, "Professores sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 575, 28 de Abril de 1923, "Preferência nos concursos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 582, 16 de Junho de 1923, "Professores sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 583, 23 de Junho de 1923, "Professores sem colocação", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 594, 8 de Setembro de 1923, "Os sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 617, 16 de Fevereiro de 1924, "Os sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Sem colocação e sem profecção...", p.6
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 623, 2 de Abril de 1924, "Concursos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 632, 4 de Junho de 1924, "As filhas dos professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 639, 23 de Julho de 1924, "A preferência das filhas de professores", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 639, 23 de Julho de 1924, "Aos professores primários sem colocação do distrito de Coimbra", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 640, 30 de Julho de 1924, "O congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 641, 6 de Agosto de 1924, "Ao congresso pedagógico professores sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 643, 20 de Agosto de 1924, "Os professores sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "Com vista aos professores sem colocação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 680, 6 de Maio de 1925, "Professorado primário sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 684, 3 de Junho de 1925, "Professorado primário sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 710, 2 de Dezembro de 1925, "Ao correr da pena", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 736, 2 de Junho de 1926, "Aos sem colocação", p.2

Conferências Pedagógicas
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 320, 4 de Maio de 1918, "Conferência Pedagógica", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 321, 11 de Maio de 1918, "Conferências e organização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 323, 25 de Maio de 1918, "Cardoso Júnior", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 383, 2 de Agosto de 1919, "Coeducação dos sexos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 476, 4 de Junho de 1921, "Conferência pedagógica", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 477, 11 de Junho de 1921, "Conferência pedagógica", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 563, 3 de Fevereiro de 1923, "Relatório apresentado em reunião dos professores de Gaia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 564, 10 de Fevereiro de 1923, "Mais um", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 569, 17 de Março de 1923, "Educação Física", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 574, 21 de Abril de 1923, "Conferência", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 580, 2 de Junho de 1923, "Grémio dos professores de Gaia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 590, 11 de Agosto de 1923, "A conferência pedagógica na Póvoa de Varzim", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 590, 11 de Agosto de 1923, "Reforma de educação nacional", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 620, 12 de Março de 1924, "Conferências pedagógicas", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 633, 11 de Junho de 1924, "Centro escolar do Porto", p.1

Congressos Pedagógicos

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "O Congresso: importantes declarações do Sr, director geral de Instrução Primária", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Carta de Lisboa", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Congresso Pedagógico: eis as conclusões votadas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 36, 3 de Novembro de 1912, "Pela escola primária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 63, 11 de Maio de 1913, "Um congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 85, 12 de Outubro de 1913, "O Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 86, 19 de Outubro de 1913, "Ao congresso!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 95, 21 de Dezembro de 1913, "O Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 99, 18 de Janeiro de 1914, "O congresso pedagógico no Porto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 102, 9 de Fevereiro de 1914, "Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 108, 15 de Março de 1914, "Um Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 110, 5 de Abril de 1914, "Aos Srs. congressistas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 111, 12 de Abril de 1914, "O Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 112, 19 de Abril de 1914, "Ecos do Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 114, 3 de Maio de 1914, "Algumas conclusões do Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 152, 24 de Janeiro de 1915, "Os passeios escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 10 de Janeiro de 1920, "O congresso pedagógico", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "União: o último congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Através do congresso", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 410, 7 de Fevereiro de 1920, "Ideias concretas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 433, 7 de Agosto de 1920, "Congresso do Professorado Primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 435, 21 de Agosto de 1920, "Congresso do professorado primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 484, 30 de Julho de 1921, "Congresso do Professorado Primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 485, 6 de Agosto de 1921, "O congresso", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 486, 13 de Agosto de 1921, "O congresso", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 487, 20 de Agosto de 1921, "O congresso", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 490, 10 de Setembro de 1921, "Castas, não!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1921, "Má vontade", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 495, 15 de Outubro de 1921, "União para a história", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 510, 28 de Janeiro de 1922, "Estilhaços", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 534, 15 de Julho de 1922, "Ao congresso!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 540, 26 de Agosto de 1922, "O congresso de Coimbra!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 541, 2 de Setembro de 1922, "Ainda o congresso de Coimbra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 578, 19 de Maio de 1923, "A "*scie*"", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 5869, 4 de Agosto de 1923, "O congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 590, 11 de Agosto de 1923, "O congressos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 591, 18 de Agosto de 1923, "O congresso de Leiria", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 592, 25 de Agosto de 1923, "O congresso", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 593, 1 de Setembro de 1923, "Relato das sessões do congresso", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 594, 8 de Setembro de 1923, "Relato das sessões do congresso", p.1/2

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 620, 12 de Março de 1924, "Primeiro congresso feminista e de educação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 626, 23 de Abril de 1924, "Congresso pedagógico", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 627, 30 de Abril de 1924, "O congresso da Guarda", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 635, 25 de Junho de 1924, "O congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 637, 9 de Julho de 1924, "O congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 638, 16 de Julho de 1924, "O congresso", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 639, 23 de Julho de 1924, "Ao congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 640, 30 de Julho de 1924, "Congresso pedagógico", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 641, 6 de Agosto de 1924, "Ao congresso!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 641, 6 de Agosto de 1924, "Ao congresso pedagógico professores sem colocação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 642, 13 de Agosto de 1924, "O congresso de Braga", p.1/2/3/4
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 643, 20 de Agosto de 1924, "O congresso de Braga", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 644, 27 de Agosto de 1924, "Impressões do congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 644, 27 de Agosto de 1924, "Congressos e congressistas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 645, 2 de Setembro de 1924, "Depois dos congressos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 678, 22 de Abril de 1925, "2.º Congresso do distrito da Guarda", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 679, 29 de Abril de 1925, "Congresso pedagógico distrital de Leiria", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 680, 6 de Maio de 1925, "2.º Congresso pedagógico distrital da Guarda", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 680, 6 de Maio de 1925, "Congresso de Santarém", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 714, 30 de Dezembro de 1925, "Vida, ou morte?!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 715, 6 de Janeiro de 1926, "Congresso e reunião magna", p.2/3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 744, 28 de Junho de 1926, "O próximo congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 746, 11 de Agosto de 1926, "O congresso de 1926", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 785, 10 de Novembro de 1926, "Votos do congresso de 1926", p.1

Cuba
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 14, 26 de Maio de 1912, "Juramento da Bandeira", p.1

Cursos
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 397, 8 de Novembro de 1919, "Cursos de... aperfeiçoamento?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 435, 21 de Agosto de 1920, "Cursos de aperfeiçoamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 436, 28 de Agosto de 1920, "Cursos de aperfeiçoamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 452, 26 de Fevereiro de 1921, "Curso de aperfeiçoamento para inspectores escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 461, 19 de Fevereiro de 1921, "Curso de aperfeiçoamento para inspectores escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 477, 11 de Junho de 1921, "Cursos de aperfeiçoamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 539, 19 de Agosto de 1922, "Curso de aperfeiçoamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 575, 28 de Abril de 1923, "Curso de férias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 631, 28 de Maio de 1924, "Curso de bibliografia pedagógica", p.1

D

Decretos
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 58, 6 de Abril de 1913, "Uma lei que deve revogar-se", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 67, 8 de Junho de 1913, "No país das leis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 84, 28 de Setembro de 1913, "Os últimos decretos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 109, 29 de Março de 1914, "Mau sintoma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 161, 28 de Março de 1915, "Promoções de classe: a ilegalidade do sistema adoptado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 164, 18 de Abril de 1915, "Incoerências", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 165, 25 de Abril de 1915, "Promoções de classe: caturrice governamental", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 167, 9 de Maio de 1915, "Promoções à 2.ª classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 195, 12 de Dezembro de 1915, "Direitos de encarte", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 196, 19 de Dezembro de 1915, "O direito de encarte: um imposto intolerável", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 197, 26 de Dezembro de 1915, "O direito de encarte", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "Descodificação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 219, 27 de Maio de 1916, "Codificação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 240, 21 de Outubro de 1916, "Escolas normais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 248, 16 de Dezembro de 1916, "A codificação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 249, 23 de Dezembro de 1916, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 250, 30 de Dezembro de 1916, "A codificação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "A codificação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 303, 5 de Janeiro de 1918, "Teorias, abstracções e C.a", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 317, 13 de Abril de 1918, "Subvenções e mais coisas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 317, 13 de Abril de 1918, "Subvenção às subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 322, 18 de Maio de 1918, "Amigos de... Peniche", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 328, 29 de Junho de 1918, "Não entrou mosca...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 331, 20 de Julho de 1918, "Nova fase", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 396, 1 de Novembro de 1919, "É demais!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 428, 3 de Julho de 1920, "Impera o arbítrio", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 506, 31 de Dezembro de 1921, "Delenda decreto n.º 7867", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 507, 7 de Janeiro de 1922, "Inquícia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 508, 14 de Janeiro de 1922, "As novas subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "Ajudas de custo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 583, 23 de Junho de 1923, "Decretos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 586, 14 de Julho de 1923, "Decretos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 594, 8 de Setembro de 1923, "Um decreto", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 621, 19 de Março de 1924, "Edifícios escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 670, 24 de Fevereiro de 1925, "Legislação à frei Tomás", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 680, 6 de Maio de 1925, "Licenças", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 710, 2 de Dezembro de 1925, "A portaria", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 717, 20 de Janeiro de 1926, "Outra venha...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 763, 15 de Dezembro de 1926, "Um decreto infeliz", p.2

Deputados (professores primários)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 164, 18 de Abril de 1915, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 166, 2 de Maio de 1915, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 167, 9 de Maio de 1915, "Deputados, não União, sim", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 171, 6 de Junho de 1915, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 178, 25 de Julho de 1915, "Um professor deputado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 310, 23 de Fevereiro de 1918, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 321, 11 de Maio de 1918, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 479, 25 de Junho de 1921, "*Res non verba*", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "O professor na política", p.1

Deputados (professores primários)
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 164, 18 de Abril de 1915, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 166, 2 de Maio de 1915, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 167, 9 de Maio de 1915, "Deputados, não União, sim", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 171, 6 de Junho de 1915, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 178, 25 de Julho de 1915, "Um professor deputado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 310, 23 de Fevereiro de 1918, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 321, 11 de Maio de 1918, "Deputados, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 479, 25 de Junho de 1921, "*Res non verba*", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 672, 11 de Março de 1925, "O professor na política", p.1

Descentralização
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 93, 22 de Outubro de 1910, "A descentralização do ensino", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Instrução e República!", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "Será verdade?", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 115, 25 de Março de 1911, "A descentralização do ensino", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Uma representação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "O S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "A reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 70, 29 de Junho de 1913, "Uma violência", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 77, 17 de Agosto de 1913, "A instrução primária nos concelhos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 114, 3 de Maio de 1914, "Algumas conclusões do Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 115, 10 de Maio de 1914, "Descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 116, 17 de Maio de 1914, "Descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 150, 17 de Janeiro de 1915, "A instrução popular na República: Descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Descentralização", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 232, 26 de Agosto de 1916, "Descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 247, 9 de Dezembro de 1916, "A grande reunião", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 250, 30 de Dezembro de 1916, "Centralização ou descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Plebiscito", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Centralização e descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 307, 2 de Fevereiro de 1918, "Pro-centralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 310, 23 de Fevereiro de 1918, "Uma nova fórmula de descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "O futuro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 331, 20 de Julho de 1918, "Nova fase", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 666, 28 de Janeiro de 1925, "Descentralização municipalista do ensino", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 665, 21 de Janeiro de 1925, "Descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 726, 24 de Março de 1926, "Descentralizações", p.1

Despachos

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 35, 27 de Outubro de 1912, "S.P.P.P.", p.1

Diário de Notícias
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "Diário de Notícias", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 96, 12 de Novembro de 1910, "Ensino Livre", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 45, 5 de Janeiro de 1913, "Diário de Notícias", p.1

Dinamarca
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 93, 22 de Outubro de 1910, "Digno de imitação", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Vencimento de professores", p.2

Direito de Encarte
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 195, 12 de Dezembro de 1915, "Direitos de encarte", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 196, 19 de Dezembro de 1915, "O direito de encarte: um imposto intolerável", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 197, 26 de Dezembro de 1915, "O direito de encarte", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 198, 2 de Janeiro de 1916, "O direito de encarte: Insistindo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 230, 12 de Agosto de 1916, "Programa mínimo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 248, 16 de Dezembro de 1916, "A codificação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 256, 10 de Fevereiro de 1917, "Direitos de encarte", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Fantasias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 303, 5 de Janeiro de 1918, "Teorias, abstracções e C.ª", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 322, 18 de Maio de 1918, "Amigos de... Peniche", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "O imposto de rendimento", p.1

E

Edifícios Escolares

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 97, 19 de Novembro de 1910, "Processo sumário", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Instrução e República", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "Fortifiquemos a raça e regeneremos a escola", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Para a frente!", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Instrução e República!", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 114, 18 de Março de 1911, "O que é preciso", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º119, 22 de Abril de 1911, "Secção pedagógica", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Às apalpadelas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Sindicato de Felgueiras", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Congresso Pedagógico: eis as conclusões votadas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 13, 19 de Maio de 1912, "Questões de ensino: Higiene escolar e organização pedagógica", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 22, 28 de Julho de 1912, "Construções escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 33, 13 de Outubro de 1912, "Em frente!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Ministério da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 43, 22 de Dezembro de 1912, "Falta de professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 58, 6 de Abril de 1913, "Uma lei que deve revogar-se", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 69, 22 de Junho de 1913, "Edifícios Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 76, 10 de Agosto de 1913, "A higiene na escola", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 89, 9 de Novembro de 1913, "A escola moderna", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 93, 7 de Dezembro de 1913, "Martelando...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 98, 11 de Janeiro de 1914, "Edifícios escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 154, 7 de Fevereiro de 1915, "A arte na escola", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 248, 16 de Dezembro de 1916, "A codificação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 256, 10 de Fevereiro de 1917, "Carta de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Fantasias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 328, 29 de Junho de 1918, "Dr. Eduardo Ferreira dos Santos Silva", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 510, 28 de Janeiro de 1922, "Estilhaços", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 532, 1 de Julho de 1922, "A escola e o professorado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 535, 22 de Julho de 1922, "Rendas de casas de escolas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 571, 31 de Março de 1923, "A lei 1264", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 578, 19 de Maio de 1923, "A "scie"", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 5869, 4 de Agosto de 1923, "A reorganização do ensino", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 599, 13 de Outubro de 1923, "Edifícios escolares", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 611, 5 de Janeiro de 1924, "Edifícios escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 653, 29 de Outubro de 1924, "Enquanto é tempo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 676, 8 de Abril de 1925, "Vamos ter escolas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 680, 6 de Maio de 1925, "Escolas primárias", p.1/2

Educação Física

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 315, 30 de Março de 1918, "Ginástica", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "Revista de Educação Física", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 424, 5 de Junho de 1920, "A célebre circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 432, 31 de Julho de 1920, "Educação Física", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 569, 17 de Março de 1923, "Educação Física", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 575, 28 de Abril de 1923, "Educação Física", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 613, 19 de Janeiro de 1924, "Assuntos educativos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Educação física", p.5

Educação Moral

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 104, 7 de Janeiro de 1911, "O ensino da doutrina cristã e o dever do professor oficial", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º121, 6 de Maio de 1911, "Estatutos da Junta Internacional das Federações de Professores", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º121, 6 de Maio de 1911, "A instrução e educação moral na escola", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Segundo Congresso internacional de educação moral", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 14, 26 de Maio de 1912, "Juramento da Bandeira", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 21, 21 de Julho de 1912, "A Educação Moral", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 30, 22 de Setembro de 1912, "Higiene Moral", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 155, 14 de Fevereiro de 1915, "A educação moral", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 202, 30 de Janeiro de 1916, "Páginas pedagógicas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "Moral animal", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 299, 8 de Dezembro de 1917, "Coisas que eu penso e que eu vejo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "Bondade", p.1

Educação Nacional
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Instrução e República", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Notas", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "Notas", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 16, 16 de Junho de 1912, "Serenamente", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 17, 23 de Junho de 1912, "Notas", p.2

Ensino Livre
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 96, 12 de Novembro de 1910, "Ensino Livre", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Congresso Pedagógico: eis as conclusões votadas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 140, 1 de Novembro de 1914, "Outro rumo", p.1

Ensino Sexual

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Ensino sexual", p.2

Escola Moderna
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 680, 6 de Maio de 1925, "Escola Moderna", p.1

Escola Portuguesa
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "Escola Portuguesa", p.1

Escolas Infantis

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 579, 26 de Maio de 1923, "O ensino infantil", suplemento

Escolas Móveis
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "Descortesia", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Muito bem!", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "Escolas móveis e sistemas de ensino inicial", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Congresso Pedagógico: eis as conclusões votadas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 114, 3 de Maio de 1914, "Algumas conclusões do Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "Os nossos detractores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 303, 5 de Janeiro de 1918, "Pelo ministério de Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 385, 16 de Agosto de 1919, "Escolas móveis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 396, 1 de Novembro de 1919, "É demais!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 484, 30 de Julho de 1921, "Professores das escolas móveis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1921, "Um pedido inocente", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 540, 26 de Agosto de 1922, "Escolas móveis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 5869, 4 de Agosto de 1923, "Escolas móveis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 663, 7 de Janeiro de 1925, "Escolas móveis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 729, 14 de Abril de 1926, "Escolas móveis", p.1

Escolas Normais
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II.º, n.º 72, 21 de Maio de 1910, "Escolas Normais", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 92, 15 de Outubro de 1910, "Escolas Normais do Porto", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 92, 15 de Outubro de 1910, "Oração inaugural", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 96, 12 de Novembro de 1910, "Uma obra simpática: Escola Normal de Bragança", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 97, 19 de Novembro de 1910, "Professores diplomados e alunos do curso do magistério primário", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Instrução e República", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Notas", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "O ensino normal em Faro", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113,11 de Março de 1911, "Palestras pedagógicas", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º126, 10 de Junho de 1911, "Porta trancada", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º127, 17 de Junho de 1911, "Admissão às escolas normais", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Uma representação", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 129, 1 de Julho de 1911, "Justiça", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Para a frente!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Uma escola normal Russa em Leipzig", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 9, 27 de Abril de 1912, "Carta de Lisboa", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 29, 15 de Setembro de 1912, "As classificações dos normalistas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 33, 13 de Outubro de 1912, "Em frente!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Ministério da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 43, 22 de Dezembro de 1912, "Falta de professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 46, 12 de Janeiro de 1913, "Henrique de Sant'Ana", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 47, 19 de Janeiro de 1913, "Reforma de Instrução Pública", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 55, 16 de Março de 1913, "A boa doutrina", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 69, 22 de Junho de 1913, "Edifícios Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 93, 7 de Dezembro de 1913, "A instrução militar preparatória", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 149, 3 de Janeiro de 1915, "Reforma do Ensino Normal", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 205, 20 de Fevereiro de 1916, "O ensino normal primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 209, 19 de Março de 1916, "O regulamento das escolas normais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "Escolas normais", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "Escola normal", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 240, 21 de Outubro de 1916, "Escolas normais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano VI, n.º 270, 19 de Maio de 1917, "Comentários Leves", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "Curso de admissão às escolas normais", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 338, 14 de Setembro de 1918, "Relâmpagos", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 392, 4 de Outubro de 1919, "Regulamento do ensino primário e normal ", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 397, 8 de Novembro de 1919, "Escola Normal do Porto", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 443, 16 de Outubro de 1920, "Na escola normal do Porto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 473, 14 de Maio de 1921, "Admissão às escolas normais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "Alvitre", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 599, 13 de Outubro de 1923, "Escolas normais primárias", p.2

Escolas Primárias Superiores
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 358, 25 de Janeiro de 1919, "Regulamento das Escolas Primárias Superiores", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Escola primárias superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 384, 9 de Agosto de 1919, "Escolas P. Superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 385, 16 de Agosto de 1919, "Escolas primárias superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 387, 30 de Agosto de 1919, "Escolas P. Superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 388, 6 de Setembro de 1919, "Escolas Primárias Superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 389, 13 de Setembro de 1919, "Escolas Primárias Superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 391, 27 de Setembro de 1919, "Escolas Primárias Superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "União: o último congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Através do congresso", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 410, 7 de Fevereiro de 1920, "Escolas primárias superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 437, 4 de Setembro de 1920, "Escolas primárias superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 437, 4 de Setembro de 1920, "Matrículas nas E.P.S.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 438, 11 de Setembro de 1920, "Escolas primárias superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 583, 23 de Junho de 1923, "Escolas Primárias Superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 785, 10 de Novembro de 1926, "Votos do congresso de 1926", p.1

Exames
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 103, 14 de Fevereiro de 1914, "Questões do ensino: exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 119, 7 de Junho de 1914, "Exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Notas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 231, 19 de Agosto de 1916, "Exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 232, 26 de Agosto de 1916, "Exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 234, 9 de Setembro de 1916, "Exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 280, 28 de Julho de 1917, "Exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 316, 6 de Abril de 1918, "Inovações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "Exames do 2.º grau", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 320, 4 de Maio de 1918, "Notas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 327, 22 de Junho de 1918, "Festas, cantinas e exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 374, 31 de Maio de 1919, "A reunião de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Não concordamos...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 422, 22 de Maio de 1920, "Os exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 429, 10 de Julho de 1920, "Exames de admissão aos liceus", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 473, 14 de Maio de 1921, "Exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 532, 1 de Julho de 1922, "Provas finais da 5.ª classe", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 575, 28 de Abril de 1923, "Exame de admissão aos liceus", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 684, 3 de Junho de 1925, "Exames de 4.ª classe", p.1

Excursões Escolares

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "Uma excursão escolar ao Porto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 17, 23 de Junho de 1912, "Uma festa de crianças", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 152, 24 de Janeiro de 1915, "Os passeios escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 168, 16 de Maio de 1915, "Passeios escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 171, 6 de Junho de 1915, "Os Passeios escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "Uma circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 519, 1 de Abril de 1922, "Excursões escolares", p.1

F

Festas Escolares

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 18, 30 de Junho de 1912, "As festas escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 60, 20 de Abril de 1913, "Festa das aves", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 327, 22 de Junho de 1918, "Festas, cantinas e exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 590, 11 de Agosto de 1923, "Festa escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 644, 27 de Agosto de 1924, "Uma festa escolar", p.2

Formação Profissional

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 104, 7 de Janeiro de 1911, "O ensino primário", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "3.º Congresso de educação popular", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "O ensino normal em Faro", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113,11 de Março de 1911, "Palestras pedagógicas", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "A instrução primária, pedra angular da República", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º120, 29 de Abril de 1911, "Propaganda educativa", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Os grandes calculistas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 2, 9 de Março de 1912, "A acção do Sindicato", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 2, 9 de Março de 1912, "Conferências", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Segundo Congresso internacional de educação moral", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 4, 23 de Março de 1912, "O problema da educação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "A acção do Sindicato", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 9, 27 de Abril de 1912, "A reunião de Espinho", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 15, 2 de Junho de 1912, "Trabalhos Manuais Educativos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 23, 4 de Agosto de 1912, "Uma obra revolucionária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 25, 18 de Agosto de 1912, "Uma obra patriótica", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 26, 25 de Agosto de 1912, "Novos tempos! novas obras", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 28, 8 de Setembro de 1912, "A obra do S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Ministério da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Trabalhos manuais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 39, 24 de Novembro de 1912, "Um belo exemplo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "Em Famalicão", p.2

França

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "O exemplo dos estranhos", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "Os jesuítas", p.1/2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º127, 17 de Junho de 1911, "Previdência", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 164, 18 de Abril de 1915, "A escola laica", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 411, 14 de Fevereiro de 1920, "Depois da guerra", p.1/2

G

Genebra

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 8 de Outubro de 1910, "Revista do bem – um apelo sobre a educação humanitária das crianças", p.2

Grémios

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 217, 13 de Maio de 1916, "Um novo grémio", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "Notas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 280, 28 de Julho de 1917, "Por Coimbra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 329, 6 de Julho de 1918, "União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 479, 25 de Junho de 1921, "Grémio dos professores primários oficiais de Gaia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 484, 30 de Julho de 1921, "Nota oficiosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 503, 10 de Dezembro de 1921, "Grémio dos professores oficiais de Gaia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 504, 17 de Dezembro de 1921, "Grémio dos professores oficiais de Gaia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 569, 17 de Março de 1923, "Educação Física", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 580, 2 de Junho de 1923, "Grémio dos professores de Gaia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "Grémio dos professores de Gaia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 582, 16 de Junho de 1923, "Grémio dos professores oficiais de Gaia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 599, 13 de Outubro de 1923, "Grémio dos professores de Gaia", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 639, 23 de Julho de 1924, "Expectativa", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 664, 14 de Janeiro de 1925, "No meio está a virtude", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 670, 24 de Fevereiro de 1925, "Grémio dos professores primários oficiais de Gaia", p.1

Guerra Mundial (1.ª)

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 128, 9 de Agosto de 1914, "Missão histórica do professorado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 133, 13 de Setembro de 1914, "O professorado e a guerra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 135, 27 de Setembro de 1914, "Infanticídios", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 138, 18 de Outubro de 1914, "Nós e a guerra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 149, 3 de Janeiro de 1915, "Apelo em favor dos professores belgas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 149, 3 de Janeiro de 1915, "A pedagogia e a guerra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 172, 13 de Junho de 1915, "Humanitarismo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 210, 26 de Março de 1916, "Hora grave", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 209, 19 de Março de 1916, "Subscrição a favor dos professores belgas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 213, 16 de Abril de 1916, "As lições da grande guerra", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 216, 6 de Maio de 1916, "Os professores no serviço militar", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "O professorado na guerra", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 219, 27 de Maio de 1916, "Professores no serviço militar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 220, 3 de Junho de 1916, "A situação do professor perante a guerra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 222, 17 de Junho de 1916, "Pão! Pão! Pão!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 247, 9 de Dezembro de 1916, "A grande reunião", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano VI, n.º 267, 28 de Abril de 1917, "Professores mobilizados", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 284, 25 de Agosto de 1917, "Situação grave", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 287, 15 de Setembro de 1917, "Situação má", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 298, 1 de Dezembro de 1917, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 298, 1 de Dezembro de 1917, "Alerta colegas!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 299, 8 de Dezembro de 1917, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Fantasias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 328, 29 de Junho de 1918, "Dr. Eduardo Ferreira dos Santos Silva", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 348, 16 de Setembro de 1918, "Paz", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 338, 25 de Janeiro de 1919, "A caminho da educação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 373, 24 de Maio de 1919, "Para a história", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 373, 24 de Maio de 1919, "Abri os vossos corações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 386, 23 de Agosto de 1919, "Professores no Exército", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Escola ou caserna?", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 411, 14 de Fevereiro de 1920, "Depois da guerra", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 510, 28 de Janeiro de 1922, "Quem quer, vai...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 511, 4 de Fevereiro de 1922, "Professores soldados", p.1

H

Haia

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Segundo Congresso internacional de educação moral", p.3

Holanda

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "Os jesuítas", p.1/2

I

Imagem do Professor

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "Fortifiquemos a raça e regeneremos a escola", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Para a frente!", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Obrigatoriedade do ensino", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "O S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 35, 27 de Outubro de 1912, "De regresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 42, 15 de Dezembro de 1912, "Os professores e o registo civil", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 56, 23 de Março de 1913, "O melhor caminho", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 93, 7 de Dezembro de 1913, "Martelando...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 128, 9 de Agosto de 1914, "Missão histórica do professorado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 138, 18 de Outubro de 1914, "Nós e a guerra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 216, 6 de Maio de 1916, "Os professores no serviço militar", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 220, 3 de Junho de 1916, "A situação do professor perante a guerra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Pelo futuro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 230, 12 de Agosto de 1916, "Programa mínimo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 280, 28 de Julho de 1917, "Exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 318, 20 de Abril de 1918, "Dignificação do professor", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "Bem haja", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 325, 8 de Junho de 1918, "Organização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 325, 8 de Junho de 1918, "Paralelos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 333, 3 de Agosto de 1918, "Que mais virá?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 376, 14 de Junho de 1919, "Responsabilidade", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 411, 14 de Fevereiro de 1920, "Situação insustentável", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 413, 28 de Fevereiro de 1920, "Insistindo: e nós?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 459, 5 de Fevereiro de 1921, "Aos amigos do professor", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º.º, n.º 475, 28 de Maio de 1921, "Carta de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 484, 30 de Julho de 1921, "Carta aberta", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 508, 14 de Janeiro de 1922, "As novas subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 510, 28 de Janeiro de 1922, "Quem quer, vai...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "Os nossos detractores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "Estilhaços", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 514, 25 de Fevereiro de 1922, "Caminho a seguir", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 524, 6 de Maio de 1922, "Justiça aos professores primários", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 525, 13 de Maio de 1922, "Nós e a República", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 540, 26 de Agosto de 1922, "Um alvitre", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 575, 28 de Abril de 1923, "Mais uma injustiça?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 578, 19 de Maio de 1923, "À classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "Aumentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 663, 7 de Janeiro de 1925, "Inauguração dum retracto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 666, 28 de Janeiro de 1925, "Coisas de ontem e coisas de hoje", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 679, 29 de Abril de 1925, "Crónica adventícia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 696, 26 de Agosto de 1925, "É demais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 763, 15 de Dezembro de 1926, "Um decreto infeliz", p.2

Inglaterra

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º119, 22 de Abril de 1911, "Secção pedagógica", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Vencimento de professores", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 21, 21 de Julho de 1912, "Leis e programas escolares nos diversos Estados Europeus", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 373, 24 de Maio de 1919, "Para a história", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 663, 7 de Janeiro de 1925, "Na Inglaterra", p.1

Inspecção Escolar
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 94, 29 de Outubro de 1910, "Notícias da instrução", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 97, 19 de Novembro de 1910, "António Francisco dos Santos", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Instrução e República", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "Concurso para sub-inspectores escolares", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Instrução e República", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º119, 22 de Abril de 1911, "Secção pedagógica", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Para a frente!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "Carvalho Mourão", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "Pelo senado", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Às apalpadelas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 21, 21 de Julho de 1912, "Uma proposta do Sr. Inspector Carvalho Mourão", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Ministério da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 39, 24 de Novembro de 1912, "Um belo exemplo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 47, 19 de Janeiro de 1913, "Reforma de Instrução Pública", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 249, 23 de Dezembro de 1916, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 250, 30 de Dezembro de 1916, "Carta de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 250, 30 de Dezembro de 1916, "Pelas inspecções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Pelas inspecções", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 298, 1 de Dezembro de 1917, "Notas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 303, 5 de Janeiro de 1918, "Inspectores e qualificações de serviço", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 307, 2 de Fevereiro de 1918, "Inspectorando", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 314, 23 de Março de 1918, "Inspectores escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 339, 14 de Setembro de 1918, "A propósito", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 340, 21 de Setembro de 1918, "Inspectores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 341, 28 de Setembro de 1918, "Inspectores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 371, 10 de Maio de 1919, "Um caso grave!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 384, 9 de Agosto de 1919, "O afastamento de funcionários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 385, 16 de Agosto de 1919, "O afastamento de funcionários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 386, 23 de Agosto de 1919, "O afastamento de funcionários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 387, 30 de Agosto de 1919, "O afastamento de funcionários", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 389, 13 de Setembro de 1919, "Ainda o afastamento dos funcionários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "Nomeações sem concursos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 397, 8 de Novembro de 1919, "Joaquim José da Trindade", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 401, 6 de Dezembro de 1919, "Ex.mo Sr. Ministro da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 418, 24 de Abril de 1920, "Em torno da circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 424, 5 de Junho de 1920, "César Anjo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 433, 7 de Agosto de 1920, "Augusto Gomes de Oliveira", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 441, 2 de Outubro de 1920, "A inspecção de sanidade escolar: as licenças dos professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 452, 18 de Dezembro de 1920, "Inspecções de circunscrição", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 452, 26 de Fevereiro de 1921, "Curso de aperfeiçoamento para inspectores escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 461, 19 de Fevereiro de 1921, "Curso de aperfeiçoamento para inspectores escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 475, 28 de Maio de 1921, "Inspecções de circunscrição", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 490, 10 de Setembro de 1921, "Novos inspectores escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 495, 15 de Outubro de 1921, "O Sr. Inspector de Faro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 580, 2 de Junho de 1923, "António Justino Ferreira", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "As brigadas...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 583, 23 de Junho de 1923, "Policiar não, orientar sim", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 585, 7 de Julho de 1923, "Inspecção escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 5869, 4 de Agosto de 1923, "A reorganização do ensino", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 590, 11 de Agosto de 1923, "Inspecções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 594, 8 de Setembro de 1923, "Policiar não, orientar sim", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 594, 8 de Setembro de 1923, "Armando Silva", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 594, 8 de Setembro de 1923, "Exigência descabida", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 711, 9 de Dezembro de 1925, "Ao Sr. Ministro da instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "Os inspectores na Federação Escolar", p.6-a
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 760, 24 de Novembro de 1926, "Inspectores escolares", p.1

Instituto do Professorado Primário

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "O Instituto do Professorado Primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 372, 17 de Maio de 1919, "Regulamento do Instituto do Professorado Primário", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 661, 24 de Dezembro de 1924, "Instituto do Professorado Primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 731, 28 de Abril de 1926, "Instituto e previdência", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 739, 23 de Junho de 1926, "O instituto: secção masculina", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 785, 10 de Novembro de 1926, "Votos do congresso de 1926", p.1

Instrução

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Sinceridade", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Apreciações, críticas e comentários à instrução primária", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Inquérito à Instrução em Portugal", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "Instrução Pública", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 55, 29 de Janeiro de 1910, "O inquérito", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 8 de Outubro de 1910, "Reclamações do professorado primário português", p.3

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 92, 15 de Outubro de 1910, "A instrução e a república", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 95, 5 de Novembro de 1910, "Plano Geral da Instrução", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 101, 17 de Dezembro de 1910, "Uma revolução que urge fazer", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 105, 16 de Janeiro de 1911, "Mais um ano", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "Carta de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Palavras dum ministro: nem pão nem instrução", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Programas e horários", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "Questão importante", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "A Associação educativa", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "Palavras dum ministro: nem pão nem instrução", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113, 4 de Março de 1911, "Dois acontecimentos", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 114, 18 de Março de 1911, "Considerações", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 115, 25 de Março de 1911, "Dr. João de Barros", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 116, 1 de Abril de 1911, "Reforma de Instrução Primária", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "A nova reforma do ensino primário", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "A reforma e os trabalhos manuais educativos", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "Breves reflexões", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º127, 17 de Junho de 1911, "Reforma de instrução primária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 2, 9 de Março de 1912, "A acção do Sindicato", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Para a frente!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 4, 23 de Março de 1912, "O problema da educação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Congresso Pedagógico: eis as conclusões votadas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 9, 27 de Abril de 1912, "Considerações oportunas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 13, 19 de Maio de 1912, "Questões de ensino: Higiene escolar e organização pedagógica", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 15, 2 de Junho de 1912, "Revista do bem: Castigos Corporais", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 32, 6 de Outubro de 1912, "Dois anos depois", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 36, 3 de Novembro de 1912, "Pela escola primária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 38, 17 de Novembro de 1912, "Vamos a isso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 40, 1 de Dezembro de 1912, "Quando?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 41, 8 de Dezembro de 1912, "Para a frente", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 44, 29 de Dezembro de 1912, "Os governos e a instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 93, 7 de Dezembro de 1913, "Martelando...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 96, 28 de Dezembro de 1913, "O preço dos livros", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 139, 25 de Outubro de 1914, "Pedagogia prática", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 149, 3 de Janeiro de 1915, "A pedagogia e a guerra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 157, 28 de Fevereiro de 1915, "Os novos programas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 165, 25 de Abril de 1915, "A Educação racional da criança", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "A coerência do passado e a incoerência actual", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "A antropometria pedagógica na escola primária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Páginas Pedagógicas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 238, 7 de Outubro de 1916, "A instrução primária em Portugal!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 253, 20 de Janeiro de 1917, "Instrução primária: como se poderá conseguir uma excelente reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 299, 8 de Dezembro de 1917, "O método moderno", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 315, 30 de Março de 1918, "Bisantinices", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "Migalhas de pedagogia", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 320, 4 de Maio de 1918, "Salvemo-nos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 323, 25 de Maio de 1918, "Migalhas de pedagogia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "O futuro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 326, 15 de Junho de 1918, "Esclarecendo", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 358, 25 de Janeiro de 1919, "A caminho da educação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Educar é revolucionar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 398, 15 de Novembro de 1919, "Novos programas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 399, 22 de Novembro de 1919, "Os novos programas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 402, 13 de Dezembro de 1919, "Instrução popular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Pinceladas...programas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 411, 14 de Fevereiro de 1920, "O ensino da história", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "A última circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 420, 8 de Maio de 1920, "Em torno da circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 422, 22 de Maio de 1920, "As quintas-feiras", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 424, 5 de Junho de 1920, "Tempos lectivos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 427, 26 de Junho de 1920, "Tempos lectivos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 427, 26 de Junho de 1920, "Tempos lectivos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 432, 31 de Julho de 1920, "Questão urgente", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 435, 21 de Agosto de 1920, "A República e educação popular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 475, 28 de Maio de 1921, "O projecto do senador", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 476, 4 de Junho de 1921, "O projecto do senado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 477, 11 de Junho de 1921, "O caos!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 511, 4 de Fevereiro de 1922, "Livros aprovados", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "Uma circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 520, 8 de Abril de 1922, "O homem", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 525, 13 de Maio de 1922, "Uma lei odiosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 544, 23 de Setembro de 1922, "Leituras escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 571, 31 de Março de 1923, "A lei 1264", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 612, 12 de Janeiro de 1924, "Horários e programas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "A escola e o professor", p.5
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 646, 10 de Setembro de 1924, "A direcção geral e a 10.ª repartição", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 717, 10 de Fevereiro de 1926, "Quintas-feiras facultativamente livres", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 785, 10 de Novembro de 1926, "Votos do congresso de 1926", p.1

Instrução Militar Preparatória
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 95, 5 de Novembro de 1910, "A instrução militar nas escolas", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 97, 19 de Novembro de 1910, "A instrução militar nas escolas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 38, 17 de Novembro de 1912, "Instrução Militar Preparatória", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 42, 15 de Dezembro de 1912, "Batalhões infantis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 43, 22 de Dezembro de 1912, "Batalhões infantis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 45, 5 de Janeiro de 1913, "Batalhões infantis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 46, 12 de Janeiro de 1913, "Batalhões infantis", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 48, 26 de Janeiro de 1913, "Batalhões infantis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 50, 9 de Fevereiro de 1913, "Batalhões infantis", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 52, 23 de Fevereiro de 1913, "Batalhões infantis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 92, 30 de Novembro de 1913, "A Instrução Militar Preparatória", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 93, 7 de Dezembro de 1913, "A instrução militar preparatória", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 117, 24 de Maio de 1914, "C.M.P.: A sua obra na instrução", p.1

Itália

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "Os jesuítas", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "O ensino na Itália", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 90, 16 de Novembro de 1913, "Biblioteca escolar", p.1

J

Japão
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 8 de Outubro de 1910, "Mundo em fora", p.1/2

Junta Internacional das Federações de Professores
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º121, 6 de Maio de 1911, "Estatutos da Junta Internacional das Federações de Professores", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º122, 13 de Maio de 1911, "Junta internacional das federações de professores", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 19, 7 de Julho de 1912, "Leis e programas escolares nos diversos Estados Europeus", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 21, 21 de Julho de 1912, "Bureau International de Fédérations d'Instituteurs", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 25, 18 de Agosto de 1912, "Uma obra patriótica", p.1

Juntas Escolares

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Ao Ex.mo Sr Ministro da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 387, 30 de Agosto de 1919, "As Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 388, 6 de Setembro de 1919, "As Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 396, 1 de Novembro de 1919, "Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 398, 15 de Novembro de 1919, "A acção das Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 400, 29 de Novembro de 1919, "As Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 402, 13 de Dezembro de 1919, "Será possível?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Através do congresso", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 422, 22 de Maio de 1920, "Caminho errado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 424, 5 de Junho de 1920, "Anomalias...regulamentares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 449, 27 de Novembro de 1920, "As Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 460, 12 de Fevereiro de 1921, "Juntas escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 464, 12 de Março de 1921, "Juntas escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 473, 14 de Maio de 1921, "Junta escolar de Gondomar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1921, "Classificação do serviço", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 503, 10 de Dezembro de 1921, "Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 504, 17 de Dezembro de 1921, "Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 506, 31 de Dezembro de 1921, "Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 509, 21 de Janeiro de 1922, "Cautela!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 523, 29 de Abril de 1922, "O congresso das Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 534, 15 de Julho de 1922, "A eleição das Juntas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 540, 26 de Agosto de 1922, "Vida Nova", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 540, 26 de Agosto de 1922, "Dissolução de J. Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 541, 2 de Setembro de 1922, "Dissolução de J. Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 571, 31 de Março de 1923, "Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 580, 2 de Junho de 1923, "As Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 583, 23 de Junho de 1923, "Dissolução das Juntas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 590, 11 de Agosto de 1923, "Basta!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 606, 1 de Dezembro de 1923, "Juntas Escolares", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 658, 3 de Dezembro de 1924, "Atenção", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 678, 22 de Abril de 1925, "Oliveira do hospital", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 683, 27 de Maio de 1925, "A nossa atitude", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 680, 6 de Maio de 1925, "A afronta", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 684, 3 de Junho de 1925, "O abuso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 711, 9 de Dezembro de 1925, "Sem título", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 725, 17 de Março de 1926, "Juntas escolares", p.1

L

Lei

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 198, 2 de Janeiro de 1916, "Lei 449 e seu regulamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 199, 9 de Janeiro de 1916, "Leis inúteis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 200, 16 de Janeiro de 1916, "Lei 424", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 211, 1 de Abril de 1916, "Classificações de serviço", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "Descodificação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 219, 27 de Maio de 1916, "Codificação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 248, 16 de Dezembro de 1916, "A codificação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 258, 24 de Fevereiro de 1917, "Leis novas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 303, 5 de Janeiro de 1918, "Teorias, abstracções e C.a", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 307, 2 de Fevereiro de 1918, "Inspectorando", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 320, 4 de Maio de 1918, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 525, 13 de Maio de 1922, "Uma lei odiosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 549, 18 de Novembro de 1922, "Fogo de vista", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 571, 31 de Março de 1923, "A lei 1264", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 644, 27 de Agosto de 1924, "Lei 1.114", p.2

Liga Nacional do Professorado Primário
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Ano Novo", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "Aos centros escolares", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "O S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "O Congresso: importantes declarações do sr, director geral de Instrução Primária", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Ressurge a Liga?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Carta de Lisboa", p.2

Lutuosa

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "Lutuosa", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 219, 27 de Maio de 1916, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 322, 18 de Maio de 1918, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 359, 1 de Fevereiro de 1919, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 384, 9 de Agosto de 1919, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º.º, n.º 475, 28 de Maio de 1921, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 477, 11 de Junho de 1921, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 503, 10 de Dezembro de 1921, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 504, 17 de Dezembro de 1921, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 519, 1 de Abril de 1922, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 540, 26 de Agosto de 1922, "Lutuosa dos professores primários", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 575, 28 de Abril de 1923, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 578, 19 de Maio de 1923, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 585, 7 de Julho de 1923, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 586, 14 de Julho de 1923, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 679, 29 de Abril de 1925, "Lutuosa dos Professores Primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 708, 18 de Novembro de 1925, "Lutuosa oficial", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 731, 28 de Abril de 1926, "Instituto e previdência", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 738, 16 de Junho de 1926, "Lutuosa", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 747, 18 de Agosto de 1926, "Inconcebível", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 749, 1 de Setembro de 1926, "Lutuosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 751, 15 de Setembro de 1926, "Lutuosa e previdência", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 751, 15 de Setembro de 1926, "Lutuosa", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "A Lutuosa na Federação escolar", p.6-b
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 785, 10 de Novembro de 1926, "A Lutuosa no Porto", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 785, 10 de Novembro de 1926, "Lutuosa dos professores primários", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 764, 19 de Dezembro de 1926, "Lutuosa e previdência", p.2

M

Ministério de Instrução Pública

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Congresso Pedagógico: eis as conclusões votadas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Ministério da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 72, 13 de Julho de 1913, "O Ministério da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 73, 20 de Julho de 1913, "O ministro da instrução pública", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 75, 3 de Agosto de 1913, "O que diz o primeiro ministro da instrução da República", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 118, 31 de Maio de 1914, "O atraso nos pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 131, 30 de Agosto de 1914, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 146, 13 de Dezembro de 1914, "Conselho Superior de Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 147, 20 de Dezembro de 1914, "Novo ministro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 165, 25 de Abril de 1915, "Promoções de classe: caturrice governamental", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 209, 19 de Março de 1916, "Ministério da instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 218, 20 de Maio de 1916, "A coerência do passado e a incoerência actual", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 220, 3 de Junho de 1916, "A situação do professor perante a guerra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Notas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Tribuna livre", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 238, 7 de Outubro de 1916, "A instrução primária em Portugal!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Carta de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano VI, n.º 261, 24 de Março de 1917, "O aumento no parlamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 298, 1 de Dezembro de 1917, "Pelo Ministério de Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 298, 1 de Dezembro de 1917, "Alerta colegas!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Fantasias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 303, 5 de Janeiro de 1918, "Teorias, abstracções e C.a", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 303, 5 de Janeiro de 1918, "Pelo ministério de Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 304, 12 de Janeiro de 1918, "Política na escola", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 307, 26 de Janeiro de 1918, "Concordamos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 307, 2 de Fevereiro de 1918, "O que pensamos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 314, 23 de Março de 1918, "Inspectores escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 315, 30 de Março de 1918, "Boceta de Pandora", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "Nova era?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 322, 18 de Maio de 1918, "Amigos de... Peniche", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 333, 3 de Agosto de 1918, "Que mais virá?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 336, 24 de Agosto de 1918, "Agitadores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 337, 31 de Agosto de 1918, "Na brecha", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 337, 4 de Janeiro de 1919, "Futura reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 369, 26 de Abril de 1919, "Preito", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 369, 26 de Abril de 1919, "O grande estadista", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 373, 24 de Maio de 1919, "Doutor Domingos Pereira", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 379, 5 de Julho de 1919, "Mais um!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Ao Ex.mo Sr Ministro da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 401, 6 de Dezembro de 1919, "Ex.mo Sr. Ministro da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 409, 31 de Janeiro de 1920, "Esperemos", p.2

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 410, 7 de Fevereiro de 1920, "Notas de um educador", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 428, 3 de Julho de 1920, "Impera o arbitrio", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 439, 18 de Setembro de 1920, "A República e a educação popular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 441, 2 de Outubro de 1920, "A inspecção de sanidade escolar: as licenças dos professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 445, 30 de Outubro de 1920, "Cartas novas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 450, 4 de Dezembro de 1920, "Com vista ao Ex.mo Ministro da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 477, 11 de Junho de 1921, "Crise de carácter", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 483, 23 de Julho de 1921, "Uma situação alarmante", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 484, 30 de Julho de 1921, "Carta aberta", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1921, "Má vontade", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1921, "Ao professorado primário e a Sr. Silva Barreto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 511, 4 de Fevereiro de 1922, "Estilhaços", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "Estilhaços", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 520, 8 de Abril de 1922, "O homem", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 524, 6 de Maio de 1922, "Justiça aos professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 563, 3 de Fevereiro de 1923, "Mais um", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 571, 31 de Março de 1923, "Um inferno dantesco", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 590, 11 de Agosto de 1923, "Basta!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Mais um ministro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 646, 10 de Setembro de 1924, "A direcção geral e a 10.ª repartição", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 670, 24 de Fevereiro de 1925, "Legislação à frei Tomás", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 687, 1 de Julho de 1925, "Uma esperança", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 684, 3 de Junho de 1925, "O abuso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 705, 28 de Outubro de 1925, "As eleições e a classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 711, 9 de Dezembro de 1925, "Ao Sr. Ministro da instrução", p.1

Ministério do Interior
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "Novo Governo", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "A instrução e a instabilidade dos ministros", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 92, 15 de Outubro de 1910, "Director geral de instrução primária", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 94, 29 de Outubro de 1910, "António José d'Almeida", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 97, 19 de Novembro de 1910, "Notas à margem", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Instrução e República", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Notas", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "Carta aberta ao Ministro do Interior", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "Será verdade?", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Um requerimento ao Ministro do Interior", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Palavras dum ministro: nem pão nem instrução", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "Palavras dum ministro: nem pão nem instrução", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 114, 18 de Março de 1911, "Considerações", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º120, 29 de Abril de 1911, "A reforma", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Uma representação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "Pelo senado", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 15, 9 de Junho de 1912, "O calote", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 37, 10 de Novembro de 1912, "O Sindicato reclama", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 55, 16 de Março de 1913, "O S.P.P.P. e as reclamações do professorado", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 65, 25 de Maio de 1913, "As promoções: o novo projecto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 238, 7 de Outubro de 1916, "A instrução primária em Portugal!", p.1

Monarquia

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "Verdades", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "Ano Novo", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 92, 15 de Outubro de 1910, "O nosso dever", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "*Post noctem sol elucet*", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "O professor primário", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Palavras dum ministro: nem pão nem instrução", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Reforma da Instrução primária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "Pagamentos em atraso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 199, 9 de Janeiro de 1916, "Leis inúteis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 209, 19 de Março de 1916, "Ministério da instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Pelo futuro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 314, 23 de Março de 1918, "Justiça! Justiça!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 315, 30 de Março de 1918, "Boceta de Pandora", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 397, 8 de Novembro de 1919, "Lutuosa", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 411, 14 de Fevereiro de 1920, "Situação insustentável", p.1

Montepio do Professorado Primário

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Montepio do professorado primário", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113,11 de Março de 1911, "Montepio do professorado primário", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113,11 de Março de 1911, "Parecer", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º127, 17 de Junho de 1911, "Previdência", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º127, 17 de Junho de 1911, "Montepio do professorado primário", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 252, 13 de Janeiro de 1917, "Montepio do Professorado Primário", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 274, 16 de Junho de 1917, "Montepio do Professorado primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 314, 23 de Março de 1918, "Tavares Ferreira", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 326, 15 de Junho de 1918, "Esclarecendo", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 541, 2 de Setembro de 1922, "Pelo Montepio Oficial do Professorado Primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 544, 23 de Setembro de 1922, "Pelo Montepio Oficial do Professorado Primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 546, 7 de Outubro de 1922, "Pelo Montepio Oficial do Professorado Primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 552, 18 de Novembro de 1922, "Montepio oficial do professorado primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 577, 12 de Maio de 1923, "O nosso montepio", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 580, 2 de Junho de 1923, "Protesto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "Montepio Oficial do Professorado Primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 582, 16 de Junho de 1923, "O Montepio", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 583, 23 de Junho de 1923, "Montepio Oficial do Professorado Primário", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 717, 20 de Janeiro de 1926, "Outra venha...", p.1

Mutualidade Escolar

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "Fortifiquemos a raça e regeneremos a escola", p.2

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "Assistência infantil e frequência escolar", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "As comissões de beneficência", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "Mutualidade escolar", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "A Associação Educativa", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º123, 20 de Maio de 1911, "Caixas económicas escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Congresso Pedagógico: eis as conclusões votadas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 21, 21 de Julho de 1912, "Notas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 24, 11 de Agosto de 1912, "Cantinas Escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 24, 11 de Agosto de 1912, "O novo código administrativo e assistência escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 90, 16 de Novembro de 1913, "Biblioteca escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 327, 22 de Junho de 1918, "Festas, cantinas e exames", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 328, 29 de Junho de 1918, "Dr. Eduardo Ferreira dos Santos Silva", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 575, 28 de Abril de 1923, "Caixa económica escolar de S. Mamede de Riba Tua", p.1

N

Noruega
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 8 de Outubro de 1910, "Mundo em fora", p.1/2

O

O Mundo
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 97, 19 de Novembro de 1910, "Notas à margem", p.2

O Primeiro de Janeiro
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 52, 8 de Janeiro de 1910, "O primeiro de Janeiro", p.2

O Século

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 150, 17 de Janeiro de 1915, "A instrução popular na República: Descentralização", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "A última circular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 479, 25 de Junho de 1921, "Em defesa própria", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 632, 4 de Junho de 1924, "As filhas dos professores", p.1

Orçamentos para a Instrução

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 55, 16 de Março de 1913, "A boa doutrina", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 57, 30 de Março de 1913, "A propósito de uma crónica", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 91, 23 de Novembro de 1913, "Hino à vida", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 199, 9 de Janeiro de 1916, "Leis inúteis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 464, 12 de Março de 1921, "Juntas escolares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 477, 11 de Junho de 1921, "Crise de carácter", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 526, 20 de Maio de 1922, "O orçamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 527, 27 de Maio de 1922, "O orçamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 542, 9 de Setembro de 1922, "As verbas da instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 580, 2 de Junho de 1923, "Reduções", p.1

P

Paris

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 104, 7 de Janeiro de 1911, "O ensino primário", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Ensino sexual", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Páginas Pedagógicas", p.2

Permutas

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 101, 17 de Dezembro de 1910, "Até que enfim!", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º127, 17 de Junho de 1911, "Considerações acerca da reforma de instrução primária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 29, 15 de Setembro de 1912, "Permutas.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 35, 27 de Outubro de 1912, "S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 37, 10 de Novembro de 1912, "O Sindicato reclama", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 221, 10 de Junho de 1916, "Permutas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 222, 17 de Junho de 1916, "Permutas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 258, 24 de Fevereiro de 1917, "Leis novas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "Permutas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 435, 21 de Agosto de 1920, "Sobre permutas", p.1

Portarias

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 49, 2 de Fevereiro de 1913, "Reivindicações imediatas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 51, 16 de Fevereiro de 1913, "Secção oficial e oficiosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 67, 8 de Junho de 1913, "No país das leis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 84, 28 de Setembro de 1913, "Os últimos decretos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 710, 2 de Dezembro de 1925, "A portaria", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 730, 21 de Abril de 1926, "Faltas", p.1

Professores Ajudantes

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Notas", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "Revolução", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "A reforma escolar", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º120, 29 de Abril de 1911, "Ex-professores ajudantes", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º123, 20 de Maio de 1911, "Ex-professores ajudantes", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "A reforma", p.2

Professores Complementares

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º121, 6 de Maio de 1911, "Professores Complementares", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 153, 31 de Janeiro de 1915, "Professores Complementares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 156, 21 de Fevereiro de 1915, "Professores Complementares", p.1

Professores Interinos

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Professores interinos", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "Professores interinos", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "A reforma escolar", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 260, 10 de Março de 1917, "Carta de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 371, 10 de Maio de 1919, "Não pode ser!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 374, 31 de Maio de 1919, "A reunião de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 388, 6 de Setembro de 1919, "Os professores interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 417, 17 de Abril de 1920, "Os professores interinos e a ajuda de custo de vida", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 418, 24 de Abril de 1920, "Professores interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "Os professores interinos e a sua situação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 420, 8 de Maio de 1920, "Professores aposentados", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Ainda os professores interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 424, 5 de Junho de 1920, "Anomalias...regulamentares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 425, 12 de Junho de 1920, "Anomalias regulamentares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 432, 31 de Julho de 1920, "Professores interinos", p.2

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 432, 31 de Julho de 1920, "Professores interinos: discordando", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 435, 21 de Agosto de 1920, "Professores interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 435, 21 de Agosto de 1920, "Ainda os professores interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 436, 28 de Agosto de 1920, "O brado dos interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 436, 28 de Agosto de 1920, "Professores interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 436, 28 de Agosto de 1920, "Inovações...que não dão resultado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 473, 14 de Maio de 1921, "Os interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 613, 19 de Janeiro de 1924, "Os vencimentos dos interinos", p.1

Promoções de Classes

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 101, 17 de Dezembro de 1910, "Até que enfim!", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º124, 27 de Maio de 1911, "Promoções de classe.", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Uma representação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 64, 18 de Maio de 1913, "As promoções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 65, 25 de Maio de 1913, "As promoções: o novo projecto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 66, 1 de Junho de 1913, "As promoções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 71, 6 de Julho de 1913, "As promoções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 131, 30 de Agosto de 1914, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 132, 6 de Setembro de 1914, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 161, 28 de Março de 1915, "Promoções de classe: a ilegalidade do sistema adoptado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 163, 11 de Abril de 1915, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 165, 25 de Abril de 1915, "Promoções de classe: caturrice governamental", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 167, 9 de Maio de 1915, "Promoções à 2.ª classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 201, 23 de Janeiro de 1916, "Promoções de classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 249, 23 de Dezembro de 1916, "Promoções de classe", p.1

R

Reformas

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "Reforma da Instrução primária", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º119, 22 de Abril de 1911, "A reforma", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º120, 29 de Abril de 1911, "A reforma", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º122, 13 de Maio de 1911, "A reforma", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º123, 20 de Maio de 1911, "A reforma e o professorado", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º124, 27 de Maio de 1911, "Os 25 p.c.", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º124, 27 de Maio de 1911, "Promoções de classe.", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º125, 3 de Junho de 1911, "Ainda a reforma primária", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º126, 10 de Junho de 1911, "Vamos amigos!", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º126, 10 de Junho de 1911, "Porta trancada", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º127, 17 de Junho de 1911, "Reforma de instrução primária", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º127, 17 de Junho de 1911, "Considerações acerca da reforma de instrução primária", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "A reforma", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Justiça a todos!", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Uma representação", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 129, 1 de Julho de 1911, "A reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "A reforma", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "Para onde vamos?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 10, 4 de Maio de 1912, "A reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 32, 6 de Outubro de 1912, "Dois anos depois", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 36, 3 de Novembro de 1912, "Pela escola primária", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 45, 5 de Janeiro de 1913, "Ano novo, nova esperança", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 47, 19 de Janeiro de 1913, "Reforma de Instrução Pública", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 49, 2 de Fevereiro de 1913, "Através da Europa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 65, 25 de Maio de 1913, "As promoções: o novo projecto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 141, 8 de Novembro de 1914, "De quem é a culpa?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 149, 3 de Janeiro de 1915, "Reforma do Ensino Normal", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 253, 20 de Janeiro de 1917, "Instrução primária: como se poderá conseguir uma excelente reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Fantasias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 307, 26 de Janeiro de 1918, "Concordamos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 307, 2 de Fevereiro de 1918, "O que pensamos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 309, 16 de Fevereiro de 1918, "Apreciando", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 321, 11 de Maio de 1918, "O mistério duma reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 337, 4 de Janeiro de 1919, "Futura reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 368, 19 de Abril de 1919, "Por nós, pela escola e pela República", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 374, 31 de Maio de 1919, "Reforma de instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 375, 7 de Junho de 1919, "A nova reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Ao Ex.mo Sr Ministro da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 389, 13 de Setembro de 1919, "A nova reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 389, 13 de Setembro de 1919, "O regulamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "Cada vez pior!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 437, 4 de Setembro de 1920, "A nova reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 446, 6 de Novembro de 1920, "Insistindo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 583, 23 de Junho de 1923, "A nova reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 585, 7 de Julho de 1923, "A nova reforma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 586, 14 de Julho de 1923, "A reforma do ensino", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 5869, 4 de Agosto de 1923, "A reorganização do ensino", p.1

Religião
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "Perseguição acintosa", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "Perseguição acintosa", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 93, 22 de Outubro de 1910, "sem título", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 93, 22 de Outubro de 1910, "Uma medida acertada", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 95, 5 de Novembro de 1910, "Escolas de Lisboa", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Notas", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 104, 7 de Janeiro de 1911, "O ensino da doutrina cristã e o dever do professor oficial", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "Os jesuítas", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 164, 18 de Abril de 1915, "A escola laica", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "Duas palavras: os jesuítas e os jansenistas", p.2

República
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 91, 8 de Outubro de 1910, "O professor primário ante a República", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 92, 15 de Outubro de 1910, "A instrução e a república", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 92, 15 de Outubro de 1910, "O nosso dever", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 92, 15 de Outubro de 1910, "Um Portugal novo", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 93, 22 de Outubro de 1910, "Pela pátria e pela República", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 96, 12 de Novembro de 1910, "Bons prenúncios", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 96, 12 de Novembro de 1910, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 97, 19 de Novembro de 1910, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Instrução e República", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "Fortifiquemos a raça e regeneremos a escola", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "O culto da bandeira", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Para a frente!", p.1

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 101, 17 de Dezembro de 1910, "Uma revolução que urge fazer", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "*Post noctem sol elucet*", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Falando de nós", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 107, 28 de Janeiro de 1911, "O professor primário", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "Revolução", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113, 4 de Março de 1911, "Dois acontecimentos", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113,11 de Março de 1911, "Reforma da ortografia nacional", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "Breves reflexões", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Para a frente!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "Pagamentos em atraso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "Para onde vamos?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Às apalpadelas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 32, 6 de Outubro de 1912, "Dois anos depois", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 38, 17 de Novembro de 1912, "Vamos a isso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 40, 1 de Dezembro de 1912, "Quando?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 44, 29 de Dezembro de 1912, "Os governos e a instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 45, 5 de Janeiro de 1913, "Ano novo, nova esperança", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 47, 19 de Janeiro de 1913, "Reforma de Instrução Pública", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 51, 16 de Fevereiro de 1913, "O descalabro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 71, 6 de Julho de 1913, "Uma pátria que renasce", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 84, 28 de Setembro de 1913, "Façamos a República", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 91, 23 de Novembro de 1913, "Hino à vida", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 140, 1 de Novembro de 1914, "Outro rumo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 157, 28 de Fevereiro de 1915, "Os novos programas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 199, 9 de Janeiro de 1916, "Leis inúteis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 209, 19 de Março de 1916, "Ministério da instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Pelo futuro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "*Res non verba*", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 250, 30 de Dezembro de 1916, "A minha quinzena", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 304, 12 de Janeiro de 1918, "Política na escola", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 314, 23 de Março de 1918, "Justiça! Justiça!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 315, 30 de Março de 1918, "Boceta de Pandora", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 368, 19 de Abril de 1919, "Por nós, pela escola e pela República", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 368, 19 de Abril de 1919, "Antes tarde...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 411, 14 de Fevereiro de 1920, "Situação insustentável", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 435, 21 de Agosto de 1920, "A República e educação popular", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 525, 13 de Maio de 1922, "Nós e a República", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 710, 2 de Dezembro de 1925, "1640-1925", p.1

Roma

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 117, 24 de Maio de 1914, "Palavras singelas", p.1

Rússia

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º123, 20 de Maio de 1911, "Secção Pedagógica", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 3, 16 de Março de 1912, "Uma escola normal Russa em Leipzig", p.2

S

Saúde

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 109, 11 de Fevereiro de 1911, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 32, 6 de Outubro de 1912, "Dois anos depois", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 35, 27 de Outubro de 1912, "S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 37, 10 de Novembro de 1912, "O Sindicato reclama", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 61, 27 de Abril de 1913, "Aposentações", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 76, 10 de Agosto de 1913, "A higiene na escola", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 81, 14 de Setembro de 1913, "Os professores e a tuberculose", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 109, 29 de Março de 1914, "Mau sintoma", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "A antropometria pedagógica na escola primária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 242, 4 de Novembro de 1916, "Economia e higiene", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 376, 14 de Junho de 1919, "Péssima doutrina", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 388, 6 de Setembro de 1919, "Questão de interesse", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 400, 29 de Novembro de 1919, "Um bico de obra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 413, 28 de Fevereiro de 1920, "Enfim!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Licenças", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 441, 2 de Outubro de 1920, "A inspecção de sanidade escolar: as licenças dos professores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 532, 1 de Julho de 1922, "A escola e o professorado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 727, 31 de Março de 1926, "Sanidade", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 730, 21 de Abril de 1926, "Faltas", p.1

Sindicato dos Operários
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 326, 15 de Junho de 1918, "Exemplo a seguir", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Educar é revolucionar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 389, 13 de Setembro de 1919, "Sós ou aliados?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "Egoísmo ou altruísmo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 391, 27 de Setembro de 1919, "Propósito ou incompreensão", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 396, 1 de Novembro de 1919, "Sós? Nunca!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 398, 15 de Novembro de 1919, "Definindo atitudes", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 399, 22 de Novembro de 1919, "Pela razão", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 400, 29 de Novembro de 1919, "Pela razão", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 401, 6 de Dezembro de 1919, "Pela razão", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 405, 3 de Janeiro de 1920, "A magna questão: contra o egoísmo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 406, 10 de Janeiro de 1920, "A magna questão: contra o egoísmo", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 411, 14 de Fevereiro de 1920, "Uma questão secundária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 413, 28 de Fevereiro de 1920, "Pela união dos indivíduos e das classes", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 413, 28 de Fevereiro de 1920, "C.G.T.I.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 416, 10 de Abril de 1920, "A Federação Escolar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "Acções e palavras", p.1

Sindicato dos Professores Primários de Portugal
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 93, 22 de Outubro de 1910, "Os sindicatos", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Os Sindicatos", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 100, 10 de Dezembro de 1910, "Para a frente!", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 101, 17 de Dezembro de 1910, "Sindicato profissional", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 102, 24 de Dezembro de 1910, "Sindicato dos professores primários", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Os Sindicatos profissionais", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 103, 31 de Dezembro de 1910, "Sindicato dos professores primários", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 104, 7 de Janeiro de 1911, "Sindicato dos professores do alto Minho", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "Convite do Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "Projecto de estatutos do Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 106, 21 de Janeiro de 1911, "O exemplo dos estranhos", p.1

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "Sindicato dos professores primários de Portugal", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "Sindicato dos professores primários de Portugal", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 113, 11 de Março de 1911, "Sindicato dos professores primários de Portugal", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º117, 8 de Abril de 1911, "O Sindicato", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º121, 6 de Maio de 1911, "Boa resolução", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º122, 13 de Maio de 1911, "Carta de Lisboa", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º126, 10 de Junho de 1911, "Vamos amigos!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Explicação necessária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Bem-vinda sejas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "Estatutos do Sindicato dos professores primários de Portugal", p.3/4
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 2, 9 de Março de 1912, "A acção do Sindicato", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 2, 9 de Março de 1912, "Questões importantes", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 2, 9 de Março de 1912, "Conferências", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 2, 9 de Março de 1912, "Sindicato e Sindicatos", p.2/3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 4, 23 de Março de 1912, "O problema da educação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "O S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "Uma excursão escolar ao Porto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "A acção do Sindicato", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "Verdades", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "Resposta a uma carta aberta", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "Sindicato e Sindicatos", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Ressurge a Liga?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Sindicato de Felgueiras", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 9, 27 de Abril de 1912, "A reunião de Espinho", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 9, 27 de Abril de 1912, "Sindicato e Sindicatos", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 15, 2 de Junho de 1912, "Trabalhos Manuais Educativos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 16, 16 de Junho de 1912, "Serenamente", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 17, 23 de Junho de 1912, "Uma festa de crianças", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 17, 23 de Junho de 1912, "Notas", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 19, 7 de Julho de 1912, "Entrevista a José Cardoso Júnior", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 22, 28 de Julho de 1912, "A desunião da classe", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 23, 4 de Agosto de 1912, "Uma obra revolucionária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 25, 18 de Agosto de 1912, "Uma obra patriótica", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 26, 25 de Agosto de 1912, "Novos tempos! novas obras", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 28, 8 de Setembro de 1912, "A obra do S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Trabalhos manuais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 35, 27 de Outubro de 1912, "S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 37, 10 de Novembro de 1912, "O Sindicato reclama", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 41, 8 de Dezembro de 1912, "Para a frente", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 46, 12 de Janeiro de 1913, "O prestígio do Sindicato", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 48, 26 de Janeiro de 1913, "Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.3/4
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 51, 16 de Fevereiro de 1913, "Secção oficial e oficiosa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 55, 16 de Março de 1913, "O S.P.P.P. e as reclamações do professorado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 63, 11 de Maio de 1913, "Um congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 66, 1 de Junho de 1913, "As promoções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 77, 17 de Agosto de 1913, "A instrução primária nos concelhos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 80, 7 de Setembro de 1913, "Eles e o Sindicato", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 85, 12 de Outubro de 1913, "O Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 86, 19 de Outubro de 1913, "Ao congresso!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 191, 14 de Novembro de 1915, "Reunião de Sindicatos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 201, 23 de Janeiro de 1916, "Promoções de classe", p.1

Subvenções

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 317, 13 de Abril de 1918, "Subvenções e mais coisas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 317, 13 de Abril de 1918, "Subvenção às subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "Nova era?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 319, 27 de Abril de 1918, "Tabela de vencimentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 320, 4 de Maio de 1918, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 321, 11 de Maio de 1918, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 325, 8 de Junho de 1918, "Situação insustentável", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 325, 8 de Junho de 1918, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 326, 15 de Junho de 1918, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 329, 6 de Julho de 1918, "As Câmaras e as subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 336, 24 de Agosto de 1918, "Abusos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "As subvenções", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 507, 7 de Janeiro de 1922, "Inquícia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 508, 14 de Janeiro de 1922, "As novas subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 510, 28 de Janeiro de 1922, "Um punhado de coisas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 511, 4 de Fevereiro de 1922, "Justiça", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 533, 8 de Julho de 1922, "Mais dinheiro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 535, 22 de Julho de 1922, "Alerta, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 535, 22 de Julho de 1922, "As subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 549, 28 de Outubro de 1922, "As subvenções", p.1

Suíça

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 111, 25 de Fevereiro de 1911, "Os jesuítas", p.1/2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º125, 3 de Junho de 1911, "Ensino obrigatório", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 22, 28 de Julho de 1912, "A educação na Suíça", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 25, 18 de Agosto de 1912, "A educação na Suíça", p.3

T

Trabalhos Manuais

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º118, 15 de Abril de 1911, "A reforma e os trabalhos manuais educativos", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º123, 20 de Maio de 1911, "A arte e a escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º127, 17 de Junho de 1911, "Secção pedagógica", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 15, 2 de Junho de 1912, "Trabalhos Manuais Educativos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 23, 4 de Agosto de 1912, "Uma obra revolucionária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 25, 18 de Agosto de 1912, "Uma obra patriótica", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 26, 25 de Agosto de 1912, "Novos tempos! novas obras", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 28, 8 de Setembro de 1912, "A obra do S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Trabalhos manuais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 59, 13 de Abril de 1913, "Trabalhos manuais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 78, 24 de Agosto de 1913, "Trabalhos manuais", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 154, 7 de Fevereiro de 1915, "A arte na escola", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Fantasias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 303, 5 de Janeiro de 1918, "Teorias, abstracções e C.a", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 304, 12 de Janeiro de 1918, "Política na escola", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 785, 10 de Novembro de 1926, "Votos do congresso de 1926", p.1

U

União do Professorado Primário Português

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "Viva a União da Classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 325, 8 de Junho de 1918, "A união da classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 326, 15 de Junho de 1918, "Exemplo a seguir", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 326, 15 de Junho de 1918, "A Lisboa!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 327, 22 de Junho de 1918, "A reunião de Lisboa", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 327, 22 de Junho de 1918, "Ao professorado primário português", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 327, 22 de Junho de 1918, "União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 328, 29 de Junho de 1918, "A reunião de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 329, 6 de Julho de 1918, "Princípios e processos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 330, 18 de Julho de 1918, "Princípios e processos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 348, 16 de Novembro de 1918, "União da classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 358, 25 de Janeiro de 1919, "União! União!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 359, 1 de Fevereiro de 1919, "A caminho da educação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 368, 19 de Abril de 1919, "A União", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 370, 3 de Maio de 1919, "Velha aspiração", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 372, 17 de Maio de 1919, "União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 373, 24 de Maio de 1919, "Reunião Magna", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 374, 31 de Maio de 1919, "A reunião de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 374, 31 de Maio de 1919, "União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Educar é revolucionar", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 387, 30 de Agosto de 1919, "União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 388, 6 de Setembro de 1919, "União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 389, 13 de Setembro de 1919, "Sós ou aliados?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "Egoísmo ou altruísmo?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 391, 27 de Setembro de 1919, "Propósito ou incompreensão", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 396, 1 de Novembro de 1919, "Sós? Nunca!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 398, 15 de Novembro de 1919, "Definindo atitudes", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 399, 22 de Novembro de 1919, "Pela razão", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 400, 29 de Novembro de 1919, "Pela razão", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 401, 6 de Dezembro de 1919, "Pela razão", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 403, 20 de Dezembro de 1919, "Colegas: União!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 405, 3 de Janeiro de 1920, "A magna questão: contra o egoísmo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 406, 10 de Janeiro de 1920, "A magna questão: contra o egoísmo", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 406, 10 de Janeiro de 1920, "Cerremos fileiras!", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 407, 17 de Janeiro de 1920, "União: o último congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 410, 7 de Fevereiro de 1920, "Ideias concretas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 411, 14 de Fevereiro de 1920, "Uma questão secundária", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 413, 28 de Fevereiro de 1920, "Pela união dos indivíduos e das classes", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 415, 20 de Março de 1920, "Doutrinas e factos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "Acções e palavras", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 419, 1 de Maio de 1920, "Uma circular", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 461, 19 de Fevereiro de 1921, "É bico ou cabeça?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 477, 11 de Junho de 1921, "O caos!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1921, "Ao professorado primário e a snr. Silva Barreto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 495, 15 de Outubro de 1921, "União para a história", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 517, 18 de Março de 1922, "União da classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 535, 22 de Julho de 1922, "Tribuna livre", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 540, 26 de Agosto de 1922, "O congresso de Coimbra!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 541, 2 de Setembro de 1922, "Ainda o congresso de Coimbra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 541, 2 de Setembro de 1922, "Eleição dos corpos gerentes da União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 549, 18 de Novembro de 1922, "Fogo de vista", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 5869, 4 de Agosto de 1923, "União ou desunião?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "No dobar de mais um ano", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "União", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "No posto de combate", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "No 12.º aniversário", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Ao acaso", p.3

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Um aniversário", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Sinceras felicitações", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Os nossos cumprimentos ao corpo redactorial da federação", p.3
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "3.ª fase- 12.º aniversário", p.4
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Felicitando", p.4
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Doze anos de existência", p.4
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Uma data festiva", p.4
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 619, 1 de Março de 1924, "Uma vida sem igual", p.4
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 633, 11 de Junho de 1924, "União!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 637, 9 de Julho de 1924, "A classe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 639, 23 de Julho de 1924, "Reunião do Porto", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 639, 23 de Julho de 1924, "Expectativa", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 640, 30 de Julho de 1924, "O congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 641, 6 de Agosto de 1924, "Ao congresso!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 645, 2 de Setembro de 1924, "Depois dos congressos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 663, 7 de Janeiro de 1925, "A imprensa e a União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 664, 14 de Janeiro de 1925, "No meio está a virtude", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 665, 21 de Janeiro de 1925, "Vida associativa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 694, 12 de Agosto de 1925, "A derrocada", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 698, 9 de Setembro de 1925, "Miséria", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 703, 14 de Outubro de 1925, "Não vive. Existe", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 708, 18 de Novembro de 1925, "Desorientação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 715, 6 de Janeiro de 1926, "Vida!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 750, 8 de Setembro de 1926, "Nós e a União", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 752, 26 de Setembro de 1926, "A União na Federação escolar", p.6-c
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 753, 6 de Outubro de 1926, "Quem tem brio?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 754, 13 de Outubro de 1926, "A Coimbra", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 755, 20 de Outubro de 1926, "A reunião de Coimbra", p.1

V

Vencimentos

A Federação Escolar, 2.ª fase, ano I, n.º 51, 1 de Janeiro de 1910, "Calotes", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 53, 15 de Janeiro de 1910, "Calotes", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 54, 22 de Janeiro de 1910, "Vencimentos", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 98, 26 de Novembro de 1910, "Instrução e República", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano II, n.º 99, 3 de Dezembro de 1910, "Fortifiquemos a raça e regeneremos a escola", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 108, 4 de Fevereiro de 1911, "A República e a Escola", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 110, 18 de Fevereiro de 1911, "Revolução", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º119, 22 de Abril de 1911, "Vencimento de professores", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º124, 27 de Maio de 1911, "Os 25 p.c.", p.1
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º125, 3 de Junho de 1911, "Ordenado dos professores na Alemanha", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 127, 17 de Junho de 1911, "Vencimento de professores", p.3
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Vencimento de professores", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Justiça a todos!", p.2
A Federação Escolar, 2.ª fase, ano III, n.º 128, 24 de Junho de 1911, "Uma representação", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 1, 2 de Março de 1912, "A reforma", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 5, 30 de Março de 1912, "Pagamentos em atraso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 6, 6 de Abril de 1912, "Para onde vamos?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 7, 13 de Abril de 1912, "Sindicato dos Professores Primários de Portugal", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 8, 20 de Abril de 1912, "Às apalpadelas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 9, 27 de Abril de 1912, "Abaixo o calote", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 12, 12 de Maio de 1912, "Abaixo o calote!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 15, 9 de Junho de 1912, "O calote", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 20, 14 de Julho de 1912, "Questões várias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 32, 6 de Outubro de 1912, "Dois anos depois", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 34, 20 de Outubro de 1912, "Ministério da Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 35, 27 de Outubro de 1912, "S.P.P.P.", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 37, 10 de Novembro de 1912, "O Sindicato reclama", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 45, 5 de Janeiro de 1913, "Ano novo, nova esperança", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 49, 2 de Fevereiro de 1913, "Reivindicações imediatas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 49, 2 de Fevereiro de 1913, "Através da Europa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano I, n.º 51, 16 de Fevereiro de 1913, "O descalabro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 54, 8 de Março de 1913, "Mais uma decepção", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 55, 16 de Março de 1913, "A boa doutrina", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 56, 23 de Março de 1913, "O melhor caminho", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 57, 30 de Março de 1913, "A propósito de uma crónica", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 70, 29 de Junho de 1913, "Uma violência", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 71, 6 de Julho de 1913, "As promoções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 80, 7 de Setembro de 1913, "Motivos para desânimo", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 89, 9 de Novembro de 1913, "Tribuna livre: escolas móveis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano II, n.º 114, 3 de Maio de 1914, "Algumas conclusões do Congresso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 118, 31 de Maio de 1914, "O atraso nos pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 141, 8 de Novembro de 1914, "De quem é a culpa?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 195, 12 de Dezembro de 1915, "Direitos de encarte", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 196, 19 de Dezembro de 1915, "O direito de encarte: um imposto intolerável", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano III, n.º 197, 26 de Dezembro de 1915, "O direito de encarte", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 198, 2 de Janeiro de 1916, "O direito de encarte: Insistindo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano IV, n.º 200, 16 de Janeiro de 1916, "Lei 424", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 223, 24 de Junho de 1916, "Notas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 228, 29 de Julho de 1916, "Vencimentos em atraso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 230, 12 de Agosto de 1916, "Programa mínimo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 247, 9 de Dezembro de 1916, "A grande reunião", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 251, 6 de Janeiro de 1917, "Os 5$00", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano V, n.º 260, 10 de Março de 1917, "O aumento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano VI, n.º 261, 24 de Março de 1917, "O aumento no parlamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 276, 30 de Junho de 1917, "Uma ilusão desfeita", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 298, 1 de Dezembro de 1917, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 298, 1 de Dezembro de 1917, "Alerta colegas!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 299, 8 de Dezembro de 1917, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 302, 29 de Dezembro de 1917, "Fantasias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 303, 5 de Janeiro de 1918, "Teorias, abstracções e C.a", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 6.º, n.º 303, 5 de Janeiro de 1918, "Pelo ministério de Instrução", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 314, 23 de Março de 1918, "Justiça! Justiça!", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 317, 13 de Abril de 1918, "Subvenções e mais coisas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 317, 13 de Abril de 1918, "Subvenção às subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 320, 4 de Maio de 1918, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 321, 11 de Maio de 1918, "Subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 322, 18 de Maio de 1918, "Amigos de... Peniche", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 324, 1 de Junho de 1918, "O imposto de rendimento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 325, 8 de Junho de 1918, "Situação insustentável", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 325, 8 de Junho de 1918, "Justiça... para todos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 329, 6 de Julho de 1918, "As Câmaras e as subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 329, 6 de Julho de 1918, "Hora angustiante", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 329, 6 de Julho de 1918, "Calote", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 334, 10 de Agosto de 1918, "Vencimentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 338, 7 de Setembro de 1918, "Calotes", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 7.º, n.º 350, 7 de Dezembro de 1918, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 374, 31 de Maio de 1919, "A hora da justiça", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "Os nossos ordenados", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 382, 26 de Julho de 1919, "As subvenções", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 384, 9 de Agosto de 1919, "De quem é a culpa?", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 385, 16 de Agosto de 1919, "Desleixos inqualificáveis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 388, 6 de Setembro de 1919, "Os professores interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 390, 20 de Setembro de 1919, "Falta de pagamento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 410, 7 de Fevereiro de 1920, "Pagamentos em atraso", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 411, 14 de Fevereiro de 1920, "Situação insustentável", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 413, 28 de Fevereiro de 1920, "Insistindo: e nós?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 413, 28 de Fevereiro de 1920, "Professora pedindo esmola", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 417, 17 de Abril de 1920, "Os professores interinos e a ajuda de custo de vida", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 418, 24 de Abril de 1920, "Professores interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 420, 8 de Maio de 1920, "Professores aposentados", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Ainda os professores interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 421, 15 de Maio de 1920, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 422, 22 de Maio de 1920, "Caminho errado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 422, 22 de Maio de 1920, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 424, 5 de Junho de 1920, "Anomalias...regulamentares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 425, 12 de Junho de 1920, "Anomalias regulamentares", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 435, 21 de Agosto de 1920, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 436, 28 de Agosto de 1920, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 437, 4 de Setembro de 1920, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 438, 11 de Setembro de 1920, "A caminho do abismo", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 443, 16 de Outubro de 1920, "A equiparação", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 444, 123 de Outubro de 1920, "Nova subvenção", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 8.º, n.º 450, 4 de Dezembro de 1920, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 460, 12 de Fevereiro de 1921, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 9.º, n.º 461, 19 de Fevereiro de 1921, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 475, 28 de Maio de 1921, "Carta de Lisboa", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 479, 25 de Junho de 1921, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 483, 23 de Julho de 1921, "Uma situação alarmante", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 490, 10 de Setembro de 1921, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1921, "Má vontade", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 492, 24 de Setembro de 1921, "*Ad-libitum*", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 495, 15 de Outubro de 1921, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 495, 15 de Outubro de 1921, "União para a história", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 506, 31 de Dezembro de 1921, "Pagamento ao professorado", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 507, 7 de Janeiro de 1922, "Inquícia", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 508, 14 de Janeiro de 1922, "As novas subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 510, 28 de Janeiro de 1922, "Quem quer, vai...", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 510, 28 de Janeiro de 1922, "Um punhado de coisas", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 511, 4 de Fevereiro de 1922, "Justiça", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 512, 11 de Fevereiro de 1922, "Questões palpitantes", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 10.º, n.º 513, 18 de Fevereiro de 1922, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 533, 8 de Julho de 1922, "Mais dinheiro", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 535, 22 de Julho de 1922, "Alerta, professores primários", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 535, 22 de Julho de 1922, "As subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 544, 23 de Setembro de 1922, "A melhoria de vencimentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 544, 23 de Setembro de 1922, "Estilhaços", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 11.º, n.º 549, 28 de Outubro de 1922, "As subvenções", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 564, 3 de Março de 1923, "Os pagamentos", p.1/2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 575, 28 de Abril de 1923, "Mais uma injustiça?", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "Aumentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "Ajudas de custo", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 581, 9 de Junho de 1923, "Pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 582, 16 de Junho de 1923, "Foi-nos concedida melhoria", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 582, 16 de Junho de 1923, "Pagamentos", p.1

A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 583, 23 de Junho de 1923, "Pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 586, 14 de Julho de 1923, "Melhoria de vencimentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 590, 11 de Agosto de 1923, "Pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 593, 1 de Setembro de 1923, "Melhoria de vencimentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 599, 13 de Outubro de 1923, "Pagamentos", p.2
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 613, 19 de Janeiro de 1924, "Os vencimentos dos interinos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 12.º, n.º 618, 23 de Fevereiro de 1924, "A carestia de vida", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 636, 2 de Julho de 1924, "O novo aumento", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 647, 17 de Setembro de 1924, "^Novas melhorias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 649, 1 de Outubro de 1924, "Melhorias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 649, 1 de Outubro de 1924, "Atraso de pagamentos", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 663, 7 de Janeiro de 1925, "Escolas móveis", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 13.º, n.º 666, 28 de Janeiro de 1925, "Coisas de ontem e coisas de hoje", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 679, 29 de Abril de 1925, "Regalias", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 14.º, n.º 680, 6 de Maio de 1925, "Serventes e primários superiores", p.1
A Federação Escolar, 3.ª fase, ano 15.º, n.º 785, 10 de Novembro de 1926, "Votos do congresso de 1926", p.1

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO